



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE LITERATURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**MANFRED ROMMEL PONTES VIANA MOURÃO**

**COMUNIDADES REPARTIDAS, LITERATURAS CONECTADAS:  
(INTER)NACIONALISMOS IMAGINADOS EM *CIEN AÑOS DE SOLEDAD*, DE  
GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ, E *MIDNIGHT'S CHILDREN*, DE SALMAN  
RUSHDIE**

**FORTALEZA**

**2021**

MANFRED ROMMEL PONTES VIANA MOURÃO

COMUNIDADES REPARTIDAS, LITERATURAS CONECTADAS:  
(INTER)NACIONALISMOS IMAGINADOS EM *CIEN AÑOS DE SOLEDAD*, DE  
GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ, E *MIDNIGHT'S CHILDREN*, DE SALMAN RUSHDIE

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras) da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Concentração: Literatura Comparada.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Barros Cunha.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- M891c Mourão, Manfred Rommel Pontes Viana.  
Comunidades repartidas, literaturas conectadas : (inter)nacionalismos imaginados em Cien Años de Soledad, de Gabriel García Márquez, e Midnight's Children, de Salman Rushdie / Manfred Rommel Pontes Viana Mourão. – 2021.  
224 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Profa. Dra. Roseli Barros Cunha.
1. Cien años de Soledad. 2. globalização. 3. imaginação nacional. 4. Midnight's Children. 5. Literatura mundial. I. Título.

CDD 400

---

MANFRED ROMMEL PONTES VIANA MOURÃO

COMUNIDADES REPARTIDAS, LITERATURAS CONECTADAS:  
(INTER)NACIONALISMOS IMAGINADOS EM *CIEN AÑOS DE SOLEDAD*, DE  
GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ, E *MIDNIGHT'S CHILDREN*, DE SALMAN RUSHDIE

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLetras) da Universidade Federal do Ceará (UFC) como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Concentração: Literatura Comparada

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Barros Cunha.

Avaliado pela banca examinadora em: 29 / 07 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Roseli Barros Cunha (Presidente)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Carlos Augusto Viana da Silva (Interno)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Monalisa Ferreira Valente (Interno)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes (Externo)  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

---

Prof. Dr. Amarino Oliveira de Queiroz (Externo)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

**À memória de minha avó, Judite Pereira de Sousa Pontes (1938 – 2017),  
e meu irmão, Antônio Cícero Nascimento Oliveira (1983 – 2021).  
Que lançaram suas chamas até o final  
e ficaram encantados.**

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma jornada que merece destacar alguns nomes. A começar pelos iniciadores deste projeto, a professora Roseli Barros Cunha e o professor Sebastião Alves Teixeira Lopes, cujos estímulos e orientações foram fundamentais para a idealização, elaboração e conclusão desta tese.

Dentro da Pós-graduação, grandes amigos auxiliaram nesta trajetória, dentre os quais sublinho os companheiros do grupo de Estudos em Tradução e Construções Conceituais, meu parceiro intelectual Edilson Pereira e outros colegas do PPGLetras da UFC. As conversas e trocas de experiências que tivemos foram cruciais em várias reflexões aqui dispostas.

Gostaria de agradecer à banca: ao professor Carlos Augusto Viana da Silva e à professora Monalisa Ferreira Valente, que participaram de minha qualificação e foram imprescindíveis para o direcionamento deste trabalho. Igualmente agradeço aos professores Amarino Oliveira de Queiroz, Maria Cristina Silva e João Luiz Teixeira de Brito, por aceitarem o convite de participarem da presente defesa.

Minha família também foi essencial neste processo de conclusão de curso. Sou imensamente grato por minhas tias, Ildete, Judete e Valdemira, bem como minha prima, Isadora, por todos os momentos de ajuda e troca de experiências.

*In memoriam*: presto homenagem à minha avó Judite, a Úrsula Buendía do “pedacinho do céu”, e minha Mary Pereira, Rosemira. Agora elas vivem na lembrança. Grato por tudo o que fizeram por mim, minha e mãe, e nunca consegui retribuir à altura.

Agradeço a Capes e UFC, pelo financiamento e direcionamento nesta pesquisa. Aos amigos infinitos que perdemos e aos que restam. Aos deuses deste mundo e talvez de outros. Ao fogo, à Pátria Grande e ao meu Norte: que é o Sul.

E quem sabe, então  
O Rio será  
Alguma cidade submersa  
Os escafandristas virão  
Explorar sua casa  
Seu quarto, suas coisas  
Sua alma, desvãos

Sábios em vão  
Tentarão decifrar  
O eco de antigas palavras  
Fragmentos de cartas, poemas  
Mentiras, retratos  
Vestígios de estranha civilização

(Chico Buarque de Holanda)

Ahora que los dueños del mundo nos están obligando a arrepentirnos de toda pasión, ahora que tan de moda se ha puesto la vida frígida y mezquina, no viene nada mal recordar aquella palabrita que todos aprendimos en los cuentos de la infancia, *abracadabra*, la palabra mágica que abría todas las puertas, y recordar que *abracadabra* significa, en hebreo antiguo: “Envía tu fuego hasta el final”.

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

Esta tese propõe duas linhas de raciocínio: 1. a ideia de nação enquanto construto dividido, conectado e desigual; e 2. Esta condição como componente do nacionalismo presente nas literaturas contemporâneas. De início, buscamos através da História Conectada, de Sanjay Subhramanyan e Serge Gruzinsky, examinar as conexões entre imaginários na História e sua influência na escritura de um dado espaço, fazendo o nacionalismo interagir com os paradigmas internacionais. Essa linha de raciocínio admite o nacionalismo enquanto paradigma transnacional e/ou planetário, conforme sugere Cláudio Guillén (1985), Gayatri Chakravorty Spivak ([1993] 2003), Steven Tötösy de Zepetnek (1998). Adiante, voltamo-nos para uma bibliografia que se mostrou proeminente a partir da segunda metade do século XX e averiguamos como surge e se desdobra a ideia de América Latina, na medida em que, anterior a essa concepção, o nacionalismo nos Estados independentes do continente rivalizam espaço com a *pátria grande*. Vemos algumas implicações da dialética nação-continente, centrando-se em algumas sugestões políticas, cuja incidência afetaria as obras artísticas latino-americanas; entre elas, a Literatura continental, regulada por ditames internacionais, nacionais e regionais, simultaneamente, fruto da interação dos êmulos externos e dos temas telúricos. O romance *Cien Años de Soledad* (1967), de Gabriel García Márquez (1937 – 2014), é objeto de análise no quarto capítulo, uma vez que a obra do colombiano desenha certas imagens sobre as contradições da América Latina e limites imaginários, dando especial ênfase a elementos que vão desde a colonização ibérica, passando pela independência latino-americana, o imperialismo estadunidense e a derrocada do projeto comunitário. Por conseguinte, atravessamos os continentes para exemplificar a interação entre literaturas, analisando o alcance da obra de García Márquez na escritura de *Midnight's Children* (1981), do romancista indo-britânico Salman Rushdie; elencando traços que acentuam temas e formas comuns ao colombiano, sobretudo no que toca o nacionalismo dividido do subcontinente indiano e os conflitos políticos que fizeram surgir essa comunidade imaginada. Expomos algumas das influências escriturais das tradições orientais e ocidentais que configuram uma rede internacional de trocas literárias na obra de Rushdie. Por fim, enfatizamos elementos desse bazar global que incidem sobre a Literatura Mundial, a qual centraliza as múltiplas formas de produção, em especial as literaturas emergentes (do *boom* e pós-colonialismo indiano), por meio de um mercado consumidor cujo contorno guia as diretrizes dos Sistemas Literários.

**Palavras-chave:** *Cien años de Soledad*; globalização; imaginação nacional; *Midnight's Children*; Literatura mundial.



## ABSTRACT

This thesis proposes two lines of reasoning: 1. the idea of nation as a divided, connected and unequal construct; and 2. This condition as a nationalist component in the contemporary literatures. Initially, we searched through the *Connected History*, by Sanjay Subhramanian and Serge Gruzinsky, to examine the connections between imaginaries in History and their influence on the writing of a given space, making nationalism interact with international paradigms. This line of reasoning admits nationalism as a transnational and/or planetary paradigm, as suggested by Cláudio Guillén (1985), Gayatri Chakravorty Spivak ([1993] 2003), Steven Tötösy de Zepetnek (1998). Further on, we turn to a bibliography that proved to be prominent from the second half of the twentieth century and we investigate how the idea of Latin America arises and unfolds, as, prior to this conception, nationalism in independent states of the continent rival space with the *pátria grande*. We observe some implications of the nation-continent dialectic, focusing on some political suggestions, whose incidence would affect the production of Latin American artistic works; among them, continental Literature, regulated by international, national and regional dictates, simultaneously, the result of the interaction of external emulators and telluric themes. The Gabriel García Márquez's *One Hundred Years of Solitude* (1967) is the object of analysis in fourth chapter, since the Colombian's work draws certain images about the contradictions of Latin America and imaginary limits, giving special emphasis to elements ranging from Iberian colonization, through Latin American independence, US imperialism and the idealistic downfall of the national-continental project. Therefore, we cross the continents to exemplify the interaction between national literatures, analyzing the scope of the work by García Márquez in the writing of the *Midnight's Children* (1981), by Indo-British novelist Salman Rushdie; listing traits that accentuate themes and forms common to the Colombian, especially with regard to the divided nationalism of the Indian subcontinent and the political conflicts that gave rise to this imagined community. We expose some of the scriptural influences of Eastern and Western traditions that make up an international network of literary exchanges in Rushdie's work. Finally, we emphasize elements of this global bazaar that focus on the World Literature, which centralizes multiple forms of production, especially emerging literatures (*boom* and Indian post-colonialism), through a consumer market whose contour guides the guidelines of the Literary Systems.

**Keywords:** *One Hundred Years of Solitude*; globalization; national imagination; *Midnight's Children*; World Literature.

## Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	10
<b>2</b>	<b>LITERATURA E NAÇÃO COMPARTILHADA</b>	16
2.1	Que horas são do outro lado do mundo?	18
2.2	A nação como limite da literatura comparada	26
<b>3</b>	<b>AMÉRICA LATINA: A COMUNIDADE TRANSCULTURAL</b>	33
3.1	O discurso da coesão continental	35
3.2	Considerações sobre a formação das literaturas latino-americanas	39
3.3	Um olhar sobre a América Latina (e sua paralaxe)	45
3.4	Regionalismo e Vanguarda: o caminho para a transculturação	54
3.5	Gabriel García Márquez e a identidade nacional na Colômbia	64
<b>4</b>	<b>FUNDAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E DERROCADA DE MACONDO</b>	73
4.1	Uma pré-história de Macondo	74
4.2	Macondo emancipada e regulada	85
4.3	Aí vem os “ianques”!	98
4.4	Apocalipse ahora!	106
4.5	A solidão a procura de seu par	114
<b>5</b>	<b>CONECTANDO NAÇÕES E LITERATURAS</b>	117
5.1	O contraponto nacional da Índia	118
5.2	A América Latina se conecta com a Índia de Salman Rushdie	124
5.3	A recitação e o complexo de Shehrazad	133
5.4	Rushdie e o Cânone Ocidental	145
5.5	Rushdie na <i>Weltliteratur</i>	151
<b>6</b>	<b>A LITERATURA NACIONAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO</b>	154
6.1	O bazar global da Literatura nacional	155
6.2	A nação e a diferença: aproximações com a globalização	160
6.3	Um passeio por bazares da América Latina e Índia	169
6.3.1	<i>García Márquez e o boom</i>	171
6.3.1.1	<i>A antilógica do boom: o caso de Manuel Zapata Olivella</i>	180
6.3.2	<i>Rushdie no mercado das letras pós-coloniais</i>	186
6.4	Cosmopolitismo x nacionalismo na modernidade-colonialidade	198
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	204
	<b>REFERÊNCIAS</b>	210

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende, através de um exame teórico, suscitar um debate acerca do conceito de nação e sua implicação para a Literatura Comparada no contexto das letras latino-americana e indiana, focando a atenção na obra do escritor colombiano Gabriel García Márquez (1937 – 2014) e do indo-britânico Salman Rushdie (1947 – ) – mais precisamente em seus romances *Cien años de Soledad* (1967) e *Midnight's Children* (1981).<sup>1</sup> Mostramos como o nacionalismo é um tema explícito nestes escritos, ao passo que as propostas estéticas e políticas usadas por ambos ressaltam o projeto de nação na América Latina e no sul do continente asiático como alegorias de projetos nacionais incompletos, divididos e em devir.

Essas obras estão associadas de formas bem particulares a uma subcategoria da literatura fantástica chamada de realismo mágico; os romances, novelas e contos dos autores, é claro, ultrapassam essa delimitação teórico-textual para compor, além disso, aspectos das comunidades em que os dois se inserem. Tendo em vista que a literatura fantástica consegue descentralizar as noções de razão e realismo ao inserir o sobrenatural dentro das tramas literárias, ela se tornou um marco da crítica ao racionalismo europeu nos séculos XVIII e XIX, como assegura Tzvetan Todorov [1980] (2008). Porém, em situação diversa, no âmbito da América Latina, o fantástico foi reorientado a partir dos anos 1940 para retratar o *ethos* do Novo Mundo abaixo da linha do Equador (CHIAMPI, 1981).

O ideário latino-americano, sob custódia do colonialismo europeu, foi organizado, pelo menos até o início do século XX, quiçá até os dias atuais, em função dos projetos civilizatórios do Velho Mundo, dentre os quais o racionalismo e o cristianismo foram algumas das principais medidas para educar os indivíduos que povoavam as terras descobertas. Os Estados-nações, nas circunstâncias do Iluminismo e das grandes navegações, solidificaram-se com o pressuposto de uma relativa unidade intelectual entre os habitantes dos territórios europeus. Para este projeto, o continente americano não era visto como dotado de estatuto cultural ou capacidade de se organizar sócio-politicamente para reivindicar autonomia, ao mesmo tempo em que o colonizador empreendeu violenta intervenção física e ideológica, razoavelmente cessada pelas lutas anticolonialistas e as independências.

Esses fatos são alguns dos motivos para o surgimento não apenas de uma Literatura na América Latina, mas para a consolidação de uma arte que subvertesse o padrão imposto pela

---

<sup>1</sup> As traduções brasileiras para os dois livros são *Cem anos de solidão* e *Os filhos da meia-noite*. Destacamos que todas as traduções neste trabalho foram feitas pelo autor, excetuando os trechos das versões em Português dos romances analisados, feitas por Eric Nepomuceno e Donaldson M. Garschagen.

Europa. Tal produção excêntrica, nesse cerne, não é feita ingenuamente, muito menos se resume a um novo esteticismo; ela é, como procuramos argumentar no decorrer desse trabalho, um modo de reinventar o continente em detrimento do modelo predominante.

Quanto ao subcontinente indiano, entendemos que houve uma tendência dos autores pós-coloniais a perseguirem uma escrita parecida à latino-americana, em condições diferentes, haja vista a independência tardia das ex-colônias britânicas ali. Nesse âmbito, este tópico ressalta, invariavelmente, as discordâncias e conectividades entre projetos culturais além-mar que se embasaram nas literaturas nacionais e na própria representação do nacionalismo. As chaves teóricas deste trabalho, por conseguinte, abordam a tríade fundamental desse debate: representação, cultura e nação.

Do modo como desenvolvemos este estudo, cultura e nação, enquanto temas de estudo da Literatura Comparada, devem a sua idiossincrasia ao conceito de representação, ou o que a tradição crítica chamou de *mimesis*. Diante de uma categoria imensamente revisada pela teoria literária, seguimos uma linha de análise primeiro especificada por Erich Auerbach ([1946] 1974), mas com desdobramentos teóricos que, para as observações seguintes, encontram nas obras de Ángel Rama (1926 – 1983) e Edward Said (1937 – 2003) algumas das premissas centrais para a nossa ideia de representação: um construto espaço-temporal das estruturas de sentimentos, atitudes e referências de produção e recepção dos textos.

As observações desses e demais autores envolvidos na edificação do quadro de trocas que envolvem as literaturas latino-americanas e orientais, levam-nos a discutir a representação enquanto edificação peculiar que envolve épocas, lugares e sujeitos específicos, tal como Auerbach já havia esboçado em seu livro sobre a literatura ocidental. Contudo, exploramos isso ao conjecturar esses três elementos em um espaço de negociações, definido por Benedict Anderson ([1983] 2008) como “comunidades imaginadas”; ou seu sentido moderno da palavra: nação.

Anderson nos mostra como a interação dos sujeitos dentro de um espaço de trocas culturais similares não é necessariamente pragmática, mas elaborada a partir de certos signos como religião, rituais, técnica, língua, mitos entre outros. A respeito da análise contida nesta tese, ele afirma que uma das formas pela qual a modernidade criou as nações modernas foi através (embora não apenas) do romance. A ascensão desse gênero auxiliou no desenvolvimento das nações europeias devido à insurgência do século XVII em diante dessa forma literária que, segundo o crítico, tinha por intuito moldar a maneira como a burguesia entendia o mundo e proporcionava “[...] meios técnicos para ‘re-presentar’ o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação” (ANDERSON, 2008, p. 55).

Os signos por detrás dos bens culturais que serviram para consolidar o retrato das nações, não obstante, estão atrelados aos elementos telúricos que eles denotaram e ergueram através de séculos. Uma comunidade imaginada, nesse sentido, perpassa obrigatoriamente a linguagem e se firma num espectro relativamente coeso de componentes compartilhados a que chamamos de cultura nacional e se expande ou retrai-se conforme a lógica sócio-política, cabendo observar o que apontamos como objeto de estudo dentro dos quadros teóricos e circunstanciais do capitalismo, do colonialismo, da modernidade e da globalização.

A cultura torna-se, pelo menos no quadro supramencionado, uma categoria multifacetada; em que o peso de variadas taxonomias e hierarquias bifurcam indefinidas conotações, sendo necessário estabelecer o peso e a medida do que consideramos como *culturae* (EAGLETON, 2005). Ademais, esta categoria é substrato imprescindível da nação, e a linguagem elemento essencial de sua formulação. Assim, a necessidade de estudar as semelhanças e diferenças entre obras é um dos desafios que objetivamos neste trabalho, devido o caráter plurissígnico do texto literário e as amplas orientações metodológicas disponíveis, que podem levar a diversos achados. Nossa delimitação destaca os traços teóricos da modernidade e insinua conotações ligadas ao capital, à colonização e à dependência/subalternidade.

Para Nestor García Canclini (2005), o estudo da cultura nacional nos impele para conceitos-chave atrelados aos elementos destacados anteriormente, assegurando a discussão mais precisa das ideias de “diferença”, “desigualdade” e “conexão”. Vinculado a tais proposições de estudo, o mesmo autor aponta para a representação, ou a linguagem, como elemento fundamental dessa reflexão. Influenciados por essa tríade, as observações a seguir acentuam, por meio do discurso, as diferenças, as condições socioeconômicas e a correlação entre culturas para entender o que de mais marcante está em jogo quando tratamos da construção de uma Literatura num dado território nacional.

No decorrer do trabalho a escolha de certos autores, noções e comentários melhor nos auxiliam a pensar os conceitos debatidos e seus desdobramentos a partir de uma compreensão dialética e *rasurada*.<sup>2</sup> Para examinar a representação nacional na América Latina, dialeticamente, valemo-nos de Ángel Rama e Ana Pizarro; quanto ao subcontinente indiano, assinalam-se as observações de Homi K. Bhabha e Edward Said. Estes autores conjuram

---

<sup>2</sup> A metodologia de análise neste trabalho perpassa algumas orientações. De modo geral, usamos a percepção mais basilar do entendimento de dialética (sobretudo na análise histórico-literária de Pizarro), unida à ideia de desconstrução de Jacques Derrida (2004) e (2007). Ainda que não dissertemos prolificamente sobre esta questão, será comum observar em muitos momentos desta tese a utilização de conceitos como territorialização, *inbetween*, imaginação, discurso, poder e outros que apontam para o caráter, digamos, iterativo de Nação e Representação.

correlações de força, como tradição e modernidade, Eu e Outro, Nação e Mundo, através da síntese de pensamento e reconfiguração da história.

O foco, assim, é averiguar, tanto na obra de García Márquez como na de Rushdie, os recursos retóricos projetados em representações da nação que se vinculam diretamente ao tipo de comunidade imaginada correspondente à América Latina e Índia/Paquistão, por meio de elementos que condizem e desdizem as diferenças, conexões e desigualdades delineadas.

*Cien años de soledad* é uma fábula familiar que insere constantemente traços fantásticos extraídos de mitos e lendas disseminadas na Colômbia para salientar as raízes populares e políticas do grupo oriundo da cidade fictícia Macondo. *Midnight's Children* é a saga de outra família; neste romance o período colonial indiano e os primeiros 30 anos da independência são revisitados através da metaficção, da fantasia, do sincretismo cultural e da historiografia.

Tendo por objetos centrais de estudo esses dois romances, procuramos estabelecer um diálogo com as teorias acerca do nacionalismo e da representação, que devemos desenvolver no decorrer de seis capítulos. Observamos que nas obras estudadas, os autores constroem comunidades imaginadas alegorias do continente ou nação, frutos de uma interação entre sujeitos e espaços não comuns, diferentes e desiguais, mas conectados. Essa hipótese postula, por exemplo, a conectividade de García Márquez à obra de Rushdie, cujas análises desenvolvemos no decorrer dos capítulos 5 e 6.

É bom frisar que a ideia de conexão deve-se aos estudos de Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinsky, os quais admitem uma permuta entre produções intelectuais do mundo globalizado que iniciam com as grandes navegações no século XV. Estas relações destacam a necessidade de se entender a história conforme as trocas e o comunitarismo; por conseguinte, ao analisarmos a Literatura Comparada, encontramos elementos das análises das literaturas nacionais que expandem a compreensão de modo similar, exigindo, por extensão, uma análise menos unilateral das perdas e ganhos da “angústia da influência” (BLOOM, 1991).

No romance de Rushdie, essa angústia é via de mão dupla: 1. Há uma influência declarada do autor de CAS sobre a obra do indiano; e 2. Não se trata de influência única, sendo o texto de Rushdie uma espécie de pastiche da cultura global. Nesse âmbito, a globalização se torna uma categoria de análise fulcral desta tese, uma vez que em García Márquez as relações transnacionais estão explícitas e se potencializam em Rushdie.

Essa linha de raciocínio desemboca, nos Estudos Literários, na contestação de uma Literatura Comparada de teor nacionalista e centralizador, como foi, por muito tempo, a disciplina em questão; segmentando-a a um paradigma transnacional e/ou planetário,

conforme sugerem Cláudio Guillén, Gayatri Chakravorty Spivak, Steven Tötösy de Zepetnek entre outros. Contudo, não há como negar, conforme nos ensina Subrahmanyam e nomes recentes da Literatura Comparada, como os arranjos globais e nacionais estão submetidos à lógica do poder e da dominação.

No campo da ficção, percebemos que nela se representa os meios míticos e técnicos de sua época (RAMA, 2008) dentro de um paradigma centralizador: a República Mundial das Letras, conforme Pascale Casanova (2002). A multiplicidade do mundo globalizado e demandas nacionais em conflitos de força, alinhada a essa tese, implica na avaliação do desenvolvimento do capitalismo e suas formas recentes seriam elos entre essas negociações, por demais paradigmáticas na tríade advogada por Canclini.

Logo, é bom ressaltar o fenômeno editorial que envolve essa projeção, pois se trata do foco central da discussão tratada no derradeiro capítulo desta tese. O episódio conhecido como *boom* deve ser minimamente ilustrado ao final deste trabalho, a fim de mostrar como as obras inseridas na nova narrativa latino-americana tiveram grande influência em grandes mercados editoriais, chegando, inclusive, ao alcance de Rushdie, no sul asiático. O indobritânico, similarmente, capitaneia um fenômeno deste tipo depois de seu romance, tornando-se um dos escritores pós-coloniais mais influentes do mundo até os dias atuais. Nesse sentido, situamos comparações entre os modos de legitimação literária provenientes de uma ligação transnacional entre as rupturas de conhecimento na era moderna e a emergência daquilo que Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009) chamam de “Novo Espírito do Capitalismo”.

Entreposto, a ideia de Literatura Comparada elaborada por essa gama de autores propõe que a espinha dorsal da disciplina deve levar em conta um panorama amplo em seu enfoque do texto literário, tornando o estudo das relações entre obras uma disciplina transversal e de dimensões internacionais. Assim, percebe-se a renovação interdisciplinar dos estudos comparados, de modo a fundir a disciplina com os estudos culturais, bem como analisar os elementos de mercado diretamente imbricados na relação de produção e consumo de obras.

Este trabalho de comparação, por fim, sugere que o nacionalismo, na Literatura, é também uma categoria de análise sócio-política e seu exame ideológico ajuda a entender como se moldaram as diferenças e desigualdades na América Latina e Região. Também expande essa compreensão telúrica da Macondo ficcional de García Márquez à Índia pós-colonial de Rushdie, explicitando, não sem problemas, elementos que estão conectados além-mar e desviam o olhar dos comparativistas (seja na Historiografia ou na Teoria Literária) do Centro de organização cultural aos nacionalismos de países emergentes.

Como a abordagem dessas obras exige certo grau de complexidade, pensados os inúmeros estudos sobre o tema e o trabalho hercúleo de averiguar todos os pontos pertinentes na produção dos seus autores, restringimo-nos a observar duas grandes obras dos autores. Vale ressaltar que uma quantidade significativa de textos deveras importantes para essa análise é ocasionalmente usado nesse trabalho, de acordo com a necessidade teórico-metodológica. Tais textos ora dizem respeito aos escritores e seus escritos, ora abordam a natureza dos temas centrais, ora tratam de assuntos auxiliares e cruciais para a discussão.

Objetivamos, sistematicamente, nos capítulos seguintes, estudar 1. A ideia de História Conectada e sua implicação para os estudos de Literatura Comparada recentes, bem como a ideia de comunidades imaginadas e seu diálogo com as considerações de autores que examinam a natureza do nacionalismo na América Latina e o estudo de casos sumários; 2. A representação na obra de García Márquez da comunidade imaginada América Latina e/ou Colômbia, bem como a relevância dos traços políticos e culturais indicados pela obra do autor na produção literária do continente; 3. A representação da Índia e do Paquistão no romance de Rushdie enquanto pátrias imaginárias, em contraste ao fenômeno literário latino-americano, com o intuito de explorar os elementos multimodais da política e estética que “conectam” a formação dos países recém-nascidos do subcontinente indiano; e 4. Enfatizar as questões de diferença, desigualdade e conexão propagadas pela globalização e a influência desta premissa para a República Mundial da Letras, numa era marcada pelas novas formas de se estabelecer o capital, tanto econômico quanto cultural.

Os traços específicos das culturas e literaturas latino-americanas e indianas nas duas obras analisadas contribuem tanto para uma desmistificação do senso comum acerca da ideia de nação quanto para uma reflexão da metodologia dos estudos comparados que possa se utilizar das estéticas elaboradas nos contextos estudados e seus desdobramentos espaço-temporais.



## 2 LITERATURA E NAÇÃO COMPARTILHADA

É fato inegável que a literatura e muitas práticas criativas ajudaram a construir a consciência de povos através dos tempos em epopeias, textos sagrados, histórias orais, hinos, poemas dentre outras manifestações de natureza diversa. Séculos de civilização tomam o artefato verbal carregado de sentido para construir alguns dos elementos sustentáculos de culturas.

Logo, uma tradição literária como reflexo de um povo e espírito de sua época não é de modo algum extraordinário ou exclusivo de um ou outro espaço. A arte praticamente se desenvolve em muitas linhas estéticas, conforme as mudanças de ordem histórica e social. Como assinala Itamar Even-Zohar (1996), praticamente toda civilização usou com frequência da escrita e/ou oralidade como ferramentas para criar uma identidade compartilhada: “[...] fator de coesão sociocultural em nossa sociedade. Isso não significa que sempre tenha sido o fator principal ou único, mas talvez tenha sido o mais duradouro, e provavelmente o que mais frequentemente foi combinado com outros” (EVEN-ZOHAR, 1996, p. 42).<sup>3</sup>

Partindo da ideia de uma coesão sociocultural, o teórico advoga a existência de poéticas singulares no seio de comunidades que serviram de base constitutiva para a organização de seus vínculos culturais e, por conseguinte, seu entorno geopolítico. Essa base não se posterga meramente a um sistema legislativo ou elementos do Estado moderno, ela é caracteristicamente primordial dentro de aparatos discursivos que, mesmo antes do surgimento das nações modernas, têm papel decisivo na construção de um povo e sua consciência.

Even-Zohar (1996) traça um breve panorama das primeiras manifestações dessa coesão na Mesopotâmia, na Suméria, no Mediterrâneo. A história das civilizações pré-históricas, grafocêntricas, politeístas, monoteístas, fechadas e abertas (política e culturalmente) devem a essa coesão, a qual transcende a norma e tem em suas manifestações (sobretudo verbais), as marcas que unem os homens.

Essa representação não é exclusiva do Velho Mundo e é até tardia neste contexto; muitos são os exemplos que nos mostram a capacidade da Literatura e suas práticas intrínsecas em unificar o povo, através de exemplos milenares e diversos: *Antigo Testamento*, *Talmude*, *Corão*, *Livro dos Mortos*, *Ramayana*, *Bhagavad Gitã*, *Ilíada*, *Odisséia*, *A canção de*

---

<sup>3</sup> No original: “[...] factor of socio-cultural cohesion in our society. This does not mean that it always was the major or sole factor, but perhaps it was the most durable one, and probably one which was most often combined with others”.

*Rolando, Eneida, Popol Vuhl, Chilam Balam, Kalevala, o Sundjata, O paraíso perdido, Os Lusíadas.*<sup>4</sup> Estes e outros textos (em sentido lato) auxiliaram na construção de um imaginário para reinos, regiões, nações, grandes porções terrestres; e até mesmo na constituição de uma legislação para a sociedade civil, aproximando as pessoas da terra em que viviam no seu processo de autodeterminação. Eles fazem parte daquilo que Eric Hobsbawn e Terrence Ranger ([1983] 1984, p. 9) chamam de “tradição inventada”, i. e., “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas”, em que pesam signos ritualísticos ou simbólicos para delinear e “[...] inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.”

Consoante a isso, um dos nomes mais relevantes dos estudos nacionais recentes, Benedict Anderson ([1983] 2008), buscou entender a nação através do eixo simbólico. Advoga ele que o conceito moderno de nação é baseado em traços sócio-históricos compartilhados por uma população que não corresponde necessariamente à realidade dos mesmos; logo, estão ausentes deste processo trocas de sentimentos ou projetos coletivos entre os sujeitos pertencentes às comunidades modernas. As nações, assim, não se fundam exclusivamente nas ações concretas e comunitárias dos sujeitos.

Ao contrário, essas ações são exprimidas através de interações sócio-culturais muitas vezes dissonantes, que impedem a negociação real entre os sujeitos pertencentes aos espaços. A nação moderna é um território de lugares imaginados, inventados pelo Estado e o povo por meio de discursos e não exatamente por meio da troca entre os sujeitos que ali se encontram: “Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.” (ANDERSON, 2008, p. 32)

David MacCrome (2002) em livro sobre a formação das comunidades políticas europeias, acredita que o conceito moderno de nação está intimamente ligado à produção de signos específicos no que toca cada um dos territórios soberanos do Velho Mundo. Para ele, os discursos sustentáculos das nações europeias não tem coerência quando contrastados; esses argumentos enfatizam traços históricos, políticos, geográficos entre outros, cujas marcas não

---

<sup>4</sup> A lista de textos que nos baseamos para revelar a diversidade das obras fundadoras de tradições nacionais são muitas. Entre elas destacamos o livro *Introdução a uma Poética da Diversidade*, de Edouard Glissant (2005); os artigos “The African Epic: a means for defining the genre”, de Christiane Sydou (1983) e o já mencionado de Even-Zohar (1996); a revista da Unesco Courier dedicada aos épicos nacionais antigos *Great Epics: heroic tales of man and superman* (1989); e a página da Wikipedia “National epics”.

possuem lógica quando pensadas de um modo geral. Isso acontece porque as estruturas das comunidades em que as interações acontecem são divergentes, seja porque os sujeitos dessas nações partilham diferentes símbolos, seja porque são atacados pelas insígnias estabelecidas pelo Estado: “[...] a ‘nação’ é um aspecto da ordem política e simbólica, bem como um mundo de interação social e sentimento” (MACCROME, 2002, p. 42).<sup>5</sup>

São esses símbolos que Anderson (2008) explora em seu livro sobre o nacionalismo moderno, ao arguir que a disseminação dos ideais nacionais pelo mundo foi erguida através de uma série de bens culturais em voga durante o período de consolidação das nações modernas, sobretudo o romance e os jornais. De maneira similar, conforme veremos adiante, Homi K. Bhabha (1990) entende a narrativa, e suas diatribes, como representação orientadora das nações, paradoxais e em devir, instauradas conforme a lógica dos produtos que norteiam os valores nacionais historicamente.

É na produção cultural que se orienta o mundo simbólico do homem. Quando especificada, localizando sujeitos, tempos e espaços envolvidos, tomamos conhecimento da sua caracterização mediante as interações econômicas, sociais e culturais apropriadas. Revela-se, então, um panorama sugestivo, ainda assim necessário, do que mais tarde deve ser revisado. Nessa produção, a nação está intimamente envolvida, como nos confirma Anderson. Contudo, ela deve ser entendida como processo, não produto. E no âmbito da globalização, alguns traços devem ser averiguados.

## **2. 1 Que horas são do outro lado do mundo?**

O historiador Sanjay Subrahmanyam (1961 – ), junto de um número pequeno de autores, tem analisado e refutado a hipótese de uma História Comparada prevalecente na Europa e outros continentes (Índia e América Latina nesse bojo), com o fito de obter respostas mais convincentes a respeito das diferenças e semelhanças entre as historiografias ao redor do planeta. O autor indiano critica o modelo de História Global vigente durante boa parte do século XX, por sua característica etnocêntrica, provida de recursos metodológicos diversificados, mas que atizam uma História simultaneamente imóvel e discordante.

Segundo Subrahmanyam (1997, p. 737), o mundo moderno estabeleceu certas regras a partir de uma trajetória centrípeta, tendo por fulcro a noção de modernidade, no seu sentido europeu, o que ocasionou um paradigma global de análise detentor de uma contradição: as

---

<sup>5</sup> No original: “[...] the ‘nation’ is an aspect of the political and symbolic order as well as a world of social interaction and feeling.”

muitas diferentes fontes e raízes da história e, conseqüentemente, as muitas formas e significados que podem ser geradas dependendo de quem observa a história.

A história do período moderno na Europa teria certa propriedade aporética que, segundo o historiador, seria crucial para o desenvolvimento da cultura mundial, antes mesmo da já consolidada noção de modernidade: a cultura da viagem. Ademais, torna-se praticamente impossível pensar qualquer forma de produção cultural, pelo menos da pré-modernidade aos dias atuais (quicá desde sempre), que não esteja ligada às trocas de símbolos além-mar e terra e que elegeu a literatura de viagens como o princípio norteador da era das “descobertas”:

A noção de “descoberta” aplica-se, assim, tanto às viagens de Zheng He pelo Oceano Índico no início do século XV como as de Cabral ou Magalhães um século depois. Essas viagens foram acompanhadas por mudanças muitas vezes importantes nas concepções de espaço e, portanto, de cartografia; novas “etnografias” empíricas significativas também emergiram delas. (SUBRAHMAYAM, 1997, p. 737)<sup>6</sup>

Além do fator de troca em si, a expansão marítima ajudou a moldar a própria identidade dos territórios, outorgando a hipótese que uma cultura absorve à outra e vice-versa. Em seu estudo sobre as relações entre Europa e Ásia dos séculos XV ao XVII, isso se mostra presente e gera uma base sígnica que é sempre modificada conforme as projeções do nacionalismo. No caso de Portugal, esta indumentária grupal se impõe à medida que “[...] a expansão portuguesa está intimamente ligada ao nacionalismo português e à identidade coletiva” (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 1).<sup>7</sup>

Não obstante, o historiador admite que os documentos que ajudam a ler a história de uma época têm qualidades muito peculiares quando analisadas as suas condições de produção, circulação e recepção, possibilitando inúmeras formas de enxergar o passado. Logo, o texto épico de Luis Vaz de Camões ou *Mensagem* de Fernando Pessoa não podem ser tratados como fontes que versam do mesmo modo uma perspectiva do passado, mas documentos que, embora tratem do mesmo assunto, admitem formas diferentes de enxergar a história:

Também é verdade que mesmo o corpus da documentação portuguesa não nos fala com uma só voz. As diferenças existem dependendo da natureza da fonte (seja uma carta, um livro de contas ou uma crônica), sobre o *status* social do escritor (pois até mesmo os cronistas podem nos oferecer visões imensamente diferentes dependendo do grupo social ao qual eles se baseiam), e o tempo da escrita (o início do século

---

<sup>6</sup> No original: “The notion of ‘discovery’ thus applies as much to Zheng He’s Indian Ocean voyages in the early fifteenth century as those of Cabral or Magellan a century later. These voyages were accompanied by often momentous changes in conceptions of space and thus cartography; significant new empirical ‘ethnographies’ also emerged from them.”

<sup>7</sup> No original: “[...] expansion is intimately tied to Portuguese nationalism and collective identity”.

XVI parecia pouco glorioso para o Português da década de 1540, como fizeram aqueles escritos na década de 1620). (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 2-3)<sup>8</sup>

Outros fatores são marcantes em seus estudos, tais como a metamorfose de ocupação da terra, em que claramente começam a se verificar dinâmicas de mudança e relação entre as sociedades agrícolas, urbanas e nômades. Acentua-se ainda a perspectiva de uma teologia e mitologia que coliga mundos e culturas numa espécie de História universal:

O início da construção moderna do Império Universal obviamente tinha raízes clássicas (e até mesmo mitológicas), mas foi consideravelmente retrabalhada nos novos cenários geográficos e políticos do período. Assim, por um lado, temos a tradição Chinggis Khanid Timurid, que informa muito do que ocorre na Ásia Ocidental, no Império Otomano, no Irã, no Norte da Índia e na Ásia Central; uma parte desse legado também está presente na China. Na América pré-colombiana e na África Meridional e Central, igualmente, existiam noções de império universal, relacionadas com cosmologias indianas (como no sul da Ásia, ou as ‘políticas galáticas’ do Sudeste Asiático). Os grandes projetos de império universal encarnados pelos Habsburgos espanhóis (que remontam às raízes clássicas - especialmente o Sacro Império Romano), e mais tarde até pelas principais empresas comerciais, e eventualmente pela Grã-Bretanha, precisam estar relacionados com esses outros, em épocas pré-existentes e autônomas noções de império. (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 739)<sup>9</sup>

Apesar da ideia de que o mundo estaria conectado, seguindo, em diferentes âmbitos, para uma consolidação universal, a despeito das diferenças de uma metanarrativa babélica e humanista, Subrahmanyam admite que esse propósito teve como consequência o oposto da unidade durante o início do período moderno: “[...] conduziu a novas ou intensificadas formas de hierarquia, dominação e separação.” (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 739)<sup>10</sup>

O autor examina algumas teses que tratam do ímpeto de conciliar o mundo moderno, muito bem ilustrado filosoficamente pela universalidade do Iluminismo, como um paradoxo: uma metafísica generalizante que acaba por dividir. A explicação para isso parece advir de formas de pensar que generalizam a história mundial e acabam por conceber uma episteme presente em todas as sociedades, feita de pedaços dispersos do mundo numa cabeça, à época

<sup>8</sup> No original: “It is also true that even the corpus of Portuguese documentation does not speak to us with a single voice. Differences exist depending on the nature of the source (whether it is a letter, an account-book or a chronicle), on the social *status* of the writer (for even chroniclers can afford us vastly different visions depending on the social group to which they pertained), and the time of the writing (for the early sixteenth century scarcely appeared so glorious to Portuguese of the 1540s as it did to those writing in the 1620s).”

<sup>9</sup> No original: “The early modern construct of the Universal Empire obviously had classical (and even mythological) roots, but was-considerably reworked in the new geographical and political settings of the period. Thus, on the one hand, we have the Chinggis Khanid Timurid tradition, that informs a great deal of what occurs in West Asia, the Ottoman Empire, Iran, North India and Central Asia; one part of this legacy is also present in China. In pre-Columbian America and Southern and Central Africa, equally, notions of universal empire existed, related to indigenous cosmologies (as in South Asia, or the ‘galactic polities’ of Southeast Asia). The great projects of universal empire embodied by the Spanish Habsburgs (who looked back to classical roots-especially the Holy Roman Empire), and later even by the major trading Companies, and eventually by Great Britain, need to be related to these other, at times pre-existent and autonomous, notions of empire.”

<sup>10</sup> No original: “[...] lead to new or intensified forms of hierarchy, domination and separation.”

das grandes navegações, europeia. Tal experiência não conseguiu controlar suas partes, porque lhe é estranha essa visão de mundo.

Com efeito, Subrahmanyam concluiu que é impensável uma história universal que não relativize a todo o momento os elementos de cada pedaço de terra e suas antropocenas. A despeito da composição de qualquer contingente, o autor examina obras e histórias da Europa e da Ásia que, na medida em que advogam uma posição de conectividade entre partes distantes do mundo, também deixam marcas de suas diferenças.

A Índia moderna do historiador é um local de troca e interação entre numerosos grupos: mongol, otomano, malaio, javanês, leste-africano, português entre outros. Sua obra considera a recepção da cultura asiática através de uma variedade de documentos (crônicas, cartas, documentos diplomáticos, escrita de viagem) e interroga a validade das próprias fontes. Assim, a questão se imbrica nas posturas de diferença e semelhança entre histórias ao redor do planeta bem como nos métodos de estudo que admitem certas qualidades específicas de cada documento, autor, interpretação e recepção.

Em suma, ele admite a hipótese de que a história, como a civilização humana, é múltipla, e está em conversação infinita. Contudo, fica destacado que esse projeto de interação falhou miseravelmente, gerando conflitos e uma manutenção de hegemonias, ao invés da socialização. O seu fracasso ocorre devido à soberania e a centralização do poder (material e simbólico).

O fator primordial foi a invenção da nação, ou pelo menos boa parte de sua razão e seus distendimentos. Já se verificava desde a ascensão dos impérios antigos a vontade iminente em estabelecer fronteiras a fim de subscrever geopoliticamente o espaço soberano. A questão, nesse caso e em outros, era conjurar o poder e criar signos que centralizassem a hegemonia de um espaço.

No âmbito da modernidade esse propósito sofre alterações, porque o espaço em questão é regulado pelo Estado-nação e ele propõe uma burocracia que estabiliza as relações entre diferentes territórios, introduzindo um argumento ao mesmo tempo xenófobo e telúrico, que impede um fator presente em qualquer sociedade na história: o diálogo:

O nacionalismo nos cegou para a possibilidade de conexão, e a etnografia histórica, seja uma de suas variantes ocidentais do Alto Orientalismo, ou se praticada no Oriente, ajudou e encorajou esse infeliz processo. O impulso dessa etnografia sempre foi enfatizar a diferença e, mais comumente, a superioridade posicional do observador sobre o observado (salvo em situações particulares em que o observador “colonizado” internalizava os valores de outra pessoa, e encontrava a si mesmo e sua própria sociedade por essas medidas). Ao mesmo tempo, essa etnografia era o produto de certos fenômenos caracteristicamente modernos, a intensificação das viagens, o desejo de mapear o mundo em sua totalidade e localizar cada “espécie”

humana em seu nicho e, assim, separar os civilizados dos não-civilizados, bem como distinguir diferentes graus de civilização. (SUBRAMANYAM, 1997, p. 761)<sup>11</sup>

É pertinente nesse caso assinalar como o desenvolvimento das ideias de nação gerou uma discrepância quanto às conexões entre diferentes nações, marca registrada de todo o período moderno. A hipótese mais do que obsoleta de nações em pé de igualdade externa e interna, de fato, não se atenta para a aliança de vários recursos conectados e variáveis nas ilhas de soberania, as quais se encontram em fontes que oscilam entre o relato histórico e o mítico.

Os autores pós-modernos, criticados por Subramanyam, são aqueles que repetem a tragédia como farsa na composição de uma história hierarquizada, baseada na classificação de estilos e formas *ad infinitum*. Segundo o historiador isso não é possível porque as formas estão em relação, e mesmo a Europa é o que sobrou de uma comutação infinita de culturas ligadas através de séculos de conversações.

Fora dos nossos territórios encontraríamos uma parte de nós, e nossa posição peculiar não almejava apenas comparar para estabelecer bases fixas, o que, metodologicamente, estaria fadado ao fracasso. Destoando disso, seria necessário buscar “[...] os fios temporais frágeis que conectavam o globo, mesmo quando o globo veio a ser definido como tal.” (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 761)<sup>12</sup>

Isso certamente não quer dizer que seja negada a voz de quem está fixado em coordenadas sociais e culturais, mas revela que todos estão conectados muito além de seus lugares de fala a espaços que, de um modo ou outro, afetam (e sempre afetaram) suas circunstâncias e interferem nos processos de formulação de identidades e circulação de significados.

Ao invés de explicitar uma história comparada que situa as diferenças e as dualidades entre sistemas culturais, seria mais interessante, no pensamento de Subrahmanyan, deslocar os significados e focar nos processos que geram as diferenças através das (inevitáveis) relações.

---

<sup>11</sup> No original: “Nationalism has blinded us to the possibility of connection, and historical ethnography, whether in one of its western variants of high Orientalism, or whether practised in the East, has aided and abetted this unfortunate process. The thrust of such ethnography has always been to emphasize difference, and more usually the positional superiority of the observer over the observed (save in particular situations where the ‘colonized’ observer had internalized someone else’s values, and found himself and his own society wanting by those measures). At the same time, this ethnography itself was the product of certain characteristically early modern phenomena, the intensification of travel, the desire to be able to map the world in its entirety and locate each human ‘species’ in its niche, and thus, to separate the civilized from the uncivilized, as well as to distinguish different degrees of civilization.”

<sup>12</sup> No original: “[...] at times fragile threads that connected the globe, even as the globe came to be defined as such.”

O outro, nesse sentido, poderia ser averiguado para não apenas elaborar um painel, comum nos dias atuais, de diferenças, mas também de permutas que assinalam as trocas culturais.

Em outro contexto, a ideia de História Conectada aparece, naturalmente, com novas tonalidades, como enfatiza Serge Gruzinski (1949 – ) ao analisar a Meso-América. A proposta do autor é relacionar, ao modo de Subrahmanyam (de quem o historiador francês retira o conceito e o explora em outro contexto) as histórias compartilhadas entre distantes partes do mundo. Essa perspectiva nos é relevante uma vez que a América Latina em nosso trabalho apresenta ligações e contradições internas, fazendo os Estados nacionais no meridiano americano transitarem além das fronteiras:

Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricitista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras (GRUZINSKI, 2001, p. 176)

Pensando como Gruzinski, a América colonial recebeu contribuições europeias, africanas e asiáticas que, inevitavelmente, foram assimiladas pelos nativos. Ele não entende esse processo como algo simples e não problemático, mas como instável e com efeitos terríveis e assimétricos.

Assim como fez Subramanyam, o historiador francês pretende revelar como a cultura mesoamericana, mesmo durante o período colonial, dialogou com diferentes partes do mundo e absorveu os costumes forâneos, algumas vezes, sem resistência. É isso que o mesmo argumenta em *A colonização do imaginário*, ao revelar como as sociedades indígenas no México colonial passaram por um processo de ocidentalização, em que pesa, sobretudo, a propensão da mentalidade religiosa dos europeus e a concepção mítica de mundo dos indígenas em gerar novos signos e idolatrias. (GRUZINSKI, 1992)

Ainda sugere Gruzinski (1992) que a ocidentalização da América nada mais foi que uma guerra das imagens, na qual a Igreja e a teleologia europeia haviam abordado os costumes e crenças dos povos ameríndios desconhecidos, desconectados do universo das imagens. Segundo a perspectiva ocidental, as sociedades nativas praticavam uma falsa religião, uma idolatria focada em representações falsas e sem fundamentos, inspirada principalmente pela figura negativa da espiritualidade cristã: o Diabo. Portanto, a cristianização detectava e destruía tais ídolos e a sua religião:

Frequentemente, o papel crucial que a imagem desempenhou na conquista da América e, em particular, do México, é negligenciado. Sem incorrer em anacronismos e falar em “guerra de imagens”, há que se reconhecer que o Ocidente



utilizou nesse período a maioria dos recursos visuais de que se dispunha no século XVI, com intuito de apoiar seu projeto de dominação. (GRUZINSKI, 1992, p. 198).

Essa conexão implica no debate da própria concepção da imagem, conforme discute o autor a incidência de temas renascentistas e barrocos na arte mesoamericana, bem como indica a influência de certo exotismo não europeu nas obras europeias e que se firmam, por exemplo, na arte vanguardista do século XX. É essa conexão que o faz examinar a curiosidade de um turco no fim do século XVI e início do XVII pela cultura peruana, ao passo que um mexicano, no mesmo período, volta-se para Istambul:

[...] essas duas metrópoles geralmente aparecem como ‘periferias exóticas’, especialmente se forem julgadas do ponto de vista da Europa Ocidental. Vê-se de um lado o produto puro da colonização espanhola e do outro um posto avançado bastante ameaçador. Esquece-se que esses novos atores, que emergem na paisagem renascentista, tinham de estar localizados no lugar onde dois mundos se encontram: ameríndios, asiáticos e ibéricos para o México; Muçulmanos, Cristãos, Mediterrâneos e Asiáticos para Istambul [...] Desenhando assim uma geografia com a qual os historiadores quase não nos familiarizaram, tão ocupados como estavam na separação de histórias, impérios e áreas culturais. Se o México incorpora o impulso americano da globalização ibérica, Istambul sintetiza o dinamismo planetário dos mundos do Islã. O estado do mundo expresso por essas duas cidades conquistadoras se reflete em suas produções intelectuais. (GRUZINSKI, 2007, p. 270)<sup>13</sup>

Os passos da tese de Gruzinski são os mesmos da de Subrahmanyam, apenas deslocando o eixo de análise e prestando uma atenção maior à globalização. Ocorre o mesmo nos dois: mostrar como, pelo menos desde as grandes navegações, é inevitável pensar o mundo sem trocas e hierarquias. A mestiçagem, para o historiador francês, seria o principal fator antropológico que corroborou, apesar de rasurada, para a consolidação do homem moderno.

O tema, aliás, povoa uma das obras de Gruzinski, que considera a mestiçagem elemento fulcral das misturas ocorridas em solo americano no século XVI, entre o imaginário e a vida de quatro continentes: América, Europa, África e Ásia. Destacando análises sobre conceitos diversos, o autor entende as misturas como centro gravitacional para a maioria das ideias de raça e conhecimento oriundas da civilização moderna (GRUZINSKI, 2001, p. 62). Isto é, não há pureza em qualquer forma de pensamento pelo menos desde as grandes

---

<sup>13</sup> No original: “[...] estas dos metrópolis aparecen comúnmente como ‘periferias exóticas’, sobre todo si se las juzga desde el punto de vista de la Europa occidental. Se ve en la una el puro producto de la colonización española y en la otra un punto de avanzada más bien amenazador. Se olvida que estos nuevos actores, que surgen en el paisaje de Renacimiento, les toco ubicarse en el lugar donde se juntan dos mundos: amerindios, asiáticos e ibéricos para México; musulmanes, cristianos, mediterráneos y asiáticos para Estambul [...] Dibujando así una geografía con la que los historiadores casi no nos han familiarizado, tan ocupados como estaban en separar historias, imperios y áreas culturales. Si México encarna el impulso americano de la mundialización ibérica, Estambul sintetiza el dinamismo planetario de los mundos del Islam. El estado del mundo que expresan estas dos ciudades conquistadoras se refleja en sus producciones intelectuales”.

navegações, o que nos autoriza a concluir, provisoriamente, que o pensamento mestiço, segundo o historiador francês, é a base das histórias conectadas modernas.

Contudo, não se pode deixar de explicar como as posições de Subrahmanyam ou Gruzinski podem limitar o campo de estudo da chamada História global, bem como seu método de análise, uma vez que as diferenças entre sociedades é algo factível no cerceamento das questões transnacionais. O comparativismo criticado, reduzido a um estudo etnocêntrico ou nacionalista, explicita uma estrutura real de desigualdades, necessária para estabelecer as assimetrias entre espaços e fundir o nacionalismo (regionalismo, provincialismo) à ferramentas de resistência aos sistemas dominantes, algo em voga no universo do Pós-colonialismo, Orientalismo e desdobramentos.

Essa questão é aventada pela teoria pós-colonial, como Edward Said, Homi K. Bhabha, Walter Mignolo entre outros costumam divagar: a crítica ao nacionalismo como ferramenta de controle ideológico tanto nas nações ocidentais quanto não ocidentais. O Oriente inventado pelo Ocidente ou a defesa dos subalternos em relação aos seus ditames culturais são problemáticos uma vez que a defesa de uma sociedade soberana é produto de trocas, bem como de uma burocratização da identidade local em relação ao cosmopolitismo reducionista.

O que se esconde entre as propostas locais e globais, respectivamente, agenciam o fundamentalismo e a generalização indevida lado a lado, ocasionando um processo de confronto permanente. Evidente que não há como resolver este problema já que muitos interesses estão em jogo e conduzem a um processo político interminável. Se soubéssemos definir qual a proposta adequada cairíamos no solipsismo que a argumentação impede. Além disso, as contradições que ambas as perspectivas apresentam e a objetividade fluida que os embasamentos levantam, geram mais dúvidas que conclusões. A nossa sugestão, assim, é escolher uma perspectiva defronte ao problema de estudo das literaturas e sua compreensão histórica situada em meados do século XX, e adiante.

A Literatura Comparada, que em muitos pontos se coliga às propostas da crítica à história comparada, também elege as similaridades e diferenças entre Sistemas literários. Nesse campo, os métodos de pesquisa também são distintos, mas com uma clara relação. O que se pondera, no sentido que pretendemos apresentar, é o grau de interação das histórias nacionais/transnacionais e os traços mais genéricos de certos artefatos antropomórficos que podem trazer elementos para um conhecimento dessas trocas, por mais injustas que sejam (Subrahmanyam e Gruzinski deixam claro isso).

A inclinação metodológica e os objetos de análise são hipotéticos, o que fica claro, pelo menos quando se verifica a tradição historiográfica posterior aos *Analles*, a Nova História, a História Social a História Cultural, em que as obras literárias, embora disciplinarmente se distingam da história, possuem com ela uma relação que no passado e no presente, faz confundir as duas disciplinas. É costumeiro, nesse sentido, apontar o estudo de Hayden White (2009) sobre os *tropos* discursivos que compõem a História europeia no século XIX.

De igual maneira, é possível também destacar, como bem coloca Linda Hutcheon (2005), que o questionamento da história pelos teóricos contemporâneos, bem como a crítica ao realismo formal que predominou na literatura “pós-modernista”, dobrou as possibilidades de encarar ficção e fato como dois lados distintos da mesma moeda, culminando num tipo de gênero (ou em sentido lato, forma) chamado de metaficção historiográfica, muito perceptível nas obras de inúmeras tradições romanescas continentais da segunda metade do século XX. Os dois romances nesta tese analisados se ligam à vertente e aponta para a união da ficção realista com um toque de fantasia e vestígios históricos.

Embora cientificamente consideremos a história como um campo distinto da ficção literária, podemos entrever, através dos séculos, que os dois dialogam, forçando aquilo que Paul Ricoeur (2010, p. 325) diz ser o entrecruzamento da história na ficção: “[...] a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia”. Essa relação, aliás, é circular.

Portanto, achamos oportuno considerar que a literatura é um documento histórico e a historiografia um texto com matizes estéticos. Aliás, nunca deixou de o ser. A isso, postulamos que obras literárias podem ser objetos de análise de culturas distantes e que estão conectadas, apesar das distâncias, como bem salientou séculos de contato. Afinal, como destacou o próprio Subrahmanyam, nos textos pré-modernos e mesmo nos modernos, as relações históricas se fundem com as estéticas.

## **2. 2 A Nação como limite da Literatura Comparada**

Não há como sonegar a dependência recorrente dos estudos comparados de literatura ao elemento nação. Esta categoria não apenas fundou as literaturas nacionais modernas, como também estabeleceu as bases para o comparativismo e a Literatura Mundial, instituindo os elementos basilares dos sistemas literários até os dias atuais. Historicamente, a Literatura Comparada, como conceito previsto em muitos manuais conceituados, tem como norteamento premissas que advém da própria compreensão do Estado nacional. O comparativismo, embora

tenha como principal intuito retratar as relações entre literaturas, tem colocado em xeque algumas considerações inquebrantáveis no decorrer do século XX.

Um dos pioneiros teóricos da disciplina, Paul Van Thieguem (1994, p. 96), advogou que a Literatura Comparada realiza “a pesquisa e a análise das influências sofridas e exercidas”, e mantém num estado mais profundo de fontes e influências, as relações de origem e influência, organizadas em razão de teorizações nacionalistas e/ou regionalistas, tornando a literatura e suas especificações ligadas a certos traços que a unificariam num todo dividido, mas coerente:

[...] como todas as partes que compõem o estudo completo de uma obra de um escritor podem ser tratadas apenas com os recursos da história literária nacional, exceto a pesquisa e a análise das influências sofridas e exercidas, convém reservar esta para uma disciplina especial, que terá seus objetivos bem definidos, seus especialistas, seus métodos. Ela prolongará em todos os sentidos os resultados obtidos pela história literária de uma nação, reunindo-os com os que, por seu lado, obtiveram os historiadores das outras literaturas, e desta rede complexa de influência se constituirá um domínio à parte. Ela não pretenderá de modo algum substituir as diversas histórias literárias nacionais; há de completá-las e uni-las; e, ao mesmo tempo, tecerá, entre elas e acima delas, as malhas de uma história literária mais geral. Esta disciplina existe; seu nome é Literatura comparada. (THIEGUEM, 1994, p. 101)

Essa postura, contudo, é um pouco problemática se pensarmos um sistema global de trocas, uma vez que a nação, enquanto construção ideológica simbólica limítrofe (muitas vezes contraditória), não pode se definir de modo simplório. Consequentemente, neste bojo, sua literatura também estaria comprometida. Além disso, as relações entre literaturas costumam ultrapassar fronteiras e encontrar em terras distantes influências imperceptíveis, desligando-se das bases culturais nacionais e se perdendo num infinito de contatos.

Cláudio Guillén (1985) foi um dos nomes que mais questionou a sistematização da literatura em termos nacionais e sua relação, por assim dizer, supranacional, conferindo à disciplina certo pendor monolítico quando analisadas as suas divagações em fronteiras. Para ele, a literatura comparada não pode ser reduzida a espaços fechados porque ela sempre ultrapassa essas barreiras; na medida mesma que a sua internacionalização esconde diferenças cruciais entre diferentes sistemas. Por esses motivos, ele prefere considerá-la a partir das tensões entre o local e o universal, entre o particular e o geral. (GUILLÉN, 1985, p. 15)

O teórico espanhol afirma que as literaturas não podem ser pensadas separadamente, senão por meio de suas relações, e que não estão fincadas exclusivamente em uma nação ou parâmetro cultural. O uno é sempre diverso e a complexidade desse fator implica na relativização de valores desde a história nacional à sua produção literária. Assim sendo, nação e literatura são partes de um padrão não harmonioso de influências.

Essa postura desemboca no problema de se considerar a literatura como sistema (aqui podemos entendê-lo no sentido que discutimos em Antonio Candido posteriormente), uma vez que se não classificadas as obras como pertencentes a algum padrão, ela não terá validade no mapa da imaginação nacional. O circuito mais propício para isso, evidentemente, é a nação.

Segundo Guillén, isso se deve a uma tendência genérica, cuja aceitação deve ser relativizada em troca de um intercâmbio e exame das particularidades políticas e culturais de cada Estado. Assim, as literaturas no circuito canônico, sem o título de nacionais, são apenas manifestações escritas. Porém, essa legitimação, em vias de fortalecer uma literatura, acaba também por enfraquecê-la, devido o essencialismo, de certo modo, infundado; e coloca nas mãos do ufanismo o debate sobre a sua forma e identidade, sintetizado num panorama reducionista, uma vez que todas as produções mundiais, pelo menos na era moderna, estão em contato.

Por essa razão, Guillén alerta que o estudo transnacional das literaturas faria mais sentido, já que todas elas são, de um modo ou outro, produtos globais. Isso implica, é claro, o problema da centralização das influências e as diferenças reais entre sistemas, uma vez que todas as produções nacionais são bem distintas entre si. Esse não é ponto nosso ponto central aqui, mas ainda assim merece menção.

Segundo Spivak (2003) a “Weltliteratur”, a literatura mundial, organizada a partir das nacionais, está consideravelmente centralizada em espaços que promovem a diferença e submissão de um modelo literário a outro. Por esse motivo, o plano da literatura nacional-internacional, comumente atribuído aos estudos comparados, entra em colapso por considerar que existem diferenças entre as literaturas, mas elas estão organizadas a partir de um eixo orientador que torna outras literaturas nacionais como subsidiárias das europeias. Vejamos um trecho da obra de Alfredo Bosi em que ele explicita o caráter dependente da literatura brasileira:

Convém lembrar, por outro lado, que Portugal, perdendo a autonomia política entre 1500 e 1640, e decaindo verticalmente nos séculos XVII e XVIII, também passou para a categoria de nação periférica no contexto europeu; e a sua literatura, depois do clímax da épica quinhentista, entrou a girar em torno de outras culturas: a Espanha do Barroco, a Itália da Arcádia, a França do Iluminismo. A situação afetou em cheio as incipientes letras coloniais que, já no limiar do século XVII, refletiriam correntes de gosto recebidas “de segunda mão”. O Brasil reduzia-se à condição de subcolônia... (BOSI, 2001, p. 12)

Além desses fatos, podemos aferir que essa centralização implica numa espécie de hegemonização das grandes literaturas conforme se desenvolvem os poderes coloniais através

da Europa, situando os espaços marginais como dependentes de outros e relegando, no caso das letras coloniais brasileiras, uma posição subalterna. Condição que até mesmo Portugal acaba se inserindo no contexto europeu.

Muito desse aspecto se deve à atitude crítica de estabelecer modelos canônicos conforme os estratos de poder ocidentais. Essa concentração, que tem como defensor o crítico estadunidense Harold Bloom ([1994] 2010), explicita o caráter centralizador das obras literárias que não estão no circuito europeu ou estadunidense e prende a estética textual a um elemento limitador e romântico, numa chave que transfigura a Literatura mundial pelos intelectuais ocidentais.

Segundo Said ([1983] 1987) essa postura não é ingênua, mas bem orientada para fins de execração cultural. Ao analisar o posicionamento de Erich Auerbach em seu *Mimesis*, o teórico palestino aponta como o exílio do intelectual alemão em Istambul o colocou diante de uma ideia de cultura literária bem distinta do conceito de Literatura dentro da própria Europa, uma vez que, como adverte o próprio Auerbach, as bibliotecas não eram especializadas em estudos sobre a Literatura Europeia: “Também posso mencionar que o livro foi escrito durante a guerra e em Istambul, onde as bibliotecas não estão bem equipadas para estudos europeus.” (AUERBACH, 1974, p. 557)<sup>14</sup>

Essa querela levou Said a questionar, através do próprio Auerbach, como, mesmo num território tão próximo geograficamente das grandes nações europeias como era a Turquia, os estudos sobre a Literatura Ocidental fossem tão escassos, como o próprio intelectual alemão há de tratar sobre o império turco: algo não europeu. Em outras palavras, Said mostra como a ideia de Literatura, mesmo dentro da Europa tendia para a centralidade e o nacionalismo, caracterizando uma soberba intelectual:

A grande designação cultural-nacional da cultura europeia como norma privilegiada traz consigo uma formidável bateria de outras distinções entre as nossas e as deles, entre próprias e impróprias, européias e não-européias, altas e baixas: elas podem ser encontradas em toda parte, em temas e quase-temas da linguística, história, teoria racial, filosofia, antropologia e até mesmo biologia. Mas minha principal razão para mencioná-las aqui é sugerir como na transmissão e persistência de uma cultura há um contínuo processo de reforço, pelo qual a cultura hegemônica agregará para si as prerrogativas que lhe conferem seu sentido de identidade nacional, seu poder como um implemento, aliado ou ramo do Estado, sua correção, suas formas exteriores e afirmações de si mesmo: e mais importante, por seu poder reivindicado, de um vencedor sobre tudo, não em si mesmo. (SAID, 1983, p. 14)<sup>15</sup>

<sup>14</sup> No original: “I may also mention that the book was written during the war and at Istanbul, where the libraries are not well equipped for European studies.”

<sup>15</sup> No original: “The large cultural-national designation of European culture as the privileged norm carried with it a formidable battery of other distinctions between ours and theirs, between proper and improper, European and non-European, higher and lower: they are to be found everywhere in such subjects and quase-subjects as linguistics, history, race theory, philosophy, anthropology, and even biology. But my main reason for mentioning

A colocação do teórico confirma a hipótese de manutenção das hegemonias culturais ao redor do mundo, sublinhando o caráter de imposição do nacionalismo e poderio europeus perante outros contextos. Recentemente, podemos exemplificar a “Commonwealth Literature”, termo usado para distinguir os escritores dos países de terceiro mundo em língua inglesa e que fazem parte de um grupo secundário da produção da mesma língua em termos de contemporaneidade. Através da sua subalternidade institucional se chancela a ideia por trás das palavras de Said.

A língua inglesa, considerada de leste a oeste como veículo de expressão literária, teria menos valor quando se tratasse de uma obra composta por um escritor de uma ex-colônia britânica? E por que à Literatura estadunidense não se aplica os mesmos critérios? Salman Rushdie em um artigo publicado em 1983 ataca a atitude pedante dos organizadores da proposta e assinala a vigência real de uma literatura não apenas imaginativa, mas dialógica, além da alcunha taxativa de terceiro-mundista:

É possível, penso eu, começar a teorizar os fatores comuns entre os escritos dessas sociedades - países pobres, ou minorias carentes em países poderosos - e dizer que muito do que é novo na literatura mundial vem de seu grupo. Esta parece ser uma teoria “real”, delimitada por fronteiras que não são políticas nem ocultas, mas imaginativas. E são desenvolvimentos desse tipo que a quimera da “Commonwealth Literature” obscurece.

Esse processo transnacional de cruzamento linguístico de polinização não é novo. As obras de Rabindranath Tagore, por exemplo, há muito tempo estão amplamente disponíveis na América de língua espanhola, graças à sua estreita amizade com a intelectual argentina Victoria Ocampo. Assim, toda uma geração, ou mesmo dois escritores sul-americanos, leram o *Gitanjali*, *O Lar e o Mundo* e outras obras, e alguns, como Mario Vargas Llosa, dizem que as acharam muito excitantes e estimulantes. (RUSHDIE, 2010, p. 69)<sup>16</sup>

É claro que a postura por trás disso tem uma variante política quando tratada pela teorização ocidental, e se sobressai por privilegiar um núcleo regulador de produções. Seja no exame demonstrativo de Bosi (em *Dialética da colonização* sua postura é reformada), na

---

them here is to suggest how in the transmission and persistence of a culture there is a continual process of reinforcement, by which the hegemonic culture will add to itself the prerogatives give it by its sense of national identity, its power as an implemente, ally, or branch of the state, its rightness, its exterior forms and assertions of itself: and most importante, by its vindicated power as a victor over everything not itself.”

<sup>16</sup> No original: “It is possible, I think, to begin to theorise common factors between writes from these societies - poor countries, or deprived minorities in powerful countries - and to say that much of what is new in world literature comes from his group. This seems to be a ‘real’ theory, bounded by frontiers which are neither political nor Hnguistic but imaginative. And it is developments of this kind, which the chimera of ‘Commonwealth literature’ obscures.

This transnational, cross-lingual process of pollination is not new. The works of Rabindranth Tagore, for example, have long been widely available in Spanish-speaking America, thanks to his close friendship with the Argentinean intellectual Victoria Ocampo. Thus an entire generation, or even two of South American writers have read *Gitanjali*, *The Home and The World* and other works, and some, like Mario Vargas Llosa, say that they found them very exciting and stimulating”.

análise da Crítica Literária europeia por Said ou nas apreciações de Rushdie, o que está em jogo é o questionamento da submissão de algumas literaturas nacionais a outras, ainda que sejam perceptíveis elementos que a colocam num patamar internacional. Então, porque motivos há de se considerar que um modelo é superior a outro?

A história literária, conforme Spivak (2003), é a história de uma organização da presença europeia contra a ausência da mesma, e, portanto, ela acompanha os esforços políticos (colonialistas e imperiais) dos países do Velho Mundo. Assim, a sua incidência afetaria diretamente na imposição a outros modelos. A autora não afirma que a cultura europeia é sem importância ou que ela fora de todo supremacista, o que se coloca em questão é o fato dela ser tida como modelo preponderante nos estudos literários.

Contra essa perspectiva, Spivak defende um estudo da literatura em termos planetários, que não se confunde com global, uma vez que essa é entendida como inócua para diferentes partes do planeta. A literatura planetária é global e local, isto é, constitui-se como uma ferramenta de cruzar mundos e revelar alteridades. Ela é problemática, mas não é incoerente, porque realça as diferenças sem ignorar as relações mundiais.

Sandra G. T. Vasconcelos (2011) afirma que o posicionamento de Spivak é utópico e desvela uma posição de crise que sempre acompanhou a disciplina. Para a teórica brasileira, o conceito de literatura planetária é uma retomada de modelos da “*weltliterature*” em uma nova chave crítica, que dificilmente daria conta do trabalho hercúleo de apontar todas as diferenças entre as literaturas mundiais. O *Atlas do romance europeu*, organizado por Franco Moretti (2003), bem como outras investidas do intelectual italiano e outros, como David Danroch (2003), são exemplos de que esse projeto é impossível de ser executado nas atuais condições do Sistema-mundo.

Apesar disso, tanto Moretti como outros estudiosos, já se debruçam para refazer o horizonte de análise das obras mundo afora e suas tentativas, embora não sejam fracassos, são sintomáticas em termos de assinalar a crise que as fronteiras nacionais sempre tiveram e a complicação metodológica em examinar diferentes literaturas. Cumpre lembrar que as ideias propostas por alguns estudiosos eleva a teoria ao patamar de razão sintética e a “crítica prática” (BELSEY, 1982) revela mais discordâncias do que consentimentos.

O planeta não admite unidade na mesma medida que questiona a identidade nos estudos críticos. Isso nos leva a encarar o binarismo estruturalista como ferramenta de análise, entendendo o nacionalismo e suas contradições como base dos estudos comparados e fazer da discussão do local *versus* global, como advoga Walter Mignolo (2009), o motivo originário dos estudos atuais da Literatura Mundial.



Embora essas propostas continuem a ser a tônica de boa parte dos estudos comparados recentemente, lançamos uma proposta de avaliação com base na perspectiva de Histórias Conectadas e Literatura Planetária. Interessa-nos a ideia de Steven Tötösy de Zeptnek (1998) sobre os estudos culturais comparados, os quais realçam as margens como protagonistas. Adiante, baseamo-nos nas conexões culturais que transcendem, inclusive, a centralização europeia. Por fim, admoestamos o sentido humanista e inclusivo da Literatura mundial.

Essas escolhas de análise não implicam que consideremos o nosso método como ideal, mas aponta como se pode usar dos próprios recursos da Literatura Comparada tradicional e estendê-la num patamar de apreciação próprio: criar um método na medida em que estudamos os objetos. Nesse sentido, podemos estabelecer os elementos que tanto deslocam o centro de análise para a periferia, como implicações nas relações entre literaturas, eixo norteador dos estudos comparados.

### 3 AMÉRICA LATINA: A COMUNIDADE TRANSCULTURAL

Nação, enquanto ideia de grupo coeso organizado por narrativas, manifesta-se nas literaturas latino-americanas através de alguns exemplos, em meio à atmosfera cultural que se desenvolve nos novos países do continente a partir do século XIX. Esse século traz consigo tanto o início da emancipação real dos territórios nacionais quanto o ideal de unidade em que eles se organizam: a América Latina. Segundo Ana Pizarro (1993), esse período marca a incidência de uma nação em construção e se revela nas produções culturais dos territórios recém-independentes na busca, de um lado, por uma identidade nacional e, de outro, pela inserção dos valores nostálgicos do romantismo europeu.

Desse ponto de vista, cumpre assinalar que as ideias nacionais se desenvolvem quase simultaneamente à ideia continental, o que nos leva a dizer que esses dois projetos, nação e América Latina, articulam-se e soerguem, ao mesmo tempo, uma latinidade americana geral e nacionalismos em cada Estado. A *Carta de Jamaica* (1815), redigida por Simon Bolívar (1783 – 1830), um dos documentos pioneiros da emancipação continental, já explicita a vontade de redesenhar as fronteiras das zonas libertas e, assim, integrar toda a região no panorama geopolítico internacional. Alhures averiguada a história americana, são notáveis as trocas constantes entre nação e continente, de modo que uma auxilia no projeto do outro.

Ao examinar algumas obras e propostas, procuramos revelar como o território específico, a nação, constitui-se de formas variadas em diferentes períodos e como ela se liga a outros projetos que, em perspectiva e contingência, voltam-se para a unidade continental. Este território imaginado, a partir de meados do século XIX, começa a ser denominado como América Latina.

Esse exame da construção da ideia de nação (ou nações) em consonância ao todo continental é pensado através da produção cultural dos períodos averiguados. Documentos simbólicos dessa época, cujo envolvimento com a Literatura foi marcante, ajuda-nos a discorrer sobre a nação como uma comunidade sîgnica.

Partimos de duas ideias centrais que percorrem parte desta tese. A primeira é a de transculturação narrativa de Ángel Rama (1982 [2008]), que desvelam os principais tópicos deste capítulo. A segunda é a de comunidades imaginadas, de Benedict Anderson (2008); estudada pontualmente, mas também relevante. Já neste capítulo o autor se faz presente, uma vez que as observações aqui tratadas devem especificar a natureza da nação ou do continente como um grupo de narrativas geradoras de unidade simbólica, tão cara ao discurso do nacionalismo e do comunitarismo.

A respeito dessa rede ampliada de signos, prospectivamente, são avaliados alguns discursos que formaram a consciência histórica de um povo, num debate parcialmente resolvível, entre a condição nacional e continental. Nas narrativas que compõem esse grande conglomerado chamado de cultura nacional se pode alinhar (ou distinguir) a América Latina dentro dele.

Da busca histórica pelo entendimento do que pode ser entendido por América Latina, damos nosso primeiro passo, estendido na análise de certos produtos histórico-político-culturais que reformularam (e reformulam) a ideia por trás do termo; sua criação, negação e reinvenção. Em suma, apresentamos em esboço, jamais definitivo, o que há de transculturador e transnacional nessa contingência de discursos que é capaz de sintetizar numa terminologia e ideia o que define, arbitrariamente, a consciência histórica do sujeito das nações latino-americanas.

Essa consciência é averiguada em termos históricos, retóricos e políticos, por nos focarmos nos discursos literários do passado para delimitações consistentes. Valemos-nos, assim, das observações de Pizarro (1985) e (1993), cujo método de análise da Literatura latino-americana abarca tanto uma investigação da poética textual, como a análise histórica das narrativas do passado, a fim de revelar a consciência histórica por trás dos textos. Tratamos dessa consciência através da competência narrativa, a fim de estrearmos o tipo de percepção do sujeito latino-americano a respeito de si mesmo num dado período.<sup>17</sup>

Em uma perspectiva latino-americana, tendo por foco as narrativas literárias, isso enfatiza a capacidade de utilizar a História da América Latina para analisar uma situação presente e determinar um curso de ação. Essa ideia se coaduna à proposta de Pizarro (1993), para quem a crítica literária deve se alinhar à análise histórica para se fundamentar. Unindo ambas as perspectivas, as observações seguintes apresentam como a crítica textual deve ser levantada numa visão historicista; esta, por sua vez, diretamente vinculada a atos de cognição do saber narrativo, reconstrói o passado histórico.

Essa ideia por alguns momentos se revela neste trabalho como decifração dos textos através do “horizonte de expectativa” (Hans-Robert Jauss). Essa categoria auxilia na análise

---

<sup>17</sup> Jöhn Rüsen (1992), cujo método de investigação histórico interliga a competência histórica e a narrativa, admite que a consciência histórica é uma experiência temporal em que a capacidade linguística de compreender e narrar é imprescindível à consciência histórica; realizando-se, através da narração, o contato com a experiência do passado. Desse modo, a síntese histórica se realiza simultaneamente entre a experiência e a narração, fazendo da consciência histórica uma “competência narrativa”. Essa competência procura dar sentido ao passado e sugere alinhar a consciência humana ao *modus operandis* do passado, levando a cabo a análise de elementos do passado que geram sentidos (lineares ou disjuntivos), de modo a realinhar esse passado à perspectiva presente por meio da forma, do conteúdo e da função. Isto é, realizar uma decifração baseada nas nossas competências de estudo do passado e das narrativas.

histórico-literária a seguir, porque elenca os elementos vitais para a análise projetada: relação entre contexto e texto. Apesar do ecletismo que venhamos a utilizar neste capítulo, devemos deixar claro que esse exame leva em conta a inserção do componente histórico como intimamente ligado às práticas narrativas e, conseqüentemente, como veículo de organização da consciência histórica dos latino-americanos através da Literatura.

### **3. 1 O discurso da coesão continental**

No que se convencionou ser chamado Novo Mundo, parte ainda não revelada do planeta até o fim do século XV, um programa cultural orientado conforme o padrão já milenar das civilizações conhecidas era inviável e até mesmo indesejável. Tendo em vista que a quarta parte do mundo, segundo o olhar europeu, estava destituída de qualquer passado para consumir suas lendas e histórias num conglomerado consistente de vestígios autônomos, isso levou um dos bastiões do Iluminismo, G. F. W. Hegel ([1822-1828] 1995, p. 168), a considerar os americanos “[...] como crianças irrefletidas que se limitam a existir de um dia para o outro, longe de todos os pensamentos e fins elevados.”

A puerilidade da razão histórica do continente, para o filósofo alemão, por pelo menos três séculos o reduziu a um pedaço de chão e povos sem quaisquer vínculos com a pretensa tradição historiográfica e os fins nobres do processo civilizatório, o que o aniquilaria enquanto comunidade legítima. A perspectiva hegeliana, parcialmente ultrapassada no processo de independência das Américas e retomada por ações neocolonialistas e imperialistas, revela a tomada de consciência dos americanos e provoca um profundo corte no modo de pensar do povo e sua escritura.

Os prolegômenos teóricos e historiográficos de uma produção intelectual latino-americana, vinculados na proposta de uma consciência nacional desde o século das luzes até meados do século XX, mudaram drasticamente, uma vez que já no século XIX as independências e a luta contra o imperialismo culminam com a adesão, mesmo superficial, de uma nova identidade. Consoante esse exame estabelece um caminho que, discutidos adiante com mais cautela, fragmenta a literatura e a consciência histórica das nações latino-americanas em regiões ou complexos, diversos e orgânicos simultaneamente. Imaginamos que salientam de igual modo a noção de unidade transcultural da nação e seus possíveis desentendimentos.

Sumarizando alguns pontos sobre o assunto em questão, compomos uma reflexão acerca da ideia continental e nacional através de uma análise de discursos sobre o nacionalismo da América Latina, cujo destaque é percebê-los como projetos histórico-

culturais de uma grande sigla para a unidade latino-americana forjada através de uma série de signos, símbolos e comentários. Também é um conceito prévio para a generalização fracionada em ideias nacionais distintas e multiformes que, em conjunto, atribui-se o adjetivo “latino”.

Consideramos, de início, o nacionalismo e o latinismo americanos como irremediavelmente resultados de sua produção antropológica: intervenção político-intelectual desde a sua formação colonial; problematizada através de um debate que se desenvolve do século XIX em diante. De fato, toda a ideia que se tem da América Latina está ligada aos artefatos discursivos que criaram a consciência desse território, numa configuração similar ao de muitos lugares através do tempo e espaço, conforme já apregoado por Even-Zohar (1996). A sua consolidação depende, assim, dessa análise de narrativas.

Em texto apresentado por ocasião de um Encontro da ANPHLAC, Hector Bruit (2000) discutiu a evolução do termo e da ideia de América Latina nos séculos XIX e XX, trazendo a tona um grande número de obras sumárias para o debate da “invenção” do continente. A sua conclusão, apesar dos desdobramentos reconhecíveis contidos no texto, redundava nas seguintes palavras: “[...] a questão do nome [América Latina] não é puramente semântica, nominativa. Pelo contrário [sic.], envolve realidades históricas concretas e específicas, e estas pertencem ao século XX.” (BRUIT, 2000, p. 11).

O caráter negativo das observações do autor admoesta a ideia por trás do termo, oriundo do século XIX e constantemente repensado por intelectuais que, latino-americanos ou não, recorrem a um legado intelectual forâneo para sintetizar a expressão controversa. O ápice de desenvolvimento crítico está situado em meados do século XX, por ocasião, parece, de um interesse em marcar a diferença do subcontinente.

Esse fato nos leva a refletir como a necessidade de criar a “latinidade americana” tem uma característica fundamental dentro de um projeto geopolítico maior, ou, como presumimos, uma construção conceitual de meados do século XX para marcar uma identidade (e sua conseqüente alteridade), bem como as implicações ideológicas resultantes disso.

Assim, o termo incerto no século XIX e popularizado no decorrer do XX, devido, quiçá, à propagação das ideias estadunidenses acerca do subcontinente e o combate por parte de latino-americanos à influência externa, baliza a vontade política de estabelecer uma diferenciação. Desde a carta do Congresso do Panamá, de Bolívar, redigida em 1826, por exemplo, já vemos a tendência de unificar os estados americanos num espaço continental que faça frente à América do Norte.

Uma interpretação muito aceita do batizado deste continente, citada por Bruit (2000), tem como fonte o ensaio de um norte-americano: *Pan-Latinism, French Intervention in Mexico (1861-1867) and the Genesis of the Idea of Latin America*, publicado em 1968 por John Leddy Phelan. Nesse texto referência, o autor remonta a ideologia panlatinista de intelectuais franceses do século XIX, impelidos em aproximar as ex-colônias espanholas à França, uma vez que havia grande interesse do país europeu em expandir seu poderio neocolonial frente ao surgimento da potência EUA – fato consolidado na invasão ao México em 1862. Cumpre lembrar ainda o igual interesse pela legitimidade de um nome pelos hispano-americanos para criar uma identidade própria e avançar no processo civilizatório. Segundo Phelan, coube a L. M. Tisserand, em um artigo publicado em 1861, véspera da invasão francesa, a alcunha “América Latina” (FARRET & PINTO, 2011, p. 36).

Contudo, para Farret & Pinto (2011) essa alcunha pode ser reprojetaada em pelo menos dois caminhos, ambos advindos de intelectuais latino-americanos. Seguindo os passos do filósofo uruguaio Arturo Ardao e do historiador chileno Miguel Rojas Mix, os autores atribuem a criação do termo América Latina ao colombiano Torres Caicedo e ao chileno Francisco Bilbao. Esses dois intelectuais desenvolveram o conceito em 1856 em conferências proferidas em Paris, sendo comumente creditada a Caicedo a criação do nome. No entanto, Bilbao, segundo Rojas Mix, usou o termo antes do colombiano e ficou esquecido dos debates acerca do assunto por ser um intelectual marginalizado, pouco influente e subversivo.

Independente da querela, o historiador chileno levanta o problema por outro fator: a ligação estreita da criação desse termo para fins anticolonialistas. Ele admite que não se trata de uma desconstrução, com o fito de desprezar a empresa do colombiano, responsável pela difusão da ideia, mas salienta a importância de Bilbao devido o seu caráter anticolonialista e anti-imperialista. (ROJAS MIX, 2001, p. 231)

Farret & Pinto (2011) enfatizam, ainda que por caminhos diferentes, a delimitação de um nome para esse antigo Eldorado como um antípoda da civilização anglo-saxã na América. Apesar do artigo dos autores considerar defasadas as observações do texto de Bruit (2000) e de Rojas Mix contestar a opinião de Ardao, todos parecem concordar que a criação da América Latina se deve a uma construção conceitual entre as duas Américas para combater a intromissão indesejada.

Dizer que a jogatina imperialista para construção de um termo propício à dominação da América Latina é o único motivo para a consolidação da expressão parece um tanto quanto reducionista, apesar deste tópico ser o invólucro de grande parte de nossas considerações. Farret & Pinto (2011) já nos mostram que havia um interesse por parte dos hispano-

americanos em estabelecer uma semântica própria para o continente, ainda que essa atendesse a alguns privilegiados e fosse muitas vezes deslocada de seu sentido inicial.

Na América “não saxã”, “subdesenvolvida” e “atrasada”, pechas para esse primo pobre da América, houve homens de Letras preocupados em pensar a cor local, compreendê-la como uma ideia autônoma e original, até mesmo antes das independências. Isso era uma necessidade histórica não apenas para combater a violência simbólica causada pelos dissidentes dos projetos colonialistas, era também uma palavra de ordem rumo ao desenvolvimento independente dos novos Estados-nações.

Chama nossa atenção que essas observações explicitam uma realidade histórica concreta: a ascensão do império estadunidense. A imposição cultural que, no início da colonização, deu aos espanhóis o poder de sobrepor a sua verdade acerca do continente, mostra-se mais uma vez capaz de legitimar o domínio pela ótica dos EUA.<sup>18</sup>

Assim, em termos geopolíticos, a América Latina se funda como contrapeso da América do Norte e da Península Ibérica: nem saxões nem ibéricos, mas latinos. A parte acima do trópico, segundo o Destino Manifesto, desenvolvida e anglo-saxã; a parte abaixo, terceiro-mundista – caracterizada pela “latinidade”. Tal definição meramente estratégica – opor latinos a saxões e ibéricos – não ressalta, mesmo para o mais sistêmico dos modelos, a ideia por trás do continente, configurando-se apenas como uma expressão de hierarquia conceitual, inspirada em modelos políticos. Também instiga uma versão relativamente definitiva da América Latina segundo critérios de observação externos que, por mais coerentes que pareçam, autoriza o uso de uma palavra para definir todo um povo, região ou história imensos, a despeito de uma complexidade histórica notável, inclusive para a avassaladora maioria dos autores que se utilizam do termo.

Nenhuma das observações anteriores sobre o subcontinente, tampouco o que diz respeito às nações, são oriundas de configurações exclusivamente geopolíticas, mas

---

<sup>18</sup> João Feres Jr. (2004) assinala a consumação da ideia de América não-saxã a partir da categoria analítica “assimetria contraconceitual” de Reinhardt Koseleck, definindo a marca hispânica (*Spanish*) na América em meados do século XIX assimétrica em relação a seu primo mais velho, a América anglo-saxã. Para o autor, essa distinção não se resume ao fato linguístico; ela é desenvolvida por oposições de caráter cultural, racial e histórico. Essas assimetrias, segundo os norte-americanos, consumariam características positivas para eles e seus opostos negativos, notadamente pertencentes à América Hispânica. A América Hispânica enquanto conceito deixou de existir, mas essa visão pejorativa empreendida pelos EUA abriu espaço para uma questão importante sobre o continente latino-americano: “[...] o conceito de *Spanish America* serviu de contraconceito para a consolidação da ideologia nacionalista americana no século XIX. [...] esse tipo de inferiorização sistemática do Outro cria horizontes de expectativas que servem de guia para ações futuras, quando não de justificativa para ações presentes e passadas. Mais especificamente, em relação aos povos identificados em inglês como *Spanish American*, as ações americanas durante o século XIX se pautaram pela unilateralidade e violência. O exame da evolução histórica do campo semântico de *Spanish America*, empreendido aqui, serve para formularmos questões e hipóteses sobre os significados atribuídos ao conceito de *Latin America*, que a partir do século XX praticamente substituiu o termo *Spanish America* no inglês americano.” (FERES JR, 2004, p. 11)

consequência da produção e interpretação de artefatos humanos que produzem o sentido da comunidade imaginada em questão. Basta mencionar que praticamente todos os autores aqui mencionados colocam em pauta poemas, romances, ensaios, debates, cartas e palestras que representam ou fundam a ideia de América Latina. Essa ideia, também se revela diferente da de nação ou região e seus desdobramentos. Nesse sentido, a nação se configura como uma espécie de horizonte de expectativa, cuja ideia é processada na disseminação de discursos e através deles fundada. (MAINZ, 2007, p. 15)

Em suma, a produção e circulação de obras literárias ajudaram a formar a consciência nacional em boa parte das civilizações. Na América Latina e em suas nações isso iniciou com a própria descoberta, mas só pôde se caracterizar como tal a partir do século XIX com a consolidação de uma ideia sobre os territórios em desenvolvimento livre, embora ainda ligada aos ditames coloniais.

Logo, o problema de se estudar a nação ou o subcontinente através da Literatura tende a ser espinhoso se passarmos os olhos nas produções que moldaram a autoafirmação no continente. Afinal, por que encaramos as obras produzidas durante o período colonial como expressões de uma literatura nacional ou continental se não existiam essas consciências?

Examinamos o problema em perspectiva, ao passo que ele é frequentemente refletido pela História da Literatura em conluio com a ideia da própria condição nacional.<sup>19</sup> Como a nação é um projeto organizado pelas narrativas, seria no mínimo razoável entender que ela e a sua respectiva literatura estão imbricadas e se modificando, marcando suas relações e antinomias. Então, é mais coerente tentar entendê-la como um percurso de sentido, rupturas de significado, resignificação e plurissignificação, consolidados através de categorias epistêmicas que povoram o mundo das ciências do século XX chamadas de diferença e discurso.

### **3. 2 Considerações sobre a formação das literaturas latino-americanas**

O debate da ideia de América Latina, levado para o campo da crítica Literária, permite dizer que a ausência de uma formalização conceitual do subcontinente antes do século XIX não justifica a existência plena de uma história da literatura continental, algo que se

---

<sup>19</sup> Um bom exemplo dessa postura de alinhar Literatura à busca pelo desenvolvimento nacional está presente no artigo “Instinto de Nacionalidade”, de Machado de Assis (2015). No texto, o autor encara o progresso do país como intimamente ligado às letras nacionais, cuja característica predominante, ainda tímida no século XIX, deveria revelar os valores próprios da terra, ao passo que também inclui as *belles lettrés* europeias. Em outras palavras, esse instinto de nacionalidade encara o patriotismo como prática literária, rumo à civilidade.



desenvolverá com afinco apenas neste século com a independência.<sup>20</sup> Para um leitor atual, com olhos voltados aos três primeiros séculos de colonização, esse imenso pedaço de terra se restringe a uma ideia muito distinta: Índia Hispânica, Novo Mundo, Ibero-América e, num sentido continental amplo, América. Com algumas exceções, a literatura latino-americana se resume à produção jesuíta, crônicas, cartas, livros de viagens entre outros, feitos principalmente por espanhóis e portugueses, vigorando durante o período a ausência de uma consciência local, dependente dos requintes europeus, temática e formalmente. A produção literária ressalta, assim, a submissão do continente ao Velho Mundo.

Alfredo Bosi (1992) em *Dialética da Colonização* sugere que a relação não pode ser entendida de modo completamente unilateral, mas na fronteira. A marca da colonização é o diálogo, mas também a assimetria. Embora haja uma produção nativa que ressaltou os mitos e a história pré-colombiana e/ou pré-cabralina, esses textos e histórias foram tidos como composições de caráter periférico; vigorando, portanto, a mentalidade europeia, sobretudo de cunho cristão. Foi assim que a serpente emplumada Quetzalcóatl se transformou em santidade conforme a imaginação católica colonialista.<sup>21</sup>

Tendo em mente essas contrariedades culturais, Ana Pizarro (1993) propõe uma metodologia de estudo da literatura desse período observando a oralidade, o gesto, a pictografia e a escrita, bem como percebe uma disposição de perspectivas antropológicas entre hispanos, lusitanos, indígenas e mestiços. Envolvidas, eles só poderiam ser debatidos através da *relação*. A autora considera a reformulação do *corpus* e da análise de obras latino-americanas dentro de um universo transdisciplinar, uma vez que o imaginário colonial se inscreve em uma ordem cultural marcada pela diferença e tempos superpostos, passíveis de exames múltiplos, disjuntivos e historicamente descontínuos. Com o fito de deixar em aberto quaisquer conclusões acerca do que significou a literatura produzida no período colonial, a teórica chilena destaca:

Esses tempos culturais, que envolvem diferentes formas do imaginário, distintas concepções estéticas, modos de relação com o homem e o universo no processo que cria a colonização, se articulam em um complexo composto por segmentos de modos de produção, sociabilidade e imaginação, inserções em diferentes graus de desenvolvimento e em diferentes momentos na direção imposta pela metrópole. É a sintaxe de espaços e temporalidades através da qual a sociedade organiza a sua existência, que se torna discurso e dará um perfil ao seu desenvolvimento literário e

---

<sup>20</sup> Um exemplo que demonstra isso bem é *Formação da Literatura Brasileira* (1957), de Antonio Candido (2000).

<sup>21</sup> Serge Gruzinski (2003) revela como a divindade mesoamericana ganhou traços cristãos, na medida em que os espanhóis impunham seus modelos de pensamento e crença.

cultural, de onde vão plasmar-se os diversos tempos que compõem o ritmo do continente. (PIZARRO, 1993, p. 29)<sup>22</sup>

A proposta é, com efeito, traçar um panorama das obras escritas e os elementos que servem de base para a constituição histórica tanto de uma poética dos textos quanto uma, conseqüente, ideia de “América Latina” contida nos mesmos, o que configuraria um *corpus* de análise para a escritura do subcontinente nesse período. Essa visão busca no simulacro da escritura colonial os objetos passíveis de interpretação, a fim de historicizar a literatura latino-americana após o descobrimento e compreender “[...] a pluralidade dos tempos culturais e dos discursos” (*apud* PIZARRO, 1993, p. 29),<sup>23</sup> numa reflexão comparada que Walter Mignolo chama de “hermenéutica diatópica”.

Evidentemente, torna-se sinuoso averiguar essa compreensão histórica do continente tendo em vista as diferentes possibilidades de estudo da sua história, como a própria teórica chilena apresenta. Advertidos por isso, partimos de um ponto que se coaduna ao já salientado: as independências e a consciência continental no século XIX. O fizemos em termos teóricos por não considerarmos a existência de uma Literatura latino-americana autônoma antes do século XIX, uma vez que não existia até então uma ideia de América Latina, tornando difícil conceber o produzido nos três primeiros séculos de colonização como genuinamente latino-americano. A história literária das Américas, em grande parte, era aquela contada pelos vencedores.<sup>24</sup>

É a língua implantada pelas metrópoles que gerencia a “Literatura”; quando muito, a oralidade ameríndia é aceita senão adaptada conforme a *doxa* europeia. Basta lembrar que o contato com a língua indígena, diz o estudo de Tzvetan Todorov ([1982] 2010, p. 42), sugere apenas dois comportamentos possíveis: “[...] reconhecer que é uma língua, e recusar-se a aceitar que seja diferente, ou então reconhecer a diferença e recusar-se a admitir que seja uma língua...”.

---

<sup>22</sup> No original: “Estos tiempos culturales, que implican diferentes formas del imaginario, distintas concepciones estéticas, modos de relación con el hombre y el universo en el proceso que crea la colonización, se articularán en un complejo compuesto de segmentos de modos de producción, sociabilidad e imaginario, insertos en distintos grados de desarrollo y en diferentes momentos em la dirección que impuso la metrópoli. Es la sintaxis de espacios y temporalidades a través de la cual la sociedad organiza su existencia, la que se hace discurso y dará el perfil a su desarrollo literario y cultural, en donde van a plasmarse los diversos tiempos que conforman el tempo del continente.”

<sup>23</sup> No original: “[...] la pluralidade de los tiempos culturales y de los discursos”.

<sup>24</sup> A história da humanidade, segundo a leitura benjaminiana, sinaliza sempre para as narrativas dos “vencedores”. Assim sendo, ela focalizou reis, oligarcas, clérigos e seus compadres. Contudo, algumas produções trataram da questão mais recentemente, acentuando o valor de textos esquecidos pela história oficial. Na América Latina, durante o período colonial, podemos tratar de Guamán Poma de Ayala (1534 – 1615), indígena educado ao modo europeu, que escreveu uma longa obra sobre os nativos dos Andes peruanos. Embora seja representativa essa literatura quanto à defesa dos valores tribais, cumpre lembrar o seu aparecimento tardio (1908) e o tom moralizante que predomina a narrativa. (ADORNO, 2000)

Para uma consciência essencialista, cristã e racionalmente instrumentalizada, como foi a europeia entre os séculos XV e XVIII, a noção de língua ou cultura está muito distante da circunstância contextual que o sujeito dos séculos seguintes passou a ter. Assentados numa proposta de análise histórica, essa literatura poderia ser arbitrariamente chamada de Literatura colonial, devido ao fato de ser uma espécie de simulacro da cultura local. Portanto, esquivamo-nos da designação latino-americana no período, uma vez que essa identidade ainda não existe; muito menos se pode distinguir qualquer literatura nacional.

É claro que a concretude das identidades no século XIX trazem consigo traços anteriores às independências para pensá-los como manifestações de uma cosmovisão que, aos poucos, conferiria uma identidade à América. Como mostra Pizarro (1991, p. 35), essa literatura construiu uma série de produtos e elementos que ajudaram aos poucos na formulação de uma identidade continental e nacional. Esses traços do período colonial não serão esquecidos, uma vez que na época podemos elencar uma série de obras que discutem a *disjunção* entre indígenas, negros e europeus, como *La Araucana*, de Alonso de Ercilla, *Caramuru*, de Santa Rita Durão, a obra de Aleijadinho e manifestações diversas que se arrolam durante esse período, configurando, no mínimo, um sutil sincretismo.

De todo modo, não devemos encarar essas produções sob o rótulo de latino-americana. A designação, aliás, ultrapassa o campo da crítica literária e tem sua matriz de referência na própria interpretação histórica que temos do lugar, uma vez que o sentido desse imenso pedaço de terra é hermenêutico e não uma propriedade intrínseca do mesmo: “o ser das coisas não é algo que elas tenham por si mesmas, mas algo que se lhes outorga ou atribui.” (O’GORMAN, [1957] 1992, p. 62).

Em consonância a isso, o mesmo autor explica:

o mal que está na raiz de todo o processo histórico da idéia de descobrimento da América consiste no fato de se ter suposto que esse pedaço de matéria cósmica, que agora conhecemos como continente americano, terá sido isso sempre, quando em realidade só o foi a partir do momento em que se lhe atribuiu essa significação e deixará de o ser no dia em que, por alguma mudança na atual concepção do mundo, já não se lhe atribua. (O’GORMAN, 1992, p. 63)

A proposta de definição da América por qualidades inerentes tem uma acepção idealista e é recorrente na historiografia e na crítica literária até meados do século XX. Admitindo a busca por uma qualidade essencial da identidade continental ou nacional, ela desconsidera todas as interpretações que o passado venha a ter. Essa argúcia equivocada delimita a identidade nacional como algo já natural e entende, como diz O’Gorman, que o ser da América sempre esteve lá, bastando alguém revelar a sua natureza escondida.

Zilá Bernd (1992), ao revisar a percepção unilateral da historiografia literária brasileira, predominante durante um bom tempo nos meios intelectuais nacionais, contrapõe-se a essa corrente e assegura que a identidade nacional não pode ser vislumbrada numa configuração cósmica imanente, como se ela sempre existisse ali e nunca se transformasse:

Do meu ponto de vista, esta busca de identidade não deve coincidir com a “conquista de um caráter nacional” pelo simples motivo de que não existe “um” caráter nacional, nem uma “essência” brasileira, pois já está sobejamente comprovado, pela moderna antropologia, que não há nenhuma relação necessária entre a existência de determinadas raças e a produção de objetos culturais. Logo, a questão da identidade nacional será encarada como um dos pólos de um processo dialético; portanto, como “meio” indispensável para entrar em relação com o outro, e não como um “fim” em si mesmo. A busca de identidade deve ser vista como processo, em permanente movimento de deslocamento, como travessia, como uma formação descontínua que se constrói através de sucessivos processos de reterritorialização e desterritorialização (BERND, 1992, p. 10).

Entenda-se por “territorialização”, o “conjunto de representações que um indivíduo ou um grupo tem de si próprio” (BERND, 1992, p. 10), bem como seus incrementos desembocam em desconstruções e reconstruções dessas identidades. Em face da ideia de que as representações de uma sociedade no tempo e no espaço divergem constantemente, não há motivos plausíveis para acreditar que exista uma característica metahistórica de qualquer “território”, haja vista às dinâmicas territoriais que Gilles Deleuze e Félix Guatarri (2011) chamam a atenção.

Estes dois autores apontam para um pensamento de corte rizomático, que pretende perceber os processos vigentes de territorialidade epistêmica e suas relações com outros campos e bifurcações; gerando, conseqüentemente, a desterritorialização e a reterritorialização. Segundo os mesmos, esse processo implica “um lugar de passagem”, o que, segundo a nossa linha de raciocínio, provoca o entendimento do processo de construção da identidade territorial e aberturas como um projeto em devir:

[...] as próprias raízes são pivotantes com ramificação mais numerosa, lateral e circular, não dicotômica. O espírito é mais lento que a natureza. Até mesmo o livro como realidade natural é pivotante, com seu eixo e as folhas ao redor. Mas o livro como realidade espiritual, a *Árvore* ou a *Raiz* como imagem, não pára de desenvolver a lei do Uno que se torna dois, depois dois que se tornam quatro... (DELEUZE & GUATARRI, 2011, p. 19-20)

Deleuze e Guatarri (2011) argumentam que os múltiplos saberes, contrastes e interesses das ciências modernas, bem como as suas implicações política, ética e estética, sistematiza campos e noções variáveis, mas não totalmente efêmeras e não objetivas. As formulações humanas e suas sequelas concretas demonstram as infinitas formas de desfazer e

refazer o conhecimento acerca de si mesmo e dos outros, o que os autores concebem como pensamento rizomático. A busca examina os meios e não os fins.

Chama atenção a consequência geopolítica deste processo: a multiterritorialidade que esse ato implica. Como propõe Harsbaert (2004), apesar de sempre haver um conflito entre forças antagônicas, esse processo de constante reterritorialização cria uma espécie de palimpsesto da questão territorial que resulta em diversas formas e sujeitos no âmbito das reconfigurações epistêmicas.

Contudo, a geração de muitos espaços de atuação a partir de núcleos específicos, geralmente eurocêntricos ou centralizadores, pode não se atentar para as assimetrias dentro do mesmo sistema. Segundo Harsbaert (2004) é a própria revisão da ideia de território que modifica as formas de pensar e viver; mas esses processos são amplos e diversificados, manipuláveis e políticos. As diferenças e identidades ou tradições e novidades podem ser ocasionalmente peremptórias e frágeis, o que impediria a consolidação de um projeto distinto e contrahegemônico.

Em termo de estudo da nação, a recriação do território, segundo a perspectiva dos Estados modernos alentadas pelos teóricos do nacionalismo, está intimamente ligada não apenas à própria modificação do terreno em questão, mas a relativa mudança dos sujeitos, abstrações e matérias acerca daquele espaço, implicando, primeiro, no movimento de desterritorialização para reterritorialização; e depois, na reterritorialização para multiterritorialização.

Como devemos agudizar mais tarde, o processo de multiterritorialidade postula ele mesmo numa desterritorialização, mas alude igualmente em forças de atuação contrárias e desiguais. Neste caso, entre a unidade e a multiplicidade da representação. No campo das letras nacionais é necessário enfatizar um tratamento historiográfico para expandir o processo de compreensão destas mudanças além do objeto-texto em si.

Para Ana Pizarro (1985), considerar-se-á na análise literária a atmosfera histórico-cultural por trás das obras, de modo a organizar um estudo crítico-historiográfico dos textos que nos permita esquadriñar a natureza das produções, transformações e sentidos, em que pese tanto a análise textual quanto o panorama, “[...] fazendo do crítico um historiador e integrando no historiador um sentido crítico.” (PIZARRO, 1985, p. 22).<sup>25</sup>

Consideramos o sentido histórico do período colonial para a literatura como *relacional* e *disjuntivo*, conforme a própria Pizarro (1993) esclarece; porém, ele não é efetivamente

---

<sup>25</sup> No original: “[...] haciendo del crítico un historiador e integrando en el historiador un sentido crítico.”

nacionalista. Destarte, em termos de historiografia, não enfatizaremos a produção literária do subcontinente durante a Colônia, muito menos exemplos de alguma literatura nacional, mas como textos contendo elementos precursores de uma identificação que mostrará sua consciência enquanto grupo com as independências na América.

### **3. 3 Um olhar sobre a América Latina (e sua paralaxe)**

O período de gestação da ideia de América Latina coincide com o período de revoluções no continente.<sup>26</sup> As independências se deram disformemente, mas com uma orientação que parece ser regra em todas as nações: dissociar-se das metrópoles europeias e desenvolver autonomamente o Estado. Por sua vez, a ideia de América Latina é desenvolvida paulatinamente, uma vez que o imperialismo e os movimentos oligarcas acentuadamente regionalizados e nacionalistas que se dilataram nos países recém-independentes impossibilitaram essa unificação.

Nesse sentido, as nações objetivavam autonomizar seus domínios em relação à Europa e construir de modo relativamente pleno territórios emancipados que garantissem o direito a seus povos. Esse processo foi marcado pelos jogos de poder em torno da questão nacional, abrindo espaço para a seletividade e a particularidade: nem todos foram contemplados, vide a exclusão do indígena e do negro, por exemplo; tampouco se queria a unidade tão cara ao continente, mas o gerenciamento local dos territórios. A integração, encabeçada por revolucionários como Bolívar, no entanto, pouco interessava aos líderes nacionais e regionais (oligarcas e classe dirigente em sua maioria), e até mesmo ao povo, em alguns sentidos.<sup>27</sup> Averiguemos melhor a particularidade desses projetos.

---

<sup>26</sup> Para a discussão nesse capítulo, usamos uma orientação bibliográfica que aborda o caráter iterativo do conceito de Nação, a fim de explicar os jogos de poder na construção da identidade nacional. Muitas linhas de raciocínio podem ser feitas a partir deste ponto, entre as quais se destacam algumas que não foram usadas na análise principal, sobretudo neste capítulo. A ideia de América Latina é ampla e podemos aferir discussões sobre vários modelos de reflexão, haja vista os territórios que compreendem este espaço serem complexos, diferentes e distanciados. Aqui, centralizamos as discussões sobre a formação da nacionalidade na Literatura pós-independência de modo a exemplificar as divisões e conflitos que geraram versões centralizadoras do nacionalismo no continente, apesar de existir uma bibliografia que trabalha tal questão elencando traços antropológicos, sociais e outros níveis de exame, seja ele geográfico (Meso-América, Andes, Sertão, Amazônia, Prata) ou cultural (povos originários, perspectiva afro-diaspórica, civilizações pré-colombianas, imigração entre outros).

<sup>27</sup> A agenda disforme das independências pode ser vislumbrada na crítica de Octávio Ianni ao Estado liberal aqui organizado: “São várias e diversas as Nações que estão em causa nas controvérsias nacionalistas. No século XX, o dilema continua em aberto. Multiplicam-se os debates e estudos sobre a questão nacional, ou seus aspectos. As pesquisas sobre oligarquia, populismo, militarismo, liberalismo e democracia, ou economia primária exportadora, enclave, industrialização substitutiva de importações, dependência, bilateralismo, multilateralismo, imperialismo, dívida externa, muitas vezes, compreendem a problemática nacional. Surgem interpretações sobre a instabilidade política congênita, as dualidades básicas, o círculo vicioso da causação circular cumulativa, a marginalidade social, bem como classes, movimentos sociais, partidos políticos, lutas sociais, golpes de Estado,

Maria Clemência da Silveira Sampaio (1789 – 1862), poetisa gaúcha do período colonial, escreveu, por ocasião da comemoração da independência do Brasil, em 1822, um poema de tom ufanista, em certo sentido, reflexão da condição particular do novo país. Seus versos “heroicos” bem mostram a nação existente e a desejada:

Não sem pedir ao céu que alongue as vidas,  
Que guarde em paz os nossos Imperantes,  
Que nossos corações, há muito imperam,  
Anuindo-lhe o ardor, e entusiasmo,  
Para manter-nos ileso a liberdade,  
Para dar ao Brasil com as ciências  
A civilização, de que precisa,  
Comércio, agricultura, belas-artes,  
Que fazem prosperar impérios grandes (SAMPAIO, 2003, p. 71)

A voz poética no trecho acima roga pela longa vida dos “Imperantes” para que possam dar ao Brasil aquilo de que não dispõe: ciências, civilização, comércio, agricultura e belas artes. Isto é, o que está em jogo, independente da condição de colônia, é a autonomia nacional e sua prosperidade que, de muitos modos, imperou na maioria das nações latino-americanas.

Pesa, nesse sentido, considerar a conjuntura na qual viveu e escreveu Clemência Sampaio para compreendermos como se constrói essa visão de nação baseada no protótipo particularista. Esse modelo é fundamentado no *pueblo* e os seus representantes locais em confronto às elites dominantes dos países que, em sua larga maioria, ignoravam a periferia das nações e o contexto continental, impondo uma unidade nacional que estaria ameaçada tanto pela integração continental quanto pela emancipação regional.

Este e outros poemas foram declamados publicamente no ano de 1822 (em comemoração à Independência) e publicados esporadicamente nos anos seguintes no Rio Grande. Segundo Maria Eunice Moreira (2006), a emancipação nacional é o foco dos versos; e os responsáveis por tal feito são os nomes imperiais. Percebemos que a voz poética dilata uma perspectiva nitidamente regionalista (rio-grandense), ao evocar a “mulher sulina” e “continentista” em relação às mulheres do Centro cultural da época: as baianas, fluminenses e paulistas:

Não são, Alta Princesa certamente  
As amáveis Paulistas, as Baianas,  
E ainda mesmo as ditosas Fluminenses,  
Que ver-vos, e ouvir-vos se gloriam,  
Não são mais do que não Continentistas  
A vós as mais fiéis, as mais amantes,

---

revoluções e contra-revoluções. Alguns propõem tipologias ou escalas, nas quais poderiam classificar-se as Nações mais ou menos formadas, no continente e nas ilhas.” (IANNI, 1988, p. 9)

As quais por minha voz, inda que débil,  
 Com toscas expressões, bem que sinceras  
 Em mal rimados versos, inspirados  
 Do amor e patriotismo que me animam,  
 Vos rendem em tributo um puro afeto (SAMPAIO, 2000, p. 116)

O poema traz consigo a ideia da potencialidade de sua região em relação ao Centro cultural e político do país. Notamos, assim, um contraponto feito por Sampaio entre o nacional e o regional. Ela representa uma voz que paradoxalmente clama pelos valores altissonantes das brasileiras ao Centro e a edificação da mulher sulina a essa condição que presta tributo.

Ao equiparar a si e suas patrícias do Rio Grande às mulheres do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo, ela faz com que o olhar da imperatriz seja deslocado em direção a um estreito marginal do país. Apesar disso, vemos uma poesia que louva incontestemente a pátria e, displicentemente, sonega nuances de seu próprio povo e lugar. As sulinas, então, precisam se adaptar aos valores dos três estados modelos.

Os versos finais do poema rogam a proteção do casal imperial e retomam o tom laudatório, expressando a admiração da poetisa pelos “imperantes sempre amados” (SAMPAIO, 2003, p. 75), enquanto deposita esperança de mudança no Novo Mundo a ser alçada pelo casal imperial. Ademais, onde se lê Novo Mundo, deve-se ler Brasil.

Outros poemas de Clemência Sampaio, “Saúdosa expressão da pátria”, “Elogio” e “Um sítio de Porto Alegre”, publicados nos anos 1840 e 1850, reelaboram a tônica dos versos heróicos para o contexto da Revolução da Farroupilha. Os versos igualmente trazem a ideia de exaltação à pátria, através do amor devotado aos imperadores e à possibilidade de ascensão política do Brasil, ao passo que comentam mais uma vez, agora com tom provinciano, a inserção dos pampas no projeto nacional. Esses poemas se encontram localizados em outro contexto político pertinente: a revolução local no Rio Grande.

Em “Elogio”, de 1845, ela tece louvores ao fim da Revolução Farroupilha, comemorada com exaltação pelos rio-grandenses: “Exultai de prazer, rio-grandenses,/ Exulta ó Pátria minha, já liberta/ Da nuvem de terror e de tristeza,/ Que o horizonte tanto enlutara” (SAMPAIO *apud* MOREIRA, 2006, p. 33); e em “Saúdosa expressão da pátria” o tom laudatório da poetisa é bastante expressivo ao louvar Dom Afonso Pedro, filho do casal imperial, lamentando sua morte precoce: “Sim. Esse belo Afonso que adoramos,/ Novo astro radiante, luz, e brilha/ Na celeste auréola, que circunda/ O trono onde preside o Onipotente” (SAMPAIO, 2003, p. 79)



É paradoxal que a Pátria da poetisa seja tanto o Império Brasil quanto o Rio Grande, uma vez que a revolução em questão tinha por objetivo se contrapor às políticas do Império. Essa consciência simultaneamente nacional e local, assim, parece fazer sentido apenas do ponto de vista político, que a própria poetisa salienta em seus versos. E essa visão pode ser resumida pelo avanço e progresso, traduzidos em poesia laudatória às metrópoles brasileiras.

Esse tom político não é exceção na produção nacional, muito pelo contrário, é a regra. O século XIX é um período de efervescentes movimentos nacionalistas localizados que tornam a produção literária um veículo de confissão dos amores à terra e reflexão das disparidades culturais e políticas da época. Nossa recente ex-colônia está sedenta por afirmar sua nacionalidade e incorpora o espírito dos conceitos elitizados de nacionalidade, os traduzindo em produção discursiva regional porque convém se alinhar ao que prospera.

Segundo Moreira (2006), Clemência Sampaio está inserida nesse contexto enquanto mulher culta, abastada, da elite rio-grandense, que incorpora em seus versos uma exaltação patriótica ao mesmo tempo que exprime o seu desconforto pelos pampas não participarem do projeto nacional – que se modifica com a Revolução Farroupilha. De fato, foi essa a proposta de toda uma literatura ufanista que vigorou no período que chamamos de Romantismo.

A Literatura nacional na América Latina, apoiada numa versão idealista das produções europeias, se colocava como um elemento de educação da consciência nacional. Em perspectiva, descobre (ou inventa) o seu passado nacional, para sugerir ao explorador a sua qualidade intrínseca, tal qual uma donzela indígena. O progresso é o elemento central. A mestiçagem o paralelo. Afinal, como resolver o problema da civilidade para os considerados aculturados?

O questionamento, sob a ótica romântica, passa a vigorar em boa parte do século XIX e tem o mérito de averiguar como construir a consciência nacional. Contudo, se averiguada de modo mais criterioso, essa autodeterminação é espelhada numa versão etnocêntrica. Isto é, a cor local é subalterna e inconveniente, o que nos faz crer que o projeto nacional tem uma característica acentuadamente política. Não apenas, mas muito presente.<sup>28</sup>

Porquanto, o fenômeno literário sofre uma metamorfose ao procurar tanto um passado legítimo quanto uma posição política frente à exploração e intromissão indesejadas. As literaturas nacionais surgem com forte expressividade; vigorando, porém, temas, formas e

---

<sup>28</sup> A crítica desenvolvida por muitos autores recentemente, dentre os quais destacamos Antonio Cornejo Polar e sua ideia de heterogeneidade, busca trazer para a discussão a respeito da formação latino-americana a diversidade de produções e matizes culturais. Tal revisão deve incluir nesta propositura a inserção dos elementos andinos, coloniais, negros, indígenas entre outros que são comumente esquecidos. Cornejo Polar (2003) admite que essa heterogeneidade é fundamental para se pensar a crítica literária na América Latina e seus desdobramentos atuais, bem como suas raízes e tradições, muitas vezes enganosas.

insígnias do Velho Mundo. Os símbolos nacionais são gregários índios rumando à civilidade, haja vista a vontade política e cultural da nação em prosperar.

Em par com o contexto supramencionado, se não podemos creditar aos três primeiros séculos de colonização uma literatura latino-americana, no século XIX, em conformidade com a busca pela autonomia política e cultural, a América acaba seduzida pelo seu passado negligenciado e a modernização do mundo. Identidade e progresso passam a caminhar alinhados e gerar uma produção literária em que a figura do mestiço sintetiza o ser latino-americano. No entanto, essa produção, prolífica no continente, encontra no mestiço a síntese cultural em que o privilégio branco é superposto à voz subalterna.

Nos rastros dessa representação, o caso de José de Alencar (1829 – 1877) não é menos significativo. O escritor cearense, um dos precursores das literaturas regionalistas brasileiras, elaborou em sua obra um projeto para o “selvagem” e o “colono”, cujo desígnio, para ambos, era chegar ao patamar de civilizado. Essa via direta para a salvação divina e o progresso terreno está vinculada à aceitação unilateral do paradigma colonizador, uma vez que almejando esse destino, o branco e o indígena serão salvos. Um dos trechos finais do romance *O Guarani* (1857) salienta essa vontade de abraçar o espírito colonizador para cumprir os fins elevados que levam à salvação:

Se tu fosses cristão, Peri!...  
 O índio voltou-se extremamente admirado daquelas palavras.  
 - Por quê?... Perguntou ele.  
 - Por quê?... Disse lentamente o fidalgo. Porque se tu fosses cristão, eu te confiaria a salvação de minha Cecília, e estou convencido de que a levaria ao Rio de Janeiro à minha irmã.  
 O rosto do selvagem iluminou-se; seu peito arquejou de felicidade, seus lábios trêmulos mal podiam articular o turbilhão de palavras que lhe vinham do íntimo d’alma. (ALENCAR, 1996, p. 275)

Peri e Ceci seguem lados opostos. Rumo à salvação, o indígena é orientado a se tornar cristão. Ceci é a privilegiada do processo, por ser cristã e, sabidamente, civilizada; o contrapeso dessa relação, Peri, é esvaziado de sentido, cujo átimo de identidade é suplantado pela intervenção da fidalguia portuguesa, proclamado pelo desfecho da cena acima por parte do pai de Ceci: “Sê cristão! Dou-te o meu nome!” (ALENCAR, 1996, p. 275)

O nome cristão para Peri pode, enfim, trazê-lo à condição extasiante de civilizado, na medida em que o desenrolar da trama mostra a opção a ser seguida. Essa dialética da colonização não se restringe a esse romance do escritor cearense, se confirmando, com igual ênfase, o tónus selvagem em outras de suas personagens indígenas, como Iracema, cujos costumes românticos, frente ao colonizador, são explorados sob os dilemas da mestiçagem e

da relação. Dilemas pungentes nos debates de então acerca da identidade nacional, reflexo da constituição do povo brasileiro.

Apesar da possibilidade de interpretação das obras, havia a necessidade de “educar” o indígena conforme os ditames culturais europeus, para vislumbrar, plenamente, uma identidade brasileira que, exauridas as ideias ocidentais, pouco significam para os literatos ufanistas do romantismo nacional. A proposta de Alencar, numa chave crítica, apesar de valorizar a miscigenação, tende a predispor o elemento branco, colonizador.

Não apenas os traços temáticos, os elementos estéticos de uma literatura nacional se mostram devedores dos padrões europeus, em que uma forma local se revela timidamente diluída, na medida em que a atmosfera intelectual da colônia é alicerçada aos excelsos do progresso. Antônio Cândido ([1957] 2000a, p. 12) afirma que na Literatura brasileira durante o Romantismo, a característica central é expressar, pela primeira vez, uma literatura essencialmente ufanista, em busca do avanço: “Manteve-se, durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso.”

Há poucos elementos temáticos que marcam uma diversidade ou uma linguagem genuinamente brasileira, mesmo se considerarmos a historiografia da época; são produtos conscientemente influenciados por uma visão de mundo restrita a enxergar o Brasil como aculturado, em busca de uma independência somente obtida pela pecha intelectual europeia. Contraditório para um país que buscava sua autoafirmação. Por quê?

A ideia de progresso apontada por Cândido objetivava a adaptação a modelos exteriores que pouco exploravam a diversidade que o país espelhava porque os modelos nacionais e liberais da época estavam vinculados na própria ideia de uma síntese do homem, o que aniquilava a condição de outridade. Na contramão dessa diversidade, mais tarde esboçada pela antropologia, percebemos a mestiçagem como saída para o progresso desde que o mestiço se embranqueça.

Cumprir lembrar as políticas expansionistas europeias no século XIX, sobretudo francesas e inglesas, geralmente agressivas e discriminadoras, relegando às novas nações uma ciência de inferioridade que praticamente obrigava os países recém-independentes a assimilarem os modelos culturais do Velho Mundo. Fato que, de certo modo, estava presente em todo país livre da América Latina. (GUIMARÃES, 2008, p. 146)

O romance indianista<sup>29</sup> é um reflexo disso. Quase que simultâneo ao aparecimento das obras de Alencar no Brasil, em contexto não muito diferente, Clorinda de Matto Turner (1852 – 1909) se sobressai dentro da produção literária peruana com obras que dão voz ao indígena e criticam as mazelas causadas ao nativo pelo branco. Num claro caso de engajamento à causa ameríndia, *Aves sin nido* (1889), romance destaque sobre o tema, confirma em circuntância nacional distinta a mestiçagem como pano de fundo para o avanço da civilização peruana.

Nesse romance, a defesa do indígena da violência branca se coaduna com uma proposta de educação do “selvagem”, a fim de torná-lo civilizado, como é possível perceber pela relação entre os dois mundos, em que se sobressai o elemento colonizador, claramente, superior e padrão: “[...] a solução de Matto de Turner para os problemas dos índios é simplesmente deixar de ser índio e assimilar a civilização ocidental por meio de um processo de educação que com o tempo deixará à raça indígena sem própria cultura.” (PRIETO, 2006, p. 167)<sup>30</sup>

A porta-voz de uma humanidade indígena a desenvolve em pelo menos dois vieses: o cessar da exploração e a educação. Essa segunda característica de sua obra aponta para um indígena aculturado, o bom selvagem rousseauiano, sujeito a se fazer, em trânsito. Matto de Turner, intelectual preocupada com o desenvolvimento da nação, embora grande defensora da causa indígena, mais uma vez entende que a educação indígena conforme o padrão civilizador é o principal veículo para o avanço.

Essa proposta, aliás, não é exclusiva do século XIX, já se enxertando nos escritos continentais com Bartolomé de Las Casas (1474 – 1566), pioneiro da causa. Em sua obra, os massacres indígenas se misturam a uma proposta de educação cristã para os nativos, a fim de mitigar o genocídio causado pelo explorador espanhol. De Las Casas a Alencar e Matto de Turner, a busca pela salvação indígena tem uma preocupação humana visível, mas sujeita à adequação dos costumes e, no contexto dos Oitocentos, ao programa nacional.

Cornejo Polar (1994, p. XXV) entende a ideia de nação na obra de Matto de Turner como uma espécie de programa político-educacional, em que índios deveriam se enquadrar a um modelo orientador de vida: “[...] se tratava, no caso dos indígenas, de uma educação

---

<sup>29</sup> A produção de José de Alencar está atrelada ao que se convencionou chamar no Brasil de “Indianismo”, por seu caráter distanciado do tema; em contraposição, recentemente, da produção de alguns indígenas e/ou mestiços, denominada “Indigenista”. René Pietro (2006) chama a atenção para a existência deste tipo de produção desde o período colonial, com Bartolomé de las Casas, por exemplo.

<sup>30</sup> No original: “[...] la solución de Matto de Turner a los problemas de los indios es, simplemente, dejar de ser indio y asimilarse a la civilización occidental a través de un proceso de educación que con el tiempo dejará a la raza indígena sin cultura propia.”

aculturadora, explicitamente destinada a apagar as características de sua *outridade* e a possibilitar um nível suficiente de homogeneidade no corpo da nação.”<sup>31</sup>

A homogeneidade nacional foi orientada pelo paradigma europeu dentro da soberania americana, cujas marcas são explicitamente frutos do Iluminismo: o esclarecimento, o progresso e a síntese do homem. Aliás, embora o nacionalismo no Novo Mundo tenha sido fragmentado e sem base constituída, marcado por conflitos locais, retrocessos, diversas disputas e formação geopolítica e identitária incertas, a vontade de chegar ao progresso de modo independente se mostrou quase que generalizada, em decorrência do projeto modernizador que, nas palavras de Walter Mignolo (2005, p. XIII) se mostrou presente em toda a construção das Américas:

As “Américas” são a consequência da primeira expansão comercial europeia e o motor do capitalismo como o conhecemos hoje. A “descoberta” da América e o genocídio de índios e escravos africanos são o próprio fundamento da “modernidade”, mais do que as Revoluções Francesas ou Industriais. Melhor ainda, constituem a face mais escura e oculta da modernidade, a “colonialidade”. Assim, escavar a “ideia de América Latina” é, realmente, entender como o Ocidente nasceu e como a ordem mundial moderna foi fundada.<sup>32</sup>

Pondera-se, nesse âmbito, as consequências desse feito, tanto para o projeto nacional e continental, quanto para a Literatura. Vale ressaltar que o projeto nacional foi multifacetado e disforme nas Américas. Embora o progresso fosse a regra em todos, muitas nações se ergueram de modos diferentes, elegendo condições políticas distintas e contraditórias visto o todo.

Esse projeto conflitante de nação, supomos, reflete a condição de formação dos países e das regiões em questão, que já se embrionavam durante o período colonial. Quando conquistam a independência, essas particularidades regionais se entrelaçam num todo que marca a singularidade. Todavia, a questão cultural aqui não tem razão de ser por si, pois se trata de um projeto com interesses e orientações.

Na poesia de Clemência Sampaio, a tendência vigente é galhardear os bastiões do império e da revolução e erguê-los ao patamar máximo que defendem: o progresso. Não obstante, Alencar ou Matto de Turner seguem a política do avanço através da educação para os “aculturados”, o que nega a *outridade* indígena. O que há de inovador, contudo, é a

<sup>31</sup> No original: “[...] se trataba en el caso del pueblo indígena, de una educación aculturadora, explicitamente destinada a borrar los rasgos de su *otredad* y de hacer posible un nivel suficiente de homogeneidad en el cuerpo de la nación.”

<sup>32</sup> No original: “The ‘Americas’ are the consequence of early European comercial expansion and the motor of capitalism, as we know it today. The ‘discovery’ of America and the genocide of Indians and African slaves are the very foundation of ‘modernity’, more so than the French or Industrial Revolutions. Better yet, they constitute the darker and hidden face of modernity, ‘coloniality’. Thus, to excavate the ‘idea of Latin America’ is, really, to understand how the West was born and how the modern world order was founded.”

vontade, ainda que mascarada, de revelar os regionalismos e nativismos que compõem a América: o *pueblo*, as continentistas, os índios, os negros, os nordestinos, os nortistas etc; ainda que todos sejam exageradamente idealizados.

Se tomarmos como exemplo as revoluções que assolam o Brasil após a Farroupilha, notaremos uma tendência aos conflitos dentro do país, uma vez que a unificação nacional dificultou a organização local, devido às políticas colonialistas vigentes no país. Contraditório, ainda assim, é que o regionalismo na Literatura, nesse período, preocupava-se com a unidade política do povo independente de suas diferenças, o que fez, por exemplo, Alencar escrever sobre os pampas e Euclides da Cunha, sob a influência de teorias deterministas, montar o seu painel do povo brasileiro em *Os sertões* (1902). Não era o desdobramento de uma visão integrada do Brasil?

Creemos que essa ligação se deve à constituição política do Brasil durante o período colonial e o processo de independência, cujo destaque era a centralidade política e cultural. A resistência a esse modelo, observável pelos inúmeros conflitos regionais pós-independência, acentua não uma vontade de emancipação das regiões – prevalece entre elas o ímpeto nacional, mas a demarcação de regiões e sua vontade de se tornar parte integrante do projeto nacional. Não seria esse o principal mote da poesia de Clemência Sampaio?

Aos poucos, um grande país de blocos geopolíticos distintos e forçadamente simétricos era formado. A soberania nacional e regional estava em conflito, mas tendia a adequar-se ao sistema político da época. A relação nação-região entra em questão e a continental recua, especificada por uma ideia maior de América que não correspondia, no século XIX, a um projeto geopolítico e cultural da época dos nacionalismos, senão para poucos políticos e intelectuais.

Na América Hispânica esse tom regionalista/provinciano também impera, embora a flexibilidade do poder centralizador tenha sido menos influente. Como pudemos perceber pelas análises prévias do assunto, há uma ligação desse regionalismo brasileiro com o restante da América Latina, porque, apesar de monarquista, havia uma grande tendência das regiões em marcarem sua particularidade dentro de uma integração, uma forma de resistência resignada.

Como vimos anteriormente, esse regionalismo se manifestou dentro de um molde literário ufanista e localizado, geralmente exótico ou estereotipado. Ligado diretamente às revoluções provincianas para demarcar fronteiras e observar os marginalizados no projeto nacional (ou mesmo continental), o regionalismo enquanto narrativa, parte, de início, da percepção antihegemônica para o integracionismo no século XIX.

No âmbito da América abaixo dos trópicos, essa questão se arranja de outro modo. Há um interesse em criar uma unidade, como se percebe pelo projeto de Bolívar em integrar o continente através do Congresso do Panamá. Contudo, ele é impedido por uma série de fatores, que vão desde a má formação geográfica, a política instável, a soberania ameaçada por um intento liberal de integração e o imperialismo. O que parece fazer sentido nessa ampla cadeia de problemas é a incrível tendência de manutenção da soberania das cidades na América Hispânica:

Muito mais fortes do que os fatores aglutinadores forjados pela metrópole do alémmar eram as tendências localistas e regionalistas herdadas da própria influência cultural espanhola. As divisões administrativas metropolitanas representavam um entrave à aproximação entre as diversas regiões coloniais e criavam regiões produtivas isoladas umas das outras, principalmente após as Reformas borbônicas. Os contatos entre cada região e a metrópole eram mais significativos do que entre as afastadas localidades da colônia, que tinham problemas de comunicação determinados, também, pela geografia e pelo próprio atraso tecnológico. O insucesso das tentativas de unificação, como a idéia bolivariana por exemplo, foi determinado pelo fato de inexistir uma idéia nacional ou identidade de interesses anterior às guerras de Independência. Os processos de emancipação simplesmente confirmaram os limites territoriais do período colonial e até criaram novas divisões internas. As guerras acabam com o sonho da nação hispano-americana, terminam por desfazer o nó de uma comunidade de interesses que era atada apenas por cima. A delimitação territorial dos novos Estados resolveu-se num movimento político-militar de longa duração, o que revela uma certa fragilidade social dos processos de Independência latino-americanos. (WASSERMAN, 2003, p. 179)

Não havia, de início, a vontade de criar a unidade continental. O intuito era se emancipar, construir e marcar um modelo desterritorializado e constestatório. Em termos de cultura, isso se reflete na literatura regionalista, que, desde meados do século XIX aos dias atuais, manifesta-se em função das referências espaciais e identitárias de um dado lugar em relação ao Centro. Nesse sentido, não existiu um regionalismo continental, mas tensões entre espaços de desigualdades abundantes.

Em suma, a particularidade das nações no firmamento do subcontinente ressalta a ampla vigência do provincialismo sobre o integracionismo. Confirma-se tal efeito pela admoestação do imperialismo, os retrocessos e disputas locais na América Latina, a violência contra a complexidade político-cultural através do gerenciamento das elites e uma emancipação controlada pelos Centros políticos.

Todas essas revoluções internas demonstram o profundo interesse, inclusive em lutas posteriores, de balizar um espaço já relativamente territorializado, ainda que injustamente. Logo, a reterritorialização que a nação propunha se chocava com a integração continental. Assim sendo, é relevante notar que nesse período a produção cultural criou mitos patrióticos e

regionais em larga escala, exemplos de que os discursos por trás da nação e região ajudaram a compor a nossa relação com a terra e as diferenças.

Esse seria o início de um pensamento regionalista. Unido a ele está o advento da modernidade no continente, consequência do projeto iluminista de alcançar os modelos europeus de cultura e “digeri-los” com ingredientes locais. Face à diversidade de fronteiras geopolíticas e as divergências humanas e sociais, o rebento desses dois programas se desenvolve no início do século XX e ajuda a marcar as características, quiçá, plenas, da cultura e da Literatura latino-americanas daí por diante.

### **3. 4 Regionalismo e Vanguarda: o caminho para a transculturação**

Por trás do processo de independência e nacionalismo latino-americanos podemos entrever a vigência de um projeto modernizador e regionalista que, no século XX, terá impacto significativo com a pesquisa antropológica científica e experimental. Aquilo que no período romântico já era visível se acentua e se organiza de modo a gerar núcleos autônomos de produção cultural, cuja marca é conhecida como “transculturação”, termo oriundo da sociologia/antropologia de Fernando Ortiz (1881 – 1969) e reelaborado, no âmbito da crítica literária, pelo crítico uruguaio Ángel Rama (1926 – 1983).

Dentro da nossa linha de análise, as discussões acerca do local e geral se fazem urgente para a elaboração de um princípio continental. Retrospectivamente, a diferença entre os estados consolidados (talvez com exceção do Caribe e Antilhas) e a pouco desejada pátria grande está no ímpeto de se organizar nacionalmente antes que continentalmente. E com mais ênfase: a particularidade das nações no firmamento do continente é elaborada com muito mais afinco e interesse que as primeiras discussões sobre uma integração.

Existiram, de fato, projetos organizados por intelectuais e políticos integracionistas em estabelecer uma unidade subcontinental, como o proposto por Bolívar, mas a sua subposição ao programa nacional foi sintomática. Em decorrência dessa querela, a regra parece ser a do nacionalismo, provincialismo e regionalismo, que vigoram praticamente de modo automático na consciência continental e, conseqüentemente, na produção cultural.

Corroborar com esta hipótese Wasserman (2003), ao admitir a ideia de nacionalismo fragmentado e socialmente localizado na América Latina, a depender da época e dos atores sociais. Reterritorializando-se, o espaço latino-americano segue o jogo de atuações internas e externas, em que a dependência ao capital internacional e a lógica da divisão e regulação permuta o desenvolvimento da ideia de nação e continente.



Esse ponto abre a questão para a vigência de um projeto fraturado, perante a quantidade imensa de categorias sociais oriundas de vários setores. O fato de o nacionalismo e o regionalismo serem fractais, múltiplos, divergentes, apontam para um plano polifônico; mais coerente, vide a complexidade do projeto a se instituir. Igreja, Estado, civis, militares, políticos, movimentos populares, grupos culturais, situações históricas entre outras questões de ordem interna e externa inviabilizam qualquer unidade continental, quiçá, como vimos, nacionais. O nacionalismo é expansivo.

Esse dilema rumo ao século XX com uma série de aspectos diversos e contraditórios se analisados os casos de cada uma das nações no tempo e no espaço; o resultado disso é um panorama amplo, cuja implicação na produção literária é a notável transculturação. Afinal, existem claras diferenças entre o México de Juan Rulfo e a Argentina de Jorge Luís Borges, entre o Brasil de Raquel de Queiroz e o de Clarice Lispector. As configurações nacionais e continentais, como discutimos na seção anterior, são abrangentes para serem sintetizadas. Mais pertinente é assinalar o seu caráter dialógico.

Seguindo essa trilha multiforme, Rama ([1982] 2008) desenvolve uma reflexão acerca da constituição literária da América Latina como uma mescla de configurações locais e continentais, numa chave dialógica. Os dois elementos que então constroem a “transculturação narrativa”, com afincos analisados pelo teórico uruguaio, são o regionalismo e a vanguarda. No caso do primeiro, por suas características populares, a arte regional se destaca em apresentar uma versão opositora da cultura através do matiz local e popular; no caso da segunda, as ações modernizantes interferem na base local a expandindo a outros horizontes. Assim, para Rama, a unidade da América Latina ocorre através do diálogo de formas modernas-tradicionais, relativamente conexas e distinguíveis.

Diante disso, podemos aferir que a obra de Rama é a tentativa de conectar as diferenças dentro do continente, cujo objetivo é analisar distintas literaturas preocupadas com as duas questões mencionadas. Assim, ele elenca um grande painel de trocas culturais díspares e, em certo sentido, homogêneas, que fazem parte da literatura no continente.

Influenciado tanto pela antropologia quanto pela crítica literária, ele busca entender como a Literatura na América Latina só poderá ser pensada de acordo com o seu estudo histórico e contextual, relação de formas, disjunções, tecnificação, retomadas de tradições e influência forânea:

O criollismo, nativismo, regionalismo, indigenismo e também a vanguarda urbana, a modernização experimentalista, o futurismo, restauram o princípio da representação, novamente teorizado como condição de originalidade e independência, embora

agora dentro de um esquema que deve à sociologia que se desenvolvia com imperícia. (RAMA, 2008, p. 20)<sup>33</sup>

Das ideias de originalidade e representatividade, um impulso romântico-realista do século XIX voltado para o regionalismo e a modernidade é readmitido na arte latino-americana entre 1910 e 1940. Assim, Rama admite a possibilidade de uma visão supranacional na produção literária da América Latina. Estes dois princípios se unem a um terceiro e basilar, a independência: o esforço de se desvincular, inclusive culturalmente, das metrópoles colonizadoras.

Essa busca dialógica, contudo, não foi simples, devido a construção da literatura continental ter progredido através de um internacionalismo que, para o caso da América Latina, parecia contraditório, apesar de ser praticamente impossível sonhar o princípio totalizador:

A ação irradiadora dos polos não chegava nunca a paralisar o obstinado projeto inicial (independência, originalidade, representação), mas apenas a situá-lo em um nível diferente, de acordo com as circunstâncias, as próprias forças produtivas, as tendências que moviam o todo social, maior complexidade da própria sociedade e da própria época universal. (RAMA, 2008, p. 23)<sup>34</sup>

Essa proposta, segundo Rama, origina-se de uma vontade de escritores e intelectuais preocupados em pensar o continente na primeira metade do século XX em termos de Literatura dentro de um painel amplo; em suas relações, comunicações e contexto: “As obras literárias não estão fora das culturas, mas as coroam e, na medida em que essas culturas são invenções seculares e numerosas, fazem do escritor um produtor que trabalha com as obras de inúmeros homens.” (RAMA, 2008, p. 24)<sup>35</sup>

Pesa comentar como esse projeto cultural latino-americano só é possível pela “técnica”, impulso modernizador imprescindivelmente marcante, cuja ausência, reduziria drasticamente a legitimidade da produção literária nos séculos marcados pela reprodutibilidade técnica: “[...] a acumulação cultural interna é capaz de fornecer não apenas

---

<sup>33</sup> No original: “Criollismo, nativismo, regionalismo, indigenismo y también vanguardismo urbano, modernización experimentalista, futurismo, restauran el principio de representatividade, otra vez teorizado como condición de originalidade e independencia, aunque ahora dentro de un esquema que mucho debía a la sociologia que había estado desarrollándose com imperícia”.

<sup>34</sup> No original: “La acción irradiadora de los polos no llegaba nunca a paralizar el empecinado proyecto inicial (independencia, originalidad, representatividade) sino sólo a situarlo en un nivel distinto, según las circunstancias, las propias fuerzas productoras, las tendencias que movían a la totalidad social, la mayor complejidad de la sociedad propia y de la época universal propia.”

<sup>35</sup> No original: “Las obras literarias no están fuera de las culturas sino que las coronan y en la medida em que estas culturas son invenciones seculares y multitudinárias hacen del escritor um produtor que trabaja com las obras de innumerables hombres.”

matéria-prima, mas também uma visão de mundo, uma linguagem, uma técnica para produzir obras literárias.” (RAMA, 2008, p. 25)<sup>36</sup>

Em outras palavras, para Rama, considera-se tanto os particularismos continentais quanto a tecnificação imposta pela modernidade; elementos que justapostos construíram a literatura dentro de panoramas que apregoavam traços que iam desde as produções artísticas locais aos estrangeirismos inevitáveis, sempre vistos conjecturalmente, em algo similar ao que Antonio Candido ([1957] 2000) chamou de Sistema Literário.

Essa ideia, aliás, passou a ser discutida por Rama (2008, p. 26) a partir dos anos 1960 e, desde o momento, passou a ser fundamento do seu projeto de distribuição da Literatura continental. Tal formulação serviria de ponte cultural para a formalização da identidade literária latino-americana, elucidando as homologias culturais entre países e regiões através das diferenças linguísticas entre outras. O seu projeto de unificação da Literatura na América Latina tentava, além dos provincianismos, elaborar algo de caráter *suprarregional*, na tentativa de pensar o continente em *comarcas culturais*:

Graças a conceitos como este, é possível começar a observar as tendências orgânicas supranacionais no interior das literaturas latino-americanas, sem ter que buscar sistematicamente uma comparação com as culturas européias ou norte-americanas, durante muito tempo tomadas como matrizes do desenvolvimento do sul do continente. Você pode ver a comarca dos pampas com ação na Argentina, no Uruguai e no sul do Brasil; a andina ía do norte da Argentina até a Colômbia e a Venezuela; a caribenha seria reconhecida na costa atlântica da Colômbia e da Venezuela; a Amazônia, assim como as planícies entre o Brasil e a Bolívia, são imensas regiões independentes, da mesma forma que as da América Central. (MEJÍA TORO, 2014, p. 181-182)<sup>37</sup>

Estes regionalismos, embora apontem para modos divergentes de escrita dentro da América Latina e mesmo num país específico, sugerem, quando comparados, certos traços comuns em todas as comarcas. Para Rama, o Regionalismo (2008, p. 27) situa-se como um movimento de componentes idiossincráticos das culturas, manifestado nas classes populares, mas que não se confunde com bairrismo, anti-internacionalismo ou anti-nacionalismo. Pela sua inserção num contexto capitalista e modernizador ele é projeto de inserção local e resistente a um panorama maior. O objetivo é fazer frente ao Centro de produção literária e

<sup>36</sup> No original: “[...] la acumulación cultural interna es capaz de proveer no sólo de ‘matéria prima’, sino de una cosmovisión, una lengua, una técnica para producir las obras literárias.”

<sup>37</sup> No original: “Gracias a conceptos como este, es posible comenzar la observación de tendencias orgânicas supranacionales en el interior de las literaturas latinoamericanas, sin tener que buscar más sistemáticamente la comparación con las culturas europeas o norteamericanas, durante mucho tiempo tomadas como matrizes de los desarrollos del sur del continente. Puede verse la comarca de las pampas con acción en Argentina, Uruguay y el sur del Brasil; la andina iría del norte de Argentina hasta Colombia y Venezuela; la Caribeña se reconocería en el litoral atlântico de Colombia y Venezuela; la Amazonía, así como las llanuras entre Brasil y Bolívia, son imensas comarcas independientes, del mismo modo que las de América Central.”

também se vincular ao todo nacional, a despeito de uma especificidade provinciana de apelo separatista. Adverte Gilberto Freyre (1996, p. 48):

Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República - este sim, separatista - para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. Pois são modos de ser - os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão - que pedem estudos ou indagações dentro de um critério de interrelação que ao mesmo tempo que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte-riograndense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano.

A particularidade antihegemônica é buscada incessantemente dentro do projeto nacional. Como exemplo, Rama cita este mesmo “Manifesto Regionalista” (1926), de Gilberto Freyre, cuja proposição central é dar visibilidade ao tom, ainda imperante, de uma literatura pouco influente localizada nos trópicos, e inseri-la no projeto modernista. Visto que o pertencimento a um grupo, literário ou político, não impulsiona mudanças *a priori* reais, a crítica e ações coordenadas esboçavam uma permuta.

Essa percepção delineia uma teoria de resistência à literatura urbana e das metrópoles enquanto produção majoritária da cultura nacional e internacional. Paralelamente, quando Rama estabelece um panorama geral da Literatura latino-americana, ele está pensando conjunturalmente, na medida em que o Regionalismo pensa a questão como contradiscurso hegemônico ordenado dentro do sistema literário.

Além disso, o teórico uruguaio também percebe o indigenismo como um elemento regional de resistência nesse projeto, por se mostrar “[...] uma expressão da consciência serrana e do sentimento andino” (RAMA, 2008, p. 29);<sup>38</sup> cujo ideário é oferecer um estrato da cultura dos povos autóctones negado pela colonização, resultando numa espécie de produto transcultural que desconstrói a ideia de uma homogeneização romântica, buscada pela centralidade nacionalista (e inclusive regional).

A terceira força dessa rede de trocas é a narrativa social, cujo intento é trabalhar as classes desprivilegiadas e os povos autóctones marginalizados, perante a influência do realismo socialista soviético. Embora o nome de maior destaque dessa tendência seja José Carlos Mariategui (1894 – 1930), cuja obra buscou inserir a consciência de classe ao indigenismo, nas obras de Alejo Carpentier (1904 – 1980), Jorge Luis Borges (1899 – 1986) e Mário de Andrade (1893 – 1945) também se revelam tendências sociológicas, uma vez que os

---

<sup>38</sup> No original: “[...] una expresión de la consciencia serrana y del sentimiento andino.”

escritores se colocam dentro de uma estética que reúne quadros provincianos e nativos, mas os interligando a uma tendência que prevaleceria nas letras de muitos países latino-americanos: o plano modernizante trazido pela Europa. (RAMA, 2008, p. 30)

A chegada das vanguardas europeias pelos portos é percebida como o triunfo modernizador, mas não único, na constituição da literatura na América Latina no início do século XX. Nesse percurso, os movimentos têm uma forte influência e exercem uma grande autoridade entre os artistas na busca por uma expressão inovadora. Eles demonstram, por vias distintas mas ligadas, o feitio de uma arte supranacional que oscilava entre os temas regionais e as formas europeias, fenômeno consequente do fulminante projeto moderno.

Para Jorge Schwartz (1995), esse fenômeno ocorre devido uma reformulação da ideia de arte, bem como uma revisão sociocultural nas Américas. Os conflitos de ordem interna, ligados à descoberta de uma arte europeia e a pesquisa antropológica das raízes americanas entusiasmaram politicamente e artisticamente as letras continentais.

Em consonância a esse argumento, romper com o passado e encontrar uma síntese, um novo homem e uma nova arte que (re)apresente o latino-americanismo tende a ser o objetivo:

[...] Ao modernismo cabe também tem a função de por em cena a relação da cultura latino-americana com o que na época eram os elementos culturais centrais do mundo ocidental. A extensão do “exotismo” romântico, que se traduzirá no Fim do Século no gosto pela novidade e, particularmente, pelo “raro”, que fará com que grande parte da estética modernista passe por iconografia, retórica e mitologias das mais diversas culturas, desde a clássica tradição greco-romana até a novidade europeia e o exotismo oriental. No entanto, o que neste aspecto introduz o modernismo é uma nova relação com culturas estrangeiras, uma relação que não é mimética, mas é definida pelo uso de textos, discursos e tradições de outros. Esta característica, tão típico da cultura moderna, que mantém uma relação não hierárquica com a tradição, será a grande abertura do modernismo no século XX, que terá sua primeira demonstração nas vanguardas latino-americanas. Encontramos aqui outra grande inovação dos modernistas: sua capacidade de criar em seus textos novas mitologias culturais que amalgamam de maneira imbricada o velho e o novo. (MONTALDO & TEJEDO, 1995, p. 3185-3186)<sup>39</sup>

As mitologias entre o tupi e o alaué, embora tenham uma configuração ampla e contraditória, apresentavam-se, vastamente, em diferentes centros culturais latino-americanos

---

<sup>39</sup> No original: “[...] al modernismo le cabe también la función de poner en escena la relación de la cultura de América Latina con lo que en ese momento eran las culturales centrales del mundo occidental. La prolongación del «exotismo» romántico, que se traducirá en el Fin de Siglo en el gusto por la novedad y, particularmente, por ‘lo raro’, hará que gran parte de la estética modernista se pasee por la iconografía, retórica y mitologías de las más diversas culturas, abarcando desde la tradición clásica grecorromana, hasta la novedad europea y el exotismo oriental. Sin embargo, lo que en este aspecto introduce el modernismo es una relación nueva con las culturas extranjeras, relación que no es mimética sino que se define por el uso de los textos, discursos y tradiciones de los otros. Este rasgo, tan típico de la modernidad cultural, que mantiene una relación no jerárquica con la tradición, será la gran apertura del modernismo hacia el siglo XX que tendrá su primera manifestación en las vanguardias latinoamericanas. Encontramos aquí otra gran innovación de los modernistas: su capacidad de crear en sus textos nuevas mitologías culturales que amalgaman de manera imbricada lo viejo y lo nuevo.”

e geraram um debate intenso, neorromântico, sobre as origens e a qualidade dos povos no subcontinente. Por tratar de uma dialética, do cruzamento entre mundos opostos, até mesmo rivais, as vanguardas latino-americanas possuíam um desenho conflitante.

Fulgura, de início, um discurso anti-imperialista, frente aos novos modos de controle cultural e político, sobretudo estadunidenses; em paralelo, as estéticas oriundas da Europa são amplamente inseridas na antropofagia, no *creacionismo*, no pau-brasil entre outros. O resultado é uma arte politizada e antagônica, exemplificada na relação Próspero-Calibán.<sup>40</sup>

A noção eurocêntrica de bárbaro relegada ao personagem Calibán se refaz na América Latina criando um novo ser, resultado de uma “seleção” humana, herdada da “torpeza” de Calibán e da “instrução” de Próspero. Assim, a América é porvir, síntese de um passado apagado, rasurado e reterritorializado. A ideia parece se direcionar em dois caminhos: as projeções assimétricas com a Europa e o Império estadunidense, na medida em que assinala a afirmação do colonizado em busca de sua ascendência e autonomia. Sobre os exemplos de *Ariel* de Rodó e da antropofagia de Oswald de Andrade, Schwartz (1982, p. 14-15) comenta:

A situação de Caliban, nativo monstruoso que aprende a linguagem do amo, significa uma tomada de consciência sobre sua condição de colonizado, e sobre a condenação de falar a língua que lhe ensinaram. É por isso que sua reação - ou solução - é amaldiçoar Próspero, seu colonizador, na única língua que ele possui. “Assumir nossa condição de Calibán implica repensar nossa história do outro lado, do outro protagonista”, afirma Fernández Retamar. Mas Oswald de Andrade não se conforma com essa consciência de alteridade. Dada a inevitabilidade do outro, a única alternativa é assimilá-lo, engoli-lo, devorá-lo. “A vida é devoração pura”.<sup>41</sup>

Essa visão da América Latina tem um pé na literatura e nas ciências humanas, no campo da política e das teorias artísticas. O que se transformava ali não era apenas o modo de se fazer arte, mas a visão de mundo dos sujeitos latino-americanos. A arte deslocava a sua conotação esteticista para o âmbito dos paradoxos político-culturais. Logo, expressa uma

---

<sup>40</sup> A ideia é ilustrada nos manifestos de Ruben Darío (1867 - 1916) e José Enrique Rodó (1872 - 1917), reescrituras ensaísticas da obra *The tempest* (1611), de W. Shakespeare. Nos dois textos, os autores sintetizam o latino-americanismo como um modelo novo a ser almejado, aludindo os papéis desempenhados pelos personagens da peça, Calibán (o “bárbaro” que ocupava terras estéreis) e Próspero (o velho mestre, europeu). Assim, são avaliados elementos que expõem o homem latino-americano e suas projeções. Darío (1998) toma os personagens de Shakespeare para mostrar a faceta imperialista, negar os estigmas do passado e lutar contra a nova hegemonia: os EUA; ele defende também um novo americano, ao modo de Caliban, que deve se compreender e lutar contra as forças externas. Já *Ariel* (1900), de Rodó (1993), procura a expressividade latino-americana através do estudo da juventude do continente.

<sup>41</sup> No original: “La situación de Calibán, nativo monstruoso que aprende el lenguaje del amo, significa una toma de conciencia sobre su condición de colonizado, y sobre la condena de hablar la lengua que le enseñaron. Por eso, su reacción – o solución – es maldecir a Próspero, su colonizador, en el único lenguaje que posee. ‘Asumir nuestra condición de Calibán implica repensar nuestra historia desde el otro lado, desde el otro protagonista’, afirma Fernández Retamar. Pero Oswald de Andrade no se conforma con esta conciencia de la alteridad. Ante la inevitabilidad de lo otro, la única alternativa es asimilarlo, deglutirlo, devorarlo. ‘La vida es devoración pura’.”

relação com a arte europeia, adaptada dos modelos do continente e alinhada à negação idealista do passado.

A busca por uma nova interpretação da cultura nacional latino-americana leva ao problema do passado rizomático dentro da perspectiva de territorialização que trabalhamos anteriormente. Divergências a parte, como admite Schwartz (1982), a escrita modernista dilata um plano de estudo da América não restrita a encarar a arte pela arte, como era predominante, estendendo-se a outros caminhos, como a antropologia e a política.

De um lado, a ideia de vanguarda propunha representar a identidade nacional na América Latina através do estudo das suas raízes. Do outro, a influência europeia, como assegura Oswald de Andrade (1976, p. 114), mostra o caráter antropofágico, para não dizer dialógico, das obras criadas no continente. Mais do que a simples negação, como convém interpretar, cumpre às vanguardas instaurarem a reflexão do processo de miscigenação além do viés meramente romântico, inserindo a política na base do programa. Ressalta-se ainda que embora as vanguardas artísticas tivessem em comum a incompatibilidade com os valores do passado e os cânones estabelecidos, elas se distinguiam entre si, não apenas pelas diferenças formais e pelas regras de composição, mas por seu posicionamento frente às questões sociais (SCHWARTZ, 1995, p. 34-35). Elas se manifestaram, mormente, no arcabouço dos limites imaginários da região e nação.

O nacionalismo na literatura despontou durante a ascensão das vanguardas de um modo peculiarmente ufanista. Independentemente deste ponto, podemos afirmar que a busca antropofágica ou a tomada de consciência da nossa condição de colonizados surge no período entre um afã de identidade própria e não submissa. Era o caminho para a autenticidade de um organismo nacional próprio, embora sequelado. Essas súcias trariam aspectos sumários para a produção literária das nações latino-americanas.

Destarte, a interpretação da América, de um lado nativa, do outro, europeia; estudada com tenacidade por literatos e intelectuais da época, mostra-se contraditoriamente formulada nesse momento, em que pesa a criação de sistemas literários e círculos intelectuais para admissão de um pensamento caracteristicamente nacional-modernizante. Por esse motivo, a literatura e as ciências humanas no início do século XX cada vez mais se preocupavam com a ideia de América independente culturalmente de seus carrascos e centrada na sua formulação nacional. Tinham como base os modelos de literatura advindos das vanguardas europeias e, no lado da antropologia, dos estudos de cultura dos EUA.

Os estudos de cultura dos EUA, cuja preocupação passa a ser as relações e assimetrias confeccionadas pela colonização, revelam-se presentes nos estudos antropológicos de nomes

de destaque, cumprindo chamar a atenção para os trabalhos de Gilberto Freyre e Fernando Ortiz, que pavimentam o percurso de Rama:

Principalmente em seu estudo de 1982(a), o crítico uruguaio Ángel Rama “seleciona” os estudos antropológicos de Gilberto Freyre sobre a cultura regional, além dos de outros intelectuais, para reelaborar o conceito de *transculturación* de Fernando Ortiz e criar o seu de transculturação narrativa. Além disso, seguindo a “inventividade” proposta na teoria de Vittorio Lanternari e encontrada tanto na obra do antropólogo italiano quanto na do pernambucano, o crítico manterá os termos já consagrados nas críticas latino-americanas e brasileira – *transculturación* e regionalista – acrescidos de adjetivos que os especificam melhor; designa-os como *transculturación narrativa* e “regionalista plástico”. (CUNHA, 2007, p. 162)

Essa proposição, um pouco adiante, admite a importação da literatura estadunidense e a consolidação de uma arte que passou a conversar com um novo Centro hegemônico. A nova narrativa latino-americana, assim caracterizada, devido a esses contatos mais abrangentes e menos bilaterais, problematizavam, conforme a globalização se instaurava, uma dinâmica de trocas culturais que levaram, inclusive, a uma explosão mercadológica conhecida como *boom* (RAMA, 2005). Evidentemente, são os elementos formais e contedísticos da nova narrativa, carregada de ironia e revisionismo, que nos chamam a atenção neste momento, apesar de todas as considerações publicitárias envolvidas na difusão das obras dos autores vanguardistas (ver capítulo 6).

A complexidade do que Rama chama de “transculturação narrativa” se forma por seu aspecto relacional, fazendo com que interajam modernidade e tradição simultaneamente. Estas duas tendências, sobretudo no desenho disjuntivo de sistemas nacionais, da capital e da província, do singular e do geral, torna-se fulcral para o estabelecimento das assimetrias regionais em relação ao Centro:

Com mais frequência, no entanto, culturas internas recebem a influência transculturadora de suas capitais nacionais ou da área que está em estreito contato com o mundo exterior, o qual atrai um variado esquema de conflitos. Se acontece que a capital, que normalmente é a orientação do sistema educativo e cultural, está ficando para trás na modernização em relação ao que aconteceu em uma das regiões internas do países, teremos um julgamento que fará os intelectuais estarem com a capital. Foi o que aconteceu na Colômbia nas últimas décadas. O evento cultural mais notório foi a insurreição da zona costeira (Barranquilla, Cartagena) contra as normas culturais de Bogotá, ao qual pode ser seguido pelos artigos que escrevia no *El Heraldo* nos anos cinquenta o jovem Gabriel García Márquez, que não só se opôs ao estilo solto de vida de sua área à circunspeção e constrição da norma capital mas também preconizou uma modernização mais acelerada. (RAMA, 2008, p. 41-42)<sup>42</sup>

<sup>42</sup> No original: “Com más frecuencia, sin embargo, las culturas internas reciben la influencia transculturadora desde sus capitales nacionales o desde el área que está em contacto estrecho con el exterior, lo cual trae un muy variado esquema de pugnas. Si ocurre que la capital, que es normalmente la orientadora del sistema educativo y cultural, se encuentra rezagada en la modernización respecto a lo ocurrido en una de las regiones internas del país, tendremos un enjuiciamiento que le harán los intelectuales de está a los capitalinos. Fue esto el ocurrido en Colombia em las últimas décadas. El suceso cultural más notrio fue la insurrección de la zona costera



O exemplo da Colômbia apresenta o embate região-Centro num modelo de retomada da tradição numa chave moderna, atuando no processo que Rama explicita. Desse modo, desenha-se uma nova analogia que, nos âmbitos regional, nacional e continental, são marcados pelos bairrismos reinventados ao modo modernista. Desse painel, as produções literárias caminhavam em direção ao fenômeno transculturador: modernização e urbanismo, quebras de convenções formais do discurso, busca por origens tradicionais, crítica social de cunho marxista, antropologia/antropofagia científica e experimental.

De fato, o projeto moderno ajuda a consolidar a nação ou o continente através do seu caráter dialógico entre o interno e o externo, instaurando-se em cada um dos artistas e cientistas que construíram os bens culturais dessa época. A cultura nacional, alinhada ao paradigma forâneo e situada numa esfera sócio-política, é um projeto de conectar as partes ao todo – proposta aventada pelo princípio de modernidade e da expansão do capitalismo.

Dentro da esfera dos bens culturais construídos para significar a nação, percebemos, assim, uma negociação. Passado negligenciado, descolonização do saber latino-americano e posição política anti-imperialista coincidentemente se alinham ao que negam. Um sistema coeso, de intrigas e disposições começa a ser construído na América Latina, traçando sua diferença. Isso só foi possível graças à instauração de elementos do mundo moderno suspenso, dando suporte à produção e circulação de obras cuja sistematização é o exemplo mais notável desse programa. Enfim, nas nações latino-americanas, a autonomia que a transculturação sugeria revelava tanto a sua originalidade quanto a sua dependência.

### **3. 5 Gabriel García Márquez e a identidade nacional na Colômbia**

Refletidas as questões da dialética regional/nacional e popular/moderno, em meados do século XX, revelam-se literaturas cada vez mais descentralizadas dentro da perspectiva maior: a América Latina; unidade solapada pela tendência quase generalizada de defender os valores locais frente ao inimigo estrangeiro, mas com concessões.

Para Ardao (1980), a consolidação da ideia de América Latina, dentro desse painel conturbado de conflitos, erigiu desavenças entre as nações no continente, o que desfavoreceu a integração. A ideia de América Latina era um modo de unificar os povos para combater a

---

(Barraquilla, Cartagena) contra las normas culturales bogotanas, la cual puede seguirse en los artículos de que escribía en *El Heraldo* en los años cincuenta el joven Gabriel García Márquez, que no sólo oponían al estilo suelto de vida de su área a la circunspección y constricción de la norma capitalina sino que además se prevalecían de una modernización más acelerada.”

intromissão indesejada, mas a elaboração dos primeiros planos simbólicos de uma unidade subcontinental, via de regras, foi conspicuamente tímida.

Esse propósito era permeado de contradições nas literaturas do século XIX e início do XX. Das independências às vanguardas, a ideia de América Latina era vaga para a maioria dos latino-americanos, pois a soberania nação/região estava bem mais arraigada no coração do *pueblo* do que a união do continente. Além disso, o imperialismo estadunidense e europeu foram brutais na distribuição de seu modelo literário.

Ainda assim, não se pode dizer que a ideia do continente surgiu espontaneamente; ela foi elaborada aos poucos, conforme toda uma série de programas nacionais que paulatinamente foram ganhando força em um arranjo maior. Coube à Literatura e à crítica literária um importante papel nesse processo, uma vez que essas obras e seus comentários, pelo menos dentro da sociedade burguesa, foram responsáveis pela consolidação lenta de um panorama amplo.

No fim do século XIX e início do XX, intelectuais em todas as partes do continente começam a desenhar um sistema cultural com valores muito específicos e com aparatos técnicos capazes de fazer as obras circularem em larga escala, com uma originalidade que assinalava a ideia de nação e constituiria, de passagem, a organização plena de um sistema de trocas simbólicas capazes de exprimir polêmicas, cuja principal característica era entender, em cada uma das nações latino-americanas, quem erámos.

O Eu latino-americano seria uma espécie de fator dialógico, se expressado nas palavras do semiólogo Mikhail Bakhtin (1980), em que considerada a questão do Outro, poderíamos inferir a relação imprescindível; a alteridade que traduziria o encontro que forja, segundo Rama, numa literatura transcultural.

Esse traço produziria na literatura latino-americana formas diferentes de organização cultural, em que conversam vários níveis, nem sempre iguais ou conectados. Tudo isso ainda está cerceado pela teia da editoração e seus escritores, obras, críticos e consumidores. Assim, Rama ([1972] 1987) alia as questões de ordem sociológica, histórica, antropológica, econômica e literária para criar uma rede de configurações com traços comuns, similar ao que Cândido (2000a, p. 27) chama de “[...] sistema de obras criadas por denominadores comuns”.

Esta seria “[...] capaz de fornecer não apenas ‘matéria-prima’, mas uma visão de mundo, uma linguagem, uma técnica para produzir obras literárias” (RAMA, 1987, p. 25).<sup>43</sup> De modo que este sistema não se reduz a uma formulação folclorista ou fenômenos isolados,

---

<sup>43</sup> No original: “[...] capaz de proveer no sólo de ‘materia prima’, sino de una cosmovisión, una lengua, una técnica para producir las obras literarias”.

mas a “[...] um esforço de descolonização espiritual, mediante o reconhecimento das capacidades adquiridas por um continente que já tem uma tradição inventiva muito longa e frutífera, que mostrou uma luta tenaz para se constituir como uma das ricas fontes culturais do universo.” (RAMA, 1987, p. 25)<sup>44</sup>

Defende o teórico um quadro histórico-cultural da literatura na América Latina em que sejam examinados os traços principais das produções em cada época para realçar como ela se desenvolve e se autonomiza. Revela-se a contingência, paradoxal, de um reconhecimento de características construídas em diálogo e disjuntivas.

Tal proposta, aliás, endossada por Pizarro (1993), entende a literatura como algo em construção e revisão. Na América Latina, aos poucos, ela se constitui como uma representação relativamente autêntica que, retomando os nossos primeiros argumentos, é capaz de imaginar, no âmbito dos sistemas literários internacionais, a particularidade do sujeito latino-americano.

Contudo, isso coloca em questão como o sistema literário latino-americano se adequa ao tal projeto moderno, debatido em termos de publicação e divulgação por Rama ([1982] 2005) em seu texto sobre o *boom*. O que fica claro nesse trabalho é a consequência da consolidação do sistema literário continental em se adequar, pela diferença, ao panorama mundial de obras. Aquilo que se chama de nova narrativa é capaz de revelar a particularidade da literatura latino-americana perante o mundo moderno, organizando, então, em um sistema de trocas culturais plenas e conscientes, mas convertido assim graças à concretização de uma rede de interesses imbricada no âmbito do capitalismo mercadológico.

A literatura feita a partir de meados do século XX no continente revitaliza os fatos locais, alinhando problemas antigos e contrastes novos nesse processo. A marca da transculturação passa a vigorar com uma nova característica neste momento. Como parte fatal da cultura, a Literatura é parte de uma especificidade local e suas disparidades em relação a outros lugares que, obviamente, têm seus próprios atributos.

Como exemplo, a literatura colombiana, no sentido averiguado por Rama (1987), é um componente de cultura em processo num sistema de trocas simbólicas, possível de se verificar, em conjunto, traços ligados por denominadores comuns e alguns dissonantes; o suficiente para elaborar uma rede de diferenças, exteriores e interiores.

---

<sup>44</sup> No original: “[...] un esfuerzo de descolonización espiritual, mediante el reconocimiento de las capacidades adquiridas por un continente que tiene ya una muy larga y fecunda tradición inventiva, que há desplegado una lucha tenaz para constituirse como una de las ricas fuentes culturales del universo.”

Se analisada a literatura colombiana sob um prisma historiográfico geral, podemos percebê-la, de muitos modos, como uma réplica da historiografia literária elaborada pelo Ocidente e que enquadra as literaturas latino-americanas em rótulos previsíveis, ainda que parcialmente pertinentes: literatura colonial, barroca, romântica, realista, vanguardista etc. Como esboça David Jiménez Panesso (1992, p. 7), a crítica literária do país se empenhou em grande parte, de meados do século XIX a meados do XX, em “[...] simplificar este processo e reduzi-lo à esbeltez de uma só linha uma única linha ou à elegância de um único determinante. São vistas panorâmicas que omitem a consideração de figuras individuais e podem uniformizar a paisagem sem deter-se em suas variedades.”<sup>45</sup>

Num âmbito maior, segundo Rama (1987), estudar a literatura na América Latina é, como vimos acima, encaixar certas obras em modelos exteriores, geralmente concêntricos; enquadrando praticamente toda a cultura literária latino-americana num só eixo de análise: o correspondente ao Velho Mundo. Para ele, a marca principal do continente não é a unidade, mas a diversidade: “[...] não reconhece uma das características que me parecem mais típicas e mais singulares do continente, que não é a sua unidade, mas a sua fragmentação.” (RAMA, 1987, p. 151)<sup>46</sup>

Admitir-se-á na América Latina diferentes manifestações escriturais a fim de desarticular os rótulos. As literaturas no continente não podem ser sumarizadas tão simples quanto os manuais propõem. Para Rama, os cento e cinquenta anos de independência colombiana não poderiam ser vistos como regulares em termos culturais, o que criaria “[...] elementos contraditórios dentro das áreas culturais.” (RAMA, 1987, p. 152)<sup>47</sup>

Embora saibamos da importância dos estudos pioneiros e tradicionais sobre o assunto, preferimos seguir a perspectiva aberta de Rama. Usamos um caso particular para ilustrar uma ideia de identidade nacional: a obra de García Márquez. Apoiados nas observações a respeito do autor feitas pelo crítico uruguaio, procuramos entender como o autor marca a literatura colombiana e igualmente consagra uma perspectiva sobre a identidade popular e nacional, em parte, espelho latino-americano.

Rama afirma que dentro de países como o Brasil, a Colômbia e o México somos capazes de destacar diferentes blocos culturais. No caso da Colômbia, o autor identifica “complejos culturales” (RAMA, 1987, p. 153), isto é: “[...] áreas das quais algumas têm sido

<sup>45</sup> No original: “[...] simplificar este proceso y reducirlo a la esbeltez de una sola línea o a la elegancia de un determinante único. Son miradas panorámicas que omiten la consideración de las figuras individuales y pueden uniformar el paisaje sin detenerse en sus variedades.”

<sup>46</sup> No original: “[...] no se reconoce um de los rasgos que me parece más propio y más singular del continente, que no es su unidad e sino su fragmentación.”

<sup>47</sup> No original: “[...] elementos contradictorios dentro de las áreas culturales.”

regedoras culturais e que, portanto, submeteram o resto do país a suas diretrizes culturais; e essas diretrizes culturais significam, automaticamente, linhas literárias, linhas artísticas perfeitamente delimitadas” (RAMA, 1987, p. 153).<sup>48</sup>

Segundo o teórico uruguaio, o complexo de Medellín é distinto do de Bogotá, o qual, por sua vez, é distinto do complexo flumiominense, e assim por diante.<sup>49</sup> No caso deste último complexo, podemos dizer que ele não teve praticamente nenhuma influência dentro da literatura colombiana: “[...] aparentemente, não produziu literatura ao longo do século XIX, e tampouco de forma coordenada e organizada ao longo do século XX.” (RAMA, 1987, p. 153)<sup>50</sup>

Ele foi formado por alguns intelectuais na zona costeira que possuíam ideias muito dispersas, o que não configuraria um alinhamento dentro dos âmbitos que Rama destaca, à maneira de Cândido. Tal grupo, como boa parte de outras confrarias intelectuais, veem na literatura uma forma de assinalar a sua presença nas letras nacionais colombianas: “A primeira coisa que todo escritor faz é determinar sua localização em relação às linhas orientadoras da literatura de seu país. A característica dos diversos textos que elaboram em seus anos de juventude é a recusa categórica aos valores vigentes no país.” (RAMA, 1987, p. 159)<sup>51</sup>

Cumprir lembrar que estas divergências atendem a uma lógica de renovação, processual. García Márquez, um deles, entra em desacordo com as ideias de quase todos os intelectuais colombianos da geração passada, principalmente no que toca a poesia. O escritor de Aracataca atacava a poesia desinteressada sem vínculos com o mundo social e histórico, um embargo para o futuro das letras colombianas.

No gênero romance, podemos assinalar provisoriamente que a Colômbia não possui uma tradição consistente, visualizado o quadro geral. Essa tradição se resume a apenas um nome: *La Voragine* (1924), de Eustasio Rivera (1889 – 1928). Outros nomes são destacados por Rama para marcar que “[...] a literatura nacional, de onde, efetivamente, não só se lembra

---

<sup>48</sup> No original: “[...] zonas de las que algunas han sido rectoras culturales y que por lo tanto han sometido al resto del país a sus lineamientos culturales; y estos lineamientos culturales significan automaticamente, líneas literárias, líneas artísticas perfectamente delimitadas”.

<sup>49</sup> O complexo, tal como o mensura Rama, pode ser confundido com termos similares: macrorregião ou comarcas. Contudo, percebe-se que a ideia de complexo se prende à regiões culturais dentro de uma nação específica, enquanto os outros termos destacam as diferenças continentais.

<sup>50</sup> No original: “[...] no produjo aparentemente literatura a lo largo del siglo XIX, y tampoco en forma coherente y organizada a lo largo del siglo XX.”

<sup>51</sup> No original: “Lo primero que hace todo escritor, es determinar su ubicación con respecto a las líneas rectoras de la literatura de su país. Lo característico de los diversos textos que elaboran en sus años juveniles es la negativa rotunda a los valores vigentes en el país.”

da existência de romances que se alternam em enormes períodos desérticos.” (RAMA, 1987, p. 161)<sup>52</sup>

A tese de Rama, então, contrasta as opções da literatura colombiana, fortemente influenciada pela literatura vanguardista até os anos 1940 e 1950, quando a opção era exatamente a oposta: explorar o universo popular e nacional do país: “Quase ilesos, eles cruzam a geração modernista e levantam uma problemática de tipo social.” (RAMA, 1987, p. 161)<sup>53</sup>

Diferente do grupo de Bogotá, o grupo costeiro esteve mais aberto a influências; o primeiro era de tradição basicamente francesa e o segundo mais diverso, muitas vezes considerando os escritores vanguardistas norte-americanos, como Ernest Hemingway, Gertrude Stein, William Faulkner e Arthur Miller. Cumpre lembrar ainda a influência cada vez mais fecunda da língua inglesa no país e os laços mais estreitos com os EUA.

Em outras palavras, a literatura colombiana, apesar de buscar uma originalidade na conjuntura nacional e popular, capitalizava influências estrangeiras em sua nova roupagem, na medida em que também autoconscientemente criticava esses modelos:

A obra hispano-americana do vanguardismo é a que Barranquilla consegue fecundar o grupo de escritores. No entanto, isso não teria produzido uma possibilidade de literatura se não houvesse uma resposta coerente à influência estrangeira. Parece-me, antes de qualquer coisa, que estes escritores optaram, claramente, contra a tradição nacional estabelecida em favor de uma tradição literária estrangeira. Esta é uma posição absolutamente incomum, absolutamente contrária aos princípios da literatura nacional. E, no entanto, é o único que garantiu a sobrevivência e consolidação de uma literatura. Efetivamente, o que esses jovens leem é um tipo de literatura que não está nos livros publicados no país. Mas, da mesma forma, há outra relação que tem a ver com o tema e com as formas de vida e cultura da região. A geração hispano-americana dos anos 40 se opõe a boa parte dos materiais que recebe da Europa, numa tentativa de enraizamento temático. (RAMA, 1987, p. 163-164)<sup>54</sup>

Esta contradição criadora se mostra no grupo de Barranquilla um modo de perfilar novos temas para a literatura colombiana e sua cor local: cômicos, livres, surrealistas,

---

<sup>52</sup> No original: “[...] la literatura nacional, donde, efectivamente, no se hace sino reconocer la existencia de novelas que se van alternando a lo largo de enormes períodos desérticos.”

<sup>53</sup> No original: “Casi indemnes, atraviesan la fecundación modernista y planteen una problemática de tipo social.”

<sup>54</sup> No original: “La obra hispanoamericana del vanguardismo es la que logra em Barranquilla fecundar el conjunto de escritores. Pero, sin embargo, esto no hubiera producido una posibilidad de literatura si no hubiese existido una respuesta coherente a la influencia extranjera. Me parece en primer término original, en estos escritores, haber optado claramente contra la tradición nacional establecida en favor de una tradición literaria extranjera. Esta es una postura absolutamente insólita, absolutamente contraria a los principios de la literatura nacional. Y sin embargo, es la única que ha asegurado la sobrevivencia e la consolidación de una literatura. Efetivamente, o que leen estos jóvenes es un tipo de literatura que no está en los libros que se publican en el país. Pero así mesmo, hay otra relación que tiene que ver con la temática y con las formas de la vida y de la cultura de la región. La generación hispanoamericana del cuarenta opone a buena parte de los materiales que recibe de Europa, un intento de enraizamiento temático.”

coloquiais; majoritariamente, pelo menos em termos de formas, estrangeiros. O grupo assim o fez com o intuito de “[...] procurar uma linguagem capaz de traduzir a novidade estrangeira e, ao mesmo tempo, expressar a relação direta e coloquial em que desejam localizar a invenção narrativa. [...] eles tentam despir a linguagem literária colombiana e renovar sua forma.” (RAMA, 1987, p. 166)<sup>55</sup>

Em García Márquez esta inovação é explorada em três momentos: o primeiro é bastante subjetivo e metafísico, com forte apelo lírico, exemplificado em contos publicados em revistas avulsas e em *La hojarasca* (1955); o segundo é marcado por uma tendência social, de caráter jornalístico, como *Relato de um naufrago* (1958); o terceiro busca unir as duas tendências, são representativos *El coronel no tiene quien le escriba* (1962), *Los funerales de la mamá grande* (1962) e o seu opúsculo, *Cien años de soledad* (1967).

O projeto inicial de García Márquez esquadrihava uma ideia mais idílica e experimental da literatura dentro do modelo narrativo, haja vista a escassez de jovens narradores na Colômbia da época. Em 1947 ele lança seu primeiro conto, tímido, tendo em mente a grandiosidade de sua obra posterior. Ali se revela um autor vanguardista e pouco preocupado com questões sociais, apesar de contemplá-las. (RAMA, 1987)

A partir de 1948, com o assassinato de Jorge Eliecer Gaitán, a onda de conflitos no país (sobretudo Bogotá) e o governo dividido em dois partidos (conservadores e liberais), a sua vida literária tem uma reviravolta. Os fatos supracitados tinham por objetivo conter uma renovação ou uma revolução dentro da Colômbia, o que fez abrir espaço para muitos escritores lançarem suas críticas, em artigos jornalísticos ou obras literárias.

Este fato ocasiona a escrita de uma novela, abandonada, que mais tarde dá origem à sua primeira publicação em livro, *La hojarasca*. Pertinente lembrar, como faz Rama (1987), é sua atividade jornalística durante o período de 1947 a 1954, e que de certo modo se estende por quase toda a sua vida. No período supramencionado, o periodismo se torna algo frequente e os relatos curtos acabam sendo destaque em sua produção. A própria obra *La hojarasca* é definida por Rama (1987, p. 169) como uma “[...] composição, em definitivo, de séries acumuladas de pequenos relatos.”<sup>56</sup>

Este pequeno romance parece, então, uma espécie de cópia da literatura vanguardista estadunidense com temas locais, “[...] a tradução da visão de mundo de Faulkner para uma realidade hispano-americana, para uma realidade, ademais, extraordinariamente local e

---

<sup>55</sup> No original: “[...] buscar una lengua capaz de traducir la novedad extranjera y, ao mesmo tempo, de expresar la relación directa y coloquial en la cual quieren ubicar la invención narrativa. [...] intentan un despojamiento de la lengua literaria colombiana y una renovación de su forma.”

<sup>56</sup> No original: “[...] composición, en definitiva, de series acumuladas de pequeños relatos.”

imediate.” (RAMA, 1987, p. 174).<sup>57</sup> A perspectiva dialógica de *O som e a fúria* (1947) se mostra explícita na novela de García Márquez, pois três pontos de vista sobre um mesmo fato conduzem a narrativa, tendo a morte como tema norteador. Ademais, toda a dinâmica cultural local é examinada pelos narradores, com muitas referências sócio-políticas.

Estes fatos podem ser reunidos em suas influências das obras vanguardistas, preocupadas na análise do interior humano e em conluio à abordagem da cultura popular nacional, sobretudo costenha. Verifica-se, assim, o uso frequente de recursos literários retirados de Faulkner (RAMA, 1987). Cumpre assinalar, quanto ao elemento popular, a influência do *Wayuu*, cultura indígena local que sua avó era descendente e muito lhe influenciou na concepção de seus primeiros textos, incluindo o *Cien años de soledad*, como aponto Juan Moreno Blanco (2002).

Acreditamos que esse viés politizado do autor ganha fôlego em obras posteriores, como *Relato de um naufrago*, reportagem de 1958. A perspectiva política se soma a um neorrealismo de orientação estadunidense, na esteira de autores como Hemingway, Steinbeck e Capote. A isso se soma os elementos locais e as implicações políticas destes, atentadas por Dasso Saldívar ([1997] 2014, p. 123).

1962 principia com *El coronel no tiene quien escriba* (1962), em que a temática da morte é elaborada com um teor realista, desenhando um drama de ordem sentimental, histórico e social. As ideias políticas são averiguadas devido a conjuntura social colombiana da época, que vivia uma hecatombe de injustiças, oriundas principalmente do mau gerenciamento do país. No mesmo ano, *La mala hora* desenvolve os primeiros traços do realismo mágico do autor, num enredo joyceano alinhado aos temas populares. E *Los funerales de la mamá grande* revitaliza o estilo do autor em uma chave múltipla: são contos de diferentes naturezas e com temáticas muito próprias do povo colombiano; marcados pelo realismo, a violência, a morte, o regionalismo, a reflexão sobre o passado colonial, entre outros elementos. Destaque para o conto que dá título ao livro, que narra o drama de uma nação após a morte da matriarca do povoado Macondo.

Essa fase de García Márquez, segundo Rama (1987), é multifacetada. E guarda consigo traços que, embora desenvolvidos no seu romance aclamado, ainda não têm as características plenas da mesma obra. Cumpre averiguar, portanto, como esse desenvolvimento se deu para entender o processo do autor e suas circunstâncias. Devemos

---

<sup>57</sup> No original: “[...] la traducción de la cosmovisión de Faulkner a una realidad hispanoamericana, a una realidad, además, extraordinariamente local y inmediata.”



nos focar de agora em diante em como esse artesanato se consolida em *Cien años de soledad*, de modo a revelar uma identidade popular e nacional dividida.

#### 4 FUNDAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E DERROCADA DE MACONDO

Marco na história das letras latino-americanas, *Cien años de soledad*, (daqui por diante CAS), vocifera, em 1967, como mais uma crônica histórica da formação do povo no continente, nas trilhas de um projeto de renovação da literatura na América Latina que se mostrava atenta à composição distópica desde os primeiros nomes da Nova Narrativa continental. Entre seus expoentes estão Jorge Luís Borges, Juan Rulfo, José Maria Arguedas, Mario Vargas Llosa, Guimarães Rosa entre outros.

O aclamado romance do escritor colombiano desenha, em tonalidade neorrealista e alegórica (talvez fantástica), a representação de um pequeno povoado dentro de uma nação caracteristicamente latino-americana e implicações sócio-políticas que acreditamos estar ligada à interpretação politizada do escritor colombiano acerca da Colômbia e América Latina. Assim, articulamos a História e a Literatura nesta análise para entendermos a representação nacional desta obra.

De fato, quando analisada a trajetória do Gabo e seu interesse pelos assuntos de teor político e histórico, é praticamente impossível não conectar a sua obra às suas posições ideológicas, geralmente tidas como progressistas, mas também nacionalistas. Basta afirmar que tanto em suas memórias, *Vivir para contarla* ([2002] 2014b), como em suas biografias, elaboradas por Dasso Saldívar (2014b) e Gerald Martin (2010), esse fato é marcante, a despeito de detalhes que não interfeririam significativamente no trato geral da questão.

Além disso, as ideias de Jorge Eliécer Gaitán (1898 – 1948) e as consequências de seu assassinato político foram pedras de toque nas temáticas de García Márquez a partir de 1958. Neste capítulo devemos esclarecer alguns destes processos políticos representados no livro sobre a solidão do pequeno povoado. Contudo, se seguíssemos outro caminho, poderíamos encontrar certos indícios que confirmam nossa hipótese: a de que o romance do Gabo é um retrato sobre as querelas, principalmente políticas, que impossibilitaram não apenas uma unidade continental na América Latina, mas também a própria integração nacional. Examinamos, assim, extratos da simbologia neste romance que podem ajudar a entender a ideia de nação na América Latina e suas amarrações com a textualidade da vida nacional nos trópicos.

Elucidamos a unidade e as disparidades da comunidade imaginada dentro do romance, cuja finalidade, acreditamos, é revelar a natureza imaginária do povoado, levando-nos a dizer que a busca por essa formação comunitária implica, sumariamente, na análise do *magnum opus* conforme a seguinte divisão: 1. Uma pré-história nacional, baseada em mitologias que

ênfatizam a fundação de Macondo, tomando por base a história pré-colombiana e a colonização; 2. O confronto entre povoado e Estado, reflexos da formação latino-americana; 3. A intervenção do imperialismo estadunidense; e 4. a derrocada do projeto comunitário e sua função escritural.

O primeiro ponto registra uma base pré-ontológica, tradicional; os dois seguintes salientam a base moderna e liberal da ideia de comunhão nacional e internacional; o último uma amálgama de elementos da tradição e modernidade. Destarte, os conflitos de CAS giram, em praticamente todos os seus momentos, entre a formação de um povoado que procura por autonomia, a quase inevitável intromissão estrangeira e o ideário mítico que cobre estes processos.

Não obstante isso, nas Américas, existe um parcial consenso sobre os períodos historiográficos do continente: América Pré-colombiana, América Colonial, América Independente, América Republicana. Seguindo tal proposta, todos esses períodos corroboram para situações posteriores e oferecem metáforas históricas do que encontramos no artefato literário em questão. A formação de Macondo perpassa todos os períodos assinalados e, deste substrato, devemos articular história e literatura para explicar a ideia de nação representada no romance.

Adiantemos que a Macondo recém-independente é nativa, auto-organizada e parcialmente coesa, enquanto que a Macondo seguinte sofre das interferências interna e forânea e sua política repressiva. Este povoado é regulado por diferentes símbolos da política, de José Arcádio ao coronel Aureliano Buendía, bem como representantes do Estado e do capitalismo multinacional. Através da leitura destes símbolos conflituosos, cuja sustentação retórica aponta simultaneamente para a sua autonomia e dependência, procuramos montar um breve painel dos administradores e das agências que constituem a ideia de nação no romance estudado.

#### **4. 1 Uma pré-história de Macondo**

A fundação do povoado por Úrsula Buendía e José Arcadio configura, no processo de territorialização em questão, a aporia deste estudo da comunidade. No romance, encontramos uma formação nacional contraditória em muitos momentos. Ela parte de um exílio mitológico, para, adiante, construir um vilarejo onde o casal e os itinerantes encontram a utopia incerta e invariável, consequência direta de um mal; ora externo (historicamente traçado pela invasão espanhola e tutela do Estado), ora interior (o drama de José Arcádio e seus seguidores, que procuram fugir do espectro moralizante da vida comunitária).

O trecho inicial do segundo capítulo do romance, por exemplo, rememora o episódio em que Frances Drake ataca Riohacha e a bisavó de Úrsula se acidenta em decorrência do susto. A invasão espanhola é o *leitmotiv* de um exílio intratextualmente originário: a aldeia de índios pacíficos numa região serrana, onde o marido da bisavó “[...] construiu para a mulher um quarto sem janelas para que os piratas de seus pesadelos não tivessem por onde entrar.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 26)<sup>58</sup>

A migração da bisavó de Úrsula e o aragonês pode ser interpretada como uma metáfora do choque entre o *ethos* pré-colombiano e o colonial. Entre alguns nativos, a peregrinação em direção a um território que espantasse os males ocasionados pela terra invadida é encontrada em momentos anteriores à colonização, feita sempre que algum perigo iminente ronda o lugar em que vivem. Contudo, entre a conquista e a colonização, o que geralmente era ocasionado por fatores de caráter natural (epidemias, desastres naturais e, em alguns casos, ações hostis) se torna frequente por causa da desterritorialização causada pelo invasor (SCHMIDT, 2010).

No Tupi-Guarani, uma das muitas etnias indígenas no continente, um fenômeno conhecido como “Yby marã é yma”, refrata essa desterritorialização através da peregrinação para a terra sem mal. Usamos esta lenda como premissa para a formação de Macondo após a conquista da América. É preciso ressaltar a natureza desse fenômeno como oriundo de uma cosmogonia diferente das ocidentais; embora esta organização de mundo tenha sido drasticamente modificada devido a Conquista.

Nesse âmbito, a apreensão dos mitos indígenas implica se desvincular da proposta de organização de sociedades primitivas feitas por uma antropologia científica, positivista e estruturalista, que tem no nome de Claude-Lévi-Strauss (1908 – 2009), seu maior expoente no século XX. Pela relação inevitável que a conquista trouxe aos nativos, essas sociedades devem ser pensadas dentro de uma concepção organizacional ampla, integrando nativos e estrangeiros.

Conforme Pierre Clastres ([1974] 1979), as sociedades primitivas são, ao contrário da visão estável dessas sociedades na antropologia estruturalista, conflitantes e não instrumentalizadas por uma racionalidade universal. Dentro da filosofia ocidental prevalece, segundo o antropólogo, um princípio de identidade e não-contradição, que vai desde o pensamento clássico, sendo retomado pelo Iluminismo e desemboca nas ciências neo-empíricas e estruturalistas do século XX. Apesar de um modelo transcendente de

---

<sup>58</sup> No original: “[...] construyó a su mujer un dormitorio sin ventanas para que no tuvieran por donde entrar los piratas de sus pesadillas.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 106).

organização social, os estudos antropológicos buscaram salientar uma aparelhagem de análise genérica da cultura e da nação através de componentes ambivalentes gerados pelo processo de descolonização e independência (GEERTZ, 2008).

O antropólogo francês lança críticas ao etnocentrismo da filosofia europeia, demonstrando que as sociedades primitivas pontualmente estudadas possuíam líderes, leis e organização social; dentro, evidentemente, de uma concepção não universal das formas de arranjo comunitário. Sua ideia central propõe que estas comunidades não são ausentes de Estado, mas contra o Estado; fato que as fizeram sobreviver e se agremiarem durante séculos.

Cumpre assinalar, ainda dentro do pensamento de P. Clastres, que a cosmologia e o sistema de regulação indígena, ou pelo menos os que ele estudou, explicitam a formação e a dissolução do poder como enclaves inevitáveis. Assim, o antropólogo elenca fatores de ordem interna e externa que contribuíram para mudanças nos planos de manutenção de crenças e normas dentro das comunidades.

Para sobreviver diante de novos paradigmas, houve, dentro da vida indígena, medidas antagônicas que tanto aceitavam os valores forâneos quanto resistiam ao conquistador, buscando, circunstancialmente, suas próprias alternativas políticas para lidar com a vida em sociedade. Uma medida à luz da outra revela, grosso modo, um aparelho de poder aberto, cuja obediência à chefia ou à organização de poder não se expressa claramente.

Logo, a subordinação não seria uma premissa geral das sociedades, em todos os lugares e em todas as ocasiões; porquanto, a ideia clássica de poder se ajustaria à constituição da sociedade no tempo e no espaço: “[...] a concepção clássica de poder é adequada à realidade que a contempla, que nesse caso deve constar para a falta de poder aonde for que seja localizada; ou é inadequado e deve ser descartado e transformado.” (CLASTRES, 1979, p. 5)

As sociedades modernas do Ocidente se orientam nas regras do Estado e comumente são divididas entre os que dominam e os que são submetidos a essa dominação. A despeito desta premissa, segundo P. Clastres, as sociedades primitivas ignoram essa visão e entendem o poder enquanto algo acoplado ao corpo social e o agrupamento. Ainda que consideremos a necessidade de chefia, esta supera a estratificação social e autoridade singular dentro do *modus operandi* das sociedades indígenas, para além da norma do Estado ocidental: “Algumas delas [as sociedades indígenas], como os Ona e os Yahgan da Tierra del Fuego, nem possuem a instituição de liderança; e é dito que não existe um termo para *Chefe* na língua dos Jivaros.” (CLASTRES, 1979, p. 20)

Embora exista chefia nas sociedades indígenas, ela não se caracteriza pela coerção, mas pela interação com o grupo liderado. Assim, o chefe cumpre uma espécie de função simbólica das sociedades primitivas, que consiste em conduzir sem governar, dando margem para a existência de uma comunidade em que o poder é descentralizado: “[...] a propriedade mais notável do chefe indígena consiste na ausência quase completa de autoridade”. (CLASTRES, 1979, p. 47)

A influência externa nesse processo, sobretudo no período colonial, registra uma “selvageria” dos povos nativos quando analisados segundo o *logos* europeu, admitindo apenas a ordem que estivesse de acordo com os princípios do processo civilizatório branco. O indígena, maculado nesse procedimento, caracterizar-se-ia, ao longo de séculos, pela sua incapacidade de promover uma ordem civilizacional. Contra essa percepção, P. Clastres salienta que o modelo social das tribos por ele estudadas englobam situações de convívio peculiares e eficientes, um projeto de coletividade – famílias alargadas –, condicionado por uma matriarca ou patriarca. (CLASTRES, 1979, p. 66)

Na contramão dos valores individuais, a organização tribal se encontra diante da querela que gera o mal: o conflito entre o particular e o geral. A unidade é má e o bem dualístico. Politicamente falando, o Estado gera essa unidade má, a qual o profetismo tupi-guarani se recusa:

Um habitante da Terra sem Mal não pode ser qualificado univocamente: ele é um homem, evidentemente, mas também outro além do homem, um deus. O Mal é o Uno. O Bem não é o múltiplo, é o *dois*, o múltiplo, ao mesmo tempo o uno e o seu outro, o *dois* que designa veridicamente os seres completos. *Ywy mara-ey*, destino dos *Últimos Homens*, não abriga mais homens, não abriga mais deuses: apenas seres iguais, deuses-homens, homens-deuses, de tal modo que nenhum de entre eles se diz segundo o Uno. (CLASTRES, 1979, p. 169-170)

O “Yby marã é yma” é o projeto de afastamento dessa vida dualística por deslocar os aborrecidos para o caminho da utopia particular. Contudo, tal percepção não se limita a uma mera construção mitológica. Hélène Clastres ([1974] 1978, p. 66) descreve um caso marcante desta jornada ocorrida pelo interior da América do Sul, cujo registro aponta para dez anos de peregrinação, em pleno século XVIII, de aproximadamente doze mil indígenas tupis. Partindo do nordeste do Brasil, rumo ao Peru, essa massa foi reduzida a apenas trezentos indivíduos em um curto espaço de tempo.

Fazendo um paralelo com a narrativa de CAS, cremos que a marcha empreendida por Úrsula e José Arcádio tem como fundo motivador alguns pontos elencados pela ideia de Terra sem Mal, uma vez que a colisão da vontade individual e as estruturas morais é o alicerce da partida dos Buendía. No segundo capítulo do romance, José Arcadio é assombrado por

pesadelos com Prudencio Aguilar, a quem tinha matado por uma questão de honra. Concomitantemente, o fato gira em torno de um tabu do incesto.

Segundo Rolena Adorno (2006), CAS é uma epopeia da fundação de Macondo provocada por uma violência rememorada, e que, na tradição narrativa hispano-americana pós-conquista, tem a brutalidade como uma de suas marcas. Essa formação se caracteriza por uma série de agressões: a conquista, a política colonial repressiva, a arbitrariedade da classe *crioula* e oligarquias, vinte anos de guerra civil, a incidência de um governo nacional autoritário, a exploração imperialista da companhia bananeira entre outros. Assim, Macondo reprojeta a destruição da natureza e do homem, “[...] uma versão moderna desse velho gênero literário da época da aurora da literatura hispano-americana: a história natural e moral das Índias”. (ADORNO, 2006, p. 197)<sup>59</sup>

Fatalmente, a geopoética do texto de García Márquez aponta para matizes naturais próprios da América Latina, uma vez que realça um fator consensual sobre o continente: a natureza não explorada pelo colonizador. Este elemento, destaque desde as primeiras cartas e crônicas acerca das Américas, implica numa dicotomia básica do pensamento europeu a respeito do Outro, sabidamente discutido por Todorov (2010): o plano da natureza, em detrimento da consciência transcendental dos europeus.

O contraponto assinala, de início, para uma supremacia imaginada que leva as sociedades americanas, não instrumentalizadas nos paradigmas do invasor, ao polo negativo da assimetria estrutural elaborada pela suposta hegemonia ocidental. A natureza americana, aliás, deve ser trabalhada por essa visão hegemônica, a fim de melhorar o que, em abundância, os indígenas possuem. Em Macondo, a companhia bananeira, numa perspectiva do capitalismo industrial, fará o mesmo.

Ainda em seu início, a natureza no romance desenvolve a representação de um estupro do puro. Claro está nas palavras de Adorno (2006) como essa violação do meio natural tem por escopo aniquilar o espaço do Outro, a sua fonte de produção e vida. Cumpre lembrar de relance, a enorme influência para os nativos do mundo natural, dentro do qual o mitológico e o real se entrelaçam além da pretensa fonte de alimento.

Em punho dessas concepções, vemos delineado no espaço natural as ramificações da violência em um de seus elementos fundadores. Conquanto, não se restringe a esse fator a ceifa do colono aos valores nativos, prolongando-se a um ato de coerção tão grave quanto os abusos feitos ao espaço. A violação do mundo natural se correlaciona ao homem que nele

---

<sup>59</sup> No original: “[...] una versión moderna de ese antiguo género literario de la época de los albores de la literatura hispanoamericana: la historia natural y moral de las Índias”.

vive. Este, o homem, não foi desvirginado apenas em sua materialidade, como já sabido pelo genocídio do indígena, mas através de sua própria consciência de mundo.

Nesse cerne, faz-se coerente considerar a violência mental perpetrada pelo colonizador, uma vez que estamos diante de um ato que reduz ou aniquila a outridade do nativo, fomentando aquilo que Frantz Fanon ([1952] 2008) descreve como *síndrome de inferioridade do povo colonizado*: subestimação dos valores por um processo de decantação da visão nativa para o fundo do recipiente civilizatório. Segundo uma metáfora freudiana, essa consciência nativa, estaria submersa num terceiro invólucro, inacessível à percepção do sujeito.

Essas duas formas de violência implicam na busca pela Terra sem Mal, onde natureza e consciência são livres dos encargos externos. O termo não é ingenuamente elaborado: tem-se o espaço natural (terra) e a consciência humana aí (sem males). Tal busca inclina-se para a fuga de violências contra a disposição dos arranjos despóticos que alteram o ambiente e a moralidade dos sujeitos nativos. Na Terra sem mal, essa fuga tem todo um nexos.

Dentro da cosmogonia indígena, deve-se conceber uma ação profética, avaliada por um carai (chefe espiritual), com o fito de levar adiante uma migração para um território onde o mal não prevalece. O mal, porém, não se promove apenas enquanto ato violador físico, mas se trata, para usar um termo sociológico, de uma violência simbólica.

Segundo P. Clastres (1979), na legislação tupi-guarani, há uma dinâmica de poder e crença que nada tem de ingênua. A sociedade indígena é articulada com sua própria lógica e desvios. O que faria os indígenas migrarem não seria apenas a violência do europeu, mas, em alguma medida, também o despotismo das ações intertribais. Além disso, a busca pela Terra sem mal não se configurava como um ato de libertação propriamente dito, pois até onde se sabe sobre as narrativas tupis, a peregrinação sempre foi um fracasso e os itinerantes costumavam ter consciência disso.

Destarte, a regulação e a sua contestação implicam numa contradição prática. Se, por um lado, a ordem intercomunitária culminava com um conflito de interesses, por outro, a jornada, na ânsia de encontrar a Terra sem mal, mostra-se, em termos utilitários, falível. Então, porque fazer uma viagem que, diante de todos os fatos conhecidos, levava ao fracasso?

As observações de P. Clastres (1979) lidam, grosso modo, com os interesses envolvidos na sociedade tupi-guarani, correlacionando o fator a uma base mítica, cuja função é contrabalancear o poder instaurado pelo líder político. Segundo Renato Sztutman (2009), ao revisar a obra de Clastres, ele entende que o antropólogo francês descortina a ordem política da questão sem levar em conta algumas possibilidades de interpretação religiosa e moral da



vida indígena. Esse trabalho tem razoabilidade argumentativa na obra de H. Clastres (1978), cujos comentários das crenças tupi-guaranis se coaduna ao argumento político de Pierre, embora este elemento não se imponha à religião.

H. Clastres (1978) entende a peregrinação como um meio, não um fim. O escopo religioso assinalado pela autora demonstra um questionamento da ordem. O peso social é colocado em xeque pelos itinerantes, que pouco depositam fé em seus chefes e encontram nos carais (mestres espirituais) uma força a mais para se contrapor ao modelo de poder. Quando a vida social se vê abalada, a peregrinação é necessária não pelo seu fim, mas pelo seu meio: “[...] querer escapar do peso – demasiado humano – da coletividade.” (CLASTRES, 1978, p. 67)

Na Terra sem mal, a natureza é abundante e a moralidade é abolida. A recusa da interdição vislumbra o ideário incestuoso dos tupis. Tudo é permitido: “Quer dizer que *o mal* – trabalho, lei – *é a sociedade*. A ausência de mal – a terra sem mal – é a contra-ordem.” (CLASTRES, 1978, p. 67) Assim, as aventuras desreguladas ordenam a uniformidade, em um espaço onde o homem é deus, criador e criatura:

Não é por acaso que as únicas atividades sociais destinadas a se manterem na Terra sem Mal são as festas de bebidas: essas festas são também, na sociedade, a expressão da contra-ordem (ao mesmo tempo, sem dúvida, que são o meio de encontrá-la). Finalmente, a Terra sem Mal é o lugar da imortalidade, enquanto nessa terra os homens nascem e morrem: como se fosse tal a correspondência entre a ordem social das regras (que implica troca matrimonial, trabalho, etc.) e a ordem natural da geração (que implica nascimento e morte) que bastasse abolir aquela para se libertar desta. O homem nasce bom (nasce para ser um deus), a sociedade deprava-o (abole sua natureza divina): poderia ser este o axioma da antropologia tupi, ou do que se poderia chamar de antropecia. (CLASTRES, 1978, p. 67)

Tal repulsa à ordem vigente é impulsionada para o horizonte da travessia, a fim de fugir do mal. A morte da civilização (*kultur*) é invocada para emular a existência divina. Trata-se, então, de movimentos messiânicos em que o religioso e o político convergem: “[...] a sobrevivência de uma sociedade, ameaçada por outra na sua própria existência.” (CLASTRES, 1978, p. 68). Neste processo dialético, a religião é a força de coesão que garante “[...] um questionamento que vem de fora.” (CLASTRES, 1978, p. 68). Mas o profetismo tupi é o contrário do messianismo: “[...] nasce de uma cultura que segrega por si mesma seu próprio questionamento e na qual a religião, por ser o lugar dessa crítica, gera a dispersão.” (CLASTRES, 1978, p. 68).

A crise da *kultur* conduz à migração, na medida em que sua faceta simultaneamente religiosa e política marca a autodestruição das sociedades tupi-guaranis. O valor da

superstição e do mito, aqui, predomina, mas não se restringe a isso. Percebe-se claramente o interesse detrás deste postulado religioso.

À luz desse problema, em CAS, ainda no capítulo 2, os eventos que decrevem o nascimento de Macondo fundem a crise da *kultur* e a peregrinação. Se, de início, a migração da bisavó de Úrsula está condicionada ao peso demasiadamente humano da regra, posteriormente, a própria Úrsula e José Arcádio, como o resultado de uma superstição e um problema moral, aviltam essa mesma condição:

Na aldeia escondida vivia desde muito tempo um filho de imigrantes espanhóis que cultivava tabaco, don José Arcádio Buendía, com quem o bisavô de Úrsula estabeleceu uma sociedade tão produtiva que em poucos anos fizeram fortuna. Vários séculos mais tarde, o tataraneto do filho de imigrantes espanhóis casou-se com a tataraneta do aragonês. Por isso, cada vez que Úrsula saía dos eixos com as loucuras do marido, saltava por cima de trezentos anos de coincidências e amaldiçoava a hora em que Francis Drake assaltou Riohacha. Era um simples recurso de desabafo, porque na verdade estavam ligados até a morte por um vínculo mais sólido que o amor: um remorso comum de consciência. Eram primos. Tinham crescido juntos na antiga aldeia que antepassados de ambos transformaram com seu trabalho e os bons costumes num dos melhores povoados da província. Embora seu matrimônio fosse previsível desde que vieram ao mundo, quando expressaram a vontade de casar-se seus próprios parentes trataram de impedir. Tinham o temor de que aqueles saudáveis expoentes de duas raças secularmente entrecruzadas passassem pela vergonha de engendrar iguanas. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 26-27)<sup>60</sup>

A suposta consequência deste evento seria a prole defeituosa, cujo efeito implica na resistência ao casamento entre primos. Essa tradição tinha precedente, pois uma tia de Úrsula, que casara com um tio de José Arcádio, por ocasião dessa união, tiveram uma criança que “[...] passou a vida toda com calças-balão, e frouxas, e que morreu sangrando depois de haver vivido quarenta e dois anos no mais puro estado de virgindade, porque nasceu e cresceu com uma cauda cartilaginosa na forma de saca-rolhas e com uma escovinha de pelos na ponta.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 27)<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> No original: “En la escondida ranchería vivía de mucho tiempo atrás un criollo cultivador de tabaco, don José Arcadio Buendía, con quien el bisabuelo de Úrsula estableció una sociedad tan productiva que en pocos años hicieron una fortuna. Varios siglos más tarde, el tataranieto del criollo se casó con la tataraneta del aragonés. Por eso, cada vez que Úrsula se salía de casillas con las locuras de su marido, saltaba por encima de trescientos años de casualidades, y maldecía la hora en que Francis Drake asaltó a Riohacha. Era un simple recurso de desahogo, porque en verdad estaban ligados hasta la muerte por un vínculo más sólido que el amor: un común remordimiento de conciencia. Eran primos entre sí. Habían crecido juntos en la antigua ranchería que los antepasados de ambos transformaron con su trabajo y sus buenas costumbres en uno de los mejores pueblos de la provincia. Aunque su matrimonio era previsible desde que vinieron al mundo, cuando ellos expresaron la voluntad de casarse sus propios parientes trataron de impedirlo. Tenían el temor de que aquellos saludables cabos de dos razas secularmente entrecruzadas pasaran por la vergüenza de engendrar iguanas.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 106-107)

<sup>61</sup> No original: “[...] pasó toda la vida con unos pantalones englobados y flojos, y que murió desangrado después de haber vivido cuarenta y dos años en el más puro estado de virginidad porque nació y creció con una cola cartilaginosa en forma de tirabuzón y con una escobilla de pelos en la punta.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 107)

Aterrorizada por sua mãe, Úrsula teve de usar calças que cobriam o seu sexo e impediam que José Arcadio tivesse relações sexuais com ela. Ainda virgem, depois de um ano de casados, ela mantém-se casta, enquanto José Arcadio sofre chacotas do povo. Após um duelo de galos de briga, um sujeito de nome Prudencio Aguillar o insulta, e Arcadio, enfurecido, o mata, atirando uma lança em seu pescoço. Na noite do enterro, Arcadio obriga Úrsula a tirar as calças de castidade, sabido da superstição e pesaroso quanto a seu crime: “– Pois se você tiver que parir iguanas, criaremos iguanas – disse ele – Mas nesta aldeia não haverá mais mortos por sua culpa.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 29)<sup>62</sup> Mais tarde, Prudencio retorna em forma de espectro e passa a atormentar a casa de Arcadio e Úrsula. É nesse momento que os dois decidem partir.

Nota-se que o embrião da mudança está vincado em dois atos: a proibição do incesto e o trauma em José Arcadio. De fato, um elemento não anula o outro; confirmam-se. O incesto é a proibição moral por trás da imposição de abstinência sexual entre o casal, uma vez que a lei do povoado nas serras enfatiza as sequelas que os filhos de Arcadio e Úrsula venham a ter. Como consequência dessa proibição, uma norma social vigente é posta em xeque. Assim, a persistência da norma social, seja pela proibição do incesto ou regragem grupal, impulsiona a quebra da lei e conduz a uma situação de tensão plasmada em José Arcadio:

Era uma boa noite de junho, fresca e com lua, e ficaram acordados e se resolvendo na cama até o amanhecer, indiferentes ao vento que passava pelo quarto, carregado com o pranto dos parentes de Prudencio Aguilar.

O caso foi considerado um duelo de honra, mas aos dois restou um mal-estar na consciência. Certa noite em que não conseguia dormir, Úrsula saiu para tomar água no quintal e viu Prudencio Aguilar ao lado do enorme enorme jarro de barro onde havia água. Estava lívido, com uma expressão muito triste, tentando tapar com uma atadura de cânhamo o furo em sua garganta. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 29)<sup>63</sup>

É preciso averiguar a natureza do delito e a função coletiva da punição neste contexto. O crime gera em Arcadio e Úrsula uma consternação insuportável, simbolizada pela aparição do espectro de Prudencio. Na mesma ocasião acima descrita, à noite, Úrsula o vê limpando o ferimento e tentando tapar com uma atadura o buraco na garganta; ela relata a Arcadio que aquilo não lhe produziu medo, mas pena. Ao voltar para o quarto, conta ao esposo; ele

<sup>62</sup> No original: “- Si has de parir iguanas, criaremos iguanas - dijo -. Pero no habrá más muertos en este pueblo por culpa tuya.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 109).

<sup>63</sup> No original: “Era una buena noche de junio, fresca y con luna, y estuvieron despiertos y retozando en la cama hasta el amanecer, indiferentes al viento que pasaba por el dormitorio, cargado con el llanto de los parientes de Prudencio Aguilar.

El asunto fue clasificado como un duelo de honor, pero a ambos les quedó un malestar en la conciencia. Una noche en que no podía dormir, Úrsula salió a tomar agua en el patio y vio a Prudencio Aguilar junto a la tinaja. Estaba lívido, con una expresión muy triste, tratando de cegar con un tapón de esparto el hueco de su garganta.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 109-110)

declara: “‘Os mortos não voltam’, disse ele. ‘A gente é que não dá conta do seu peso na consciência.’” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 29)<sup>64</sup>

Adiante, em outra noite de espectros, Arcadio encontra Prudencio no seu próprio quarto limpando a mesma ferida. Neste momento, ele decide o seu destino: “– Está bem, Prudencio – disse a ele. – Vamos embora deste lugar para o mais longe que a gente conseguir, e não voltaremos nunca mais. Agora, vá embora tranquilo.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 30)<sup>65</sup> E assim, empreendem a jornada.

A viagem empreendida por José, Úrsula e os itinerantes aponta para um motivo peculiar: a quebra de normas e suas consequências insuportáveis. Não podendo mais tragar aquela situação, os peregrinos percebem na viagem a saída mais viável para fugir da imposição da lei. Curioso assinalar que aqueles que seguem o casal são jovens desiludidos dispostos a buscarem uma terra não prometida: “[...] jovens como ele, fascinados com a aventura, desmantelaram suas casas e arrastaram mulher e filhos rumo à terra que ninguém havia prometido.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 30)<sup>66</sup>

Vemos contundentemente a ausência de qualquer profetismo aqui. Fica explícito, de modo rudimentar, o senso de aventura que, comum às gerações mais jovens não domesticadas e decepcionadas com o *status quo* vigente, atravessa os peregrinos e os fazem seguir, ainda que para um destino incerto. A fim de se libertarem das amarras antes impostas, os itinerantes rumam entre a incerteza e a emancipação.

Como vimos com P. Clastres (1979) e H. Clastres (1978), a peregrinação, com efeito, não é uma prática factível, mas sensível. A compreensão apriorística da busca pela terra prometida gira em torno da sua inexistência. Nem a leste ou a oeste, encontrar-se-á o Éden. Para o povo que migra isso revela um messianismo às avessas: “Não traçaram um itinerário definido. Só procuravam viajar no sentido contrário ao caminho de Riohacha para não deixar algum rastro nem encontrar gente conhecida.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 30)<sup>67</sup>

A questão não é o encontro da terra prometida (espacial), sem males (sem lei), mas a travessia de autoconhecimento, longe dos encargos sociais e da vida anterior. Na posição de liderança, a busca de José Arcadio para encontrar o mar não triunfa e a jornada cansa os

<sup>64</sup> No original: “‘Los muertos no salen - dijo - Lo que pasa es que no podemos con el peso de la conciencia.’” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 110).

<sup>65</sup> No original: “- Está bien, Prudencio - le dijo - Nos iremos de este pueblo, lo más lejos que podamos, y no regresaremos jamás. Ahora vete tranquilo.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 110)

<sup>66</sup> No original: “[...] jóvenes como él, embullados con la aventura, desmantelaron sus casas y cargaron con sus mujeres y sus hijos hacia la tierra que nadie les había prometido.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 110-111).

<sup>67</sup> No original: “No se trazaron un itinerario definido. Solamente procuraban viajar en sentido contrario al camino de Riohacha para no dejar ningún rastro ni encontrar gente conocida.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 111).

corpos: “Certa manhã, depois de quase dois anos de travessia, foram os primeiros mortais que viram a vertente ocidental da serra. Do pico enevado contemplaram a imensa planície aquática do grande pantanal, que se estendia até o outro lado do mundo. Mas nunca encontraram o mar.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 31)<sup>68</sup>

Depois de uma noite, quando acamparam próximo a um rio pedregoso, José Arcadio sonhou que naquele lugar se ergueria a cancha onde deveriam fundar o povoado:

Naquela noite José Arcadio Buendía sonhou que bem ali erguia-se uma cidade ruidosa com casas de paredes de espelhos. Perguntou que cidade era aquela, e lhe responderam com um nome que nunca havia ouvido, que não tinha significado algum, mas que teve no sonho uma ressonância sobrenatural: Macondo. No dia seguinte convenceu seus homens de que jamais encontrariam o mar. Mandou que derrubassem as árvores para fazer uma clareira junto ao rio, no lugar mais fresco da margem, e ali fundaram a aldeia. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 31)<sup>69</sup>

Fundar Macondo implicava, no circunstância em que encontramos Arcadio e seu grupo, a concretização de um plano sem plano. Diante da fundação quase aleatória, os viandantes se estabelecem no vislumbre de um sonhador que, deste ponto em diante, passa a examinar os símbolos de seus devaneios e forjar a sua razão instrumental. Na concepção deste mito fundador, o jovem patriarca conseguiu em poucos anos fazer de Macondo um povoado organizado conforme o juízo de compartilhamento das experiências comunitárias defendido por Anderson (2008), já que no povoado viviam trezentos habitantes e todos se conheciam. O resultado final se assemelha a um Éden tupi: “Era de verdade uma aldeia feliz, onde ninguém tinha mais de trinta anos e onde ninguém tinha morrido.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 16)<sup>70</sup>

Soma-se a isso o fato da lei, a despeito de normatizações, ser fundamentada numa convenção dos Buendía, o que afere a eles um núcleo de poder. A genealogia da família Buendía-Iguaran em Macondo é representada por uma circularidade histórica de seus feitos e personalidades, bastando perceber a repetição de nomes nas gerações posteriores. Esse simbolismo do primeiro bloco da narrativa, que vai de seu início ao quinto capítulo,

---

<sup>68</sup> No original: “Una mañana, después de casi dos años de travesía, fueron los primeros mortales que vieron la vertiente occidental de la sierra. Desde la cumbre nublada contemplaron la inmensa llanura acuática de la ciénaga grande, explayada hasta el otro lado del mundo. Pero nunca encontraron el mar” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 111).

<sup>69</sup> No original: “José Arcadio Buendía soñó esa noche que en aquel lugar se levantaba una ciudad ruidosa con casas de paredes de espejo. Preguntó qué ciudad era aquella, y le contestaron con un nombre que nunca había oído, que no tenía significado alguno, pero que tuvo en el sueño una resonancia sobrenatural: Macondo. Al día siguiente convenció a sus hombres de que nunca encontrarían el mar. Les ordenó derribar los árboles para hacer un claro junto al río, en el lugar más fresco de la orilla, y allí fundaron la aldea.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 112)

<sup>70</sup> No original: “Era verdaderamente una aldea feliz, donde nadie tenía más de treinta años y donde nadie murió”. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 93)

corresponde à fundação do povoado e o cotidiano edênico e mágico da sua formação familiar e comunitária.

Aliás, o familiar, aqui, liga-se ao político. Como examinou P. Clastres (1979) acerca do parentesco tupi-guarani, a filogenia da família, em sociedades primitivas ou modernas, tem interesses: a manutenção do poder e a soberania do espaço de controle. Esta percepção pode ser expandida para a ideia de família alargada (ver capítulo 5), conduzindo ao estamento e sua fórmula moderna: o Estado-nação.

As primeiras organizações sociais da América Latina independente, oligárquicas por natureza, eram comandadas por famílias que detinham poder ou hegemonia sobre o restante da população. Destas oligarquias, constituiu-se um poder mais fecundo e amplo, consolidando, assim, um centro de irradiação; e cuja cumplicidade com o Estado se tornou cada vez mais estreita.

Em suma, a fundação do pequeno povoado de Macondo é a imagem da travessia, mas também alegoria, no campo político, do processo civilizatório latino-americano da colonização à independência e a construção dos alicerces oligárquicos que refrearam este projeto no continente. Esta é uma chave de leitura importante para exprimir o nascimento de uma comunidade e seus centros de poder, cujas representações no romance desembocam também na história da Pátria Grande.

A terra não prometida de José Arcadio é a utopia dos trópicos. Ao menos, lá, criar-se-ão do grau zero as coisas, tão novas que para identificá-las será necessário lhes apontarem o dedo. Esse paradigma, contudo, aos poucos tem de encarar o comunitarismo moderno liberal, suas fronteiras e espaços legais: o fadado Estado-nação.

Após a fundação, no momento em que José Arcadio parece já ter superado sua antiga obsessão pelas grandes invenções dos ciganos, a correspondência de forças entre as tradições e os achados forâneos dentro do povoado se expande. Desta experiência, ele deseja entrar em contato com outras pessoas, ignorando, de soslaio, a geografia da região. O patriarca tenta uma expedição mal sucedida para o Norte, onde encontra apenas terras estéreis e depois os restos de um galeão espanhol no mar. Percebe-se que na fundação, o patriarca já prevê uma interdição, motivo de sua jornada. Não seria um indício de fracasso do povoado em chegar ao que supostamente seria uma edêmica Terra sem mal?

#### **4. 2 Macondo emancipada e regulada**

O mito fundador ou o sonho de José Arcadio, desenvolve, problemáticamente, a busca de uma Terra sem mal; esta, destoante do regimento dos legisladores externos, consolida, de

início, uma comunidade razoavelmente autônoma e de compartilhamento tribal. Macondo, ao firmar seu espaço, territorializa a formação da identidade espaço-temporal dos sujeitos ali dispostos. Paralelamente, ela é acompanhada aos poucos por uma organização externa baseada no Estado-nação, e seus contornos impõem normas ao universo sócio-político do povoado.

De início, parece não haver nenhum motivo para a escolha do lugar, apenas um sinal que indica a fundação, estabelecendo, assim, uma chefia que aos poucos passa de uma figura simbólica para um soberano. Desse modo, a fundação da comunidade parece dispensar elementos de contraordem ou admite artefatos exteriores, uma vez que se começa a desenhar um comando específico na figura de José Arcadio e a expansão das fronteiras, como no Estado liberal. Não obstante, seria oportuno dizer que ela ensaia a Unidade que leva ao mal.

Macondo, a nosso ver, obedece a uma lógica frequente em muitos espaços comunitários independentes. Na América Latina, essa formação, como já pontuamos, tem uma premissa básica: desvencilhar-se do colonizador e suas normas, mas também estabelecer as suas (mais localizadas) e, de modo similar ao colonizador, reescrever o Estado.

Após a fundação, o povoado fica nas mãos de Arcadio, cujo comando é composto por um contrato social limitado, até a aldeia ser assumida pelo governo nacional conservador. Isso se desenvolve sobre o pano de fundo das guerras civis que, conforme nossa hipótese, assolam todo o país que o povoado faz parte. Tomando os fatos como alegorias da formação latino-americana, a relação não pode ser vista casualmente.

Retomando as considerações de Ianni (1988, p. 5) a respeito da formação das nações latino-americanas, frisamos o principal motivo para que os Estados se desenvolvessem no continente: o ímpeto de se desvencilhar da metrópole, simbolizadas nas lutas de homens como Tausaint Louverture, Francisco de Miranda, Bolívar, José Artigas, José Morelos, Miguel Hidalgo, Bartolomé Mitre, Bernardo O'Higgins, Antonio Sucre, José Bonifácio, Frei Caneca, Ramón Betances, José Martí, próprio Bolívar entre outros, cujos ímpetos iniciais, de fato, emanciparam as ex-colônias. Contudo, no decorrer da formação nacional, praticamente logo após a independência, as nações latino-americanas caíam num novo colapso, em decorrência dos interesses envolvidos na partilha dos territórios e a relação *pueblo versus* Estado:

A sociedade nacional se forma aos poucos, de modo contraditório, em vais-e-vens, como se estivesse demoradamente saindo do limbo. Paulatinamente, nas terras americanas, os conquistadores vão se tornando nativos, colocam-se em divergência e oposição em face da metrópole, passam a lutar pela pátria. Surgem as inconfidências, insurreições, revoltas, revoluções, nas quais estão presentes nativos, crioulos, nacionais, mestiços, mulatos, índios, negros, espanhóis, portugueses, ingleses, franceses, holandeses e outros. Começam a delinear-se a sociedade, o

Estado, a Nação, em torno de uma cidade, região, movimento, líder; ou cidades, regiões, movimentos, líderes. (IANNI, 1988, p. 6)

Dentre as observações pontuadas pelo teórico brasileiro, podemos tirar delas algo já desenvolvido anteriormente: a ideia de nação na América Latina, no transcorrer da sua formação, desenvolve-se de modo conflitante, uma vez analisadas as celeumas que originam e dilatam tanto uma oposição aos conquistadores quanto o delineamento de líderes locais. As guerras de independência gerariam a emancipação dos territórios nacionais em relação às metrópoles, mas deixavam em aberto as questões de organização interna que, no âmbito de comunidades jovens, ainda não tinham um programa de governo nos alicerces do Estado nacional, imposto de cima.

Bolívar, por exemplo, arriscou um projeto de unificação não apenas nacional, mas continental; e esbarrou em uma série de problemas advindos tanto do Estado e sua constituição arbitrária, comandada por líderes oligarcas e o gerenciamento liberal. Na literatura, esta relação esbarra na constituição de um projeto ambivalente que conjectura a técnica moderna e a tradição popular (inclusive na articulação do Estado), como destacado por Rama (2008).

Se analisarmos a obra de García Márquez sob este ponto de vista, teremos bons motivos para a encararmos, pelo menos no segundo bloco da narrativa (capítulo 6 ao 10), que a centralização do debate acerca da consolidação da soberania do povoado, como uma alegoria dessa formação contraditória, desemboca na disputa entre a defesa do provinciano e do plano geral do Estado-nação, influenciado pelo gerenciamento de poder interno e o externo (mais precisamente a expansão imperialista, que analisamos no próximo tópico).

Devemos notar que nesse bloco da narrativa, a modernidade se insinua com o fito de uniformizar o Estado e não o *pueblo*; porquanto, sugere-se que a manutenção do poder para certas castas das sociedades latino-americanas pós-independência está de acordo com a premissa do ideário liberal de nação. Isto é, a ideia de comunidade imaginada na América Latina não serviu para autonomizar a gerência interna dos países, mas um meio de manter o controle dos povoados pela oligarquia cada vez mais alinhada com o capitalismo industrial e o Estado.

O projeto moderno, assim, entra facilmente na casa de Arcádio, cujo grande fascínio pelas novas invenções é perceptível. A novidade, a partir de um dado momento, frequentemente é bem-vinda no povoado. Macondo – se a pensarmos como parte da América Latina – oscila entre essa manutenção da tradição e a absorção inevitável do novo. No âmbito



socioeconômico, caminha entre o poder do Estado e a oligarquia regional, cujo primeiro antagonista no romance, o próprio José Arcádio, descortina as veleidades dos governos locais.

A migração e a consolidação de uma nova comunidade, distante dos avaros do colonizador, erguem-se numa posição singular, entre a influência secular da conquista europeia e a defesa dos interesses particulares. Na medida em que fogem os itinerantes para construir a sua Terra sem mal (da contraordem), ela também passa a se regimentar – peculiarmente.

Examinamos esse ponto através de sua conotação política. Houve na história da América Latina uma tímida resistência à cultura europeia que ocasionou um domínio mental e material mesmo após as independências. Como observa Darcy Ribeiro (1982), a alienação cultural dos latino-americanos sempre foi marcada no continente pelos auspícios do imperialismo e as tendências reinantes das elites locais, formulados por meio de uma falsa vontade do povo organizado segundo o Estado burguês europeu. Mesmo firmados os pés na América Latina, o pensamento e a atuação local refratava uma estrutura de sentimentos europeizantes. Isto, não necessariamente, implica na negatividade total do projeto, mas revela uma assimetria clara: manter a hegemonia do Velho Mundo.

O ímpeto de emancipação tem fundamentos e interesses específicos para cada caso. Em CAS, as arbitrariedades perpetradas por José Arcadio são, no limiar, produtos de sua própria concepção de mundo e poder simbólico frente aos caprichos impostos. Boa parte dos seus atos não obedece a uma lógica aberta ao postulado democrático do Estado liberal, e com razão. Por ser o símbolo de uma travessia e líder, a ele é conferido um poder mítico que o mantém nesse patamar até o Estado interferir na sua tutela.

Destquemos a ênfase que Anderson (2008) dá à transição do plano mítico das comunidades imaginadas para a técnica no contexto do mundo moderno. Este plano é assinalado através de moduladores burgueses, como os jornais e o romance, produtos culturais necessários ao projeto civilizatório das soberanias modernas. Ora, nada mais alienante do que impor às comunidades autônomas fora da ordem europeia esta premissa completamente deslocada. A imposição do Estado liberal enxerga a nação de cima.

De baixo, a hierarquia familiar acompanha de perto esse processo, pois seus descendentes têm papel marcante na continuidade da harmonia local – é claro que, neste caso, os ideais envolvidos pela herança familiar entram em contradição com o modelo comunitário externo, o que também o influencia. Se os líderes burgueses e oligarcas da nação enxergam a questão de cima, o *pueblo* arquiteta um antagonismo de baixo.

Segundo Ianni (1991), a organização do Estado e das oligarquias nacionais na América Latina tinham características patrimonialistas notáveis, cujo estágio mais elaborado de manifestações políticas e culturais dos líderes locais e regionais, exercendo uma função de poder em relação aos outros territórios. Após as independências, o Estado nacional se alinha às oligarquias e gerencia o país segundo interesses bem específicos.

Os conflitos internos culminam com uma nova estrutura de poder que deriva em combinações de lideranças ou de uma soberania sobre outras. Esse sistema lembra muito a sociedade de castas, haja vista a estratificação social hereditária e/ou estatutária, bem como a hierarquia de noções culturais de raça, religião, linguagem etc. Cabe acentuar a inserção devastadora da produção capitalista industrial, a exploração de mão de obra barata e escrava e as desigualdades sociais pós-independência. (IANNI, 1991, p. 59-60) O patrimônio é privado (e privatizado aos poucos) e o povo, destituído de qualquer propriedade, é vítima fácil dessa dominação:

As relações sociais, a cultura e as próprias relações de produção continuam impregnadas de elementos semelhantes aos que seriam característicos da sociedade de castas. As camadas dominantes e os trabalhadores distinguem-se entre si tanto econômica e politicamente como pela região, o idioma ou a cor da pele. Uns são donos do poder, outros não possuem nenhum acesso ao poder. Esses são alguns dos termos da dominação oligárquica. (IANNI, 1991, p. 62)

Nesse sentido, o povo só tinha duas opções: ou era submisso e escravizado pelos oligarcas regionais (sempre com a chancela dos governos nacionais) ou guerreavam em busca de reformas. Em CAS isso é representado pelos conflitos civis ocorridos após a chegada à Macondo de Apolinar Moscote, que exprime ele mesmo a regulação do Estado e o controle deliberado do povoado.

Podemos situar o inconformismo do povo e a profunda rejeição à norma estatal quando contrastamos os elementos históricos presentes na formação da América Latina e seus movimentos. A característica central dessa desilusão aponta para o coronelismo, o qual tenta reverter o comando arbitrário do local marginalizado e estabelecia a revolta armada como a única forma de conseguir reverter as nuances do poder.

A força de coerção social aqui ajuda a entender o processo. Como já mencionado, ela vem de cima para baixo. Na novela do Gabo de 1962, “Los funerales de la Mamá Grande”, a formação de um povoado, também chamado de Macondo, gira em torno de tradições situadas em uma pessoa e sua família (caráter hereditário do controle) e está em acordo com o Estado, mantendo o poder nas mãos das chefias locais e governamentais.

Se na novela da Mamá Grande a postura é, no desfecho, de honrarias à matriarca espiritual de Macondo – ironicamente porque a sua morte deixa em aberto a posteridade do povoado que ela controlava com mãos de ferro; no romance de 1967, a perspectiva não é tão acalenta assim. A posição de José Arcadio, na já estabelecida comunidade, é de desconfiança às instituições nacionais. Adiante isso se acentua com Aureliano. Na novela de 1962, Macondo e nação são aliadas na manutenção de privilégios à líder do povoado, desde que essa mantenha uma política amistosa com o governo nacional. No romance de 1967, a perspectiva é de conflito aos ditames do Estado.

Se o envolvimento de Arcadio com a questão o leva a loucura e traz à baila o controle do povoado pelo Estado, a ação de seu filho, Aureliano, contraria o jogo de interesses do governo nacional, já introjetado na vida de Macondo. Antes de levar a cabo sua jornada militar, o coronel mantinha relações íntimas com os representantes do governo, chegando até mesmo a noivar com a filha do emissário local do governo ali. Essa situação, porém, desemboca numa querela: a descoberta de cédulas fraudadas por Moscote, durante as eleições. Contra essa e outras veleidades decorrentes da chefia ornamental do Estado, Aureliano decide iniciar a luta.

A fraude eleitoral cometida pelos conservadores rebenta em Aureliano, que, imperceptivelmente, envolve-se nas conspirações dos liberais, que querem confrontar a instância nacional pelo conflito armado. Ele se afasta quando percebe que os planos dos liberais são reduzidos a exterminar os conservadores e suas famílias, incluindo a de Moscote. Mas quando a guerra finalmente estoura e o exército ocupa a aldeia, Aureliano leva adiante uma rebelião com vinte homens, agredindo de surpresa a guarnição e tomando suas armas. Seguem-se diversas revoltas:

O coronel Aureliano Buendía promoveu trinta e duas rebeliões armadas e perdeu todas. Teve dezessete filhos varões de dezessete mulheres diferentes, que foram exterminados um atrás do outro numa mesma noite, antes que o mais velho fizesse trinta e cinco anos. Escapou de quatorze atentados, setenta e três emboscadas e de um pelotão de fuzilamento. Sobreviveu a uma dose de estricnina no café que teria sido suficiente para matar um cavalo. Recusou a Ordem do Mérito outorgada pelo presidente da república. Chegou a ser comandante geral das forças revolucionárias, com jurisdição e mando de uma fronteira a outra, e o homem mais temido pelo governo, mas jamais permitiu que fizessem uma fotografia sua. Declinou da pensão vitalícia que lhe ofereceram depois da guerra e até a velhice viveu dos peixinhos de ouro que fabricava em sua oficina de Macondo. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 116)<sup>71</sup>

<sup>71</sup> No original: “El coronel Aureliano Buendía promovió treinta y dos levantamientos armados y los perdió todos. Tuvo diecisiete hijos varones de diecisiete mujeres distintas, que fueron exterminados uno tras otro en una sola noche, antes de que el mayor cumpliera treinta y cinco años. Escapó a catorce atentados, a setenta y tres emboscadas y a un pelotón de fusilamiento. Sobrevivió a una carga de estricnina en el café que habría bastado para matar un caballo. Rechazó la Orden del Mérito que le otorgó el presidente de la república. Llegó a ser

Em sua marcha, o protagonista das lutas pelas reformas se guiava por ideais um pouco vagos, de antemão. Acaba sendo prisioneiro e sentenciado a morte; escapa e forma um exército. Com os membros do pelotão de fuzilamento, que aderem à sua causa, Aureliano vai a Riohacha para libertar o general Victorio Medina também condenado à morte, mas não o salva. Ainda assim, seus homens o proclamam chefe das forças revolucionárias e se desenvolve na narrativa uma virada na organização de Macondo, cujos traços passam a ser o gerenciamento político por meios bélicos.

Aureliano, assim, é o símbolo da luta política revolucionária. Diferente dos líderes populistas do século XX, que procuravam por meios políticos, dentro do sistema do Estado, contestá-lo (Perón, Vargas, Gaitán), o que se destaca na atividade marginalizada de Aureliano, menos assistida pelo governo e sem representantes fortes dentro do sistema político da nação, é a justiça antissistêmica e local.

O caráter de contraposição ao regime nacional, ainda que Aureliano esteja distante de Macondo, torna-se o símbolo das lutas locais contra a circunscrição nacional. Temos aí planejado o provincianismo de caráter emancipador que dissertamos em nosso primeiro capítulo. Ao reunir forças para bater o regime nacional e combatê-lo até mesmo fora das fronteiras de Macondo, Aureliano representa essa tentativa de reforma e revolução que foi predominante em muitos lugares da América Latina, desde as independências nacionais aos reclames mais recentes.

Refratando a história nacional da Colômbia, a briga pelas posses e gerenciamento das terras agravava paulatinamente a situação de conflitos pós-independência, ganhando, aliás, novos contornos com o nascimento dos partidos conservador e liberal. A consequência disso, após a Independência, é tanto a continuidade dos conflitos civis quanto a sua formalização ideológica. A guerra passa a ser originada não apenas por interesses privados, mas por posições públicas, em particular do povo, que exige autodeterminação. E isso se estende além e aquém da colonização e independência, tornando-se uma marca da luta por direitos:

Da dor e do abuso, a América Latina reivindica seu direito à autodeterminação e justifica a insurreição, a própria violência, o derramamento de sangue e a morte de inocentes. Toda a literatura da Independência está impregnada dessa linguagem de queixas; são as queixas recebidas que permitem a constituição de um referencial de vitimização, isto é, que os membros pertencentes à nação se percebam e se identifiquem como vítimas de uma ordem essencialmente injusta, substancialmente

---

comandante general de las fuerzas revolucionarias, con jurisdicción y mando de una frontera a la otra, y el hombre más temido por el gobierno, pero nunca permitió que le tomaran una fotografía. Declinó la pensión vitalicia que le ofrecieron después de la guerra y vivió hasta la vejez de los pescaditos de oro que fabricaba en su taller de Macondo.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 202)

opressora e radicalmente excludente, contra a qual somente o derramamento de sangue, fazendo da guerra e do uso de armas, não apenas uma opção entre outras para fundar a nação, mas algo necessário e justo, a única alternativa possível que as vítimas teriam para uma verdadeira restauração da justiça. (HINCAPIÉ, 2001, p. 14)<sup>72</sup>

A referência não é ingênua, uma vez que em CAS, esse fato é deveras assinalado. Às vésperas das eleições e em iminência de guerra, Moscote se mostra preocupado com o possível conflito e o relata para Aureliano, ainda não envolvido com a querela. As observações do narrador tendem a postular o jogo de interesses de cada um dos lados e delineia, de sobreaviso, o desconhecimento de Aureliano com os ideais políticos envolvidos na questão. Tal impulso leva-nos a acreditar que sua ação futura, de formar um bando e combater o exército conservador, não tem motivações ideológicas suficientes, mas se configura apenas enquanto um ato de descontentamento frente à situação espúria que avistava:

Em certa ocasião, nas vésperas das eleições, don Apolinar Moscote regressou de uma de suas frequentes viagens preocupado com a situação do país. Os liberais estavam decididos a lançar-se à guerra. Como naquela época Aureliano tinha noções muito confusas sobre as diferenças entre conservadores e liberais, seu sogro lhe dava lições esquemáticas. Os liberais, dizia, eram maçons; gente de má índole, partidária de enforcar os padres, de implantar o casamento civil e o divórcio, de reconhecer iguais direitos aos filhos naturais e aos legítimos, e de despedaçar o país num sistema federal que despojava de poderes a autoridade suprema. Os conservadores, em contrapartida, que haviam recebido o poder diretamente de Deus, defendiam a estabilidade da ordem pública e da moral familiar; eram os defensores da fé em Cristo, do princípio de autoridade, e não estavam dispostos a permitir que o país fosse espartilhado em entidades autônomas. Por sentimentos humanitários, Aureliano simpatizava com a atitude liberal em relação aos direitos dos filhos naturais, mas fosse como fosse não entendia como se chegava ao extremo de fazer uma guerra por coisas que não podiam ser tocadas com as mãos. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 108)<sup>73</sup>

<sup>72</sup> No original: “Desde el dolor y el maltrato, Latinoamérica reclama su derecho a autodeterminarse y justifica la insurrección, la violencia propia, la sangre derramada y las muertes de inocentes. Toda la literatura de la Independencia está impregnada de este lenguaje de los agravios; son los agravios recibidos los que permiten que se constituya un referente de victimización, es decir, que los miembros pertenecientes a la nación se autoperciban y se identifiquen como víctimas de un orden esencialmente injusto, sustancialmente opresivo y radicalmente excluyente, contra el cual sólo cabe el derramamiento de sangre, haciendo de la guerra y del uso de las armas, no sólo una opción entre otras para fundar la nación, sino algo necesario y justo, la única alternativa posible que tendrían las víctimas para un verdadero restablecimiento de la justicia.”

<sup>73</sup> No original: “En cierta ocasión, en vísperas de las elecciones, don Apolinar Moscote regresó de uno de sus frecuentes viajes, preocupado por la situación política del país. Los liberales estaban decididos a lanzarse a la guerra. Como Aureliano tenía en esa época nociones muy confusas sobre las diferencias entre conservadores y liberales, su suegro le daba lecciones esquemáticas. Los liberales, le decía, eran masones; gente de mala índole, partidaria de ahorcar a los curas, de im-plantar el matrimonio civil y el divorcio, de reconocer iguales derechos a los hijos naturales que a los legítimos, y de despedazar al país en un sistema federal que despojara de poderes a la autoridad suprema. Los conservadores, en cambio, que habían recibido el poder directamente de Dios, propugnaban por la estabilidad del orden público y la moral familiar; eran los defensores de la fe de Cristo, del principio de autoridad, y no estaban dispuestos a permitir que el país fuera descuartizado en entidades autónomas. Por sentimientos humanitarios, Aureliano simpatizaba con la actitud liberal respecto de los derechos de los hijos naturales, pero de todos modos no entendía cómo se llegaba al extremo de hacer una guerra por cosas que no podían tocarse con las manos.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 193-194)

As contendas entre os dois grupos, mesmo quando não há a defesa organizada dos ideais de um plano ou outro, é marcante. As guerras civis que tomam Macondo durante vinte anos são reflexos desse passado sanguinário de motins entre liberais e conservadores que, na Colômbia do século XIX (quicá toda a América Latina), tem como ápice, sabe-se bem, a Guerra dos Mil Dias:

Esse massacre partidário, que terminou em 1902 e não significou uma vitória real para os liberais ou os conservadores, estabeleceu o precedente de um padrão perigoso na política do século XX: a exclusão política como um catalisador do conflito armado. Enquanto outras nações latino-americanas forjavam a modernidade mais ou menos de acordo com os princípios estabelecidos do ‘positivismo’ (a ordem política era equiparada ao progresso material, ciência e tecnologia modernas, apreciadas como elementos salvadores), a Colômbia enfrentava uma dispendiosa guerra civil que alterou o ritmo de sua modernização. (LAROSA & MEJÍA, 2013, p. 108)<sup>74</sup>

Se pensarmos a história da Colômbia e de suas guerras no século XIX, enxergaremos apenas confrontos entre facções, sem interesses específicos, a não ser a manutenção da propriedade privada e a defesa das províncias através das armas. Isto é, não havia uma consciência ideológica plena entre essas facções, saturadas de desavenças políticas locais e protagonizadas por caudilhos que primavam pelo controle deliberado, agora ameaçado pelo governo. (HINCAPIÉ, 2001, p. 15)

Fica claro, pelo menos a partir dessa prévia, que os interesses das facções envolvidas nos conflitos civis, conservadores e liberais, disputam o controle do país. Em CAS, esse fato é verificado na resistência ao governo e a autodeterminação local. Uma questão tática de litígio de poder. Na trégua assinada pelo coronel Aureliano Buendía isso fica claro; veja-se explicitamente a “traição” do coronel às próprias forças revolucionárias:

- Quer dizer - sorriu o coronel Aureliano Buendía quando terminou a leitura - que só estamos lutando pelo poder.

- São reformas táticas - replicou um dos delegados. - Por enquanto, o essencial é ampliar a base popular da guerra. Depois, veremos.

Um dos assessores políticos do coronel Aureliano Buendía se apressou em intervir.

- É um contra-senso - disse. - Se essas reformas são boas, quer dizer que bom é o regime conservador. Se com elas conseguiremos ampliar a base popular da guerra, como dizem os senhores, quer dizer que o regime tem uma ampla base popular. Quer dizer, em síntese, que durante quase vinte anos estivemos lutando contra os sentimentos da nação.

<sup>74</sup> No original: “Esta masacre partidista, llegada a su fin en 1902 y sin significarle la victoria real ni a los liberales ni a los conservadores, estableció el precedente de un peligroso patrón en la política del siglo XX: la exclusión política como catalizador del conflicto armado. Mientras otras naciones latinoamericanas forjaban la modernidad más o menos de acuerdo con los principios establecidos del “positivismo” (el orden político se equiparó con el progreso material, la ciencia moderna y la tecnología, apreciados como elementos salvíficos), Colombia se daba a una costosa guerra civil que alteró el ritmo de su modernización.”

La continuar, mas o coronel Aureliano Buendía interrompeu-o com um sinal. “Não perca tempo, doutor”, disse. “O importante é que a partir deste momento estamos lutamos só pelo poder.” Sem deixar de sorrir, tomou os papéis que os delegados entregaram a ele e se dispôs a assinar.

- E já que é assim - concluiu -, não temos nenhum inconveniente em assinar. Seus homens se olharam consternados.

- Perdão, coronel - disse suavemente o coronel Gerineldo Márquez - mas isto é uma traição.

O coronel Aureliano Buendía deteve no ar a pena que havia mergulhado na tinta, e descarregou sobre ele todo o peso de sua autoridade.

- Entregue-me as suas armas - ordenou.

O coronel Gerineldo Márquez levantou-se e pôs as armas na mesa. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 184-185)<sup>75</sup>

Durante anos o coronel empreendeu uma série de levantes armados em diferentes partes do país, todos eles rapidamente sufocados pelo exército nacional. Finalmente, ele toma Riohacha e estabelece sua sede; três meses depois ocupa Macondo. Embora tenha dominado dois estados costeiros, a guerra estagnou e os liberais negociaram um armistício pelo qual obteve uma parte no parlamento e no governo em troca de depor suas armas. Aureliano rejeitou o acordo e iniciou uma nova série de insurreições que logo foram arruinadas. Depois de lutar pela causa fora do país, ele voltou a assumir a liderança na mais longa, radical e sangrenta rebelião que já havia comandado. Posteriormente, ganha o controle de dois estados; contudo, a frustração e o desânimo com guerras sem fim o levam a aceitar as condições dos requerentes conservadores. O trecho acima desvela essa trajetória.

O conflito armado nas Américas possui uma longa trajetória, mudando sua cara após a emancipação e a formação dos Estados-nações. A característica premente nessa configuração é uma espécie de independência regional. Como já discutido, isso foi um impulso para a

---

<sup>75</sup> No original: “- Quiere decir - sonrió el coronel Aureliano Buendía cuando terminó la lectura - que sólo estamos luchando por el poder.

- Son reformas tácticas - replicó uno de los delegados -. Por ahora, lo esencial es ensanchar la base popular de la guerra. Después veremos.

Uno de los asesores políticos del coronel Aureliano Buendía se apresuró a intervenir.

- Es un contrasentido - dijo -. Si estas reformas son buenas, quiere decir que es bueno el régimen conservador. Si con ellas logramos ensanchar la base popular de la guerra, como dicen ustedes, quiere decir que el régimen tiene una amplia base popular. Quiere decir, en síntesis, que durante casi veinte años hemos estado luchando contra los sentimientos de la nación.

Iba a seguir, pero el coronel Aureliano Buendía lo interrumpió con una señal. «No pierda el tiempo, doctor - dijo -. Lo importante es que desde este momento sólo luchamos por el poder.» Sin dejar de sonreír, tomó los pliegos que le entregaron los delegados y se dispuso a firmar.

- Puesto que es así - concluyó -, no tenemos ningún inconveniente en aceptar.

Sus hombres se miraron consternados.

- Me perdona, coronel - dijo suavemente el coronel Genirelto Márquez -, pero esto es una traición.

El coronel Aureliano Buendía detuvo en el aire la pluma entintada, y descargó sobre él todo el peso de su autoridad.

- Entrégume sus armas - ordenó.

El coronel Gerineldo Márquez se levantó y puso las armas en la mesa.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 273-274)

consolidação de todo o pensamento latino-americano: a demarcação de regionalismos contra um universalismo nocivo, principalmente em termos geopolíticos.

Hincapié (2001), ao analisar o contexto colombiano e a sua projeção, admite que as guerras civis no país durante o século XIX tiveram como elementos centrais da contenda a tentativa de controle do Estado e a emancipação do *pueblo*. Tudo isso girava em torno de uma política despótica vinda de cima e ações locais barradas pelos aparelhos de Estado. A nação imaginada desenvolvia-se sem um projeto real, seja devido à violência do Estado ou às falhas de organização do povo:

Isso significa que a nação é representada pelo Estado e suas instituições legais; é imaginada como um espaço de ação política, unificado e articulado pela guerra e no qual se estabelece um novo sistema de referências culturais modernas que proporcionam identidades de corte cidadão. Mas a nação imaginada dessa maneira era precária e frágil, como na sociedade tradicional, os cidadãos eram virtuais, a sociedade não era composta de indivíduos autônomos e em vez de um povo soberano predominou povos, territórios, bairros, vilas, os grupos étnicos, as corporações cuja complexidade era irreduzível à unidade, como foi proposto a partir do discurso universalista da razão? Este campo de tensões tem várias implicações no discurso político e nas argumentações que visam proporcionar sentido de pertencimento e identidade; as mutações culturais da modernidade exigiam outras línguas e novas formas de argumentar e polemizar. (HINCAPIÉ, 2001, p. 17)<sup>76</sup>

Praticamente todos os conflitos civis do século XIX no país tinham por objetivo marcar a autonomia de uma província em relação ao Estado. Havia boas justificativas: corrupção, troca de influência, imposição de costumes, violência entre outros. Esse tipo de luta política é característica no coronel Aureliano Buendía, uma vez que ele não é guiado por um adágio abstrato qualquer, mas por motivações de desconforto frente à situação vigente. De certo modo, também é uma vontade coletiva, mas interpretada por uma figura específica.

Cumprir lembrar que a organização política entre conservadores e liberais no romance acarreta uma inserção talvez não desejada dos grupos atuantes em formas ideológicas que, mesmo na Colômbia, não eram completamente consolidadas e orientadas. No contexto nacional isso se desenvolve desde o nascimento dos dois partidos e tem por característica formar blocos ideológicos que possam ganhar força política, dentro das regras do Estado. Não

---

<sup>76</sup> No original: “Esto quiere decir que la nación se representa a través del Estado y de sus instituciones legales; es imaginada como un espacio para la acción política, unificada y articulada por la guerra y en la cual se instaura un nuevo sistema de referencias culturales modernas que proveen identidades de corte ciudadano. Pero la nación imaginada de esta manera resultaba precaria y frágil, pues en la sociedad tradicional, los ciudadanos eran virtuales, la sociedad no estaba formada por individuos autónomos y en lugar de un pueblo soberano predominaban los pueblos, los territorios, los vecindarios, las localidades, los grupos étnicos, las corporaciones cuya complejidad era irreductible a la unidad, como se proponía desde el discurso universalista de la razón? Este campo de tensiones tiene varias implicaciones sobre el discurso político y sobre las argumentaciones orientadas a proveer sentidos de pertenencia e identidad; las mutaciones culturales de la modernidad demandaban otros lenguajes y nuevas formas de argumentar y polemizar.”



se depreende em CAS, pelo menos ao analisar o caso do coronel Aureliano, que essa força ideológica esteja imbricada, *a priori*, em seus ideais.

Mais do que apenas um militar revolucionário, Aureliano é (ou aprende a ser) político. Ele não se coloca fora da lei completamente, mas age na sua margem de erro. Seu intuito, no decorrer da trama, desemboca em contradições internas e situações espinhosas. Embora fique razoavelmente claro o descontentamento do povo em relação às medidas burocráticas do governo, não há como afirmar que as ações do coronel, ao fim da guerra, sejam típicas da figura ideal do mártir. Sua conotação é mais humana.

Esse novo líder, filho do fundador do povoado, transforma-se em uma espécie de Messias em sua Cruzada contra as forças nacionais, o que expime a formação das Américas na amálgama de culturas locais erguidas dentro dos aparelhos de Estado e balizadas por interesses políticos provincianos. A fim de criarem elementos político-culturais e mitos capazes de solidificarem o poder simbólico dos resistentes, abre-se um terreno específico para a ideia de nação moderna na América Latina.

O caudilho latino-americano é o arquétipo da contraposição ao Estado e o desserviço deste em relação às camadas populares. Contudo, não é um líder completamente moral, mas amoral; fruto de sua circunstância e da emulação de um poder extraído por forças que lhe são indiferentes. A consequência de sua batalha sisífica perante as arbitrariedades do governo o transforma numa espécie de mito. No seu memorial da revolução contra a violência do Estado, salienta-se a força do ícone.

Contudo, esse triunfo termina com o acordo das forças nacionais. Acordo este sabidamente provisório e injusto. A trégua apenas estabelece diretrizes de caráter limiar, entre o povo e o governo; mas os agentes nacionais a tomam cuidadosamente, para não dirimir o povo e seus representantes, tampouco tirar o poder centralizador do Estado. Assim, o poder nacional programa sistematicamente uma máquina de guerra contra as ameaças locais. Estas ficam consignadas a obter direitos ao povo e serem liquidadas. No desfecho da trajetória de Aureliano, o pacto é a única saída.

Aos poucos, o coronel se descontenta com o rumo que a trégua tomou e suas consequências sórdidas. Quando Gerineldo Márquez sugere que a trégua é uma traição, ele ordena a prisão do seu tentente e amigo, que é condenado à morte. Só então ele toma ciência que a ingloria da guerra devastou seu interior e relata isso a Gerineldo, a fim de acabar com os conflitos:

Precisou de quase um ano de rigor sanguinário para forçar o governo a propor condições de paz favoráveis aos rebeldes, e outro ano para persuadir os seus

partidários da conveniência de aceitá-las. Chegou a extremos inconcebíveis de crueldade para sufocar as rebeliões de seus próprios oficiais, que resistiam a barganhar a vitória, e acabou se apoiando em forças inimigas para acabar de submetê-los.

Nunca foi melhor guerreiro do que naqueles momentos. A certeza de que enfim lutava pela sua própria libertação, e não por ideais abstratos, por lemas que os políticos podiam virar do direito e do avesso de acordo com as circunstâncias, infundiu nele um entusiasmo ensandecido. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 186-187)<sup>77</sup>

Ao fazer as pazes com a Neerlandia e o governo assinar o tratado de paz, Aureliano perde as esperanças e dispara um tiro no próprio peito. No entanto, a bala atravessa o corpo sem tocar nenhum órgão vital. Após sua recuperação, muitos de seus companheiros e rivais o convidam para liderar um novo levante, mas o coronel recusa o convite e passa o resto de seus dias confeccionando, derretendo e refazendo peixinhos de ouro, solitariamente.

A realização deste pacto é a prova cabal da submissão do povo ao jugo dos aparelhos de poder na América Latina. É a violência simbólica e o cavalo de troia dado aos desassistidos. O fundamento disso parece seguir nosso raciocínio: a continuidade de sanções e coerções do Estado.

Percebe-se, assim, que o contrato social falha. O prelo de contradições marca um espaço nacional dividido na América Latina. Embora haja diferenças visíveis entre os interesses das partes, a manutenção do poder é o eixo norteador da colisão de forças. Segundo Hincapié (2001, p. 26):

havia recrutamento forçado e resistência à guerra, mas também participação voluntária de setores populares que viram nas corridas a oportunidade de promoção, enriquecimento, poder local, influência regional, aquisição de terras ou a possibilidade de se defender contra os avanços do latifúndio e muitas circunstâncias que um estado de guerra possibilitava amplamente.<sup>78</sup>

A guerra dos Mil Dias, visivelmente explorada pelo romance em torno dos vinte anos de conflitos civis que assolam o país, espelha o que serve, na historiografia colombiana, de ponte entre o século XIX e o século XX: a última tentativa nesta transição para recuperar a iniciativa do partido liberal e promover reformas. Aliás, os conservadores, apoiados pelos

---

<sup>77</sup> No original: “Necesité casi un año de rigor sanguinario para forzar al gobierno a proponer condiciones de paz favorables a los rebeldes, y otro año para persuadir a sus partidarios de la conveniencia de aceptarlas. Llegó a inconcebibles extremos de crueldad para sofocar las rebeliones de sus propios oficiales, que se resistían a ferir la victoria y terminó apoyándose en fuerzas enemigas para acabar de someterlos.

Nunca fue mejor guerrero que entonces. La certidumbre de que por fin peleaba por su propia liberación, y no por ideales abstractos, por consignas que los políticos podían voltear al derecho y al revés según las circunstancias, le infundió un entusiasmo enardecido.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 276)

<sup>78</sup> No original: “[...] había reclutamiento forzoso y resistencias a la guerra, pero también participación voluntaria de sectores populares que vieron en las contiendas la oportunidad de ascenso, enriquecimiento, poder local, influencia regional, consecución de tierras o la posibilidad de defenderse contra los avances del latifundio y muchas circunstancias que un estado de guerra possibilitaba ampliamente.”

EUA, triunfarão nesta guerra e, como pagamento, a Colômbia perderá o Panamá. (LAROSA & MEJÍA, 2013, p. 109-110)

A partir de então, muito da organização socioeconômica latino-americana passa a ser controlada também por um agente externo: o imperialismo norte-americano. No romance, a consequência é soturnamente similar: o coronel e as forças populares mingam, o povo passa a ser submetido aos caprichos oficiais, o servilismo se torna marca registrada do povoado e o capital estrangeiro chega a Macondo sem nota prévia.

Nessa transição da pureza à violação, Macondo, já em processo de desterritorialização, transforma-se em parte da política do Estado-nação e de interesses políticos forâneos. A sua derrocada, para lembrar o “Yby marã é yma”, inicia-se com essa aceitação da (nova) norma e a obtenção de idiossincrasias reguladas pelos aparelhos de dominação.

Nessa roda viva das lutas populares contra o Estado, a predominância dos interesses de figuras prestigiosas frente à revolução dos setores populares tricota a imaginação nacional, articulando um antecedente do que seria comum no século XX: o Estado totalitário *versus* as forças populares. Na formação dos Estados modernos da América Latina, esse modelo caminha para uma nova etapa dos seguimentos despóticos da formação das nações aqui: o imperialismo. Em CAS, ele é digno de nota.

#### 4.3 Aí vem os “ianques”!

Após os eventos que envolvem as guerras civis em Macondo e suas consequências, a narrativa desemboca numa nova querela nacionalista: a do imperialismo. Esse fenômeno acompanha alguns elementos que podem ser verificados na história da América Latina, sobretudo a partir do século XX, quando uma forte incidência dos EUA, a par das invasões inglesas e francesas, afeta drasticamente as sociedades latino-americanas.

Segundo Hector Bruit (2009), o crescimento demográfico e do capitalismo internacional no século XVIII, em conjunto com o colonialismo, ocasionou um ímpeto expansionista que, no fim do século XIX, gerou uma onda de intervenções militares e políticas que tinham por intuito expandir o poderio de algumas nações, sob o pressuposto de ideias supremacistas. A dominação que, na formação das nações modernas, era baseada numa visão comercial de expansão, transforma-se, em fins do século XIX, numa doutrina ideológica maior, que envolvia fatores de ordem econômica, política, racista etc; envolvendo em especial “[...] a expansão em nível mundial das relações capitalistas de produção” (BRUIT, 2009, p. 24).

Esse argumento reitera o que Hannah Arendt (2010) já desenvolvia em seu famoso trabalho sobre o imperialismo. Segundo a autora, as relações coloniais, quando envolvidas pelo ímpeto de expansão capitalista (1884 – 1914), somadas ao desenvolvimento de noções supremacistas de raça e cultura acabaram por comandar os ideais de certos estados-nações hegemônicos em fins do século XIX. Como esclarece:

De todas as formas de governo e organização de povos, o Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque a sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode ser distendida além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados. Nenhum Estado-nação pode, em sã consciência, tentar conquistar povos estrangeiros, a não ser que essa consciência advenha da convicção que a nação conquistadora tem de estar impondo uma lei superior - a sua - a um povo de bárbaros. A nação, porém, concebe as leis como produto da sua substância nacional que é única, e não é válida além dos limites do seu próprio território, não correspondendo aos valores e anseios dos outros povos. (ARENDR, 2010, p. 123)

Para a filósofa alemã, esse fenômeno tem uma pretensão política sobreposta ao fundamento econômico, alicerçando interesses nacionais subalternos em consonância ao ímpeto de expansão, cuja temperança era a manutenção do próprio nacionalismo e a submissão ou diminuição dos nacionalismos tidos como “inferiores”. Cumpre, de chofre, assinalar que essa política expansionista se focava na expansão econômica e girou em torno dela a fim de alimentar a produção mundial a custo de uma política ideológica nacionalista e segregacionista aparentemente contraditória: “o nacionalismo descambou tão nitidamente para o imperialismo, apesar da contradição inerente aos dois princípios.” (ARENDR, 2010, p. 143)

A expansão colonialista francesa e inglesa, baluartes do imperialismo no século XIX e início do XX (SAID, 2011), é regida em dois sentidos primordiais: África e Ásia. A América, alvo da exploração dessas nações durante séculos, acaba sendo vítima menor daquelas duas nações, em detrimento dos continentes africano e asiático, que foram esquarterados pelas duas potências no período destacado. O motivo dessa negligência é a ascensão do governo norte-americano que, pelo menos desde a consolidação da “doutrina Monroe” (“A América para os americanos”) e a posterior política do “Big stick”, começou a se intrometer no próprio continente e se expandir economicamente e territorialmente.

Conforme Bruit, embora Inglaterra e França tenham intervindo nos domínios americanos, como já notamos, foram os EUA que mais brigaram para conseguir expandir seus domínios. Quando os estadunidenses entram em cena, a questão agora é tentar penetrar no continente através de uma política restritiva à atuação das potências europeias, colocando os “ianques” como sucessores dessa arregimentação:

O imperialismo norte-americano desdobrou-se em duas doutrinas opostas: na Ásia usou a política de “portas abertas”, isto é, todas as potências têm os mesmos direitos de participar comercial e financeiramente; na América Latina, a política seria de “América para os norte-americanos”, isto é, de portas fechadas para qualquer outra potência que não fossem os Estados Unidos. (BRUIT, 2009, p. 72)

A política do “Big stick”, oriundo do governo de Theodor Roosevelt durante as primeiras décadas do século XX, impulsionou ainda mais esse discurso “manso” com “um garrote nas mãos”, produzindo uma série de ações agressivas em relação aos vizinhos continentais: “Entre 1900 e 1933, os Estados Unidos intervieram militarmente 40 vezes, além de fazerem pressões diplomáticas, chantagem econômica, advertências e ameaças dissimuladas.” (BRUIT, 2009, p. 74).

Isto é, a violência perpetrada pelos estadunidenses tinha por objetivo expandir economicamente suas fronteiras na AL, com o aval das autoridades norte-americanas, dos militares e de líderes locais, o que se coaduna perfeitamente com muitos dos elementos representados na literatura do século XX e, especificamente, na obra de García Márquez. A chegada da Companhia Bananeira em CAS é um exemplo notório deste fato.

Pelo menos a partir do capítulo 11 do romance, vemos o enredo catalisar a interferência da sucursal norte-americana que comercializa frutas. Sistemáticamente, ela se instala no povoado e funda um grande empreendimento. Da chegada a seu ocaso, ela comete todo tipo de caprichos e crimes contra a população, que se torna prisioneira em diferentes níveis (Estado, elites crioulas, trabalhadores etc) da companhia.

Os personagens principais desses tempos são os filhos de Arcadio e Santa Sofía de la Piedad, a quarta geração dos Buendía: os gêmeos Aureliano Segundo e José Arcadio Segundo. Embora protagonistas do romance neste íterim, José Arcadio só aparece no desfecho das intrigas do bloco (capítulo 11 ao 15), que foca nos eventos que antecedem a vinda da companhia bananeira, a sua implantação em Macondo e a revolta contra a exploração dos trabalhadores.

Com o fim das guerras civis e os conflitos nacionais e regionais sanados, a prosperidade parece voltar a reinar no povoado. No entanto, um pouco antes, Arcadio Segundo havia realizado a empresa louca de tornar o rio navegável e a construção da ferrovia trouxe para Macondo grandes avanços. Soma-se a isso o interesse de estrangeiros nas condições climáticas da região para o cultivo de bananas; entre eles um empresário estadunidense, o sr. Herbert, que adianta a empreitada.

Temos narrado um episódio do romance em que o empresário come vários cachos de banana na casa de Úrsula e revela o interesse envolto no povoado, tanto pelas suas qualidades

climáticas e mão-de-obra barata, quanto pelo seu recente desenvolvimento. Assim sendo, estas singularidades dariam as condições necessárias para erigir ali uma companhia capaz de produzir e comercializar com uma grande margem de lucro:

Não houve, porém, muito tempo para pensar no assunto, porque os desconfiados habitantes de Macondo mal começavam a se perguntar que diabos estava acontecendo, quando o povoado já havia se transformado num acampamento de casas de madeira com tetos de zinco, atopetado de forasteiros que chegavam no trem de ferro, vindos de meio mundo, e não apenas nos assentos e estribos, mas até mesmo nos tetos dos vagões. [...] Para os forasteiros que chegavam sem amor, converteram a rua das carinhosas matronas da França num povoado mais extenso que o outro, e numa quarta-feira de glória levaram um trem carregado de putas inverossímeis, fêmeas babilônicas adestradas em recursos imemoriais, e providas de todo tipo de unguentos e dispositivos para estimular os inermes, avivar os tímidos, saciar os vorazes, exaltar os modestos, enquadrar os múltiplos e corrigir os solitários. A Rua dos Turcos, enriquecida com luminosos armazéns de produtos ultramarinos que substituíram os velhos bazares com gaiolas de pintassilgo na porta, vibrava nas noites de sábado com as multidões de aventureiros que se atropelavam entre as mesas de sorte e azar, os balcões de tiro ao alvo, o beco onde se adivinhava o porvir e se interpretavam os sonhos, e as mesinhas de frituras e bebidas que amanheciam domingo esparramadas pelo chão, entre corpos que às vezes eram de bêbados felizes e quase sempre de curiosos abatidos pelos disparos, murros, navalhadas e garrafadas da pancadaria. Foi uma invasão tão tumultuada e intempestiva, que nos primeiros tempos foi impossível caminhar na rua por causa do estorvo dos móveis e dos baús, e da agitação da carpintaria dos que erguiam suas casas em qualquer terreno baldio sem a autorização de quem quer que fosse, e o escândalo dos casais que dependuravam suas redes entre as amendoeiras e faziam amor debaixo dos toldos em pleno dia e à vista de todo mundo. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 246-248)<sup>79</sup>

O trecho acima apresenta as mudanças que o avanço econômico traz para Macondo com a ajuda do capital estrangeiro. O personagem em questão, o Sr. Herbert, sucede o Sr. Brown, que, com o apoio do governo nacional, estabelece uma vasta plantação de bananas na região. Os norte-americanos aos poucos se instalam em um bairro separado, do outro lado da ferrovia, e programam transformações tão rápidas que, aos oito meses, “[...] os antigos

---

<sup>79</sup> No original: “No hubo, sin embargo, mucho tiempo para pensarlo, porque los suspicaces habitantes de Macondo apenas empezaban a preguntarse qué cuernos era lo que estaba pasando, cuando ya el pueblo se había transformado en un campamento de casas de madera con techos de cinc, poblado por forasteros que llegaban de medio mundo en el tren, no sólo en los asientos y plataformas, sino hasta en el techo de los vagones. [...] Para los forasteros que llegaban sin amor, convirtieron la calle de las cariñosas matronas de Francia en un pueblo más extenso que el otro, y un miércoles de gloria llevaron un tren cargado de putas inverosímiles, hembras babilónicas adiestradas en recursos inmemoriales, y provistas de toda clase de unguentos y dispositivos para estimular a los inermes despabilar a los tímidos, saciar a los voraces, exaltar a los modestos escarmentar a los múltiples y corregir a los solitarios La Calle de los Turcos, enriquecida con luminosos almacenes de ultra marinos que desplazaron los viejos bazares de colorines bordoneaba la noche del sábado con las muchedumbres de aventureros que se atropellaban entre las mesas de suerte y azar los mostradores de tiro al blanco, el callejón donde se adivinaba el porvenir y se interpretaban los sueños, y las mesas de fritangas y bebidas, que amanecían el domingo desparramadas por el suelo, entre cuerpos que a veces eran de borrachos felices y casi siempre de curiosos abatidos por los disparos, trompadas, navajinas y botellazos de la pelotera. Fue una invasión tan tumultuosa e intempestiva, que en los primeros tiempos fue imposible caminar por la calle con el estorbo de los muebles y los baúles, y el trajín de carpintería de quienes paraban sus casas en cualquier terreno pelado sin permiso de nadie, y el escándalo de las parejas que colgaban sus hamacas entre los almendros y hacían el amor bajo los toldos, a pleno día y a la vista de todo el mundo.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 338-340)

habitantes de Macondo se levantavam cedo para conhecer a própria aldeia.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 248)<sup>80</sup>

Contudo, a falsa ideia de prosperidade cairia por terra quando se mostra claramente que o capital estrangeiro tem como prioridade, como é de se supor, apenas o próprio lucro. Nessa toada, o governo nacional apoia indiscriminadamente a empreitada. Quando as condições espúrias de trabalho e as arbitrariedades perpetradas pela companhia e a polícia se revelam, a reação é inevitável:

Quando chegou a companhia bananeira, porém, os funcionários locais foram substituídos por forasteiros autoritários que o Sr. Brown levou para morar no galinheiro eletrificado, para que gozassem, conforme explicou, da dignidade que correspondia à sua importância, e não padecessem o calor e os mosquitos e os incontáveis desconfortos e privações do povoado. Os antigos policiais foram substituídos por sacripantas com facões no cinto. Trancado na oficina, o coronel Aureliano Buendía pensava nessas mudanças, e pela primeira vez nos seus calados anos de solidão foi atormentado pela certeza definitiva de que tinha sido um erro não continuar a guerra até as suas últimas consequências. Num daqueles dias, um irmão do esquecido coronel Magnífico Visbal levou seu neto de sete anos para tomar um refresco nos carrinhos da praça, e porque o menino tropeçou sem querer num cabo de polícia e derramou o refresco em sua farda, o bárbaro fez picadinho dele a golpes de facão, e decapitou de um golpe só o avô que tentou impedi-lo. A aldeia inteira viu o decapitado passar quando um grupo de homens o levava para casa, e a cabeça arrastada que uma mulher levava pelos cabelos, e o saco de estopa ensanguentada onde haviam enfiado os pedaços do menino. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 259)<sup>81</sup>

Arcadio Segundo, figura emblemática neste bloco do romance, posiciona-se nesta contenda e se envolve na luta dos trabalhadores, na esperança de sanar a atuação agressiva da companhia. A primeira mobilização que a empresa consegue iniciar ocorre durante o descanso dominical, pouco depois das primeiras manifestações de Arcadio Segundo, que se tornou um dos líderes sindicais:

Com a mesma decisão impulsiva com que liquidou seus galos de briga para montar uma desatinada empresa de navegação, tinha renunciado ao cargo de capataz de turno da companhia bananeira e tomou partido ao lado dos trabalhadores. Muito rapidamente foi apontado como agente de uma conspiração internacional contra a ordem pública. Certa noite, no transcurso de uma semana escurecida por nuvens

<sup>80</sup> No original: “[...] los antiguos habitantes de Macondo se levantaban temprano a conocer su propio pueblo.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 341).

<sup>81</sup> No original: “Cuando llegó la compañía bananera, sin embargo, los funcionarios locales fueron sustituidos por forasteros autoritarios, que el señor Brown se llevó a vivir en el gallinero electrificado, para que gozaran, según explicó, de la dignidad que correspondía a su investidura, y no padecieran el calor y los mosquitos y las incontables incomodidades y privaciones del pueblo. Los antiguos policías fueron reemplazados por sicarios de machetes. Encerrado en el taller, el coronel Aureliano Buendía pensaba en estos cambios, y por primera vez en sus callados años de soledad lo atormentó la definida certidumbre de que había sido un error no proseguir la guerra hasta sus últimas consecuencias. Por esos días, un hermano del olvidado coronel Magnífico Visbal llevó su nieto de siete años a tomar un refresco en los carritos de la plaza, y porque el niño tropezó por accidente con un cabo de la policía y le derramó el refresco en el uniforme, el bárbaro lo hizo picadillo a machetazos y decapitó de un tajo al abuelo que trató de impedirlo. Todo el pueblo vio pasar al decapitado cuando un grupo de hombres lo llevaban a su casa, y la cabeza arrastrada que una mujer llevaba cogida por el pelo, y el talego ensangrentado donde habían metido los pedazos de niño.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 351-352)

pesadas e sombrias, escapou por milagre de quatro tiros de revólver disparados por um desconhecido quando saía de uma reunião secreta. Foi tão tensa a atmosfera dos meses seguintes que até Úrsula percebeu-a em seu rincão de trevas, e teve a impressão de estar vivendo de novo os tempos infelizes em que seu filho Aureliano carregava nos bolsos os comprimidos homeopáticos da subversão. Tratou de falar com José Arcádio Segundo para informá-lo desse precedente, mas Aureliano Segundo contou que, desde a noite do atentado, seu paradeiro era ignorado.

- Igualzinho a Aureliano - exclamou Úrsula. - É como se o mundo estivesse dando voltas.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 320-321)<sup>82</sup>

Ele reaparece para promover manifestações; é preso junto com outros líderes e libertado depois de três meses. Os representantes dos trabalhadores tentam uma revisão judicial, denunciando a exploração e as condições de vida miseráveis dos trabalhadores, mas os advogados da empresa se esquivam da demanda com uma chicana jurídica, e depois de uma decisão contrária, a greve começa.

O resultado do conflito refrata o episódio histórico chamado de “Masacre de las bananeras” (1928). CAS projeta ficcionalmente as agruras deste evento. Em 1915, a companhia de frutas *United Fruit Company* se instala na Colômbia de forma sorrateira e fulminante, dando continuidade à incursão de novas filiais na América Latina. Segundo Marcelo Bucheli (2003), a acomodação da empresa no continente é reflexo de imposições que acompanhavam os interesses mercantilistas dos estadunidenses, exclusivamente preocupados em conseguir capital fácil em países meridionais. Como consequência da revolta popular, o massacre dos colombianos desvela o quão vulneráveis estavam os trabalhadores aos empresários norte-americanos, apoiados pelo Estado.

No romance, o massacre reinterpreta o evento. O governo nacional envia três regimentos de soldados que carregavam as bananas nos trens para levá-las a seu destino, e os trabalhadores respondem com ações de sabotagem. Nesse ínterim, as autoridades anunciam a chegada do chefe militar e civil da província e convidam todos os trabalhadores a se concentrarem na praça da estação para ouvir suas propostas. No entanto, tratava-se de uma armadilha para mais de três mil pessoas, que se reuniram na praça sob a vigilância de tropas

---

<sup>82</sup> No original: “Con la misma decisión impulsiva con que rematé sus gallos de pelea para establecer una empresa de navegación desatinada, había renunciado al cargo de capataz de cuadrilla de la compañía bananera y tomó el partido de los trabajadores. Muy pronto se le señaló como agente de una conspiración internacional contra el orden público. Una noche, en el curso de una semana oscurecida por rumores sombríos, escapé de milagro a cuatro tiros de revólver que le hizo un desconocido cuando salía de una reunión secreta. Fue tan tensa la atmósfera de los meses siguientes, que hasta Úrsula la percibió en su rincón de tinieblas, y tuvo la impresión de estar viviendo de nuevo los tiempos azarosos en que su hijo Aureliano cargaba en el bolsillo los glóbulos homeopáticos de la subversión. Trató de hablar con José Arcadio Segundo para enterarlo de ese precedente, pero Aureliano Segundo le informó que desde la noche del atentado se ignoraba su paradero.

- Lo mismo que Aureliano - exclamó Úrsula -. Es como si el mundo estuviera dando vueltas.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 413)



em casamatas. Um tenente leu um decreto do líder da província e autorizou fogo contra a multidão após o pedido de dispersão:

Então, um tenente do exército subiu no telhado da estação, onde havia quatro ninhos de metralhadoras enfileiradas apontando para a multidão, e ouviu-se um toque de silêncio. Ao lado de José Arcadio Buendía estava uma mulher descalça, muito gorda, com dois meninos de uns quatro e sete anos. Carregou o menor e pediu a José Arcadio Segundo, mesmo sem conhecê-lo, que levantasse o outro para que ouvisse melhor o que iam dizer. José Arcadio Segundo colocou o menino a cavalo em sua nuca. Muitos anos depois, esse menino haveria de continuar contando, sem que ninguém acreditasse, que tinha visto o tenente lendo com uma corneta de gramofone o Decreto Número 4 do Chefe Civil e Militar da província. Estava assinado pelo general Carlos Cortes Vargas e pelo seu secretário, o major Henrique García Isaza, e em três artigos de oitenta palavras declarava que os grevistas eram uma *quadrilla de malfeitores*, e facultava ao exército o direito de matá-los a bala. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 328)<sup>83</sup>

Esmagado pela multidão em pânico, Arcadio Segundo fica inconsciente e acorda horas depois em um trem cheio de cadáveres. Salta dele e conta três locomotivas e quase duzentos vagões vigiados por soldados no telhado. Calcula mais de três mil cadáveres que seriam jogados no mar e passa a reiterar essa contagem. Mais tarde, quando lia os pergaminhos de Melquíades, o número lhe arrouba a memória: “– Eram mais de três mil” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 338).<sup>84</sup>

Através da manipulação da opinião pública, todos acreditaram cegamente na versão da empresa: os trabalhadores voltaram pacificamente para suas casas depois de rebaixar suas reivindicações e aceitar as melhorias propostas pelo governo. A Companhia cobriria as despesas de uma celebração para reconciliação e retomaria as atividades assim que parasse de chover. Contudo, os quase cinco anos de chuva e as péssimas condições da lavoura e do transporte como um todo fazem cessar a atuação em Macondo.

Esse relato meta-histórico ensaiado pelo romance, em termos de análise política, traduz a formação de muitos estados nacionais: centralização de poder e o uso arbitrário de meios tanto para lucrar quanto para vigiar e punir. Na América Latina, vemos a determinação do excedente econômico gerar uma variável do nacionalismo dependente, submisso à aceitação ou antagonismo do capital estrangeiro. Conforme Bruit (2008), esse elemento

<sup>83</sup> No original: “Un teniente del ejército se subió entonces en el techo de la estación, donde había cuatro nidos de ametralladoras enfiladas hacia la multitud, y se dio un toque de silencio. Al lado de José Arcadio Segundo estaba una mujer descalza, muy gorda, con dos niños de unos cuatro y siete años. Cargó al menor, y le pidió a José Arcadio Segundo, sin conocerlo, que levantara al otro para que oyera mejor lo que iban a decir. José Arcadio Segundo se acabó al niño en la nuca. Muchos años después, ese niño había de seguir contando, sin que nadie se lo creyera, que había visto al teniente leyendo con una bocina de gramófono el Decreto Número 4 del Jefe Civil y Militar de la provincia. Estaba firmado por el general Carlos Cortés Vargas, y por su secretario, el mayor Enrique García Isaza, y en tres artículos de ochenta palabras declaraba a los huelguistas *cuadrilla de malhechores* y facultaba al ejército para matarlos a bala.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 421-422)

<sup>84</sup> No original: “– Eran más de tres mil”. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 432).

progride, historicamente, de um estado independente e oligárquico a um país de base popular que incansavelmente, pelo menos desde meados do século XX, tem sido alvo das políticas externas dos EUA.

Em suma, as bases populares, que dão seus primeiros passos apenas na segunda década do século XX, por mais que lutem contra os atos deliberados dos norte-americanos, mostram-se presas fáceis do aparelho estatal e a maquinaria repressora de interesses multinacionais no período salientado. De todo modo, fica claro que o elemento econômico passa a prevalecer e determina, inclusive, as qualidades identitárias num âmbito transnacional de símbolos, cuja aceitabilidade está condicionada ao progresso e implica, conseqüentemente, uma dependência estrutural de outros setores da vida nacional ao capital estrangeiro.

Dentro do plano de análise seguido, a injunção do imperialismo na formação nacional da América Latina coage as nações a cada vez mais se adaptarem aos modelos econômicos internacionais, uma vez que, como desenvolvemos no início deste tópico, a ação imperialista abala o sentido de comunidade através de ideias supremacistas, nacionalistas e capitalistas. Ao fazer a vida girar em torno do nacionalismo, da hegemonia cultural e das relações de produção e consumo, qualquer contraposição a esses elementos, origina uma forte repressão, física ou simbólica, tutelada pelo próprio Estado. Tal fato, evidentemente, faz o nacionalismo se render ao paradigma imperialista e sucumbir a sua agenda predatória. Reterritorializa-se o espaço da Nação.

Alinhados à agenda imperialista, no século XX, essa percepção econômica vingou internacionalmente, delimitando a agência de continentes e nações através do mundo, sempre segundo alguns apodos limitadores: países desenvolvidos, subdesenvolvidos, em desenvolvimento etc. Evidentemente, nenhum destes jargões é suficiente para delimitar a complexidade de qualquer nação, mas encerra, no plano econômico e nas delimitações do Sistema-mundo, a visão predominante do capitalismo internacional e da hegemonia civilizatória.

Dilatar essa questão em CAS aponta para conseqüências da formação nacional da América Latina em um ponto na história que o “dessarolo afuera” passou a submeter ainda mais “o dessarolo adentro”. Retomando pontos antes discutidos, aos poucos, a organização nacional sai da ferida colonial e fundacional, adentra no embate interno e desemboca na política externa imperialista.

Conforme Bruit (2008), deste intento em diante, estabelece-se os princípios de organização social das nações do fim do século XIX até a atualidade. Transparece, grosso modo, a ação norte-americana na América Latina enquanto uma nova forma de pensar a nação

além dos seus traços culturais, mas por sua produção econômica. “La república de las bananas” destaca o estereótipo latino-americano na América do Norte.

O romance de García Márquez, neste bloco em particular, ilustra como isso caminha para a consolidação das relações de produção e atuação ideológica dos EUA sobre as nações latino-americanas, que passa a vigorar, mesmo com resistência, como fundador da qualidade nacional a partir da expansão imperialista. Isso é peculiarmente destacado e salienta a continuidade das formações nacionais modernas, que em fins do século XIX em diante, começam a se estruturar dentro de um padrão global-economicista, engendrados por nações poderosas e exploradoras, dedicadas a alargar sua autoridade econômica, a exemplo das sucursais que hoje temos espalhadas pelo terceiro mundo.

Aos poucos, as nações latino-americanas se submetem ao capital estrangeiro e todas as veleidades que este fenômeno traz consigo. No romance, o interesse meramente econômico se mostra claro após o dilúvio que assola Macondo e inutiliza as plantações e instalações da companhia, forçando os investidores a deixarem o local como uma nuvem de gafanhotos a procura de uma nova colheita para triturar.

Esta é a deixa para o fim apocalíptico de Macondo. Após a chuva que dura quatro anos, onze meses e dois dias, tanto a companhia quanto muitos de seus habitantes, partem. Os demais findam tristemente ou retornam para terminarem a obra e completarem o ciclo de vida e morte dos fundadores.

#### **4. 4 Apocalipse ahora!**

Uma vez em decadência, o destino de Macondo se mostra cada vez mais incerto nas últimas páginas de CAS. Com o cessar das chuvas, a companhia bananeira tinha desmantelado suas instalações e os habitantes de Macondo que resistiam ao dilúvio permanecem bravamente, mesmo diante da situação calamitosa.

A ocasião pode ser lida à luz do episódio bíblico do dilúvio e reflete o fim apocalíptico do povoado, acentuando um tema recorrente na literatura e no nacionalismo. Em específico, na América Latina, este tipo de desfecho tem como pano de fundo o paraíso destruído que remonta a pré-colonização e a própria conquista. Segundo Angelina Muñoz-Huberman (2002, p. 10), trata-se de “[...] uma espécie de consolo para as desgraças do homem; está intimamente ligada à ideia judaica de messianismo, pois é projetada para um futuro resolutivo da história.”<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> No original: “[...] una especie de consuelo para las desgracias del hombre; está íntimamente ligada con la idea judaica del mesianismo pues se proyecta hacia un futuro resolutorio de la historia.”

Para Lois Parkinson Zamora (1996), o Apocalipse não é apenas condenação, mas o cumprimento de uma promessa de Deus, de justiça e salvação. Ao analisar seis autores americanos (norte-americanos e latino-americanos, entre eles García Márquez), a autora mostra que as tradições religiosas nas Américas retomam crenças judaico-cristãs seculares, não restritas a entender a história como princípio e fim, mas como uma concepção de experiência da nossa condição histórica. No caso da América Latina, ela enfatiza:

Na América Latina, a recepção e assimilação dessa herança bíblica européia foi condicionada, sem dúvida, por padrões indígenas de historicismo apocalíptico. Historiadores e antropólogos identificaram pontos de congruência nas expectativas apocalípticas do movimento temporal de outro modo muito diferentes. Enquanto a investigação continua, análises mais extensas das múltiplas fontes de apocalipticismo na literatura americana certamente serão impostas. (ZAMORA, 1996, p. 13)<sup>86</sup>

Para a autora, a literatura apocalíptica destaca o “cronotopo” (Bakhtin) da revelação como elemento privilegiado, seu centro organizador e figurativo. No caso da obra de García Márquez, esse elemento funciona em dissidência, “[...] para criticar estruturas políticas e sociais, e emprega a perspectiva escatológica do Apocalipse para comentar sobre a estrutura do tempo.” (ZAMORA, 1996, p. 15)<sup>87</sup>

Fica destacado por Zamora que a estrutura apocalíptica da narrativa se desenvolve nas Américas pela ligação entre a religiosidade ocidental e as crenças indígenas, bem como estão atreladas a uma estrutura social própria desencadeada por um tipo de aparelhamento que aqui e alhures absorveu elementos em comunhão, gerando um apocalipse transcultural. Isto é, ele não gira em torno de uma concepção, seja mítica ou política, das estruturas culturais do Ocidente ou dos nativos americanos, mas transita entre os dois mundos e desemboca num fim igualmente relacional.

Esse sentido de fim, segundo a autora, guia a trama inicial de CAS, impõe-se em toda a história das Américas e coloca em questão a colonização e a conversão do Novo Mundo diacronicamente, cuja representação é, quando lembramos a conquista pelo enfoque europeu, o paraíso perdido. Ela, ademais, aponta não apenas para a mística envolvida no cataclisma que destrói Macondo, mas também na pré-figuração de um mito similar ao do “Yby marã eh yma”, pois a ideia de uma Terra sem mal se assemelha à edênica terra prometida. Este

<sup>86</sup> No original: “En la América Latina, la recepción y asimilación de esta herencia bíblica europea fue condicionada, sin duda, por pautas indígenas de historicismo apocalíptico. Historiadores y antropólogos han identificado puntos de congruencia en las expectativas apocalípticas del movimiento temporal por lo demás sumamente distintas. Mientras continua la investigación, certamente se impondrán más extensos análisis de las múltiples fuentes del apocalipticismo en la literatura de América.”

<sup>87</sup> No original: “[...] para criticar las estructuras políticas y sociales, y emplea la perspectiva escatológica del Apocalipsis para comentar acerca de la estructura del tiempo.”

cronotopo se converte, na literatura americana, em “[...] um sentido do significado escatológico de seu destino histórico e nacional.” (ZAMORA, 1996, p. 21)<sup>88</sup>

Se o paraíso destruído ou a Terra sem mal dos tupis podem ser relacionados com os elementos representativos do romance, o fator político e histórico se impõe quando o quadro nacional é instituído. Os fundamentos da guerra civil para libertação da maquinaria opressora ou as greves contra a companhia bananeira são fenômenos cerceados de interesses na trama apocalíptica, em que também pesa a própria condição inevitável do fim, da salvação e do consolo.

Nesse sentido, a representação nacional proposta pelo Apocalipse em CAS propõe, *a priori*, a natureza mítica do destino humano e, *a posteriori*, a técnica das tradições comunitárias. Essa dicotomia mito-técnica é apresentada pelo desfecho de CAS e se camufla no fim solitário, ao invés de comunitário, das raças destinadas a cem anos de solidão. Tal solitude contraria exatamente o sentido grupal de um povo: a relação; quando isso inexistente, o restante, para aqueles que são os últimos da linhagem, é o fim desesperador. Ademais, quando dissolvida Macondo, o valor comunitário que dá força a sua estrutura social, política e cultural minguava e o povoado padece. O dilúvio do povoado é simbólico e proporciona uma metáfora do destino das comunidades não atentas ao senso de coletividade.

No caso da América Latina, como já desenvolvemos, a relação nação-região tem um fundamento religioso e político. A base pré-nacional, seja verificando as percepções do colonizador ou averiguando as crenças indígenas, conduzem a um entendimento do sujeito latino-americano dividido entre os valores da comunidade e sua relação com outro paradigma. A base nacional conduz a um sujeito repartido entre a província e a nação, particular e o forâneo, a tradição e a modernidade.

Assim, a escatologia mítico-comunitária de Macondo é o símbolo de uma civilização que, averiguado o passado e o presente, culmina na dissolução da imaginação popular nacional, o que nos faz entender o processo de formação e seus vestígios histórico-culturais enquanto centro da história deste povo fadado ao isolamento.

Na perspectiva de Anderson (2008), nações ou comunidades estão, historicamente, em profunda revitalização formal e simbólica. Esses aparatos discursivos e legais conduzem a um reservatório de memória capaz de narrativizar um passado e nos conceder os modos como surgiram e caíram impérios, nações e comunidades. Todos estes espaços imaginados sobrevivem como modelos porque temos referências “escriturais” (Derrida) de seu passado.

---

<sup>88</sup> No original: “[...] un sentido de la significación escatológica de su destino histórico y nacional.”

A ausência disso, seja qual for o registro, dificulta a leitura do passado e apaga do registro o desenvolvimento, conturbado ou harmonioso, dos territórios imaginados. Quando assimilamos os elementos que profetizam e concretizam o fim do povoado ficcional, vislumbramos a pouca memória retida de uma saga fadada a ser esquecida, devido à ausência, no desenrolar da trama, de alguém acometido pelo interesse em guardar o passado. O sábio e o romancista se destacam, respectivamente, no texto e extratexto.

Quando Macondo passa a subsistir, após o dilúvio, os seus últimos habitantes, em especial os derradeiros Buendía, buscam formas de sobreviver. Petra Cotes volta às rifas com a ajuda de Aureliano Segundo e uma mula que lhes restara; e podem, ainda que à míngua, sustentar a família. Doente, Aureliano morre alguns meses depois da partida de sua filha Amaranta Úrsula para Bruxelas. No mesmo dia, seu irmão gêmeo, Arcadio Segundo, também morre. Dos últimos Buendía, restavam apenas meia dúzia. E são eles que protagonizam o fim, previsto e concreto, do povoado.

Quando Amaranta retorna, já casada com um homem rico e complacente, ela se compromete com a restauração da casa da família e, embora não consiga dar vida à empoeirada e sonolenta Macondo, depois de dois anos, resolve ficar. Paralelamente, escondido no quarto de Melquíades, Aureliano Babilonia, que tinha sido ensinado por José Arcadio a ler e escrever, começa a estudar os pergaminhos de Melquíades. Absorto com o que encontrara no quarto do sábio cigano, desvenda os seus escritos:

Durante muito tempo Aureliano não saiu do quarto de Melquíades. Aprendeu de memória as lendas fantásticas do livro desencadernado, a síntese dos estudos de Hermann, o entrevado; as anotações sobre a ciência demonológica, as chaves da pedra filosofal, as centúrias de Nostradamus e suas investigações sobre a peste, de maneira tal que chegou à adolescência sem saber nada de seu tempo, mas com os conhecimentos básicos do homem medieval. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 382)<sup>89</sup>

A existência solitária de Babilonia, a figura mais importante no fim de CAS, ocorre no quarto de Melquíades, onde ele adquire muitas habilidades na leitura de livros antigos que retinham a memória do povoado, até adquirir um tipo de conhecimento intuitivo e arriscar, como tinham anteriormente tentado muitos homens, decifrar as profecias dos escritos de Melquíades sobre Macondo e os Buendía. É o regresso de Amaranta que interrompe seu engenho, uma vez que se apaixona por ela e é incapaz de se conter por mais tempo. Ele confessa seu amor e uma paixão mútua é desencadeada. Amaranta engravida e dá a luz um

---

<sup>89</sup> No original: “Aureliano no abandonó en mucho tiempo el cuarto de Melquíades. Se aprendió de memoria las leyendas fantásticas del libro desencuadernado, la síntesis de los estudios de Hermann, el tullido; los apuntes sobre la ciencia demonológica, las claves de la piedra filosofal, las centurias de Nostradamus y sus investigaciones sobre la peste, de modo que llegó a la adolescencia sin saber nada de su tiempo, pero con los conocimientos básicos del hombre medieval.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 479)

filho forte e saudável, mas com um rabo de porco. Não alarmados, Amaranta e Aureliano ignoram a superstição do incesto. Contudo, logo após o nascimento, Amaranta começa a sangrar e morre no dia seguinte:

Tentaram socorrê-la com emplastos de teia de aranha e de cinza amassada, mas era como querer impedir uma cascata com a mão. Nas primeiras horas, ela fazia esforços para conservar o bom humor. Pegava a mão do assustado Aureliano e suplicava a ele que não se preocupasse, que gente como ela não tinha sido feita para morrer contra a vontade, e se arrebatava de rir com os recursos truculentos da parteira. Mas conforme as esperanças abandonavam Aureliano, ela ia se fazendo menos visível, como se estivesse sendo apagada da luz, até que afundou no torpor. Ao amanhecer da segunda-feira levaram uma mulher que rezou ao lado da sua cama orações de cautério, infalíveis em homens e animais, mas o sangue apaixonado de Amaranta Úrsula era insensível a qualquer artifício que não fosse o amor. À tarde, depois de vinte e quatro horas de desespero, perceberam que tinha morrido porque o caudal se extinguiu sem auxílio, e seu perfil afinou-se, e os vergões do rosto se desvaneceram numa aurora de alabastro, e ela tornou a sorrir. (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 441-442)<sup>90</sup>

O episódio pode ser descrito como um último apelo à continuidade da família, do grupo fundador, em decadência. Os últimos Buendía e Macondo estavam no mesmo caminho. Fernada del Carpio havia morrido na penumbra, Santa Sofia de la Piedad fenece em silêncio e Pilar Ternera deixa o mundo numa cadeira de balanço. Com o nascimento do último Buendía e a morte de Amaranta, algo de profético estava por acontecer.

Ninguém restava, a não ser pai e filho. Desesperado com a morte de sua companheira, Babilonia vagueia pela aldeia e só encontra consolo em Nigromanta. Quando volta para casa, ele descobre que as formigas devoraram seu filho e naquele momento revelam-se as chaves para os versos de Melquíades: “*O primeiro da estirpe está amarrado a uma árvore e o último está sendo comido pelas formigas.*” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2019, p. 444)<sup>91</sup>

Nas páginas finais acontece a derrocada de Macondo. Sabendo das profecias escritas por Melquíades, Babilonia resgata pergaminhos ainda intactos e resolve ignorar alguns dos eventos antigos a seu respeito. Ainda assim, ele descobre que é filho de Meme e, portanto,

---

<sup>90</sup> No original: “Trataron de socorrerla con apósitos de telaraña y apelmazamientos de ceniza, pero era como querer cegar un surtidor con las manos. En las primeras horas, ella hacía esfuerzos por conservar el buen humor. Le tomaba la mano al asustado Aureliano, y le suplicaba que no se preocupara, que la gente como ella no estaba hecha para morir contra la voluntad, y se reventaba de risa con los recursos truculentos de la comadrona. Pero a medida que a Aureliano lo abandonaban las esperanzas, ella se iba haciendo menos visible, como si la estuvieran borrando de la luz, hasta que se hundió en el sopor. Al amanecer del lunes llevaron una mujer que rezó junto a su cama oraciones de cauterio, infalibles en hombres y animales, pero la sangre apasionada de Amaranta Úrsula era insensible a todo artifício distinto del amor. En la tarde, después de veinticuatro horas de desesperación, supieron que estaba muerta porque el caudal se agotó sin auxilios, y se le afiló el perfil, y los verdugones de la cara se le desvanecieron en una aurora de alabastro, y volvió a sonreír.” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 543)

<sup>91</sup> No original: “*El primero de lo estirpe está amarrado en un árbol y al último se lo están comiendo las hormigas.*” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2015, p. 547)

sobrinho de Amaranta, e que o filho com uma cauda de porco seria o último da linhagem familiar marcada pelo incesto, os conflitos e o amor proibido.

Começava a soprar um vento fraco que em sua segunda investida adquiriu um poder ciclônico e transformou Macondo em um redemoinho de poeira e detritos. Babilônia pulou onze páginas de sua vida até chegar ao seu presente e leu nos pergaminhos de Melquíades que ele próprio lia os manuscritos. Ciente de que morreria naquele quarto, porque as profecias estabelecidas para Macondo eram claras a respeito de sua extinção, termina de ler os pergaminhos e lhe é revelado que as raças condenadas a cem anos de solidão não tinham uma segunda chance na terra.

A ventania destruidora pode ser pensada tanto do ponto de vista judaico-cristão, como do ponto de vista do “Yby marã eh ima”. No segundo caso, podemos entrever os fatores naturais e espirituais que forçaram muitos povos nativos, antes, durante e após a colonização a rumarem para outro lugar; no primeiro, o dilúvio do evangelho é a descrição do fim terreno e a conjuração de uma nova vida. O fim do romance oscila entre a passagem e o fim de um ciclo. No trajeto, os meios justificam os arremates; uma vez que o fim é previsível e o passado é metaforicamente apagado.

Em termos políticos, o fim é a expansão do território nativo e as condições impostas pelo colonizador ou a desapropriação da terra. O já referido clássico de Anderson (2008) sobre a teoria nacional contemporânea ou *A invenção das tradições* de Hobsbawn e Ranger (1984), salientam que a origem das comunidades nacionais modernas está fincada nos elementos religiosos, desdobrando-se, claramente, em interesses comunitários muito específicos por meio de símbolos que persuadem e erguem tradições relativamente coesas: as nações ou comunidades modernas.

Essa simbologia, hodiernamente falando, talvez tenha mais interesses políticos do que religiosos, e quando dissolvidas por alguma retórica ou recurso discursivo estratégico, é completamente reinventada numa nova tradição comunitária. As marcas do passado, presumimos isto nas entrelinhas do romance, é o que manterá Macondo e os Buendía vivos; já que a memória, independentemente de seu formato, lavra a história das comunidades do passado, das formas de organização em que a coesão sócio-cultural é o paradigma.

É o que Paul Ricoeur (2012) chama de vestígio, os elementos materiais e imateriais que guardam a memória de um povo e são capazes de propagar essa imagem do passado. Não obstante, os pergaminhos de Melquíades são fundamentais no desfecho do romance:

O personagem que mais se esforça para combater o esquecimento que vai acabar destruindo Macondo é o cigano Melquiades. É ele que, com a doença da insônia e da



amnésia geral, salva as pessoas com uma substância misteriosa. Mas Melquíades é acima de tudo o autor dos manuscritos que contêm a história secular dos Buendías, aqueles manuscritos escritos em sânscrito em versos encriptados que a família não poderá decodificar até que o penúltimo descendente Aureliano Babilonia, o único membro da estirpe que lida obstinadamente em entender a própria origem e a própria história. Antes dele, outros Buendía tentaram em vão. (LUCHE, 2013, p. 481)<sup>92</sup>

A cultura escritural do Ocidente foi repassada para gerações futuras graças ao desenvolvimento de recursos de preservação de memória. Em se tratando de América Latina, de início, podemos dizer que essa técnica foi feita através de outro vestígio igualmente relevante para a memória dos povos passados: a narrativa oral ou a pictografia.

Em CAS, esses elementos, que advém de tradições culturais que se chocam, Ocidente (escritura) e América nativa (oralidade e pictografia), inter-relacionam-se constantemente entre as histórias oralmente repassadas e os pergaminhos de Melquíades. Como bem salientou Rama (1987) em estudo sobre o autor, García Márquez erigiu em sua obra um paralelo entre a tradição escritural do Ocidente e os elementos nacionais e populares, a fim de estabelecer um panorama ficcional desta amálgama para a formação da comunidade. Cumpre lembrar as assimetrias óbvias que essa relação causou, o que não será nossa matéria central aqui.

Apesar disso, nesse ponto, vemos a crítica à tradição ocidental, escritural, que se tornou a base da preservação da memória das nações modernas. Graças aos pergaminhos de Melquíades e da dedicação de Aureliano Babilonia em decifrá-los, sabemos o que ocorreu em Macondo. O fim desses papéis é o fim da história da comunidade, uma vez que a tradição oral, historicamente marginalizada pelo Ocidente, submissa aos “textos” (Lefebvre), ignora, ou pelo menos refutava a bem pouco tempo, a qualidade histórica da oralidade. De chofre, cumpre lembrar a marginalização dos “vencidos” (Benjamin) da História, ensaiada no enredo de CAS.

Temos o documento sobre Macondo em mãos: o romance. Dentro dele os pergaminhos de Melquíades metaforizam a escritura. A história pôde ser contada pelo romancista enquanto que os pergaminhos se perdem, uma vez que a ventania leva os últimos suspiros de vida do povoado e do último Buendía. Para Laura Luche (2013), os pergaminhos de Melquíades salientam o tônus metaliterário da obra de García Márquez, a marca da reescritura apocalíptica na América Latina. No subcontinente, o efeito de recontar a história,

---

<sup>92</sup> No original: “El personaje que con más fuerza trata de combatir el olvido que terminará por destruir Macondo es el gitano Melquíades. Es él quien ante la enfermedad del insomnio y de la amnesia general salva al pueblo con una sustancia misteriosa. Pero Melquíades es sobre todo el autor de los manuscritos que contienen la historia secular de los Buendía, aquellos manuscritos redactados en sânscrito en versos cifrados que la familia no logrará decodificar hasta el penúltimo descendente, Aureliano Babilonia, el único miembro de la estirpe que trata obstinadamente de comprender el propio origen y la propia historia. Antes de él otros Buendía habían tratado inútilmente.”

como que escrita em palimpsesto, apresenta a variante sobre a suposta verdade e escancara as bases estabelecidas pela versão oficial com a narrativa subalterna: “De fato, com o ato de consciência de Aureliano, com sua descoberta de si mesmo, de sua própria identidade e de sua própria história, o texto parece dizer que, se é tarde demais para a família de Macondo, não o é para os latino-americanos.” (LUCHE, 2013, p. 481)<sup>93</sup>

A história que se conta em CAS sobrevive graças aos manuscritos do artesão de palavras, cuja função encenada pelo alquimista dentro do romance e do romancista fora dele, revela o antídoto cognitivo “[...] que pode ajudar a evitar a catástrofe e oferecer aos leitores essa segunda oportunidade negada aos Buendía.” (LUCHE, 2013, p. 481)<sup>94</sup>

Esse recurso metaficcional do escritor colombiano é feito, conforme entendimento prévio, com o intuito de questionar o percurso das nações conquistadas na América e a emergência de vislumbrar esse admirável mundo novo além de uma caricatura da Europa:

Primeiro: o romance CAS é uma paródia do mito (ver o sarcasmo teológico evidente na representação de Amaranta como uma caricatura do mito da virgindade). Em segundo lugar, García Márquez concebeu o romance como um espelho duplo: por um lado reflete a realidade do continente cujo desenvolvimento tinha sido imposta pela força: por cem anos, Macondo e seus habitantes passam da sociedade patriarcal baseada na agricultura e artes mecânicas à sociedade industrial (e industrialmente explorada), assim como a América Latina percorreu em cinco séculos o mesmo caminho que a civilização judaico-cristã fez em dois mil anos. O resultado da evolução não natural e artificialmente acelerada é um mundo predestinado à destruição: a estirpe robusta e energética se degenera em indivíduos desenraizados, desprovidos de identidade. Este mundo deformado (Macondo como metáfora da América Latina) é, ao mesmo tempo, uma imagem caricaturada da civilização ocidental. CAS é uma espécie de espelho côncavo que García Márquez coloca diante do Ocidente: em sua própria obra (o continente violado, colonizado e explorado) ele pode ver seu rosto desfigurado. (LUKAVSKÁ, 1990, p. 62)<sup>95</sup>

Corroborando a tese acima citada, a interpretação que o colombiano faz a respeito da América Latina “em formação” revelada na entrega do Nobel em 1982. García Márquez (2014a) assinala a dialética dos continentes e destaca o longo processo pelo qual o Velho

<sup>93</sup> No original: “De hecho, con el acto de toma de conciencia de Aureliano, con su descubrimiento de sí, de la propia identidad y de la propia historia, el texto parece decir que, si para la familia de Macondo es demasiado tarde, no lo es para los latinoamericanos.”

<sup>94</sup> No original: “[...] que puede contribuir a evitar la catástrofe y a ofrecer a los lectores aquella segunda oportunidad que se niega a los Buendía.”

<sup>95</sup> No original: “Primero: la novela CAS es una parodia del mito (véase el sarcasmo teológico evidente en la representación de Amaranta como caricatura del mito de virginidad). Segundo: García Márquez ha concebido la novela como un espejo doble: por una parte refleja la realidad del continente cuya evolución le había sido impuesta por fuerza: durante cien años, Macondo y sus habitantes pasan de la sociedad patriarcal, basada en la agricultura y las artes mecánicas, a la sociedad industrial (e industrialmente explotada), igual que la América Latina recorrió en cinco siglos el mismo camino que la civilización judeo-cristiana realizó en dos mil años. El resultado de la evolución innatural y artificialmente acelerada es un mundo predestinado para la destrucción: la estirpe robusta y energética degenera en individuos desarraigados, desprovistos de identidad. Este mundo deformado (Macondo como metáfora de la América Latina) es, a la vez, una imagen caricaturizada de la civilización occidental. CAS es una especie de espejo cóncavo que García Márquez pone delante del occidente: en su propia obra (el continente violado, colonizado y explotado) éste puede ver su cara desfigurada.”

Mundo passou para chegar ao estado civilizacional atual e a situação paralela do seu continente no hemisfério sul. Seria esse espelhamento a causa do “desastre” de CAS.

Porém, essa afirmação seria apenas parcial. Persiste também uma vontade hereditária, fator este que desemboca nas aspirações internas de resolver as diferenças continentais no jogo de poder, mito e discurso que o Estado-nação proporcionou à sociedade como fim da utopia moderna. CAS é distópico em seu desfecho. O apocalipse encarna todo o processo mítico e técnico de uma civilização que na busca de sua identidade se coloca frente a Outro negativo e necessário. Esse espelho, inelutável e fatídico, desmonta e remonta o sujeito latino-americano.

O romancista, ao produzir essa narrativa refletida, paródia e mito fundador e desfuncional, parece conduzir a representação nacional submissa à própria constituição geopolítica e cultural da modernidade ocidental e colonialista. Ele reescreve no pergaminho da história oficial outra narrativa, rasurada e silenciosa, que se perde na memória furtiva de um povo fadado à solidão e a ruína.

#### **4. 5 A solidão a procura de seu par**

A busca pelo Outro tem insistido na concepção cultural e na idealização das literaturas latino-americanas. CAS ensaia essa busca desde o seu nascimento à extinção. O sentimento comunitário colide externa e internamente. A narrativa reflete a dicotomia e a dicotomia destaca a síntese. A síntese, ademais, é suspensa. O romance garcía-marqueciano explana os meios, não os fins. O fim não é o Uno, é o Outro. Esta finitude, a identidade comunitária, é constantemente dobrável. É entrelugar.

Nossa tradição antropológica reúne exemplos notáveis desse espaço indefinido. Porventura, o uso do termo transculturação (em literatura ou não) salienta as margens e o Centro, a dependência e a autonomia. Somos miscigenados e não somos. Estátuas de mármore e de barro. Mito e razão. A narrativa nacional latino-americana, averiguado o caso de CAS, tem uma identidade em suspensão contínua.

Interpretado o caso, o veículo histórico e a crítica literária salientam o processo. Concordamos com Pizarro (1993) quando admite que a hipótese de chegar a uma definição é demasiadamente simplista. Fundem-se o canto do boto e da nereida, levando-nos, então, a essa melodia aprisionadora, em rótulos identitários e panaceias políticas. Alegre e tristemente, somos levados ao coração da comunidade a que pertencemos ou negamos, na qual se inscreve, na história, personalidades múltiplas e imaginárias.

Admitindo, então, que nos desdobramos entre as veredas do terreno permanentemente recontado, a narrativa literária e o tema em questão exigem o remédio e o veneno. Em que parte do processo nos encontramos quando alvejamos em CAS a nação latino-americana e o que essa mimese meridional nos indica, além mar e terra?

Acreditamos estar lidando com um paradigma de transição quando examinada a situacionalidade histórica da obra-prima de García Márquez e sua recepção dentro dos Sistemas literários. Para Eduardo Coutinho (2003), na produção influenciada pelas vanguardas já se notava um forte apelo à miscigenação e ao questionamento da identidade regional/nacional/continental, modificado na segunda metade do século XX pela crítica, a nova literatura e o mercado pós-industrial. Os estudos mais marcantes dessa época, em termos de teoria, são oriundos do Pós-estruturalismo, dos Estudos Culturais e da Teoria Pós-colonial, cuja nova semiose e conceituação desfazia e reelaborava o campo político-intelectual mundial, agora globalizado.

O autor chama atenção, através do aporte teórico de meados do século XX, como funciona a manifestação da diferença nessas circunstâncias teóricas, o que implicaria, na análise de produções literárias, assumir as contendas entre diversas propostas de estudo. No caso da América Latina, tal fator está imbricado na conjuntura dependente do continente que, por constantemente estar em relação com outros espaços, sobretudo Europa e EUA, constrói sua diferença em relação a outros. Contudo, percebemos que o “Outro”, a partir desse período assinalado por Coutinho, são muitos.

Problematize-se, ainda com o teórico brasileiro, o fato de novas teorias transnacionais não verificarem com discernimento crítico as diferenças culturais entre diferentes universos. A América Latina, com efeito, é diversa; e deve-se, em cada aspecto, medir e mediar a abrangência da forma e fugir do reducionismo binário, apesar da sua imensa utilidade para a crítica dos diálogos antropomórficos.

O mesmo autor tenta, então, certificar-se que diferenças devem ser respeitadas e o aspecto multicultural da América Latina, como resultado de um contato com outras tradições, assinala debates notáveis, destacando literaturas regionais e traços que se interligam ao dilema da globalização e da transculturação, ou apresenta-os em gradações. Assim, nota-se a necessidade de uma discussão mais localizada, privilegiando as vozes marginalizadas.

Esse tipo de estudo retrata uma preocupação com a cultura e a literatura nos trópicos, marcando a percepção de alteridade rizomática. Porém, desenvolvem-se em diálogo, no que Silvano Santiago (2000) chama de “entre-lugar” da Literatura latino-americana. As produções literárias continentais atendem a aspectos locais e múltiplos, inseridas em querelas

ufanistas e contrahegemônicas, numa nova noção crítica que veio a se consolidar muito em função de uma nova leva de escritores e pensadores que começam a perceber, mesmo na literatura do passado, a América Latina a partir de traços particulares e gerais, partindo da diferença para a plurivocalidade.

Falantes do espanhol, português, francês, inglês, línguas indígenas, configuram sistemas linguísticos dissonantes; os fenômenos climático-geográficos também afetam: andes, caatinga, mata atlântica, litoral são evidentemente discerníveis; igualmente, a presença de etnias, grupos sociais, histórias e organizações políticas diversas influem. Ocasionalmente, não seria de todo errado dizer que a unidade da Literatura no continente é polifônica e deve ser avaliada em contraponto e sistematização.

Assim, torna-se cada vez mais sinuoso estabelecer os contatos entre diferentes ordens culturais, ao passo que a globalização encurta fronteiras e as contrapartes. Dito isso, os diálogos estão sujeitos a problemas de conexão, diferença e desigualdade, já que a questão teórica também povoa o mundo das relações atuais e o discurso que examina as diferenças acentua distinções variadas. Em posse dessas observações, quais semelhanças e diferenças somos capazes de entrever e situar?

Por fim, um capítulo inteiro sobre García Márquez nos proporciona a inclusão deste autor nos problemas da diferença espacial entre nação e sua antítese interna, o povoado de CAS. O nosso ponto de partida, na cruzada entre América Latina e além-mar, sugere pensar quem somos e para quem somos, perante uma atmosfera que até mesmo antes da publicação do aclamado romance do Gabo, bradava suas faces. Cumpre justificar o que de idêntico e dessemelhante temos em relação a esse Outro, necessário e distante, que nos interpreta e reescreve com “esquemas alheios”, tal como salienta García Márquez (2014a, p. 13) na entrega do Nobel; o que, pondera-se, “só contribui para fazer-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários”?

## 5 CONECTANDO NAÇÕES E LITERATURAS

Este trabalho desenvolve, desde os seus primeiros pontos, choques de civilizações e as consequências destes para a construção de artefatos simbólicos que constituem a nação imaginada, tendo por objeto de análise inicial, um romance que ilustra nossa proposta teórico-analítica.

Daquele lado, trouxemos o debate do nacionalismo latino-americano, sobretudo em CAS, para apontar como a nação é objeto de reflexão da formação continental. Desta análise, notamos que alguns conflitos são chaves centrais para o exame da fundação e derrocada de comunidades imaginadas representadas pelos discursos acerca da América Latina, em especial pela singularidade do romance garcía-marqueciano. Deste lado, pretendemos trabalhar as mesmas questões, alterando o plano para outro contexto, mas que, em termos de constituição geopolítica e de produção de artefatos culturais, mantém uma grande similaridade com a América Latina. Falamos da Índia pós-colonial e de uma das obras mais marcantes sobre período de perda e recuperação da consciência indiana e reconstrução da ideia de nação neste país.

Tal mudança de perspectiva não modificará o centro de nossa discussão: a nação como projeto relacional e disruptivo. Neste capítulo, contudo, colocamos, em questão o estudo comparativo, tanto do nosso horizonte de expectativas (a historicidade) quanto dos componentes literários aqui em jogo. Será de fundamental importância compreender como, no caso da Índia, as ligações com o outro lado do mundo e sua influência na construção de uma consciência nacional indiana após a independência é possível.

Veremos como as histórias e as literaturas se conectam e como a nação é um elemento central nessa discussão, uma vez que o ímpeto nacionalista centraliza geopoliticamente as comunidades e dificulta uma leitura da relação, colocando Estados em divergência uns com os outros. Examinamos a literatura enquanto conexão, fugindo da tendência centralizadora e elegendo fontes e influências diversas como núcleo de irradiação da criatividade e modelo para examinar os textos em termos de comparativismo.

Ademais, assinalamos o caso da produção pós-colonial na Índia, a fim de apontarmos tanto a “conexão” desta literatura nacional quanto a sua conexão com outro centro não hegemônico, a América Latina. Iniciamos um diálogo entre a obra de García Márquez e a de Salman Rushdie, cuja influência daquele, o latino-americano, marcou a produção do escritor indo-britânico.

Além de nos atermos à temática da nação como um elemento central nas duas obras, sobretudo no que toca as políticas territoriais, procuramos estabelecer elementos dissonantes e globalizados, que tornam o contraste da literatura pós-colonial, em especial a de Rushdie, um emaranhado de tradições e referências interconectadas. A reflexão dos aspectos culturais que levam a uma dinâmica nova é examinada na medida em que diferenças e semelhanças são encontradas, bem como a ação política acerca da ideia de nação gera novos conceitos. Na e terceira e quarta partes deste capítulo, são as múltiplas naturezas e origens das fontes de escrita que colidem e geram a estrutura de *Midnight's Children* (1981).

Assim, procuramos elucidar a conexão existente entre diferentes literaturas, relacionando a América Latina ao subcontinente indiano e, posteriormente, ao universo da globalização e da diversidade contemporânea, no ímpeto de pensar a nação em uma situação de conflito territorial. Ademais, esta escolha de escrita é reflexo de um contexto criativo, mas também é um projeto político, cujo intento é desconstruir a noção centralizadora das *belles lettres* ocidentais.

### 5. 1 O contraponto nacional da Índia

A ideia de nação na Índia passou por um processo de articulação entre a experiência civilizacional anterior à colonização inglesa e o próprio imperialismo a que foi submetida. Manifesta-se na pós-independência uma revisão desta perspectiva que buscou revitalizar as origens do eu indiano perdido, como propunha Ashis Nandy (1983) em seu *Intimate Enemy*, obra que fundiu a crítica da experiência de contato com os ingleses e o mundo liberal.

Nesse sentido, a hipótese parece não diferir muito das críticas de autores como Rama, Pizarro ou Mignolo acerca da dialética da colonização latino-americana, quando transpostas para terras do sul asiático, ainda que os estratos materiais e imateriais sejam outros. Desta ambivalência, a relação colonizado-colonizador aponta para caminhos entre tradição e modernidade e suas lógicas espaço-temporais, imprimindo a ideia “inbetween” de Bhabha (1990) no centro dos debates acerca do assunto.<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Importante frisar uma distinção: “A identidade ‘latino-americana’ foi, como qualquer outra identidade geopolítica e étnica, resultado de um duplo discurso. Por uma parte, o discurso da alocação do estado imperial de identidade filtrado até a sociedade civil; e por outra, o discurso de recolocação produzido a partir dos intelectuais e movimentos políticos e sociais que discordavam do primeiro. As nações pós-coloniais depois de 1950, ao contrário das nações da pós-independência no início do século XIX, definiam-se nos horizontes conflituosos da descolonização e do marxismo, ao passo que as nações da pós-independência se articulavam dentro da ideologia liberal do sistema mundial moderno. A ‘des-colonização’ como horizonte final ainda não existia no século XIX, o horizonte era a nação; ou melhor ainda a república. Assim os intelectuais das novas nações, repetindo forçadamente e em condições bem distintas ao modelo europeu, se aplicaram a gerar culturas ‘nacionais’ onde não tinham existido verdadeiras nações.” (AMADEO e ROJAS, 2011, p. 39-40)

A Ásia pós-colonial é uma construção conceitual daquele continente inserido no Sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2006). Nesse bojo, que seguiremos no presente capítulo, a interdependência das nações na seara do capitalismo moderno e do colonialismo apontam para o caráter dialético de formas de poder contra e a favor da modernidade-colonialidade. Assim, o debate sobre a Ásia revitaliza não apenas a condição *sui generis* do continente asiático, mas as suas disposições internas e externas. Essas considerações implicam a ideia de conexão, cujo aspecto aqui tangencia o caráter iterativo de nação e continente através de um estudo comparado entre peças de latitudes opostas.<sup>97</sup>

Logo, escolhemos metodologicamente averiguar um caso de estudo que, é claro, dá-nos um estrato parcial da discussão proposta. De todo modo, esse estudo particular projeta indícios de um panorama maior e que está assentado, a nosso ver, na conjuntura internacional dos Estados, enquanto conectados no âmago do período pós-industrial e que, mais tarde, trabalhamos conforme algumas premissas da globalização.

Ademais, apesar de discordâncias sobre o debate nacional da Ásia, parece razoável dizer que a experiência da colonização e a instauração da nação moderna dentro do Sul asiático são mais difusas do que em experiências passadas. A história da Índia antes da colonização pode ser descrita através das particularidades de uma civilização complexa não submetida ao paradigma do nacionalismo secular. A própria percepção liberal e moderna de nação só se torna um programa com a intromissão do imperialismo britânico:

As interpretações do passado indiano, surgidas desses estudos, foram inevitavelmente influenciadas por preocupações e interesses coloniais, e também por ideias europeias predominantes sobre a história, a civilização e o Oriente. Os eruditos orientalistas estudaram as línguas e os textos com estudiosos indianos selecionados, mas fizeram poucas tentativas de compreender a visão de mundo daqueles que os ensinavam. As leituras, portanto, são uma espécie de disjunção das formas tradicionais de olhar para o passado indiano. Os preconceitos europeus impressos nas leituras gradualmente passaram a influenciar a maneira como os próprios indianos viam sua própria cultura. Esse reordenamento da cultura indiana facilitou o direcionamento dado até mesmo às autopercepções dos indianos. (THAPAR, 2002, p. 4)<sup>98</sup>

<sup>97</sup> A crítica de André Gunder Frank (2008) em *ReOriente* acerca do modelo eurocêntrico de Wallerstein, inicialmente, vale-nos para entender que antes da modernidade capitalista o provável Centro do mundo era a Ásia – o que relativiza as noções de hegemonia. Portanto, é possível enxergarmos o mundo sob um prisma, até mesmo nas relações comerciais, distante do etnocentrismo europeu e através de um sistema próprio de análise. Apesar disso, as implicações de modos peculiares de produção e cultura não estão fora da totalidade do sistema-mundo e conexões que envolvem o período de maturação do capitalismo em direção à pós-industrialização – o nosso foco aqui. Visto que a complexidade desta circunstância segue múltiplas linhas de análise num continente tão vastamente heterogêneo, buscamos explicitar mecanismos de comparação entre espaços para efetuarmos nossa crítica.

<sup>98</sup> No original: “Interpretations of the Indian past, growing out of these studies, were inevitably influenced by colonial concerns and interests, and also by prevalent European ideas about history, civilization and the Orient. Orientalist scholars studied the languages and the texts with selected Indian scholars, but made little attempt to understand the world-view of those who were teaching them. The readings therefore are something of a



A inserção deliberada do pensamento ocidental teve, principalmente no contexto de colonização, influência fundamental para a consolidação de uma axiomática de nação que forçou a validação de estruturas interpretativas alheias a uma civilização milenar. Conseqüentemente, ela forçou a busca pela construção de um país além dos marcos civilizacionais e que passou a vigorar com o colonialismo e a independência em 1947. No ano de 1917, o poeta Rabindranath Tagore (2017, p. 27) já alertava para a percepção fora de lugar do nacionalismo:

A Índia nunca teve um verdadeiro senso de nacionalismo. Embora desde a infância me tenham ensinado que a idolatria da Nação é quase melhor do que a reverência a Deus e à humanidade, acredito eu que superei esse ensino e tenho a convicção de que meus compatriotas ganharão verdadeiramente sua Índia lutando contra essa educação que lhes ensina que um país é maior do que os ideais da humanidade.<sup>99</sup>

Ora, essa crítica acompanha o mesmo processo dialético entre modernidade e tradição, fazendo do colonialismo a pedra de toque da questão. Não diferente da América Latina, a construção da ideia de nação joga com o dentro e fora constantemente, intensificando-se com a lógica pós-industrial, a que a Índia foi submetida durante a independência em meados do século XX. Por este motivo, se, no período colonial, a discussão sobre a ideia de nação está duramente condicionada aos lemas e enfeites do imperialismo britânico, na chamada modernidade tardia, os fluxos transnacionais intensos, a cultura ultraglobalizada e o neoliberalismo figuram como modelos incontestáveis.

Neste ponto, confunde-se a própria formação nacional com a virada global, o que faz com que os contornos internos da soberania sejam variados e variáveis na conjuntura cosmopolita, mas intimamente ligados aos padrões do capitalismo tardio. Assim, verificam-se desde os conflitos internos às diatribes extrenas, impulsionando, a nosso ver, a dificuldade de realçar um projeto nacional coeso, conforme manda o senso comum. Basta lembrar, as contradições entre líderes anticoloniais e nacionalistas, como Mahatma Ghandi (1869 – 1948) e Jawaharlau Nehru (1889 – 1964):

Por um lado, Ghandi promove uma volta aos valores culturais indianos e ao espiritualismo para alcançar a unidade do povo indiano e a libertação do jugo colonial no momento das lutas pela independência contra os ingleses. Ele logo imagina uma Nação indiana que resiste à modernidade européia e se organiza a

---

disjuncture from the traditional ways of looking at the Indian past. European preconceptions imprinted on the readings gradually came to influence the way in which Indians themselves viewed their own culture. This reordering of Indian culture facilitated the direction given even to the self-perceptions of Indians.”

<sup>99</sup> No original: “India has never had a real sense of nationalism. Even though from childhood I had been taught that the idolatry of Nation is almost better than reverence for God and humanity, I believe I have outgrown that teaching, and it is my conviction that my countrymen will gain truly their India by fighting against that education which teaches them that a country is greater than the ideals of humanity.”

partir desses valores culturais. Por outro lado, Nehru, herdeiro do Mahatma, promove a fórmula da sociedade organizada ao redor do Estado secular nas duas décadas após a saída dos ingleses do subcontinente. Consecutivamente, as duas maneiras de imaginar a Índia são fundamentais no processo de formação da Nação indiana. (FESTINO, 2007, p. 52)

À imagem dos estados latino-americanos, o que tentou se desvencilhar foi a condição do estado moderno e colonialista. Oscilando entre paradigmas, há, nessa disposição do Estado nacional, uma dívida com as tradições do passado milenar indiano e uma revitalização do nacionalismo moderno. Nesse sentido, a *intelligentsia* indiana pós-independência buscava retornar à emulação dos poetas do passado e, concomitantemente, matizar a modernidade no contexto pós-industrial.

Esse projeto brigava por um resgate da indianeidade, mas esquecia das dificuldades em se estabelecer um passado ou um presente puros. No fim do dia, tratava-se apenas de um palimpsesto da história nacional. No campo literário, não é tão diferente a situação da dialética colonial da Índia pós-independência dentro do modelo ocidental de arte e suas novas configurações. A emancipação nacional trouxe à tona a possibilidade de resgatar esse passado apagado pelo colonialismo, mas a ambivalência desse processo era inevitável. Para Bill Ashcroft (2013, p. 30), três estágios do desenvolvimento literário indiano podem ser notados:

O primeiro período, do início do século à independência, é o tempo do fervor nacionalista, da luz na colina, da utopia prometida da moderna nação indiana. Este é o período em que a visão de Tagore foi contra a corrente do nacionalismo Swadeshi - dois pólos em torno dos quais a escrita indiana continuou a circular. Este também é o período em que Hind Swaraj de Gandhi foi publicado em inglês, mas o efeito do profundo ceticismo de Gandhi sobre o nacionalismo só entraria em vigor após a independência. O segundo é o período após a independência, um período de aparente modernização, mas que na realidade consolidou a modernidade alternativa iniciada durante a ocupação colonial. Este é o período de triunfo nacional em que a visão de Gandhi de Hind Swaraj, embora cooptada pela política nacionalista oficial, provou ser subversiva na pureza de seu anarquismo filosófico. O terceiro vem da época de Indira Gandhi - uma manifestação da comunidade imaginada a qual *Midnight's Children*, se não seu iniciador, é seu exemplo mais evocativo. Este é um período de rebelião e recuperação, mas se move na virada deste século para um período de otimismo global. Em cada um desses períodos, a figura de Mohandas Gandhi avulta, mas sua presença sustenta a imaginação da nação de maneiras bastante diferentes.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> No original: “The first period, from the beginning of the century to independence is the time of nationalist fervour, of the light on the hill, the promised utopia of the modern Indian nation. This is the period in which Tagore’s vision went against the grain of Swadeshi nationalism – two poles around which Indian writing continued to circulate. This is also the period in which Gandhi’s Hind Swaraj came out in English but the effect of Gandhi’s deep skepticism about nationalism wasn’t to take effect until after independence. The second is the period after independence, a period of apparent modernization but one that in reality consolidated the alternative modernity that had begun during colonial occupation. This is the period of national triumph in which Gandhi’s vision of Hind Swaraj, although co-opted by official nationalist politics, proved to be subversive in the purity of its philosophical anarchism. The third stems from the time of Indira Gandhi - a manifestation of the imagined community for which *Midnight's Children* if not its initiator, is its most evocative example. This is a period of rebellion and recovery, but it moves by the turn of this century into a period of global optimism. In each one of

Não tão distante de uma agenda do nacionalismo moderno, o campo de disputas da imaginação nacional apresenta um grande debate entre formas diversas (e de vários modos seletivas) de comunidade imaginada. Os nacionalistas, assim, perambulam por aí simulando o nacionalismo. No campo da cultura, a percepção secularizada buscou adaptar os clássicos do passado nacional dentro da tradição burguesa de Literatura, e não o contrário. Desse modo, opera-se uma desterritorialização indiana a partir de um *logos* literário europeu, retirando do debate os traços laudatórios dos textos milenares indianos. Mas essa racionalidade instrumental, dentro dos marcos liberais, não pode operar de modo universal. Ela, no mínimo, é dualística.

Na linha do que pensa Ashcroft (2013), o discurso utópico instaurou uma distinção do nacionalismo e ergueu uma forma de organização contraditória no meio da fragmentação da comunidade imaginada. Assim, o postulado de coesão da Nação aponta para uma primazia (incoerente) da razão nacional, uma vez que ela está condicionada às regras de uma forma *ex-nihilo* muito distante da multiplicidade de opiniões em conflito proposta pelas bases fraturadas da nacionalidade.

Localizando-se historicamente, deve-se considerar a divisão operada pela cultura globalizada e o capitalismo pós-industrial a partir de meados do século XX, os quais impulsionaram novas relações e também cisões. Deste concerto, nasce um tipo de escrita diaspórica e móvel que inseriu, inequivocamente, a nação e a liberdade liberal dentro do postulado de comunidade imaginada e do pós-colonialismo, aprisionando o vetor nacionalista “[...] ao invés de libertar, porque herda seu modelo de governo do estado colonial. Por mais ilusórias e arbitrariamente estabelecidas que sejam as fronteiras do Estado, elas passam a funcionar como construtores rígidos de identidade.” (ASHCROFT, 2013, p. 34)<sup>101</sup>

Imaginar que o Pós-colonialismo iniciou uma crítica autoconsciente ao organograma transnacional é limitador, já que a crítica imperialista tem uma longa tradição a respeito do conflito de interesses entre nacionalistas. Sua aplicação, nesse âmbito, atendeu às necessidades de um sistema hierarquizante da época, ao contestar os valores do nacionalismo e, ao mesmo tempo, estar em íntimo acordo com o cosmopolitismo da cultura globalizada e a liberdade neoliberal do capitalismo pós-industrial. (ver capítulo 6)

---

these periods the figure of Mohandas Gandhi looms large but his presence underpins the imagining of the nation in quite different ways.”

<sup>101</sup> No original: “[...] rather than liberate because it inherits its model of governance from the colonial state. However illusory and arbitrarily established the borders of the state may be, they come to function as rigid constructors of identity”

A ideia de uma nação indiana estabelecida por protótipos civilizacionais do Ocidente aprisionou os sujeitos indianos dentro de paradigmas centralizadores do Estado. Logo, a grande querela para estabelecer a Nação seria, tão somente, o encapsulamento da própria ideia de Nação a um protótipo, grosso modo, imposto de cima. Adicione a isso os limites imaginários, as contendas vizinhas, o mercado multinacional e a situação política interna para vislumbramos um quadro intrincado, conduzido por uma política instrumentalizada e fechada.

Como adverte Ashcroft (2013) a relação com o capitalismo pós-industrial e a aldeia global implodiu ainda mais a frágil percepção de Nação que a Índia tinha, uma vez que ela se fechou ao debate sobre a questão e basicamente operou de acordo com a agenda neoliberal. Na contramão de uma perspectiva emancipatória, a Índia pós-colonial, pelo menos politicamente, aderiu ao agenciamento do Ocidente e seus conteúdos humanos ou culturais foram cooptados pela imaginação nacional que vinha de fora para dentro.

Isso não foi generalizado na Ásia. URSS, Oriente Médio, China e Japão, por exemplo, tomaram caminhos diferentes, inclusive divergentes entre eles, o que indica que o nacionalismo dividido que assolou a América Latina é igualmente verificável no contexto pós-colonial do continente asiático. Contudo, o legado imperialista na Índia e no Paquistão foi mantido através da fachada independentista do território. A própria divisão do subcontinente aponta para a lógica “dividir e governar”, coisa que não se percebe em outros contextos dentro da Ásia.

Este fator se imbricou no campo cultural, criando uma visão de Literatura distanciada dos textos milenares. Assim, espelhados na conjuntura latino-americana e na querela pós-industrial, a ideia de uma literatura na Índia passa a vigorar, em termos de sistematização secular, a partir dos conflitos nacionalistas que levaram a 1947. Com a independência, momento em que a cultura e a política nacionais se entrelaçam no estado burguês, começa, pelo menos hipoteticamente, a composição de um mapa da imaginação nacional e seus arranjos sistêmicos e soberanos.

Desse paradigma, nasce uma série de escritores engajados na formalização de uma classe secularizada de artistas que veem no nome de Rushdie uma espécie de cânone da literatura indiana em língua inglesa pós-independência. O questionamento da ideia de nação e a decorrência de uma “escrita bastarda”, para lembrar a tese de Telma Borges (2006), seria a perspectiva intelectual mais factível na construção desse mapa da imaginação nacional. Resta saber, em conluio com o que desenvolvemos aqui, como essas correlações multinacionais ocorreram, no sentido de conexão de Subrahmanyam; e se elas podem ser vistas como tópicos de uma análise da Literatura Comparada.

Uma vez que o dentro e o fora estão inegavelmente alicerçados a esse jogo, estabelecer amarrações que encontrem referências do plano interno da nação, perante o inevitável processo de globalização, tenciona a amálgama confusa da escrita multicultural. Sendo assim, o apátrida seria também um elemento de conformação e não somente uma rasura do universo pós-colonial.

## 5. 2 A América Latina se conecta com a Índia de Salman Rushdie

(Ahmed) Salman Rushdie (1947 – ) é escritor e ensaísta nascido em Bombaim, filho de família muçulmana secularizada e educado na Inglaterra. Um dos elementos marcantes da vida e obra do autor é a educação multicultural que ele teve, atravessado pelos traços distintivos das sociedades indiana, paquistanesa e britânica. A *weltanschauung* daí nascida desvela temas e formas das tradições orientais e ocidentais, centrados na contestação da identidade nacional, da religião e do capitalismo tardio. Assim, suas fábulas estão recheadas de tramas metaficcionalis, fantásticas e históricas que atravessam a sua própria condição espiritual e social, numa conjuntura que pode ser entendida como “entrelugar” ou entre culturas (DIAMOND, 2005, p. 377).

Entender estes elementos ajuda a desenvolver o raciocínio aqui disposto, uma vez que para a análise em questão, deslocamo-nos da Colômbia para a Índia, espaços que marcam a relação que queremos sublinhar. Considerando, assim, a condição *inbetween* do autor, devido a sua íntima relação com Ocidente, Paquistão e Índia, escolhemos estudar a sua condição enquanto escritor pós-colonial e o “multiculturalismo” presente em sua obra através de uma análise comparada.

Assim, os dois romances considerados neste trabalho, já dispendiosamente comparados, pesam similaridades de forma e sua conotação política e cultural, conforme apontam estudos de Irlemar Chiampi (1981), Wendy B. Farris (2002), Mary Ann Bowers (2004), V. R. Chitra (2011) entre outros. Enquanto as teses sobre o realismo mágico enfocam a atmosfera verossímil na literatura fantástica, a análise política se volta para o estudo das teorias colonialistas e imperialistas, fazendo dialogar elementos do nacionalismo nos romances dos dois autores. Embora as análises de forma marquem as relações entre o romance, são as propostas conteudísticas das obras que nos chamam a atenção, conforme já averiguamos nos capítulos anteriores.

Haja vista que a crítica literária costuma comparar o estilo de Rushdie ao de García Márquez, qualquer semelhança não é mera coincidência. É sintomático que os estudos acerca dos autores esclareçam o que, pelo menos em termos de análise estilística e política, há de

diferente entre os dois autores. Assim, ilustrar as similaridades entre obras que refletem espaços diferentes, denota, muito claramente, também as suas distinções.

O comparativismo que propomos realça essas diferenças, a despeito dos estudos centralizadores; porém, foca-se nos aspectos dialógicos entre obras, autores e círculos de influência. Nesse sentido, seguimos Spivak (2003), na sua proposta de tentar revelar a relação planetária dos estudos comparados, apesar da incrível notoriedade que vieram a ter em âmbito internacional.

Não é um problema fácil de resolver, uma vez que em termos de sistemas literários, os autores analisados estão imersos nas letras legitimadas que a sociedade burguesa ocidental destacou para ser a sua expressão de vida: o romance. De todo modo, entre cruzamentos e distanciamentos, esses autores estão inseridos em correntes razoavelmente influentes.

Ainda assim, o que faremos é mostrar como as relações entre América Latina e Índia podem conectar histórias, aparentemente tão distantes. Usamos a ideia de uma literatura conectada em conversação à de literatura comparada; não porque consideremos esta disciplina como reducionista, mas porque privilegiamos, de início, o contato entre duas tradições. Procuramos estabelecer diferenças, entre as quais estão explícitas as modalidades formais e políticas que permeiam a obra de cada um. O nosso ponto de chegada é a obra de Rushdie, mas o nosso eixo norteador é o que já delineamos antes: a nação e seus componentes.

No caso de Rushdie, ou mais especificamente seu romance *Midnight's Children* (daqui por diante MC), o universo nacional, centro de nossa análise, está, hipoteticamente, ligado ao de García Márquez em dois pontos já destacados: 1. A sua influência direta dos tipos humanos na composição da intriga; 2. A forma realismo mágico. Reflitamos o primeiro ponto. O trecho a seguir foi dado em declaração de Rushdie após a morte do Gabo em 2014:

Mas, para dizê-lo novamente: os vãos de fantasia precisam de um verdadeiro solo abaixo deles. Quando li pela primeira vez García Márquez, nunca havia estado em nenhum país da América Central ou do Sul. No entanto, em suas páginas, encontrei uma realidade que conhecia bem por experiência própria na Índia e no Paquistão. Em ambos os lugares havia e há um conflito entre a cidade e a aldeia, e há abismos igualmente profundos entre ricos e pobres, poderosos e impotentes, os grandes e os pequenos. Ambos são lugares com uma forte história colonial, e em ambos os lugares a religião é de grande importância, e Deus está vivo, e assim, infelizmente, são os piedosos.

Conheci os coronéis e generais de García Márquez, ou pelo menos seus colegas indianos e paquistaneses; seus bispos eram meus mulás; suas ruas de mercado eram meus bazares. Seu mundo era meu, traduzido para o espanhol. Não é de admirar que eu me apaixonei por ele - não por sua mágica (embora, como escritor baseado nos 'contos fantásticos' do Oriente, isso também fosse atraente), mas pelo seu realismo. No entanto, meu mundo era mais urbano que o dele. É a sensibilidade da aldeia que dá ao realismo de García Márquez seu sabor particular, a aldeia na qual a tecnologia é assustadora, mas uma garota devota se elevando aos céus é

perfeitamente crível; em que, como nas aldeias indianas, acredita-se que o milagroso coexiste com o cotidiano. (RUSHDIE, 2014, p. 5)<sup>102</sup>

Dentre as observações relatadas acima, o escritor indiano traça o percurso da sua influência: do primeiro contato ao discernimento crítico de análise do autor colombiano. Fica evidente entre as suas palavras que, embora não conhecesse a América Latina, a identificação com a obra de García Márquez se espalha entre os personagens da sua história nacional do subcontinente indiano. É importante salientar as diferenças traçadas entre Rushdie, que considera a sua obra menos bucólica, aproximando-se da cidade, quando comparadas as obras.

O contato com García Márquez foi posterior ao primeiro romance de Rushdie, *Grimus* (1975). MC já traria os elementos do realismo mágico latino-americano e da obra garcía-marqueziana. Em entrevista de 1983, Rushdie afirma que a relação entre a obra maior do colombiano está na sua atitude política: “Eu acho, no entanto, que não existe um relacionamento muito próximo, além de que ambos são livros que têm um conteúdo político.” (RUSHDIE, 2000, p. 17)<sup>103</sup>

Nascido em Bombaim, ligado ao Paquistão, à Índia e a Inglaterra, Rushdie é uma figura em trânsito. Sua obra, desde seu primeiro romance, já destaca o caráter desta multiterritorialização, com ênfase na análise do nacionalismo e na crítica ao realismo. Ao relacionar a sua obra com a do colombiano, ideias como fantástico, realismo e nacionalismo vão além dos estratos convencionais e reconstróem a condição de pertencimento na obra do indiano, ressaltando o problema do trânsito no contexto urbano.

O realismo de García Márquez é condicionado, assim, por uma visão de vila, em que pesa o fantástico em uma atmosfera de predominância realista, submetendo a intriga a uma verossimilhança que, embora levante questões a respeito do universo mágico do romance, aposta mesmo na realidade edênica de um pequeno povoado. Ao passo que desencanta o

---

<sup>102</sup> No original: “But, to say it again: the flights of fancy need real ground beneath them. When I first read García Márquez I had never been to any Central or South American country. Yet in his pages I found a reality I knew well from my own experience in India and Pakistan. In both places there was and is a conflict between the city and the village, and there are similarly profound gulfs between rich and poor, powerful and powerless, the great and the small. Both are places with a strong colonial history, and in both places religion is of great importance, and God is alive, and so, unfortunately, are the godly.”

I knew García Márquez’s colonels and generals, or at least their Indian and Pakistani counterparts; his bishops were my mullahs; his market streets were my bazaars. His world was mine, translated into Spanish. It’s little wonder I fell in love with it – not for its magic (although, as a writer reared on the fabulous “wonder tales” of the East, that was appealing, too) but for its realism. My world was more urban than his, however. It is the village sensibility that gives García Márquez’s realism its particular flavour, the village in which technology is frightening but a devout girl rising up to heaven is perfectly credible; in which, as in Indian villages, the miraculous is everywhere believed to coexist with the quotidian.”

<sup>103</sup> No original: “I think, though, there isn’t a very close relationship other than that they are both books which have a political content.”

mundo (Weber), CAS coloca em xeque certas noções da realidade comuns a lugares distintos. Rushdie (2000, p. 18) marca essa diferença entre Índia, América e Ocidente:

Uma coisa que ele e eu, eu acho, temos em comum é que na Índia as pessoas não tratam minha história como fantasia. Os elementos de fantasia nele são relativamente pequenos e estão apenas ativando dispositivos para falar sobre a realidade. Eu entendo que na América do Sul, *Cem Anos de Solidão* também não é pensado como fantasia. Eu acho que isso é bem verdade sobre o “realismo mágico” - o que é importante sobre ele é que é realismo. Enquanto no Ocidente, isto é, na América e na Europa, tanto o livro dele quanto o meu livro foram tratados como fantasia. Quer dizer, na verdade, ouvi um eminente crítico americano dizendo na televisão que o que faz de *Cem anos de solidão* tão maravilhoso é que não é um romance político. Essa declaração foi feita com total inocência - essas distorções que são feitas no Ocidente parecem ser o resultado da falta de conhecimento dessas sociedades.<sup>104</sup>

Enquanto CAS escancara a dinâmica do realismo num pequeno povoado que aos poucos vai se construindo, MC explora o caráter do realismo contraditório numa situação em que a urbe é foco. O espaço de Rushdie enfoca uma cidade-bazar, uma espécie de meio termo para a realidade indiano-paquistanesa, uma vez que nem estamos num espaço prototipicamente moderno-ocidental, mas também não se ausenta deste plano as circunstâncias seculares do Ocidente.

É perceptível que o romance trata da construção de um povoado no limbo, mas seu desenvolvimento é barrado no meio do processo, devido, principalmente, à influência estrangeira. Em MC, Índia e Paquistão situam-se em espaços urbanos, sob a tutela da Inglaterra, que contestavelmente pretendia desenvolvê-los. Após a Independência, esse processo sofre uma inversão: a busca de uma inocência roubada. No romance do colombiano o espaço virgem sofre uma violência do desenvolvimento liberal; no indiano, o espaço já está desvirginado e a cidade imposta. No entanto, aos poucos, há uma busca, muitas vezes barrada, de um retorno à infância perdida daquele espaço.

Quanto à percepção política, é preciso tratar da ênfase que a obra de Rushdie versa sobre a incapacidade do Ocidente em delinear o que lhe é alheio ou distante. Sínteses político-culturais traçadas pelas potências mundiais, na maioria das vezes, revelam um grave etnocentrismo, sumarizando outros reducionismos equivocados. Rushdie (2010) acredita que isso é orientado no romance de García Márquez, a fim de retratar, às vezes duramente, os

<sup>104</sup> No original: “One thing that he and I, I think, do have in common is that in India people don’t really treat my story as fantasy. The fantasy elements in it are relatively minor, and are only enabling devices to talk about actuality. I gather that in South America *One Hundred Years of Solitude* is also not thought of as fantasy. I think that’s quite true about ‘magic realism’ – what is importante about it is that it is realism. Whereas in the West, that is to say America and Europe, both his book and my book have been treated as fantasy. I mean I actually heard a very eminent American critic saying on television that what makes *One Hundred Years of Solitude* so wonderful is that it is not a political novel. This statement was made in complete innocence – these distortions that are made in the West seem to be the result of lack of knowledge of these societies.”



fatores políticos que cerceiam o espaço representado. Contudo, o indiano não se coloca exatamente no mesmo plano de García Márquez:

O dano à realidade na América do Sul é, pelo menos, tanto político quanto cultural. Na experiência de Márquez, a verdade foi controlada até o ponto em que deixou de ser possível descobrir o que é. A única verdade é que você está sendo mentido o tempo todo. Márquez sempre foi intensamente político; mas seus livros têm a ver apenas com a política, tratando de assuntos públicos apenas em termos de grandes metáforas como a carreira militar do Coronel Aureliano Buendia ou a figura colossalmente exagerada do Patriarca, que tem um de seus rivais servido como prato principal em um banquete, e que, tendo dormido demais um dia, decide que a tarde é realmente a manhã, para que as pessoas tenham que ficar de pé fora de suas janelas à noite segurando pedaços de papelão do sol. (RUSHDIE, 2010, p. 301)<sup>105</sup>

De acordo com Rushdie, o realismo mágico pode ser entendido como um desenvolvimento do surrealismo na consciência do escritor do “terceiro mundo”, já que lida com o que Naipaul chamou de sociedades “meio-feitas” (*half-made*): estruturas sociais em que antigas lutas contra a inovação ainda se mostram vigentes (RUSHDIE, 2010, p. 301-302). Tal situação pós-colonial se torna na escrita de Rushdie uma parte do espírito migrante que desarticula a realidade. Portanto, há uma alternativa política na escolha do estilo.

Escrever usando tal artifício é um modo de desconstruir uma percepção engessada de um espaço externo (Europa) que não compreende ao espaço subalterno. Muitas vezes isso ocorre pela incompetência de governos fundamentalistas, pelo jogo de poderes e a crença demiurga nas tradições, usadas como veículo de manutenção das estruturas culturais e de poder. As ideias milenares acerca da Índia, em suspensão na obra de Rushdie, estão condicionadas às mudanças ocasionadas pelo surgimento das nações após a independência e a partição de Índia e Paquistão em 1947.

O elemento central da narrativa de MC é uma nação que está nascendo e desmoronando, metaforizada na vida dos personagens Saleem e Shiva; respectivamente, uma criança hindu pobre educada por uma família muçulmana rica e um menino muçulmano abastado criado por um menestrel hindu. Ambos nasceram no exato momento em que Índia e Paquistão se tornaram independentes e foram trocados conscientemente por Mary Pereira, uma enfermeira ressentida que quis dar um destino menos injusto para a criança hindu pobre.

<sup>105</sup> No original: “The damage to reality in South America is at least as much political as cultural. In Marquez’s experience, truth has been controlled to the point at which it has ceased to be possible to find out what it is. The only truth is that you are being lied to all the time. Marquez has always been intensely political; but his books are only obliquely to do with politics, dealing with public affairs only in terms of grand metaphors like Colonel Aureliano Buendia’s military career or the colossally overblown, figure of the Patriarch, who has one of his rivals served up as the main course at a banquet, and who, having overslept one day, decides that the afternoon is really the morning, so that people have to stand outside his windows at night holding up cardboard cut-outs of the sun”.

A ideia de nação proposta no livro, em tom irônico, é explicitada na história das 1001 crianças que nascem à meia-noite do dia 15 de agosto de 1947 em todo o território ex-colônia britânica, no exato momento em que o subcontinente indiano conquista a independência. A narrativa autodiegética e autoconsciente de Saleem Sinai nos apresenta isso, muitas vezes gerando mais dúvidas do que certezas quanto aos fatos apresentados:

Nasci na cidade de Bombaim... há muito tempo. Não, assim não vai funcionar, não há como fugir da data: nasci na Casa de Saúde do dr. Narlikar em 15 de agosto de 1947. A hora? A hora também é importante. Então, vamos lá: à noite. Não, é importante ser mais... Para dizer a verdade, quando o relógio batia meia-noite. Os ponteiros se juntaram, numa saudação respeitosa, no instante em que nasci. Ora, seja claro, seja claro: no momento exato em que a Índia chegou à independência, eu surti no mundo. Houve arquejos. E, do lado de fora da janela, fogos de artifício e multidões. Segundos depois, papai quebrou o dedão do pé; no entanto, seu acidente não passou de uma ninharia em comparação com o que me acontecia naquele momento envolto em escuridão, uma vez que, graças às ocultas tiranias daqueles relógios em lisonjeira saudação, eu havia sido misteriosamente algemado à história, meu destino indissolivelmente acorrentado ao de meu país. (RUSHDIE, 2006, p. 19)<sup>106</sup>

Essa é uma fábula da construção nacional de Índia e Paquistão, territórios que conviviam relativamente bem em termos de costumes e contrato social até a independência, mas por incentivo inglês tiveram que se separar territorialmente. Assim, o romance pretende articular e contestar, ao modo de CAS, como as posturas ideológicas do nacionalismo moderno, cerceado de tendências liberais e imperialistas, tendem a repartir espaços territorialmente e culturalmente, a fim de manter as estruturas de controle político e social.

O nacionalismo periférico é destaque em Rushdie na mesma medida que se apresenta em García Márquez. A incidência disso em ambas as obras, embora com suas peculiaridades, focaliza as potências ocidentais, a oligarquia nacional e o Estado nos contextos examinados, centrando a narrativa, algumas vezes, no embargo social e político dos habitantes de Macondo e dos países do sul do continente asiático. Nação e realismo são contraditos e a história é reconfigurada além de suas bases comuns.

A premissa é centrada na concepção de que a literatura não pode narrar tudo o que aconteceu, mas, em tom de brincadeira, pode refletir algo. Quanto ao estilo, o realismo

---

<sup>106</sup> No original: "I was born in the city of Bombay... once upon a time. No, that won't do, there's no getting away from the date: I was born in Doctor Narlikar's Nursing Home on August 15th, 1947. And the time? The time matters, too. Well then: at night. No, it's important to be more... On the stroke of midnight, as a matter of fact. Clock-hands joined palms in respectful greeting as I came. Oh, spell it out, spell it out: at the precise instant of India's arrival at independence, I tumbled forth into the world. There were gasps. And, outside the window, fireworks and crowds. A few seconds later, my father broke his big toe; but Ms accident was a mere trifle when set beside what had befallen me in that benighted moment, because thanks to the occult tyrannies of those blandly saluting clocks I had been mysteriously handcuffed to history, my destinies indissolubly chained to those of my country." (RUSHDIE, 2001, p. 3)

mágico com caracteres etnográficos<sup>107</sup> e a narrativa metahistórica se destacam. O uso da autoconsciência histórica ou do realismo (etno)fantástico quebra a realidade de quem narra. Saleem, narrador e personagem da história, questiona o realismo e, assim, a concepção de uma “História” da Índia através da imagem de seu nascimento se torna nebulosa.

A forma literária de Rushdie se aproxima a de CAS através da revisão do realismo ingênuo. Enquanto a narrativa fantástica desmonta a perspectiva da racionalidade humana (e, em igual medida, contrabalança a relação Oriente/Ocidente), a metanarrativa (presente nas duas obras) ironiza os dispositivos da ficção e da história para quebrar os padrões de escrita da tradição ficcional e da historiografia. Ambas as técnicas são ostensivamente usadas na narrativa de Rushdie, com um propósito claro: abalar os fundamentos da verdade, identidade e discurso.

Em suma, ambas as narrativas relacionam e interrogam a relação entre dois temas: a nação e a família. MC relaciona a história de Saleem e sua família ao das nações Índia e Paquistão, numa chave similar ao que García Márquez faz com os Buendía e Macondo dentro da nação. No segundo caso, *el Gabo* parte de uma alegoria popular centrada na família, na oligarquia e no Estado nacional para realçar o processo de vida e morte do povoado; no romance de Rushdie, a premissa do desenvolvimento de uma nova nação, consubstancialmente alicerçada às condições relegadas pela colonização e as tradições indianas pretéritas através das relações familiares dos Sinai, é o foco.

Estruturalmente, o romance do indiano, na sua primeira parte, volta-se para a história dos avós e pais de Saleem, enfatizando fatores histórico-culturais fundamentais para o modo de vida dos pais do menino, como a revolução indiana ou a imigração. Nesse bloco da narrativa, encontramos as tradições islâmicas e hindus profundamente arraigadas nos personagens, embora a revolução e o processo de independência da Índia colidam com esses preceitos, que culmina nas outras duas partes do romance. Descrevendo a ambição de paquistaneses e indianos, as terras em disputa se tornam o espaço das intrigas a respeito da identidade nas novas nações, tal como é revelado quando a Independência se aproxima:

Boatos na cidade: “A estátua galopou na noite passada!”... “E os astros estão desfavoráveis!” Mas apesar desses sinais de mau agouro a cidade se encontrava em equilíbrio, com um novo mito cintilando no canto dos olhos. Agosto em Bombaim: um mês de festas, o mês do aniversário de Krishna e do Dia do Coco; e nesse ano - faltam catorze horas, treze, doze - havia um festival extra no calendário, um novo mito a celebrar, porque uma nação que jamais existira estava prestes a conquistar a

<sup>107</sup> Em *El reino deste mundo* (1949), Alejo Carpentier aponta que o realismo maravilhoso não trata exclusivamente de elementos sobrenaturais se averiguarmos o contexto especificado de produção das obras. Ele advoga que o gênero se destaca pela percepção antropomórfica do sujeito latino-americano, sua história e cultura, cujas ideias de real e maravilhoso são peculiares.

liberdade, arremessando-nos a um mundo que, embora tivesse cinco mil anos de história, embora houvesse inventado o jogo de xadrez e comerciado com o Egito do Médio Império, era, não obstante, de todo imaginária; lançando-nos a uma terra mítica, a um país que nunca existiria a não ser mediante os esforços de uma fenomenal vontade coletiva - exceto num sonho que todos havíamos concordado em sonhar; era uma fantasia generalizada, compartilhada em graus variados por bengalis e punjabis, por gente de Madras e Jat, e que periodicamente exigiria a santificação e a renovação que só podem ser proporcionadas por rituais de sangue. A Índia, o novo mito - uma ficção coletiva na qual tudo era possível, uma fábula que só tinha como rivais duas outras poderosas fantasias: o dinheiro e Deus. (RUSHDIE, 2006, p. 156)<sup>108</sup>

Tal alusão ao processo de independência e partição, que levou 4 milhões de muçulmanos a rumarem para o Paquistão e 6 milhões de hindus a se transferirem para a Índia logo após a independência, teve profundas implicações nos conflitos culturais de ambas as nações, cujas consequências foram duas guerras entre vizinhos e inúmeras brigas territoriais e políticas, tanto internamente às duas nações, quanto externamente.

Na segunda parte do romance, a trajetória do protagonista-narrador resulta em uma fábula contemporânea, a qual coloca a história do menino como elemento simbólico da história dividida da Índia. A partir deste ponto, a história da infância de Saleem apresenta sua relação com hindus, muçulmanos e ocidentais, apontando para algo mais além do que o simples binarismo: um multiculturalismo, em que pesa, também, a condição social do personagem. Em resumo: o romance articula a vida da criança sob a perspectiva da fraturada Índia pós-colonial e a conturbada divisão social das classes.

Já a terceira parte do livro, temos explícitos os principais conflitos do jovem e adulto protagonista com o seu passado e a sociedade indiana, de modo que a infância do personagem é problematizada não apenas por uma análise estática do comportamento infantil, mas como uma construção, na medida em que Saleem, aos poucos, no desenrolar da narrativa, vai entrando em contato com outros sujeitos além dos alcances familiares e nacionais. Nessa toada, parece que o ângulo de visão de Rushdie converge para a proposta do terceiro espaço.

Bhabha (1990), ao retomar a tese difundida por Anderson, demonstra como uma nação deve ser pensada como uma rasura apagada e redesenhada, por meio do artifício narrativo. O

---

<sup>108</sup> No original: "Rumours in the city: 'The statue galloped last night!'... 'And the stars are unfavourable!'... But despite these signs of ill-omen, the city was poised, with a new myth glinting in the corners of its eyes. August in Bombay: a month of festivals, the month of Krishna's birthday and Coconut Day; and this year-fourteen hours to go, thirteen, twelve-there was an extra festival on the calendar, a new myth to celebrate, because a nation which had never previously existed was about to win its freedom, catapulting us into a world which, although it had five thousand years of history, although it had invented the game of chess and traded with Middle Kingdom Egypt, was nevertheless quite imaginary; into a mythical land, a country which would never exist except by the efforts of a phenomenal collective will-except in a dream we all agreed to dream; it was a mass fantasy shared in varying degrees by Bengali and Punjabi, Madrasi and Jat, and would periodically need the sanctification and renewal which can only be provided by rituals of blood. India, the new myth-a collective fiction in which anything was possible, a fable rivalled only by the two other mighty fantasies: money and God." (RUSHDIE, 2001, p. 124-125)

teórico indiano procura mostrar uma visão que expande a dicotomia do signo, da classe, da ideologia e da nação, encontrando nas teses pós-estruturalistas o argumento disruptivo da ambivalência conceitual imperante nas discussões sobre o assunto, que textualizam a nação, geralmente, como construção do Estado ou primado do sentimento popular.

Ao invés de perceber esse plano orientador dicotômico, ele prefere problematizá-la constantemente, vê-la *in medias res* no limite da escritura, transcendendo as estruturas e buscando um terceiro espaço capaz de gerar sentido<sup>109</sup>: “[...] a perspectiva ambivalente e antagonista da nação como narração estabelecerá as fronteiras culturais da nação, de modo que possam ser reconhecidas como ‘contendo’ limiares de significado que devem ser cruzados, apagados e traduzidos no processo de produção cultural.” (BHABHA, 1990, p. 4)<sup>110</sup>

Sob esse pressuposto, o livro de Rushdie mostra que o sujeito e a nação estão envolvidos nessa cadeia de signos que moldam um e outro, em prospecção. Desde a sua tenra idade, ambos são frutos da história e da sociedade, argumento baseado na constante mobilidade do protagonista de MC para desvelar e questionar a ideia de nação forjada em documentos históricos que imaginam o processo de independência: “[...] os filhos da meia-noite também eram os filhos *daquela época*: concebidos, entendam, pela história. Pode acontecer. Principalmente num país que é ele mesmo uma espécie de sonho.” (RUSHDIE, 2006, p. 164)<sup>111</sup>

A relação existente entre terra, família e identidade, nesse âmbito, é fundamental para a constituição da personalidade do sujeito e da nação. Logo, Saleem (e por extensão o subcontinente indiano) é duplamente orientado: pelo *modus operandi* familiar-tradicional e pelos hábitos da política nacionalista presente nos dois países em que transita. Acentua-se ainda a narrativa polifônica e autoquestionadora, em que a certeza de uma identidade familiar, nacional e continental é improvável devido o contraponto.

Destarte, o mundo garcía-marqueciano, quando inserido no universo de MC, traz outra inventividade, cujas conexões, segundo nossa prévia leitura, têm forte aporte temático e formal na obra do escritor colombiano, mas se expande para além da América Latina, seja em estilos ou em temas. Podemos inferir, por exemplo, o trato religioso da questão (hinduísmo x

<sup>109</sup> A noção de terceiro espaço usada por Bhabha (1990, p. 4) assimila o *inbetween*. Em seu texto introdutório para *Nation and Narration*, o autor usa o termo *inbetween* para especificar a natureza intermediária do sentido em que “[...] os significados da autoridade cultural e política são negociados.” No original: “[...] the meanings of cultural and political authority are negotiated”

<sup>110</sup> No original: “[...] the ambivalent, antagonistic perspective of nation as narration will establish the cultural boundaries of the nation so that they may be acknowledged as ‘containing’ thresholds of meaning that must be crossed, erased, and translated in the process of cultural production.”

<sup>111</sup> No original: “[...] the children of midnight were also the children *of the time*: fathered, you understand, by history. It can happen. Especially in a country which is itself a sort of dream.” (RUSHDIE, 2001, p. 132).

islamismo) que também orienta a partição do subcontinente e o conflito entre as duas nações ou salientar outras influências de estilo, como as obras de Günther Grass, Lawrence Sterne, *As mil e uma noites*, o *Ramayana* ou o *Mahabharata*, cujos elementos serão examinados adiante.

A mescla de formas e assuntos, confabulados numa perspectiva dos nacionalismos modernos, exemplificados na obra de Anderson (2008), aponta para o retrato da comunidade imaginada em fabricação infinita, que se expande de leste a oeste do globo e implica, a nosso ver, o pensamento mestiço que ambos os romances aqui analisados aguçam. A questão transcende a nação e mostra que a literatura comparada, quando explicita a afinidade entre tradições além das fronteiras hierárquicas das nações, certamente é reveladora para o caráter transnacional das relações textuais do planeta.

### 5.3 A recitação e o complexo de Shehrazard

Além dos costumes árabes marcantes, a estrutura narrativa em MC nos leva a dois imponentes textos da tradição escritural da península arábica: *O Corão* e *As mil e uma noites*. Nestes dois escritos, não só as alusões, como também a sua narração, interagem com o romance de Rushdie. De longe, podemos notar que os dois textos arábicos mencionados encerram uma espécie de comentário sobre a própria narrativa e que em MC realocam o sentido rasurado.

Os textos islâmicos sobre a vida do profeta apresentam Muhhamed como alguém frequentemente aturdido por crises de consciência, as quais eram sanadas através da meditação que fazia sozinho, nas montanhas de Meca. Num desses momentos, quando tinha aproximadamente 40 anos, o profeta sentou numa caverna para meditar e ouviu uma voz que lhe pedia para recitar, insistentemente. Muhhamed recitou, de modo inconsciente, as palavras: “Lê, em nome de teu Senhor, que criou/ Que criou o ser humano de uma aderência./ Lê, e teu Senhor é O mais Generoso,/ Que ensinou a escrever com o cálamo,/ Ensinou ao ser humano o que ela não sabia”. (NASR, 2005, p. 1044-1045)

Esta foi a primeira das várias recitações que o profeta faria nos 23 anos seguintes e que dariam origem ao *Corão* (literalmente, “A Recitação”). Os trechos acima compõe os cinco primeiros versículos da nonagésima sexta *surah* do livro sagrado, intitulada “A sura da Aderência” (Süratu Al-Alaq), e marca uma voz (a do profeta) sobre outra (a do arcanjo Jibreel, que lhe recitaria o texto corânico). Através de Jibreel, Muhhamed recebeu a mensagem de Deus.

Esta alusão, explícita logo no início do romance, respinga o que de misericordioso tem o ato de contar, já apregoadado na tradição árabe e que originou estes dois textos de grande

repercussão. Mas seu corte dentro de MC não acontece forçosamente, ele faz parte do *mise en abysme* composto por Rushdie, através da palavra do narrador e protagonista Saleem Sinai:

E são tantas as histórias para contar, tantas, até demais, um excesso de vidas, acontecimentos, milagres, lugares e boatos entrelaçados, uma mistura tão densa do improvável e do mundano! Tenho sido um engolidor de vidas; e para conhecer a mim, somente a mim, vocês terão de engolir todas elas também. Dentro de mim se entrechocam e se acotovelam multidões consumidas. E guiado apenas pela lembrança de um enorme lençol branco, que tinha no meio um buraco quase circular, com mais ou menos dezessete centímetros de diâmetro, agarrando-me ao sonho daquele pedaço de pano perfurado e mutilado, que é meu talismã, meu abre-te-sésamo, devo principiar o trabalho de refazer minha vida a partir do ponto em que ela realmente começou, cerca de trinta e dois anos antes de algo tão óbvio, tão presente, quanto meu nascimento, marcado por relógios, manchado por um crime. (RUSHDIE, 2006, p. 156)<sup>112</sup>

Saleem apronta o terreno de sua história similarmente à empreitada de Muhhamed. Ele será o porta-voz coletivo de uma história de deuses, homens e dinheiro. A narrativa de si mesmo, presenciada pela sua companheira Padma, relembra o pictórico relato do profeta e reflete a dupla inscrição linguística do próprio *Corão*, entre a fala e escrita: “O próprio Alcorão, assim, indica que ele é um livro que deve ser recitado e lido.” (MATSON, 2015, p. 1590)<sup>113</sup>

A alusão ao *Corão* se revela, no decorrer da narrativa, como esse elemento de construção autorreflexiva. Ao modo do profeta, que selecionava o que dissera Deus,<sup>114</sup> Saleem revela o que lhe vem à mente sobre a sua história e a de seu país. Cumpre lembrar, analogamente, que Matson (2013), ao contextualizar a história de Khawla bint Tha‘laba (uma mulher comum que viveu na Medina do século VII na Península Arábica), admite o envolvimento do mensageiro de Deus com a coletividade, além de revelar que o discurso de Dele é provocado por/para pessoas comuns:

A revelação alcorânica, embora transmitida através do Profeta, não é uma resposta apenas às suas preocupações. De uma perspectiva teológica islâmica, Deus criou uma comunidade de homens e mulheres com quem ele queria falar, de uma maneira

<sup>112</sup> No original: “And there are so many stories to tell, too many, such an excess of intertwined lives events miracles places rumours, so dense a commingling of the improbable and the mundane! I have been a swallower of lives; and to know me, just the one of me, you’ll have to swallow the lot as well. Consumed multitudes are jostling and shoving inside me; and guided only by the memory of a large white bedsheet with a roughly circular hole some seven inches in diameter cut into the centre, clutching at the dream of that holey, mutilated square of linen, which is my talisman, my open-sesame, I must commence the business of remaking my life from the point at which it really began, some thirty-two years before anything as obvious, as present, as my clock-ridden, crime-stained birth.” (RUSHDIE, 2001, p. 4)

<sup>113</sup> No original: “Te Quran itself, therefore, indicates that it is a book that should be recited as well as read.”

<sup>114</sup> É pertinente aqui invocarmos o caso de *Satanic Verses*. Afinal, no polêmico romance de Rushdie, é desenvolvida, em forma de ficção, a premissa de “adulterações” do texto do Corão, a fim de: 1. censurar algo inapropriado ao Islã; ou 2. tornar a narrativa mais lógica ao leitor.

que teria significado universal e eterno para as pessoas de outros tempos e lugares. (MATSON, 2013, p. 3)<sup>115</sup>

Eis aqui duas questões prementes em MC. A narrativa não considera o ideal de verossimilhança habitual e força a retórica convencional do realismo moderno em direção ao fenômeno polifônico (Bakhtin) e autoquestionador: “Não, assim não vai funcionar” (RUSHDIE, 2006, p. 19),<sup>116</sup> lembra-nos Saleem logo no início do romance. Este recurso, implicitamente, empurra-nos para a escolha da persuasão como artifício narrativo; elemento este que também pode ser lido de modo análogo à proposta do profeta. Cabe a dúvida: narrar o que mais chama a atenção ou o que de fato aconteceu?

Convém admitir que o público de Saleem, em termos intratextuais, é uma pessoa e dela temos uma referência explícita: trata-se da companheira do narrador. Contudo, só tomamos conhecimento claro de sua narração para Padma a partir do capítulo 3, quando o narrador autoconsciente nos apresenta à interlocutora. De quebra, revela-se a narrativa questionadora e em construção: “Mas aqui está Padma, junto a mim, me empurrando para o mundo da narrativa linear, para o universo do-que-aconteceu-depois: – Nesse ritmo – queixa-se Padma –, você vai levar duzentos anos antes de começar a falar do seu nascimento.” (RUSHDIE, 2006, p. 57).<sup>117</sup>

Nota-se que as interrupções feitas por Padma à narrativa de Saleem rompem a sequência, instaurando um elemento crítico à verossimilhança ensejada pelo protagonista. Mais do que apenas exigir uma narrativa linear, a crítica de Padma reestrutura o “efeito de real” (BARTHES, 1968) e exige do narrador a composição de uma história cativante. A recepção, logo, indica uma dupla camada de leitura: alentada pela narrativa de Saleem e sua crítica interna observada por Padma, ao passo que revela a escritura do autor e a própria construção narrativa do narrador-personagem. Como veremos adiante, esse efeito cessa a lógica narrativa, quando o próprio Saleem nos esclarece num ponto futuro da narrativa que ele mente em algumas coisas, porque precisa agradar a sua companheira e ouvinte.

Este recurso nos insere dentro do universo de outro clássico da cultura árabe, *As mil e uma noites*. A compilação da península médio-oriental reúne histórias que destacam a presença de um interlocutor ativo dentro das próprias histórias. A interação do príncipe

<sup>115</sup> No original: “The Qur’anic revelation, although transmitted through the Prophet, is not a response to his concerns alone. From an Islamic theological perspective, God created a community of men and women to whom he wanted to speak, in a manner that would have universal and eternal significance for people of other times and places.”

<sup>116</sup> No original: “No, that won’t do” (RUSHDIE, 2001, p. 3)

<sup>117</sup> No original: “But here is Padma at my elbow, bullying me back into the world of linear narrative, the universe of what-happened-next: ‘At this rate,’ Padma complains, ‘you’ll be two hundred years old before you manage to tell about your birth.’” (RUSHDIE, 2001, p. 37)



Shahriar com Sherahzarde nos leva a empreender uma análise dos recursos usados pela narradora, que precisa envolver o príncipe para não morrer. Sua narrativa, portanto, é uma história dentro da própria história:

O uso complexo dos níveis narrativos na sequência das [Mil e uma] Noites pode ser ilustrado esboçando brevemente os níveis narrativos com a ajuda da tipologia de narradores sugerida por Rimmon-Kenan. Scheherezade é um personagem fictício introduzido como parte da história de loucura do rei Scharyar por um narrador sem nome. Devido à maneira como Scheherezade é introduzida na terceira pessoa e como personagem, é óbvio que ela não é o agente narrativo do texto mantido (/ouvido) pelo leitor (/ouvinte), conhecido como narrador extradiegético. No entanto, Scheherezade é um narrador dentro do texto e, portanto, é um narrador de segundo grau ou intradieético. Ela é uma personagem que conta uma história dentro de uma história, como o diagrama de Genette ajuda a ilustrar. (SMITH, 2001, p. 3)<sup>118</sup>

O diagrama de Genette nos explicita as categorias de narração, classificando e definindo cada um dos tipos narratológicos trabalhados. Apesar de esclarecer sistematicamente modelos de composição narrativa, ele não nos oferece recursos suficientes para compreender a relação de outridade entre narradores, personagens e história, já que as autoficções destoam epistemologicamente das histórias de outros (SMITH, 2001).

Ao averiguarmos a função do narrador heterodieético (que não participa da história) e autodieético (que participa) nas histórias árabes, percebemos que Sherahzarde emula uma narração intradieética, pois não é personagem de uma narrativa propriamente sua e conta as fábulas ao príncipe como se narrasse de fora. Dentro da narrativa heterodieética, encontramos uma voz narrativa que conta histórias para outro: Shahriar. Para Mamede M. Jarouche (2010) esse recurso é reiteradamente posto a prova no contexto da obra, apesar das traduções/adaptações que elas vieram a ter:

Tal é o caso de uma obstinada crença de diversos críticos de literatura: a de que o *Livro das mil e uma noites* seria um conjunto pouco mais ou menos fabuloso de fábulas fabulosamente arrançadas. Isto é, um livro elaborado por centenas de mãos, em dezenas de idiomas em muitíssimos tempos e lugares, que pode ser produção de todos e por isso mesmo de ninguém, projetado no limbo da indeterminação absoluta que permite dizer qualquer coisa sobre ele e pensado como um processo de constituição que de tão inesgotável se tornou uma espécie de função, tudo isso entremeado por uma “oralidade” meio analfabeta mas (ou por isso mesmo) muito sábia que excita e deslumbra. (JAROUCHE, 2015, p. 11)

<sup>118</sup> No original: “The complex use of narrative levels in the *Nights* sequence can be illustrated by briefly sketching out the narrative levels with the aid of the typology of narrators suggested by Rimmon-Kenan. Scheherezade is a fictional character introduced as part of the story of King Scharyar’s insanity by an unnamed narrator. Due to the way that Scheherezade is introduced in the third person and as a character, it is obvious that she is not the narrative agent of the text held (/heard) by the reader (/listener), known as the extradiegetic narrator. However, Scheherezade *is* a narrator within the text, and is therefore a second-degree or intradiegetic narrator. She is a character telling a story *within* a story as Genette’s diagram helps illustrate.”

Ao dissertar sobre a natureza fabular e histórica dos contos árabes, Jarouche (2015, p. 17-18), revela uma similaridade da obra com os *hadites* do profeta Muhamed, o *isnad*, “que consistia no encadeamento de testemunhos que efetuam uma regressão temporal linear – ‘ouvi falar de fulano, que ouviu de beltrano, que ouviu de sicrano, que ouviu de alano etc.’”, além, como consideravam os historiadores muçulmanos, de uma dispersão geográfica: “‘ouvi de fulano, que estava em tal lugar etc.’”

Fica claro, pois, os níveis narrativos que compõem a onisciência e o *mise en abyme* d’*As mil e uma noites*; e esta caracterização aponta, ao menos pela nossa ótica, para dois elementos relevantes: 1. A metalinguagem narrativa; e 2. O conhecimento das circunstâncias da narradora:

O traço distintivo da primeira elaboração *das Mil [e uma] noites* estaria, de um lado, na predominância de uma narradora feminina por todo o livro, e, de outro, na encenação do ato narrativo no período noturno, em uma espécie de emulação das próprias categorias narrativas que a constituíam, os *asmar*, que são, como se viu, histórias para se contar à noite. (JAROUCHE, 2015, p. 20-21)

Ora, se empreendemos uma análise do texto árabe, fica evidente que a delimitação da exegese em questão nos direciona para a crítica da linguagem sobre a linguagem e, num contexto oriental em que as narrativas orais tinham grande repercussão, o *palimpsesto* construído remete a uma metatextualidade em termos escriturais e um desempenho narrativo (de Sherazarde) em termos contextuais. Cumpre lembrar, como nos adianta Genette (1982), que a metatextualidade concentra-se na reflexão ou justaposição de textos internamente confeccionados numa mesma obra.

Ao explorar na própria teoria da narrativa esse recurso, como qualquer outro, o que temos é uma categorização de um sujeito (real ou virtual) que narra. Notória é a consideração da narratologia estrutural acerca do assunto, ao revelar a correlação autor-narrador nas histórias da tradição narrativa ocidental. Na linha do que propõe Wayne Booth (1981), o autor implicado representa o narrador que se define na medida em que lemos os textos. Essa subjetividade, ainda que meramente textual, leva-nos ao campo das relações intersociais e da performance aventada pelos elementos da narrativa.

Analisando as formações sociais que o discurso intercala, percebemos que os conhecimentos de contextos histórico, social e cultural caracterizam as identidades dos atores (textuais e reais). Submetendo essa proposição à concepção de identidade fluida e relacional, como se percebe no contexto moderno, como advogou Stuart Hall (2006), fica evidente que câmbios estruturais, obviamente, transformam as mesmas identidades. A interação simbólica se dá pelo diálogo do mundo com o eu, através do discurso.

Para fugir da armadilha de Sharhriar, Sherahzarde precisa driblá-lo discursivamente. Assim, o desempenho da personagem precisa entrar no jogo do “narrar para não morrer” (COUTINHO, 2008, p. 12). A ligação deste elemento performático em MC é visível, uma vez que se trata de uma narrativa acima da outra, ou paralela, sancionando o espaço, similar aos contos árabes, da narrativa de si (narrador autodiegético) que se conta para outro; e este, aliás, interfere:

Mian Abdullah foi um falso começo para uma porção de pessoas otimistas; seu assistente (cujo nome não podia ser pronunciado na casa de meu pai) foi o passo em falso de minha mãe. Mas aqueles foram os anos da seca; muitas plantações semeadas na época acabaram dando em nada.

- O que aconteceu com o gorducho? - pergunta Padma, curiosa. - Não venha me dizer que não vai *contar!* (RUSHDIE, 2006, p. 92)<sup>119</sup>

Embora constatemos diferenças quanto a característica dos narradores do clássico árabe para o romance de Rushdie, percebemos que a identidade narrativa e a performance estão inclusas no pacote, revelando a circunstancialidade do narrador e sua necessidade de reflexão dentro do texto.

Ademais, estamos de frente com narradores envolvidos com uma situação de “jogos de linguagem” (Wittgenstein) e que, por esse motivo, contam. A narrativa, assim, é dependente dessas circunstâncias e o resultado da história é, conseqüentemente, fruto dessa interferência. Não seria esse o motivo de Muhamed, numa Meca ágrafa, ter recitado os versos corânicos?

Nos épicos hindus, referência extensiva de MC, esses elementos se confirmam de modo razoavelmente similar. Não obstante, o próprio Jarouche (2015, p. 13-22) relaciona histórias das *Mil e uma noites* com obras hindus, como *Kalila e Dimma* e *O sábio Simbadad*. Nada trivial para um contexto ágrafo em que o ato de narrar (evidentemente presente n’*As mil e uma noites*) obedece a uma dupla função, oscilante em termos de opinião para os letrados: “de um lado, são ‘fábulas’ que entretêm, sobretudo com sentido ornamental; de outro, podem também ser histórias exemplares e paradigmas que transmitem experiência acumulada e, conseqüentemente, saber, o que as subtrai do desprezo.” (JAROUCHE, 2015, p. 23)

Consoante, na mesma direção narrativa, o clássico da história oral hindu, o *Mahabharata*, é considerado o cânone épico do sul asiático, juntamente com o *Ramayana*. Sendo o texto védico um expoente da cultura oral, ele passaria por um longo processo de

<sup>119</sup> No original: “Mian Abdullah was a false start for a lot of optimistic people; his assistant (whose name could not be spoken in my father’s house) was my mother’s wrong turning. But those were the years of the drought; many crops planted at that time ended up by coming to nothing.

‘What happened to the plumpie?’ Padma asks, crossly. ‘You don’t mean you aren’t going to tell?’” (RUSHDIE, 2001, p. 68)

adaptação e reescritura, como também se nota nos contos árabes, que culminou com um dos trabalhos escritos mais longos da história. Transmitido oralmente, os textos mencionados possuem peculiaridades quanto ao seu processo de composição e a reflexão desse processo, o que nos leva a considerar a miríade entre o texto e a fala.

A Krishna Dvapayana Vyasa é normalmente atribuído o trabalho de compilar os Vedas. Os aproximados 200 mil versos do *Mahabharata*, contudo, deixam claro que ela foi elaborada por muitas mãos e gerações. O resultado é uma versão mítica e religiosa do mundo através da transcrição de Ganapati sobre o que foi dito ao poeta. A narrativa configura, pela reflexão da narrativa, numa releitura do significado por trás do ditado, para, adiante, refratar em escrita: “O tema principal do *Mahabharata* pode ser colocado simplesmente como a luta pela propriedade em uma família unida. [...] O épico emprega a estrutura de contos em moldura, i.e., história dentro da história.” (SHARMA, 2017, p. 13).<sup>120</sup>

Como nas Mil e uma noites, é necessário pensar no entrecruzamento da fala com a escrita, uma vez que temos a história refratada. Esse processo de escrita reflete uma celeuma quanto à composição oral e escrita do texto, entre a cultura ouvinte e a leitora; bem como a cultura literária e a aquisição dos sentidos do texto, já no próprio. Mas a questão se estende quando a tradição é passada adiante também. Para Vishwa Adluri e Joydeep Bagchee (2011) esta obra não pode ser reduzida a um simples binarismo entre oralidade e escrita, mas pensada em termos de (re)conhecimento da obra num sentido orgânico. Não se deve considerar se o texto sânscrito retrata o cultivo da oralidade ou da pré-escrita, mas o passo inicial para a consolidação de uma “cultura”, o que, similarmente, vemos em outras civilizações:

Em nenhum lugar se constatou que o épico oral tenha emergido em um vácuo literário, como é agora o postulado para a Índia védica e, em geral, para o hinduísmo pré-clássico. Os épicos orais medievais e posteriores ao sul da Ásia, como podemos encontrá-los, pressupõem não apenas mundos literários circundantes, mas versões orais contemporâneas dos próprios Rāmāyaṇa e Mahābhārata como parte do trabalho cultural primário de ‘leitura’ que eles levam adiante (ver Hildebeitel 1999a: 8). Eles não são evidências convincentes de versões preliteradas dos épicos sânscritos. (ADLURI e BAGCHEE, 2011, p. 9)<sup>121</sup>

Ao invés de um exemplo de cultura pré-letrada, os autores admitem, através da análise de posições, fantasias e evidências, que o texto védico revela a miscelânea entre processos característicos tanto da oralidade, como a repetição; quanto da cultura letrada, exemplificada

<sup>120</sup> No original: “The principal theme of the Mahabharata, can be simply put as, the struggle for property in a joint family. [...] The epic employs the structure of frame tales i.e. story within story.”

<sup>121</sup> No original: “Nowhere has oral epic been found to have emerged in a literary vacuum, such as is now posited for Vedic India and, by and large, for pre-classical Hinduism. Medieval and later South Asian oral epics, such as we can find them, all presuppose not only surrounding literary worlds, but contemporaneous oral versions of the Rāmāyaṇa and Mahābhārata themselves as part of the primary cultural work of ‘reading’ that they carry forward (see Hildebeitel 1999a: 8). They are not convincing evidence of preliterate versions of the Sanskrit epics.”

em recursos complexos de ironia, justaposição, epítetos e representações. (ADLURI e BAGCHEE, 2011, p. 25-29).

É preciso considerar, nesse sentido, que as fontes primevas do texto em questão são, como afirmam os autores, intrincadas; e sua interpretação oscila entre oralidade e escritura, multilinguagem e intertextualidade. Por serem expoentes da cultura milenar hindu, o *rastro* (Derrida e Heidegger) ou inconsciente (Freud e Lacan) épico da cultura do sul oriental, o texto primário, sanciona a objetividade a ser considerada pelo leitor. Contudo, nota-se que a própria ideia da oralidade já estipula uma marca anterior ao próprio texto (a narrativa que se escreve a partir do relato oral, intratextualmente, já denota isso), e a simbologia hermética dos épicos estão, igualmente, submissas à interpretação.

Essa posição nos leva a considerar os significados do texto como abertos a reinterpretções que, como ocorreu com as histórias árabes, são modificados constantemente por uma série de questões históricas, políticas, pessoais, sociais, culturais, como salientou Ulrich Marzolph (2007). O jogo da origem e significados, alicerçado à reflexão de análises psicanalísticas e pós-coloniais recentemente aventadas, direcionam caminhos múltiplos de composição e compreensão, entre a tradução e a ruptura dos épicos regionais:

Mesmo se começarmos a partir de um conjunto de significantes com um tipo diferente de fundo, os problemas colocados pelos épicos regionais não podem ser resolvidos pela noção de Ramanujan de recontar como tradução. Cada epopeia regional selecionou seu próprio conjunto limitado de continuidades icônicas e, muito mais extensivamente, elaborou seus padrões de realocação e vernacularização indexical e seus temas de inversão ou subversão simbólica. Em vez de serem traduções dos épicos clássicos, os épicos regionais são rupturas deles. São suas descontinuidades e deslocamentos que se destacam, e suas subversões e inversões não são mais versões, mas “aversões”. A transformação não pode mais ser suficientemente imaginada como uma cristalização. As imagens primárias do processo são retrabalhadas para eles, mas com uma “remoção simbólica” culturalmente decisiva. (ADLURI e BAGCHEE, 2011, p. 41)<sup>122</sup>

Essa proposição indica a origem e disseminação do texto védico como uma tradução descontínua; o que, em termos contemporâneos, anexa-se à cultura multilingual, globalizada e fracionada. É notório assinalar que os autores, trazendo Bhabha, admitem a descontinuidade e metonímia do texto védico, cujo extrato final contemporâneo seria uma “contra-narrativa” (*apud* ADLURI e BAGCHEE, 2011, p. 42) no discurso colonial e pós-colonial.

<sup>122</sup> No original: “Even if we start from a pool of signifiers with a bottom of a different kind, the problems posed by regional epics cannot be resolved by Ramanujan’s notion of retelling as translation. Each regional epic has selected its own limited set of iconic continuities and, far more extensively, has worked out both its patterns of indexical relocation and vernacularization and its themes of symbolic inversion or subversion. Rather than being translations of the classical epics, regional epics are ruptures from them. It is their discontinuities and dislocations that stand out, and their subversions and inversions are no longer versions but ‘aversions.’ The transformation can no longer be sufficiently imaged as a crystallization. Primary process images are reworked into them but at a culturally decisive ‘symbolic remove.’”

Nesse sentido, o texto e sua interpretação devem ser considerados como uma alegoria nacional da Índia pós-independência, instaurando uma espécie de rasura dos épicos regionais para sumarizar uma identidade essencialista do povo indiano dentro do que convenhamos chamar de “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) Esta ruptura discursiva é assinalada por “estratégias metonímicas”, cuja peculiaridade é instalar, segundo Bhabha, o hibridismo, a apropriação, a mímica (mimicry), a ironia e a camuflagem em um “espaço agonístico” (*apud* ADLURI e BAGCHEE, 2011, p. 44).

Elementos como esses permitem que os épicos sejam contraculturais (leia-se em termos de tradição inventada) e bramânicos simultaneamente. As rupturas, devaneios e metonímias reencenam a trama primária conforme a própria ideia de narrativa passada a limpo no campo dos contextos, da performance e da narrativa.

Esse dilema rememora o narrador benjaminiano e nos coloca frente a MC na encruzilhada de tradução e ruptura que configura o texto de Rushdie no contexto da Índia pós-colonial. O romance, trabalho de reinterpretação da história de vida do personagem e da história indiana no século XX, oscila entre a historiografia e a ficção, entendidas como campos de performance narrativa. Ora, Saleem Sinai nos reconta a história da Índia não apenas com o fito de nos esclarecer o assunto tratado, mas performatizar, encantar, convencer o seu público (Padma, no sentido intratextual). Sua história é uma tradução histórica disruptiva, porque sabemos que ele mente, omite, distorce. Isto é, as origens da história, ali, servem apenas como modo de revitalizar algo conforme o interesse, ao passo que instaura, igualmente, a retomada das tradições:

Já faz dois dias que Padma saiu de minha vida como um vendaval. Há dois dias, seu lugar junto ao tacho de kasaundy de manga acha-se ocupado por outra mulher - também ela de cintura grossa e antebraço peludo (que a meus olhos, porém, não a substituem!...) -, enquanto minha própria lótus-de-esterco sumiu não sei para onde. Um equilíbrio foi perturbado; sinto rachaduras se expandindo por toda a extensão de meu corpo; porque de repente estou só, sem meu indispensável ouvido, mas isso não é tudo. Estou tomado por uma repentina crise de raiva; por que deveria ser tratado de modo tão disparatado por minha única discípula? Outros homens antes de mim já narraram histórias; e não foram abandonados de maneira tão impulsiva. Quando Valmiki, o autor do *Ramayana*, ditou sua obra-prima a Ganesh, o da cabeça de elefante, deixou-o falando sozinho no meio do relato? Claro que não. (Observem que, apesar de minha criação muçulmana, sou também um homem de Bombaim, o suficiente para estar enfronhado nas histórias hindus, e na verdade gosto muito de imaginar Ganesh, de tromba e orelhas de abano, recebendo solenemente um ditado!) (RUSHDIE, 2006, p. 206)<sup>123</sup>

<sup>123</sup> No original: “It has been two whole days since Padma stormed out of my life. For two days, her place at the vat of mango kasaundy has been taken by another woman-also thick of waist, also hairy of forearm; but, in my eyes, no replacement at all! - while my own dung-lotus has vanished into I don’t know where. A balance Mas been upset; I feel cracks widening down the length of my body; because suddenly I am alone, without my necessary ear, and it isn’t enough. I am seized by a sudden fist of anger: why should I be so unreasonably treated

Quando Padma, sua companheira e ouvinte, o abandona e ele argumenta que Ganesh não abandonou Valmiki enquanto este lhe ditava o Ramayana, ele está jogando com o discurso, já que confunde os ouvintes de um épico com o outro. Este recurso denota a confusão do narrador acerca das histórias hindus, das quais não tem certeza, e a sua batalha para tornar crível o que ele conta.

De acordo com a religião Hindu, Valmiki contou a história do Ramayana a Lava e Kusa, os filhos de Rama, enquanto, séculos depois, o poeta Vyasa ditaria o Mahabharata para o deus Ganesh. (SHARMA, 2017, p. 13) Saleem se confunde com as histórias, embora este seja um erro que ele não confessa. Mas a razão pela qual estes erros não são confessados é que Saleem não tem consciência deles ou prefere distorcer os fatos propositalmente para poder admitir depois.

O trecho acima selecionado procura, ao retomar as origens da tradição hindu, entender a complexa história da Índia colonial e pós-colonial como uma batalha de narrativas. Sabe-se perfeitamente, se rememoramos os *Subaltern Studies*, que agonisticamente temos uma pugna pela interpretação da história indiana colonial e pós-colonial entre a tradição maculada pelo imperialismo britânico e a modernização que a ação colonialista causou, como explicitado notavelmente por Nandy (1983).

Contudo, entre os próprios textos do grupo indiano, é possível verificar uma contrariedade a essa “perda” da memória indiana através de simples “recuperação” do conteúdo primitivo das tradições. A bibliografia imperialista, como demonstra Said (2011), deixa claro que não se pode pensar, depois da experiência colonial, tempo e espaços separados. Oriente e Ocidente, tradição e modernidade, chocaram-se.

Cumprir lembrar, com ênfase, a interpretação que Spivak (2010) traz desse emaranhado de contrates, ao estabelecer uma espécie de ingenuidade dos discursos nacionalistas e imperialistas pós-independência na Índia em ora restabelecer a cultura milenar do país, ora em marchar cegamente em direção à modernidade. O legado *inbetween* (Bhabha) do colonialismo é repetição e diferença, para tomarmos o chavão deleuzeano. Ocasionalmente, como demonstra a própria Spivak, o binarismo acarreta na manutenção da subalternidade, o terceiro espaço e o contraditório que a Índia e outras tradições passaram com a experiência do imperialismo.

---

by my one disciple? Other men have recited stories before me; other men were not so impetuously abandoned. When Valmiki, the author of the *Ramayana*, dictated his masterpiece to elephant-headed Ganesh, did the god walk out on him halfway? He certainly did not. (Note that, despite my Muslim background, I'm enough of a Bombayite to be well up in Hindu stories, and actually I'm very fond of the image of trunk-nosed, flap-eared Ganesh solemnly taking dictation!)” (RUSHDIE, 2001, p. 170)

Esse tema é marcante em Rushdie e, não obstante, a narrativa de MC é uma forma de questionar narrativas; bem como essas mesmas constroem significados, redundantes e irruptivos, dentro de uma cultura em reconstrução. O narrador do romance é, assim, ele mesmo, reconstruído, em devir; e sua mensagem final não é explícita e certa, ele se refaz e, obviamente, retifica o que diz na medida em que avançamos na leitura:

Para dizer a verdade, menti com relação à morte de Shiva. Minha primeira mentira deslavada — muito embora minha representação da Emergência como uma meia-noite de seiscentos e trinta e cinco dias talvez tenha pecado por excesso de romantismo e decerto contradisse as informações meteorológicas disponíveis. Apesar de tudo, porém, e não importa o que alguém pense, Salim não é propenso a mentir, e baixo a cabeça, envergonhado, ao confessar... Por que, então, essa única mentira descarada? (Na verdade, não faço a mínima idéia de para onde foi meu rival, meu irmão trocado, depois da Hospedaria das Viúvas; ele poderia estar no inferno ou no bordel da esquina, e eu não saberia a diferença.) Padma, tente compreender: ainda sinto um medo pânico dele. Restam ainda pendências entre nós, e passo os dias aterrorizado com a possibilidade de que o herói de guerra possa ter descoberto o segredo de seu nascimento (terá ele visto uma pasta com três iniciais reveladoras?) e que, levado à cólera pela perda irrecuperável do passado, ele possa vir procurar-me para tirar uma vingança sufocante... Será assim que tudo acabará, com a vida me sendo arrancada por um par de joelhos sobre-humanos e impiedosos?

De qualquer modo, foi esse o motivo de minha lorota; pela primeira vez, sucumbi à tentação que ronda todo autobiógrafo, à ilusão de que, como o passado só existe na nossa memória e nas palavras que tentam em vão encapsulá-lo, pode-se criar acontecimentos pretéritos simplesmente por dizer que ocorreram. Meu medo colocou uma arma na mão de Roshanara Shetty; com o fantasma do comandante Sabarmati a olhar sobre o meu ombro, permiti a ela insinuar-se na cela de Shiva mediante coquetismo e suborno... Em suma, a memória de um de meus primeiros crimes criou as circunstâncias (fictícias) do último. (RUSHDIE, 2006, p. 575-576)<sup>124</sup>

Ao longo de MC, o narrador comete uma série de erros e confessa-os aos leitores. De acordo com Kortennar (2006), Saleem prende a atenção dos leitores e os faz acreditar no que diz; como nós, ele também é humano e comete erros. Porém, alguns dos erros não são apontados, pois são erros que ele não lembra ou não tem consciência:

---

<sup>124</sup> No original: “To tell the truth, I lied about Shiva’s death. My first out-and-out lie-although my presentation of the Emergency in the guise of a six-hundred-and-thirty-five-day-long midnight was perhaps excessively romantic, and certainly contradicted by the available meteorological data. Still and all, whatever anyone may think, lying doesn’t come easily to Saleem, and I’m hanging my head in shame as I confess... Why, then, this single barefaced lie? (Because, in actuality, I’ve no idea where my changeling-rival went after the Widows’ Hostel; he could be in hell or the brothel down the road and I wouldn’t know the difference.) Padma, try and understand: I’m still terrified of him. There is unfinished business between us, and I spend my days quivering at the thought that the war hero might somehow have discovered the secret of his birth-was he ever shown a file bearing three tell-tale initials? - and that, roused to wrath by the irrecoverable loss of his past, he might come looking for me to exact a stifling revenge... is that how it will end, with the life being crushed out of me by a pair of superhuman, merciless knees?”

That’s why I fibbed, anyway; for the first time, I fell victim to the temptation of every autobiographer, to the illusion that since the past exists only in one’s memories and the words which strive vainly to encapsulate them, it is possible to create past events simply by saying they occurred. My present fear put a gun into Roshanara Shetty’s hand; with the ghost of Commander Sabarmati looking over my shoulder, I enabled her to bribe coquette worm her way into his cell... in short, the memory of one of my earliest crimes created the (fictitious) circumstances of my last.” (RUSHDIE, 2001, p. 510-511)



Digo apenas que meu último pai, alto, magro e barbudo, cujos cabelos eram presos com um nó atrás da nuca, me parecia o próprio avatar de Mian Abdullah; mas talvez tudo isso fosse ilusão, nascida de minha tentativa de prendê-lo nos fios de minha história, através de um exercício de força de vontade. Houve ilusões em minha vida; não pensem que não tenho consciência disso. Estamos chegando, entretanto, a uma época em que as ilusões ficaram para trás; como não há alternativa, tenho de finalmente registrar, no preto e no branco, o clímax que venho evitando a noite inteira.

Fragments of memory: não é assim que um clímax deve ser escrito. Um clímax deveria ondular em direção ao seu pico himalaico; mas o que me sobra são fragmentos, e sou obrigado a espinotear na direção de minha crise como um fantoche de cordões partidos. Não foi assim que planejei; mas talvez a história que se termina nunca seja a que se começou. (Outrora, num quarto azul, Ahmed Sinai improvisou finais para contos de fadas cujas conclusões originais ele havia muito esquecido; a Macaca de Cobre e eu ouvimos, ao longo dos anos, toda sorte de diferentes versões da jornada de Simbad e das aventuras de Hatim Tai... Se eu recomeçasse, chegaria também a um lugar diferente?) Muito bem, pois; devo satisfazer-me com fiapos e fragmentos: como escrevi há séculos, o truque consiste em preencher as lacunas, guiado pelas poucas pistas de que dispomos; tenho de ser guiado pela lembrança de uma pasta vista de relance, com iniciais reveladoras; e pelos outros cacos que restam do passado, depositados em meus vasculhados arquivos da memória como garrafas quebradas numa praia... Como fragmentos de memória, páginas de jornais costumavam rolar pela colônia dos mágicos, sopradas pelo silencioso vento da meia-noite. (RUSHDIE, 2006, p. 554)<sup>125</sup>

Nesse sentido, como já assinalado, há um nível de identidade (reconstruída) e performance (a contação de histórias) do narrador-personagem. A primeira cobre a própria intrincada identidade do sujeito indiano, a segunda nos leva para os meandros das estratégias metonímicas. MC é um livro, em analogia aos épicos hindus, sobre o contar e o ser, sobre a narrativa e seus significados.

Assimilando a proposta estética do *Mahabharata* e do *Ramayana*, curiosamente notamos que os dois épicos giram em torno de conflitos e guerras entre famílias e reinos por posses na Índia. Por se tratar de um livro espiritual e gerador de conhecimento, podemos perceber momentos de crise de consciência entre os personagens, por estarem combatendo entre amigos, compatriotas e familiares. As tramas, assim, estão envoltas por temas ligados

---

<sup>125</sup> No original: "I say only that to me my last father, tall gaunt bearded, his hair swept back into a knot behind his neck, seemed the very avatar of Mian Abdullah; but perhaps it was all an illusion, born of my attempt to bind him to the threads of my history by an effort of sheer will. There have been illusions in my life; don't think I'm unaware of the fact. We are coming, however, to a time beyond illusions; having no option, I must at last set down, in black and white, the climax I have avoided all evening.

Scraps of memory: this is not how a climax should be written. A climax should surge towards its Himalayan peak; but I am left with shreds, and must jerk towards my crisis like a puppet with broken strings. This is not what I had planned; but perhaps the story you finish is never the one you begin. (Once, in a blue room, Ahmed Sinai improvised endings for fairy-tales whose original conclusions he had long ago forgotten; the Brass Monkey and I heard, down the years, all kinds of different versions of the journey of Sinbad, and of the adventures of Hatim Tai... if I began again, would I, too, end in a different place?) Well then: I must content myself with shreds and scraps: as I wrote centuries ago, the trick is to fill in the gaps, guided by the few clues one is given. Most of what matters in our lives takes place in our absence; I must be guided by the memory of a once-glimpsed file with tell-tale initials; and by the other, remaining shards of the past, lingering in my ransacked memory-vaults like broken bottles on a beach... Like scraps of memory, sheets of newsprint used to bowl through the magicians' colony in the silent midnight wind." (RUSHDIE, 2001, p. 490-491)

aos deuses e à guerra, situando estes elementos como inevitáveis e parte do destino do povo. (SHARMA, 2017, p. 13)

Em MC há reflexões sobre família, consciência, guerra e deuses, encontradas, por exemplo, nos episódios em que Saleem vai à guerra e enfrenta o seu “irmão”, o também filho da meia-noite, Shiva. Saleem tenta fugir do conflito, mas as atitudes políticas de Indira Ghandi e a persistência de ambos os lados (Índia e Paquistão) em guerrear acabam por levar Saleem ao campo de batalha. Inconscientemente, Saleem participa da guerra, controlado por forças quase sobrenaturais (tal como ocorre ao príncipe Arjuna quando consulta Krishna) defensoras do conflito.

Tal fato consolida a afinidade que o livro de Rushdie tem com os cânones orientais e brinca com a ideia de narrativa, ao explicitar que a memória, a narrativa e a formação cultural do narrador influencia diretamente no *modus operandi* da história. A intertextualidade com as obras hindus, como aponta Syed Mujeebuddin (1994), é intencionalmente elaborada em MC a fim de desvelar um modo de narrativa em que referências do mundo oriental são compartilhadas e questionadas.

Para Mujeebuddin (1994), MC é o *Mahabharata* pós-colonial, por trazer à tona a revisão dos princípios de identidade e narrativa do épico hindu, condicionados a elementos constituídos no decorrer do século XX. Ademais, esse argumento nos localiza dentro do plano da ruptura e tradução, mímica e descontinuidade que, sejam os clássicos hindus para a tradição indiana ou o texto pós-colonial de MC, configuram palimpsestos sobre a história e a identidade oriental entre a sua repetição e diferença, texto mesmo e releitura, volta às origens e construção de uma identidade em devir.

#### **5. 4 O cânone ocidental**

Tem-se discutido pormenorizadamente acerca da influência das obras ocidentais na literatura pós-colonial, e sua devida extensão nos escritos de nomes importantes do universo das letras mundiais. É visível que a tentativa de busca das raízes implica a própria circunstância da composição regional/nacional. Se, como averiguamos anteriormente, podemos entrever os clássicos da literatura oriental povoando o imaginário da obra de Rushdie, o Ocidente, não obstante, tem uma presença marcante.

Cabe discorrer, de início, acerca da própria ideia de influência e cânone proposta pela crítica ocidental, que tem no nome de Bloom (2010) uma proeminente análise, a despeito de equívocos elaborados pelo autor. Nesse âmbito, a Literatura Ocidental se destaca de uma tradição particular que marca uma diferença entre as tendências centrais; trata-se daquilo que

o crítico humanista chama de “escola do ressentimento”. Porém, a questão é muito mais fluida do que isso, sobretudo quando lidamos com a literatura do século XX, marcada por uma intercessão de formas e temas multiculturais.

Quando verificamos a obra de Rushdie (e de certo modo García Márquez), encontramos provas cabais que o seu texto (mais precisamente MC), está envolto num emaranhado de formas e temáticas que situam desde os épicos ocidentais, como Milton, à livros de vanguarda, neobarrocos entre outros. Este recurso tem como percurso duas vias: 1. O seu conhecimento das letras consumadas, o que corrobora para sua imersão dentro do Cânone ocidental; e 2. A multitextualidade que denota o aspecto globalizante da sua obra. Contudo, transparece também sua crítica ao modelo hegemônico das letras mundiais.

Em termos de formato, rememoramos a atenção pelo real maravilhoso latino-americano, sobre o qual situamos algumas das nossas observações no tópico acerca das conexões entre Rushdie e García Márquez. As temáticas que abarcam a nação e a família, o individual e o coletivo se destacam igualmente. Também relevante é encarar a metaficção, nos moldes da tradição ocidental, como outro veículo de escrita.

Podemos relacionar cânones diversos presentes na obra de Rushdie, e dois deles se apresentam em MC: os alemães Thomas Mann e Gunter Grass. A saber, estamos diante de dois dos escritores mais influentes da Alemanha no século XX, vencedores do Nobel e considerados parte emblemática das letras do Norte; então a sua relação de influência passa obrigatoriamente por essa notoriedade dos dois autores.

Quanto à Mann, é notável que *Os Buddenbrooks* (1901) tenha similaridades temáticas com MC, uma vez que o romance projeta a queda de uma família ante a situação de desgaste de uma burguesia na Alemanha em meio à crises finiseculares. A situação colapsante acaba por culminar numa narrativa que, de muitos modos, se aproxima à crítica de costumes elaborada por Rushdie, já que o romance de Mann trata de uma família abastada durante quatro gerações, e seu declínio: “O romance manniano apresenta assim o processo de evolução da comunidade de vida e trabalho da família alargada para a família nuclear, do burguês ligado à vida prática, aos negócios, para o indivíduo, para o artista.” (BORGES, 2010, p. 90)

Porém, a questão não se encerra por estes meandros, uma vez que o declínio da família alargada de *Os Buddenbrooks* aponta para a ordem social e econômica circundante, ao mesmo tempo que significa “[...] uma libertação do indivíduo” (BORGES, 2010, p. 90). A morte dos últimos membros da família de Thomas Buddenbrook liberta o seu “eu”. Similar a esta situação, o protagonista de MC desprende-se dos laços familiares construídos ortodoxamente,

desperta sua individualidade, chega ao grau zero e, finalmente, interage com um núcleo maior: “Quero declarar com toda clareza: tenho a firme convicção de que o propósito oculto da guerra indo-paquistanesa de 1965 foi nada mais nada menos que a eliminação de minha família da face da Terra.” (RUSHDIE, 2006, p. 441)<sup>126</sup>

Perceba que em MC, Saleem perde totalmente a memória no exato momento em que a casa de seus pais é explodida – ele acaba sendo atingido por um penico de prata na cabeça. O momento metaforiza a situação ensaiada pelo romance manniano; em MC, Saleem suspende as lembranças do longo passado familiar, como é ensaiado no último capítulo da segunda parte do romance “How Saleem Achieved Purity” (Como Salim alcançou a pureza).

É claro que não podemos deixar de reconhecer as origens que estão presentes na construção de identidades narrativas, mas devemos salientar a distância criada por um núcleo alargado no qual os personagens estão envolvidos, seja no romance de Mann ou de Rushdie. O alargamento dessas relações toma forma no ambiente público, sobretudo quando estes derivam suas vidas para além da ortodoxia familiar, impelindo os personagens a encararem a dinâmica da sociedade burguesa e da nação quando a guerra bate a porta: “E, um a um, a guerra eliminou minha exaurida e desesperançada família da face da terra.” (RUSHDIE, 2006, p. 446)<sup>127</sup>

O que em Mann é crise político-social e mudança de paradigmas civilizatórios, em Rushdie é o conflito entre os valores idílicos pré-coloniais e as mudanças das sociedades indiana e paquistanesa pós-independência. Em ambos os casos, a família se encontra em crise porque a sociedade vigente também está; o que corrobora para a defesa da permuta entre valores coletivos e individuais:

[...] antes que eu seja destituído de passado, presente, memória, tempo, vergonha e amor, uma explosão fugaz e também atemporal na qual curvo a cabeça sim aquiesço sim na necessidade do golpe, e então estou vazio e livre, porque todos os Salins extravasam de mim, desde o bebê que apareceu numa fotografia em tamanho gigante na primeira página até o rapaz de dezoito anos com seu sujo e imundo amor, vazam de mim vergonha, culpa, desejo de agradar, necessidade de afeição, determinação de achar um papel histórico e crescimento demasiado rápido, livro-me de Catarrento, de Cara-suja, de Careca, de Farejador, de Cara-de-mapa, de baús de roupa suja, de Evie Burns e de manifestantes étnicos, estou liberto do Kolynos Kid, dos peitos de Pia Mumani e de Alfa-e-Ômega, sou absolvido dos múltiplos assassinios de Homi Catrack, de Hanif, de Aadam Aziz e do primeiro-ministro Jawaharlal Nehru, lancei fora prostitutas de quinhentos anos e confissões de amor na calada da noite, estou livre agora, nada mais me importa, esborrachando-me no asfalto, restaurado à inocência e à pureza por um cadente pedaço da lua, apagado como uma lousa, com a

<sup>126</sup> No original: “Let me state this quite unequivocally: it is my firm conviction that the hidden purpose of the Indo-Pakistani war of 1965 was nothing more nor less than the elimination of my benighted family from the face of the earth.” (RUSHDIE, 2001, p. 386)

<sup>127</sup> No original: “[...] and one by one the war eliminated my drained, hopeless family from the earth.” (RUSHDIE, 2001, p. 391)

cabeça rebentada (tal como profetizado) pela escarradeira de prata de minha mãe.” (RUSHDIE, 2006, p. 448)<sup>128</sup>

Este trecho esboça, nos termos de Fanon (2008, p. 127-128), a impossibilidade de separar maniqueistamente os dois valores: “A estrutura familiar e a estrutura nacional mantêm relações estreitas.” Quando o despotismo ascende em um país, principalmente naqueles cerceados pelo patriarcado, tornam-se comuns práticas autoritárias que “[...] conduzem automaticamente a uma recrudescência da autoridade paterna.” A perda do pai familiar conduz à instauração de uma autoridade maior.

Se Mann está presente tematicamente, o fantástico neobarroco de Grass se insere formalmente; similar ao que vemos no realismo mágico. Como já notamos anteriormente, um dos meios pelo qual escritores de nações coloniais buscaram revidar à racionalidade europeia foi através da escrita de fábulas sobre a construção de um povo e sujeitos individuais moldados às circunstâncias da dominação e relação. O realismo mágico, nesse sentido, pode ser entendido como a construção de um universo maravilhoso paralelo a uma situação real ou verossimilhante.

Segundo Rosemary Jackson (1981), a literatura fantástica é a forma ideal para subverter os paradigmas da razão vigente. Segundo ela, no decorrer da história moderna, o gênero foi capaz de questionar as certezas que muitos tinham do mundo, e inverter a constituição vigorante do estado social. Nesse âmbito, a literatura fantástica em Rushdie parece abalar os fundamentos da certeza pregados tanto pelo Centro (Europa) quanto pela colônia, já que dentro de um mesmo território as políticas de colonização e dominação podem ser trabalhadas no mesmo sentido que as (inter)nacionais (SAID, 2011).

Rushdie conta a saga das gerações de uma família muçulmana em um período de 63 anos, os *Sinai*: dos 32 anos antes da independência da Índia, aos 31 após a independência, mesclando elementos fantásticos e aspectos das culturas hindus e muçulmanas em contraste aos fatos verídicos. Assim como o livro de García Márquez cria um território pertencente a dado grupo de sujeitos, *Macondo*, o de Rushdie retoma essa ideia para pensar o território dos

---

<sup>128</sup> No original: “[...] before I am stripped of past present memory time shame and love, a fleeting, but also timeless explosion in which I bow my head yes I acquiesce yes in the necessity of the blow, and then I am empty and free, because all the Saleems go pouring out of me, from the baby who appeared in jumbo-sized frontpage baby-snaps to the eighteen-year-old with his filthy dirty love, pouring out goes shame and guilt and wanting-to-please and needing-to-be-loved and determined-to-find-a-historical-role and growing-too-fast, I am free of Snotnose and Stainface and Baldy and Sniffer and Mapface and washing-chests and Evie Burns and language marches, liberated from Kolynos Kid and the breasts of Pia mumani and Alpha-and-Omega, absolved of the multiple murders of Homi Catrack and Hanif and Aadam Aziz and Prime Minister Jawaharlal Nehru, I have shaken off five-hundred-year-old whores and confessions of love at dead of night, free now, beyond caring, crashing on to tarmac, restored to innocence and purity by a tumbling piece of the moon, wiped clean as a wooden writing-chest, brained (just as prophesied) by my mother’s silver spittoon.” (RUSHDIE, 2001, p. 392-393)

personagens retratados com doses de ironia. As características psicológicas e sociais dos personagens são os elementos que embasam essa história, influenciando diretamente nas decisões políticas do território, desde a criação das suas raízes políticas à constituição da Nação.

No tom do super-realismo e da nação despedaçada, *O tambor* (1959), de Grass, apresenta temática e forma convexas a MC. O livro de Grass narra a história de Oskar Matzerath por ele mesmo em um internato, após assumir um assassinato que não cometeu: o de uma freira por quem se apaixonara. Dividido em três livros, a história de Oskar percorre a trajetória alemã de 1899 até 1954, centrando-se, sobretudo, no período que intercala a ascensão do nazismo e os anos do pós-guerra. Trata-se de um livro que pretende perpetuar as memórias da infância de Grass a partir de uma visão fabular da história da Alemanha.

O resultado é um emaranhado de contos picarescos e mágicos, recorrendo muitas vezes a alegorias e a mitos populares europeus. Alguns críticos chegaram a apontar *O Tambor* como um exemplo do “realismo mágico europeu” (BOWERS, 2011), influenciado principalmente pelo expressionismo alemão. Rushdie, semelhantemente em seu romance, usa alguns artifícios expressionistas, ao modo de Grass, para narrar a história de Saleem. É notável a história dos poderes sobrenaturais que as crianças da meia noite adquirem por terem nascidas na primeira hora da independência:

Devo explicar que, à proporção que aumentava minha destreza mental, verifiquei ser possível não só captar as transmissões das crianças ou enviar minhas próprias mensagens, mas também (já que pareço estar preso a essa metáfora, a do rádio) atuar como uma espécie de rede nacional, de modo que, abrindo minha mente transformada a todas as crianças, eu podia convertê-la numa espécie de fórum na qual elas conseguiam conversar entre si, através de mim. Assim, nos primeiros dias de 1958, as quinhentas e oitenta e uma crianças se reuniram, entre meia-noite e uma da manhã, no lok sabha, ou parlamento, de meu cérebro. (RUSHDIE, 2006, p. 304)<sup>129</sup>

Este romance alemão tem uma grande importância para a obra de Rushdie, não apenas por retratar a vida de uma criança com forças sobrenaturais ou da constituição de uma comunidade em um momento delicado, mas também devido à consciência política do livro, que narra histórias de uma nação marcada pela barbárie. Assim como a narrativa de Grass, a história de Rushdie é altamente politizada, trabalhando o contexto nacionalista da Índia de modo similar à Alemanha nazista; e questionando, através de crianças e seus dons

<sup>129</sup> No original: “I should explain that as my mental facility increased, I found that it was possible not only to pick up the childrens transmissions; not only to broadcast my own messages; but also (since I seem to be stuck with this radio metaphor) to act as a sort of national network, so that by opening my transformed mind to all the children I could turn it into a kind of forum in which they could talk to one another, through me. So, in the early days of 1958, the five hundred and eighty-one children would assemble, for one hour, between midnight and one a.m., in the lok sabha or parliament of my brain.” (RUSHDIE, 2001, p. 259)

sobrenaturais, as possíveis verdades dos discursos e do nacionalismo (SCHÜRER, 2004, p. 45-46).

Ao encarar essa verve política e entender o lugar (nação) como elemento de crítica e composição, os alicerces da obra de Rushdie ligam (ceticamente) tradições centralizadoras e periféricas, tal como reclamou Rushdie (2010) em seu texto sobre a *Commonwealth Literature*. O uso de artifícios heterogêneos em sua obra nos leva a questionar o próprio sentido da tradição e dos discursos pelos quais os mitos fundadores se constroem. A narrativa flui metadiscursivamente; é meio, não fim.

Distante do que propunha Jean-François Lyotard (2008) com o fim das metanarrativas, o que as intercalações da obra de Rushdie faz é dar continuidade à história, desfazendo-a e refazendo: desterritorialização e reterritorialização que levam à multiterritorialidade. Por suposto, o termo metaficção, cuja tradição recente nos estudos literários vem sendo aplicada nas obras contemporâneas, implica, pelo menos teoricamente, uma forma paralela ao realismo mágico (associa-se a ele).

De outra maneira, se recorrermos a estudos clássicos sobre o assunto, como o de Linda Hutcheon (2005), veremos a presença dessa forma já nos épicos ocidentais. À própria teórica canadense, contudo, interessa uma forma mais recente, nominalmente “pós-moderna”, que se caracteriza pela quebra do realismo formal (Ian Watt) e da característica mimética da narrativa moderna. Um dos precursores dessa escrita, e objeto de análise da teórica, é o romance *Tristan Shandy*, de Lawrence Sterne, um dos reverberantes textos presentes na obra de Rushdie.

O livro do escritor inglês é um emaranhado de citações e histórias de um anti-herói moderno, o enredo de vida e divagações de seu protagonista com um estilo fraturado, dialógico e cheio de recursos linguísticos incomuns. À luz deste romance, MC retoma a história de um personagem e sua vida desde a tenra idade para narrá-la de forma icônica. As duas obras brincam com o conceito de autoria, de biografia e narrativa e se apresentam no espaço das formas contestadoras, que fraturam o efeito de real (Barthes) para consumir a auto-reflexividade. Rushdie se utiliza do modelo sterniano para trocar muitas convenções básicas da literatura e do romance:

É possível, até provável, que eu seja apenas o primeiro historiador a escrever a narrativa de minha vida e minha época, inegavelmente excepcionais. Contudo, será inevitável que quem seguir meus passos recorra a esta obra, este livro-fonte, este Hadith, Purana ou Grundrisse, como guia e inspiração. (RUSHDIE, 2006, p. 390)<sup>130</sup>

<sup>130</sup> No original: “It is possible, even probable, that I am only the first historian to write the story of my undeniably exceptional life-and-times. Those who follow in my footsteps will, however, inevitably come to this

A obra de Sterne por sua negação aos valores formais, um antirromance, protesto contra as noções basilares do gênero romanesco. É consenso entre alguns autores que esse romance de Sterne é um dos exemplos mais representativos de literatura metaficcional (SHIPLEY, 1970, p. 15-16). Um modelo para a literatura com esta característica e gênero marcante dentro da obra de Rushdie (HUTCHEON, 2005).

Em *Tristan Shandy*, *Os Bruddenbooks* e *O tambor* a recriação das identidades toma a forma de uma narração iterativa, em que a *magna moralia* pela qual as identidades são atribuídas são consistentemente minadas, efeito casual (ou não?) do sujeito contemporâneo, entre o uno e o diverso. No que tange a sua presença intertextual, ao lado dos cânones orientais, combina e bifurca os caminhos.

Ademais, a divisão de culturas consideradas ocidentais e aquelas que historicamente sofreram nas mãos das aspirações coloniais no continente encerraria um maniqueísmo nas páginas da Literatura que reverberam na República Mundial das Letras. Assim, repete-se o discurso da diferença com base hierárquica, mas a sua explicitação implica numa subalternidade teórica, mas também na delimitação de arranjos de poder.

### 5.5 Rushdie na *Weltliteratur*

Ao dividirmos as tradições ocidentais e orientais para intercalarmos fontes e influências de Rushdie, entramos no jogo da distinção das *belles lettres*. Gostaríamos de lembrar a nossa escolha de considerarmos as tendências, ocidentais e orientais, como distintas; não por convicção da qualidade dos escritos, mas pelo o que a crítica, principalmente a ocidental, costuma enxergar acerca dos dois hemisférios no jogo da Literatura Mundial.

Basta explicar que um dos mais exemplares estudos acerca de MC, elaborado por Ten Kortenaar (2005), o autor defende que a divisão das influências da obra é operada de forma hierarquizante. Para ele, o uso de recursos expressivos dos cânones ocidentais no romance se apresenta nas entrelinhas, indiretamente, dando a entender que o leitor tem acesso ao cânone ocidental; ao passo que as referências orientais são dispostas de modo direto, implicando em um glossário intratextual para seu entendimento. Assim, *a priori*, o público alvo de MC seria um público ocidentalizado, mas entusiasta do exotismo oriental.



Creemos que os modos das tradições referenciadas nos empurram para dois caminhos: 1. A inevitável configuração de um sistema hierárquico da Literatura Mundial; e, conseqüentemente, por extensão ou crítica, 2. A busca por inserção nesse cânone e/ou modificação dele. No caso do romance de Rushdie e de sua visão sobre as letras mundiais, percebemos a insistência dos dois pontos. Porém, é preciso comentar, para contextualizar o paradigma recente, o que este caso pode gerar no espírito da crítica e do sistema. No último capítulo desta tese elaboramos um brevíário das estruturas de legitimação literária nos países emergentes. Aqui, por enquanto, cumpre lembrar o que vituperam os críticos acerca da literatura do primeiro e terceiro mundo para entender a dinâmica das relações de subalternidade e crítica.

Mormente, é importante destacar que a divisão é simplória. O fracasso crítico de usar literatura para falar sobre um mundo heterogêneo é uma visão ocidental, o que sugere espaços monolíticos. Isso pode ser comprovado pela posição de Fredric Jameson (1986, p. 69) em definir os textos do terceiro mundo como alegóricos, em que pesa:

Todos os textos do terceiro mundo são necessariamente, eu quero argumentar, alegóricos e de uma maneira muito específica: eles devem ser lidos como o que chamarei de *alegorias nacionais*, mesmo quando, ou talvez deva dizer particularmente, suas formas se desenvolvem de maquinarias de representação predominantemente ocidentais, como o romance.<sup>131</sup>

Esta interpretação reinscreve a oposição binária entre primeiro e terceiro mundo. Jameson parece atribuir tal divisão porque considera isso politicamente, relegando às literaturas do terceiro mundo certa carência de componentes políticos entre outros. Porém, essa afirmação desconsidera o valor inextrincável deste elemento em diferentes contextos. Assim, a análise do teórico canadense não consegue fugir da polarização que ele constrói entre o primeiro mundo capitalista e um terceiro mundo pré-capitalista, apesar desta suposição não significar um raciocínio impertinente.

Aliás, a tendência de assumir a literatura do Outro como algo que deve ser explicada de forma diferente, a fim de ampliar a compreensão literária do Cânone, situa-se no contexto da globalização e do consumo literário. Damrosch (2003) defende que o objetivo da literatura mundial é traçar intersecções que podem ou não ser esperadas pela cultura de origem de uma obra específica, mas que se envolvem no espaço da cultura destinada e atinge uma maior compreensão das interações mundiais.

---

<sup>131</sup> No original: “All third-world texts are necessarily, I want to argue, allegorical, and in a very specific way: they are to be read as what I will call *national allegories*, even when, or perhaps I should say, particularly when their forms develop out of predominantly western machineries of representation, such as the novel.”

Como Jameson, Damrosch não está errado quanto à necessidade de instituir a política nas letras, mas sua concepção estrutural da literatura mundial entende que a literatura ganha na troca ou na adaptação de visões de mundo distintas, mas esquece de esclarecer que isso só faz sentido em um mundo onde as relações são interdependentes e simétricas. De fato, não há cultura assim. Tal fato só é possível dentro das separações culturais e dos purismos que o Iluminismo provocou.

A distinção entre cultura pura e aquelas que precisam ser traduzidas, conseqüentemente, implica em hierarquias. Mesmo num mundo tão intensamente globalizado e com fronteiras rasuradas, a concentração das letras em determinados espaços continua, com uma nova roupagem, que devemos comentar um aspecto adiante. Resolver esta questão depende, por um lado, de encarar a realidade da centralização das letras mundiais e, por outro, elaborar mecanismos de crítica a esse panorama que, aliás, sempre existiram.

## 6 A LITERATURA NACIONAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Uma das características centrais da rede internacional que passou a acometer o mundo contemporâneo é, como vimos, a disseminação de obras e temas nas relações internacionais. Este fato pode ser analisado tanto na obra de García Márquez como na de Rushdie, já que ambos fazem parte de um grupo de escritores transculturais e globais, exploradores de múltiplas fontes e contextos, dentre os quais se destacam influências diversas.

A técnica de roubo de referências também conhecida como pastiche, para lembrar a tese de Jameson (1992), é comum no mundo contemporâneo, e denota a pluralização que as artes passaram a ter desde então. Se considerarmos estas obras produzidas através do diálogo com múltiplas fontes enquanto paródias sem humor, podemos entender que este recurso tem uma forte implicação para o que entendemos como Sistema Mundial e desemboca na concepção de uma visão de arte fincada em valores de mercado e nas facetas da globalização, que frequentemente despolitiza algumas literaturas.

Este capítulo busca examinar como a globalização, fenômeno que está generalizado na representação nacional das literaturas contemporâneas e suas estruturas (imbuídas na própria literatura mundial moderna), é tópico que se expande na atualidade. Ela é fundamental para interpretar o sistema de produção e recepção de obras, seguindo critérios que saem do tratamento meramente analítico e expandindo a compreensão da arte para os meandros da disseminação e recepção, conjunturas que podem auxiliar no entendimento desse nacionalismo fragmentado e diversificado que defendemos na obra dos autores estudados.

Seguindo, de início, as propostas de Zygmunt Bauman (1999), Nestor García Canclini (2007) e Homi K. Bhabha (2012) sobre os efeitos da globalização, e de Pierre Bourdieu (1998) sobre o capital cultural da arte, este capítulo esmiúça alguns pontos pertinentes a respeito da vida literária no universo contemporâneo. Especificamente, García Márquez e Rushdie se alinham às novas ideias de fronteira construídas pelos séculos XX e XXI.

Sistematicamente, neste capítulo, voltamo-nos para o estudo de 1. A ideia de globalização e sua interferência no mundo contemporâneo; 2. A relação de arte (sobretudo a Literatura) com o *modus operandi* da modernidade e o transnacionalismo; 3. Como os dois autores estudados nesta tese estão inexoravelmente vinculados a esse universo e as contradições do capitalismo; e 4. O que se pode resumir, pelo menos hipoteticamente, do que se trata a globalização e suas possíveis implicações futuras, até mesmo dentro da Literatura Comparada e temas conexos.

É importante ressaltar, inicialmente, que nossas premissas se sustentam na existência, já há algum tempo (delimitamos os sécs. XX e XXI), de uma assimetria artística quando o que está em jogo são os elementos de troca cultural que privilegiaram as artes. O fato de ainda vigorar aparatos socioeconômicos e políticos centralizadores da arte em certos espaços, impele as regras desse universo a eixos já delimitados, o que inviabiliza, até certo ponto, a ideia de que a literatura globalizada implode a natureza do nacionalismo e do imperialismo.

Logo, esta parte final admite a inconstância da legitimidade das artes no circuito pretensamente globalizado atual, encarando os matizes desse campo de disputas em um ambiente político e corporativo que modifica a forma de encarar o nacionalismo e o cosmopolitismo dentro da Literatura. Em outras palavras, o mundo das letras e seus mecanismos de disseminação estão abalizados por desigualdades e diferenças dentro de um sistema regulador de conexões; e que só pode ser transformado se a própria atuação dos artistas e consumidores nesse campo complexo encararem tais fatos.

### **6. 1 O bazar global da Literatura nacional**

Uma das questões atinentes à obra de Zygmunt Bauman (1999) acerca da globalização é a oposição entre a mobilidade dos sujeitos e a centralidade dos eventos e elementos que geram o poder, as trocas culturais e o dinheiro. Duas características desse paradigma são pertinentes para entendermos os mercados: a concentração de capital (não apenas econômico) e os fluxos humanos. Estes dois eixos, no entanto, precisam estar alinhados a uma base formal que já discutimos exaustivamente: o Estado-Nação.

O sociólogo, pontualmente, discute a falência das formas de governo e estado vigentes desde a mudança perpetrada pelo capitalismo tardio: “[...] parece que (o Estado-Nação) se está desgastando ou talvez ‘definhando’” (BAUMAN, 1999, p. 8). Essa decadência é um sintoma da descentralização do mundo, fator assertivo na ruptura entre a economia e o Estado, o que geraria um caráter indeterminado das questões mundiais que se deve à “[...] ausência de um centro de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo”. (BAUMAN, 1999, p. 67)

O fenômeno globalização se caracteriza pelas ostensivas trocas simbólicas, devido à efemeridade das percepções pelas quais passamos. Acerca do ponto, o autor polonês opera uma distinção entre “turistas” e “vagabundos”, apontando que os primeiros teriam essa liberdade de movimento e consumo além das fronteiras; enquanto os segundos seriam compostos por nômades que não possuem recursos para se movimentarem livremente. Logo,

não podemos dizer que, no contexto da globalização, há igualdade ou equidade entre os que passeiam entre fronteiras (se é que todos passeiam!).

Diante de um mapa que joga com a lógica das questões locais/globais, a agência de cidadãos ou consumidores do sistema-mundo e as conexões que perpetram são cada vez mais explícitas; e é importante entender que essas amarrações não são generalizantes, mas arbitrárias e, frequentemente, irrelevantes. O próprio Bauman acredita que o quadro flexível de relações internacionais ainda gera centralização efetuada pelo capital financeiro.

Levando para uma interpretação da Literatura Comparada, esse postulado encara a representação da globalização nas obras contemporâneas como submissa à própria ideia de uma pluralidade e desigualdade entre espaços, apesar do novo paradigma pretensamente universalizante do capitalismo pós-industrial. Tal tese, nada indiferente, já é admitida por Spivak (2003), ao enfatizar a estrutura de circulação do capital literário internacional ainda centralizador, explicitada pela dependência das literaturas periféricas, como a Literatura Comparada ainda administra regularmente. Nesse cerne, se a nação é “submissa”, os seus sistemas literários tendem a imaginar tais comunidades como metáforas dessa vassalagem nacional.

Não se pode generalizar, mas como este capítulo arquiteta contornos exteriores aos símbolos literários, é importante entender a dinâmica da nação não contingente e a incoerência de uma universalidade do fenômeno abordado. Homi K. Bhabha (2012) elabora essa tese no campo das trocas culturais ao admitir que as ligações entre visões de mundo na era da globalização continuam a homogeneizar algo que não é tão claro. Para o teórico indiano, não podemos acreditar que os sujeitos estão todos em pé de igualdade em relação à acessibilidade do conhecimento, já que as relações de poder e certos valores comunitários continuam a ser baliza para o entendimento disso. Análogo a tal fato, é crucial entendermos o poder político da nação e sua interferência externa.

A ideia de uma cultura global é apenas virtual porque os nacionalismos continuam a ganhar força e a centralidade do poder político e econômico tem efeitos devastadores. Embora possamos dizer que estamos conectados, essas ligações são assimétricas e muitas vezes superficiais, cabendo a estruturas já pré-definidas, como o Estado-Nação, estabelecerem diretrizes da sociedade. Nesse cerne, é notável que a noção de comunidade imaginada atualmente ainda siga um princípio moderno, concêntrico. Já o fenômeno da globalização, suposto contraponto do mapa nacional, impõe uma descentralização contrária ao nacionalismo, mas o faz por motivos pouco humanitários. A questão forja-se dentro do capitalismo.

Podemos dizer que a relação entre mercados e globalização é cada vez mais explícita, seguindo uma diligência que o próprio capital financeiro exige desde meados do século XX. Lembrando Bauman (1999), o cosmopolitismo se move na fratura do nacionalismo no século XX, produzindo a ambivalência do sistema-mundo atual. Diferente do senso comum, o novo espírito do capitalismo precisa dessa diversidade para gerar os produtos do capitalismo transnacional, ao passo que o tribalismo fixa certas concepções de mundo dissonantes com o rentabilíssimo multiculturalismo. Assim, as grandes corporações entendem que essa pluralidade, ainda que empresas sejam contrárias a ela, gera capital, inclusive literário.

Novas dominantes revolucionárias não seriam, *a priori*, espontâneas e livres, mas cooptadas por valores dominantes. Como propõem Ève Chiapelo e Luc Boltansky (2008), isso se expande devido a interesses socioeconômicos e estruturais atrelados ao espírito de um público diferente em situação de crise, que exige uma renovação dos círculos intelectuais, como aconteceu após o maio de 1968. O cosmopolitismo, por exemplo, foi um das variedades de insurgência resignada. O “novo espírito do Capitalismo” impele a sociedade ocidental a se abrir e a pressiona politicamente para agir de modo diverso, mas ela continua, sem grandes problemas, nas mãos do capital financeiro multinacional.

A ideia de globalização, quando explorada dentro dos circuitos do mercado, impõe-se, pelo menos desde o início da sociedade de massas, em paralelo a um processo de descolonização e visibilidade de espaços outros do planeta no decorrer do século XX. Nesse sentido, é importante frisar dois pontos fundamentais para compreender o nosso percurso: 1. A sociedade de massas dentro do espírito do capitalismo; 2. O multiculturalismo do mundo globalizado.

A sociedade de massas tem como eixo norteador a técnica (BENJAMIN, 2020). Uma vez perdida a aura comum às obras artísticas, devido à produção em larga escala, temos evidenciado um novo modelo de arte que busca chegar a espaços mais amplos, com intensa despoltização. Esse fator foi fundamental para universalizar as obras artísticas, sobretudo as de massa, e também inseriu o próprio artista, do centro e das margens, no seio dessa questão.

Globalização e técnica, assim, caminham lado a lado, explorando as fronteiras que a tecnologia e a ciência disponibilizaram para outros campos e impulsionando o capital. Por um lado, é incontestável que a economia se utilize das artes para lucrar ou alienar. Por outro, a crítica negativa a esse tipo de uso não destaca o seus alicerces formais. Como já tratamos de algumas questões estéticas, mudamos o escopo aqui. No limite, parece que a produção em massa atendeu a necessidade de entreter e formar visões políticas e ideológicas de consumidores a aparelhos contingencialmente estruturados.

Na seara do processo de descolonização, muitos países passam por um período nacionalista paradoxal, no qual evidenciamos uma volta melancólica às raízes imprecisas dos espaços. A busca por esse passado perdido se transforma em uma batalha que culmina na literatura nacionalista. Quando, enfim, a nação romantizada foi contestada, um novo modelo de literatura nacional foi imaginado. Enquanto que na América Latina a Nova Narrativa abriu espaço para a contestação do idealismo ufanista, a Índia pós-colonial questionou os valores do colonizador e do colonizado. Coincidentemente, os dois espaços esquematizam, em comum, o entrelaçamento do nacionalismo e do cosmopolitismo.

Ao tratarmos de América Latina, a Nova Narrativa demonstra essa preocupação paradoxal: nacional-estrangeiro. No contexto da globalização, as obras deste movimento se tornam necessárias para a revitalização do paradigma das artes cosmopolitas do século XX e XXI, uma vez que as teses sobre a morte do romance, regionalismos e outras ideias de arte que assolavam o mundo em meados do século XX, implodiram os consensos. Seguindo esta linha, Hutcheon (2005) entende a metaficção, o novo romance histórico e o realismo mágico enquanto produtos relativamente inovadores que começam a imperar, orientados por esse panorama ocidental revigorado.

Nesse sentido, se voltarmos os olhos para a relação que ex-colônias tiveram com as metrópoles, costumamos enxergar aspectos de vassalagem e exploração que ocasionaram uma exploração do trabalho e dos meios de produção: o imperialismo. Na contemporaneidade, esse abuso passa a se manifestar dentro dos espaços culturais globalizados, uma vez que a dinâmica do capital cultural inviabiliza o panorama concêntrico de outrora.

A internacionalização, assim, torna-se um fenômeno advindo dos interesses que surgem nos espaços de produção e consumo do mundo. As teorias pós-coloniais, de chofre, são amplamente divulgadas no Ocidente; e no apogeu da Nova Narrativa latino-americana as suas obras chegaram a ser mais populares na Europa do que no continente de origem.

No cerne da questão, as obras literárias e artes em geral exigem a diversidade porque os consumidores atuais precisam de inovações que se adequem a sua expectativa, e no contexto do mundo globalizado recente, a pluralidade impõe modos de pensar cosmopolitas. Prontamente, o assunto oscila entre o vínculo à percepção de uma cultura local frente a um processo de globalização que passa a ligeira impressão de que a obra de arte na era da super-reprodução técnica é igualitária.

É fácil compreender que este argumento é limitador, já que a arte frequentemente funciona conforme os procedimentos de difusão do conhecimento nacional, conforme já antevisto na tese de Anderson (2008). Esse fator se vincula ideologicamente com a proposta

dos símbolos de construção do ambiente nacional. Por conseguinte, embora possamos admitir que existam espaços específicos que desenvolvem as políticas de representação nacional, este local, por relação, vincula-se a outros lugares. Sobretudo a um Centro hegemônico controlador, cuja atuação dita as regras do jogo e edifica, por assim dizer, um imperialismo conceitual no capitalismo pós-industrial.

A cultura global, informatizada e ultra-tecnológica, oferece-nos a falsa ideia de homogeneidade, simplificando métodos que claramente implicam numa manutenção de desigualdades. Canclini (2007) ressalta que a globalização funciona como uma ferramenta universalizante de controle, uma vez que as distinções materiais e imateriais dentro da sociedade globalizada impede essa unidade.

Poder-se-ia interpretar essa hipótese dentro do arcabouço do imperialismo, similar ao que encontramos em parte de nossa análise sobre CAS. Um apelo comparativo nos leva à obra de Said (2011), em que o autor nos explicita o expansionismo perpetrado no campo da ideologia e cultura, promovido por Inglaterra e França em suas colônias no século XIX. Conforme John Mackenzie (*apud* SAID, 2011, p. 244), a propaganda imperialista era conduzida em larga escala através de um folclore baseado em

lemas e enfeites manipuladores que iam desde anúncios de cigarros, cartões-postais, partituras de canções, almanaques e manuais até programas de *music-hall*, soldadinhos de brinquedo, concertos de bandas e jogos de tabuleiros (os quais) enalteciam o império e ressaltavam que ele era indispensável para o bem-estar estratégico, moral e econômico da Inglaterra, ao mesmo tempo caracterizando as raças escuras ou inferiores como seres irrecuperáveis, que precisavam ser eliminados, comandados com severidade e subjugados por tempo indefinido. Destacava-se o culto da personalidade militar, em geral porque tais personalidades tinham conseguido esmagar algumas cabeças escuras. Forneciam-se diversos motivos para a manutenção de territórios ultramarinos; às vezes era o lucro, outras vezes a estratégia ou a concorrência com outras potências imperiais [...] A única coisa que se mantém constante é a subordinação dos não brancos.

O fenômeno instrumentalizava a supremacia britânica e o expansionismo da época, cujos envolvidos com a política colonial inglesa tinham amplo acesso. Para Said, muitos autores ocidentais estavam cientes disso, não apenas no tocante à Inglaterra, mas também em relação ao controle imperialista de um modo geral naquela época, que apontava para um domínio cada vez mais radical e um início de resistência das colônias.

Contudo, apesar de Said focar suas primeiras análises em textos franceses e ingleses do século XIX, ele entende que no século XX, sobretudo após a II Grande Guerra, as atitudes imperialistas ganham uma conotação distinta e um herói velho para um cenário atual: os EUA. É notável como as ações propostas pelos estadunidenses ajudam a fortalecer, na mídia e nas artes, um sistema de supremacia matizado pelo capital e a cultura de massa, mas a



sensação de controle talvez não fique tão clara nas entrelinhas de um produto complexo como as obras literárias.

O filósofo palestino admite que aquilo que Inglaterra e França fizeram outrora, pode ser refratado no que os EUA propõem no decorrer do século XX, ao construir uma máquina de controle através de ações políticas, militares, ideológicas e culturais no Oriente Médio. Opera-se, assim, a mitigação de um pensamento próprio acerca das manifestações locais, naquilo que Pierre Bourdieu e Loïc Wacziarg (1998) chamam, oportunamente, de “as artimanhas da razão imperialista” estadunidense.<sup>132</sup>

Aquilo que uma vez se impôs dentro de um contexto colonialista se explicita desde meados do século XX através de uma nova aparelhagem norte-americana e tem um efeito de concentração do poder através dos circuitos de discursos. Concomitantemente, duas percepções podem ser analisadas: 1. A condução instrumentalizada da arte que leva a um compêndio estruturado por um núcleo de disseminação não equivalente; e 2. As consequências desse processo de imposição para a organização das artes globalizadas, sobretudo na política dos Estados-nações periféricos.

As instituições de arte, não obstante, repetem essa narrativa. Especificamente, a globalização pode homogeneizar as letras nacionais e torná-las mais próximas de um Centro irradiador, intensificando as discrepâncias entre agentes e sistemas. Isso demonstra um paradoxo que tenta vender a tese do cosmopolitismo inevitável e da impugnação do nacionalismo, cuja sobrevivência está submissa a uma universalidade imaginada que continua a gerar as desigualdades.

## **6. 2 A literatura nacional e a diferença: aproximações com a globalização**

Como já discutimos no segundo capítulo desta tese, os Sistemas literários, tal como definido por Cândido (2000), são necessários para entender o florescimento das Literaturas nacionais enquanto área de estudo e sua promoção. Este conceito, quando alinhado à concepção política, ajuda-nos a imaginar a Literatura como uma instituição e uma ideia em construção.

Contudo, vale lembrar os momentos marcantes das literaturas emergentes e suas influências nesses sistemas, dependendo da própria ideia de comunidade imaginada que

---

<sup>132</sup> A crítica levantada pelos autores não pode ser universalizada acriticamente. A razão imperialista delineada pelos teóricos franceses pode servir de parâmetro para analisar o caso dos EUA e sua regulação cultural, porém, deve ser avaliada com cuidado em casos específicos, como na América Latina, em que a condição de estudo é *sui generis*.

temos. A inovação, com frequência, aquece o mercado com concepções de arte e identidade sempre que alguma crise econômica se avizinha. Tal fato pode facilmente ser exemplificado pelo *boom* latino-americano até o início dos anos 1970 (RAMA, [1982] 2005), cujos autores apresentavam um grupo heterogêneo de percepções literárias, mas foram unificados num movimento que revitalizou o Sistema do subcontinente dentro de um grande mercado mundial. (CASANOVA, 2002)

Fica discutível, nesse caso, se o movimento foi uma caracterização editorial, tendo em vista as várias diligências entre os estilos dos autores. Ainda assim, esse grupo tornou-se o principal símbolo de uma ideia de América Latina em meados do século XX mundo afora, muito em razão do sucesso comercial que estes autores tiveram dentro e fora do continente, sob o epíteto do *boom*. Cumpre assinalar, a partir das disparidades de estilos dos autores, quais seriam as razões para que eles tenham se tornado o que, muitas vezes, não eram, e as consequências disso.

Destarte, é necessário pensar a lógica dos mercados literários internacionais para entender o sucesso de uma concepção intelectual mundo afora, algo que Pierre Bourdieu deu o nome de Campo Literário. Sua funcionalidade se vincula às questões do Sistema, como antevisto no primeiro capítulo deste trabalho, mas expande a ideia de Cândido a patamares socioeconômicos.

Assim como o debate acerca do nacionalismo tangencia a representação da soberania em paralelo ao mapa global, é igualmente relevante administrar sobre as influências externas, socioeconômicas no caso, que influenciam na forma de se pensar a questão nacional. A título de reflexão, basta ponderar: seria possível os autores do *boom* terem a mesma influência nacional e internacional caso não tivessem sido lidos sob a ótica de sua época e do fenômeno comercial que acometeu a todos eles, alguns até mesmo sonegadores do título de *boomers*?

A produção e consumo dos bens simbólicos não se restringem, pelo menos no mundo moderno, a uma mera análise das formas literárias; devem ser analisados, igualmente, produtores, receptores e circunstâncias que permutam o processo de edificação de uma literatura nacional. Conforme Bourdieu, estas figuras estão dispostas dentro de campos estruturados que obedecem uma lógica impescindivelmente conflituosa.

A função autor, por exemplo, expande a percepção singular de um mero articulador do discurso e se coaduna com a conjuntura do autor mesmo e das diferenças impostas pelo campo em que atua. Essa posição se baseia na “[...] homologia estrutural entre os dois espaços”, cujo princípio “[...] das ‘escolhas’ que esse autor opera em um espaço de tomadas

de posição artísticas (em matéria de conteúdo e de forma) definidas” são, também elas, regidas “[...] pelas diferenças que as unem e as separam”. (BOURDIEU, 1996, p. 107-108)

Precisamente, o lugar onde o autor se insere é o campo de poder. Ele se caracteriza pela luta entre diferentes detentores de capital cultural, situando as lutas simbólicas entre os artistas do século XIX na França dentro do contexto de transformação ou conservação “[...] do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas”. (BOURDIEU, 1996, p. 244)

Assim, os escritores ou os artistas disputam um jogo em que as opiniões opostas podem não ter nada em comum a não ser essa luta pela imposição da sua própria obra, em um jogo de distinções que lança no seio do mundo social as posições que os unem ou os separam em determinado campo de produção cultural. Este fator é extremamente importante para entendermos os escritores modernos e o seu campo de atuação nesta era dos cosmopolitas e bazares globais.

De forma a contrastar as opiniões dos produtores dentro de um campo, no caso o artístico, geram-se as distinções dos modelos já consagrados em função do novo padrão produzido na atualidade. Essa contestação procura voltar-se contra a vanguarda já consagrada e fazer emergir uma nova obra, que introduz “[...] inovações em matéria de produtos ou de técnicas de produção”, impondo assim “[...] um campo de produção que é para si mesmo seu próprio mercado um novo modo de avaliação dos produtos”. (BOURDIEU, 1996, p. 245)

O escritor subsiste no mercado dos bens simbólicos, interligado por profissões alternativas, como as de jornalista, editor, revisor etc., às quais dão a ele a legitimidade, por meio da publicidade ou do mecenato, em troca, obviamente, da produção de bens. Assim, ele serve para “[...] o aumento do capital específico, através do reconhecimento e das homenagens obtidos da parte dos recém-chegados em troca da publicação, do apadrinhamento de conselhos etc”. (BOURDIEU, 1996, p. 257)

Desse modo, se o campo literário expresso por Bourdieu em *As regras da arte* coloca a necessidade desse embate entre escritores, a partir dessa homologia estrutural a qual ressaltamos, uma obra não pode ser considerada como fruto exclusivo de um gênio criador, tampouco um produto hermenêutico acabado conforme propunha a *close reading*, mas uma tessitura complexa advinda de várias opiniões em conflito. Para entendermos a Literatura como produto é necessário apreendermos ela dentro de todo o ciclo de produção, uma vez que o escritor, mais do que o gênio criador, é um sujeito submetido a circunstâncias múltiplas que o influenciam dentro de um dado contexto.

Entretanto, essa atuação não se subscreve ao período ou espaço mencionados por Bourdieu. Conforme as colocações de Pascale Casanova (2002), as trocas simbólicas da Literatura moderna podem ser avaliadas para exemplificar o sistema de inovação, remodelação e negociação da Literatura. Para a autora, o campo literário não foge às questões de poder e linguagem que circulam na sociedade a qual o autor está inserido; e legitimam a sua canonização, de acordo com a economia e as hierarquias entre a capital literária e regiões que dependem dela:

Ora, as obras vindas das regiões menos dotadas literariamente também são as mais improváveis, as mais difíceis de impor; conseguem quase milagrosamente emergir e ser reconhecidas. Esse modelo de uma República Internacional das Letras opõe-se à representação pacificada do mundo, em toda parte designada como globalização. A história (assim como a economia) da literatura, tal como a entenderemos aqui, é, ao contrário, a história das rivalidades que têm a literatura como objeto de disputa e que fizeram – com recusas, manifestos, violências, revoluções específicas, desvios, movimentos literários – a literatura mundial. (CASANOVA, 2002, p. 26)

Casanova expande essa compreensão para além do campo francês, onde Bourdieu foca os seus exames, e estabelece Paris como o Centro dos intelectuais ocidentais. Assim, pelo menos no contexto da modernidade, a história da Literatura estaria ligada a ideias que floresceram com mais ênfase a partir da modernidade, e funciona como um arquétipo de identificação direta e indireta pelos autores modernos, ocidentais e não.

Apesar desta consideração, ela advoga que a visibilidade causada pela globalização nas sociedades pós-segunda guerra mundial, em que pesam as lutas coloniais e a legitimidade destes espaços (África, Ásia e América Latina), tornou-se um novo filtro para as produções intelectuais. Mesmo levando em conta essa busca por uma identidade que mostrasse o Eu tomado pelo colonialismo e imperialismo, esses lugares ainda fariam uma literatura presa ao Centro cultural.

Esse fator torna possível que países e continentes façam do Sistema algo relativamente legitimado, ao inserirem, portanto, as questões políticas, sociais, históricas e culturais dentro do arcabouço imagístico da nação. Todavia, para levar tal proposta adiante, é crucial entender o panorama das obras literárias além da restrição do formalismo ou análises dos textos face ao nacionalismo.

No contexto latino-americano, podemos mencionar empecilhos políticos que afetam nessa conjuntura, como o agenciamento de uma elite conservadora e uma política autoritária sobre intelectuais aqui residentes, até vanguardistas, que digladiavam com as ideias de nação impostas. Conforme descreve Sérgio Miceli (2012, p. 15-16) acerca das Vanguardas brasileira e argentina:

Em vez de valer-se da nacionalidade como estribo no qual se engancham eventos e personagens, o ponto de vista comparativo converte esse cipoal de lendas em objetos a serem desvendados. A emergência e a consolidação de uma tradição literária autóctone na Argentina e no Brasil sucederam em paralelo aos avanços de autonomia política. O engate entre sociedade e cultura tampouco se restringiu a germinar áulicos engenhosos. As “escolhas” pela história literária dos movimentos, escolas e autores canonizados não podem se furtar à leitura retrospectiva da história nacional, fazendo ou não coincidir surtos renovadores com arreglos entre grupos dirigentes. Essa conexão embaralha determinantes de procedência diversa e, nesse passo, infunde um travo político incontornável à invenção de artistas e escritores. Tal liame se afirma com vigor em conjunturas passadas nas quais não havia se configurado um campo cultural menos permeável a injunções externas. As fábulas do “nacional” estão encharcadas por combustível literário, suprido por pleitos estranhos à atividade intelectual.

Internamente, a Literatura latino-americana estava cerceada pela autoridade da classe dirigente, o conservadorismo de uma elite, o estribo estrangeiro e o nacionalismo excludente. Os dois países mencionados caminhavam, assim, para a consolidação de uma nova proposição de arte entendida pelo prisma de uma *intelligentsia* que seguia os dilemas de nações subindustrializadas e dependentes de arregimentações estéticas forâneas, como é possível perceber através da tendência em deglutir a arte de Vanguarda europeia.

Nesse contexto, tal fenômeno, somado ao processo de massificação intensificado pelo capitalismo pós-industrial, exige, peremptoriamente, um mercado tímido de Literaturas nacionais no século XX, frente ao desafio de um comércio internacional e desenvolvimento interior do Estado. Essa poética do Outro, para lembrar Casanova (2002), buscava se distanciar dos cânones consagrados e explorava questões locais, mas seguia a lógica da distinção artística e o cosmopolitismo que o capitalismo tardio impôs a essas obras emergentes.

Basta verificarmos a corrente intelectual não ocidental mais conhecida como Pós-colonialismo. As teorias dessa linha de pensamento são relevantes para salientar os processos de representação e subalternidade cultural trazidos pelo colonialismo e imperialismo, atribuindo certa assimetria entre aqueles que fizeram (e ainda fazem) parte desse jogo. Embora seja uma vertente disjuntiva, ela não está isolada do tempo em que foi concebida e se posiciona em um contexto específico.

Com *Orientalism*, Said (1990) dá a primeira manifestação mais enfática dessa corrente em 1978. O texto mostra como o Ocidente representa, de forma distorcida, muitos aspectos da vida e da cultura no Oriente Médio e Índia do século XIX, mas também expande essa compreensão para um tipo de imperialismo que se propaga no decorrer do século XX e tem nos EUA o seu principal fomentador.

Tendo em mente o contexto de produção e os temas, isto é, o processo de descolonização da África e Ásia e a hegemonia que a América do Norte representava, o autor expõe essa tese para intervir politicamente na consolidação de um campo de estudos que ajudasse a implementar uma emancipação das ex-colônias. Esse raciocínio tomou grandes proporções e passou a ser estudado com frequência em muitos centros acadêmicos mundiais.

O teórico indiano Homi K. Bhabha (1998) destaca essa motivação intelectual no primeiro capítulo de *O local da cultura* (1994), ao demonstrar que o papel do teórico se renova com as novas disposições que a sociedade exige. Para tanto, é necessário estabelecer campos que outorguem essa atuação para, assim, refletir a situação. A proposta de Bhabha não difere muito do que os intelectuais, de uma forma geral, já faziam; como bem assinalado quase um século atrás por Antonio Gramsci. O que distingue o trabalho intelectual deste autor para os chamados pós-coloniais, é a busca destes por uma legitimação que saia do circuito de produção europeia e pense circunstâncias específicas, muitas vezes esquecidas pela *intelligentsia* ocidental.

Nesse contexto, é fulcral o trabalho dos pensadores indianos dos *Subaltern Studies*, que buscaram entender esses processos distantes da lógica imperialista e europeia. Ashis Nandy, um desses nomes, em seu *Intimate enemy: loss and recovery of colonial self* (1983), apresenta-nos um texto paradigmático acerca disso. Nele, o autor argumenta que a mentalidade colonial produzida pela Inglaterra durante aproximadamente 150 anos deveria ser expurgada da vida e cultura indianas, a fim de se estabelecer um panorama nacionalista, baseado nas raízes do país.

Essa visão não difere muito do que o Pan-africanismo de W. B. Dubois alertava alguns anos antes, já que o autor defendia a busca pelo Eu afrodiaspórico perdido durante a colonização e a marginalização nos EUA. Tais ideias estão alinhadas a um discurso que ganha peso nos anos 1950-1960 com as manifestações pelos direitos civis. E ainda cumpre lembrar que tais movimentos não tiveram influência marcante nos grandes debates públicos e intelectuais do Ocidente até meados do século XX.

Salienta-se, desse modo, a publicação no início dos anos 50 da obra de Albert Memmi, *Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado* (1957) e de *Pele negra, máscaras brancas* (1952) de Franz Fanon, e a presença dos primeiros intelectuais franceses, entre eles Jean-Paul Sartre e outros, que fizeram parte da revista *Les temps modernes* e se pronunciaram contra o colonialismo francês.

É nesse contexto que nasce um grupo de peritos escrevendo, sobretudo em inglês e francês, preocupados em tratar de subserviência e subversão. Isso não implica dizer que não

existisse antes desse período movimentos preocupados em ressaltar tais temas; contudo, eles eram fomentados por sujeitos que, como destaca a tese de Said, não conseguiam expressar adequadamente a estrutura de sentimentos (WILLIAMS, 2013) das suas próprias experiências.

Igual questão pode ser debatida através dos intelectuais martinicanos, como Aimé Césaire e Edouard Glissant, cujas obras buscam uma reformulação da resistência negra e a revisão da concepção de negritude. Há algo peculiar nesse plano: as condições de produção. Na América Latina, parte integrante da América analisada pelos autores acima, as discussões sobre o colonialismo e o imperialismo datam, com bastante frequência, desde a segunda metade do século XIX, sendo importante lembrar que nomes como Bolívar já haviam estabelecido textos e manifestos sobre a emancipação do continente no início do mesmo século. Logo, no debate da opressão colonial, a novidade não era a existência de autores que falavam sobre o assunto, mas a natureza do próprio discurso.

Os discursos sobre o colonialismo seriam, assim, modos de encarar a colonização de outro ângulo, demonstrada, por exemplo, através da peça *Une tempête*, de Césaire. A peça é uma reescritura da obra de Shakespeare, que já havia sido reinterpretada por Rodó e Dario. Mas o enfoque destes tinha, como já ressaltado em nosso primeiro capítulo, uma característica antropofágica: assimilar o outro. A peça de Césaire desenha uma nova perspectiva: Calibã é uma crítica autoconsciente do rito canibalista, em que suas vozes e identidades conflitantes e fusionadas são esquecidas no processo de assimilação, relegando a elas uma condição subalterna, tanto discursivamente quanto pragmaticamente.

Na América Latina isso pode ser desenhado pelos estudos de Decolonialidade de Aníbal Quijano (2002) e alguns seguidores de tal linha. O autor entende o projeto colonialista (*colonialidad del saber*), sobretudo no subcontinente, como um processo ainda hoje vigente, já que ele apenas se deslocou da colonização econômica para a esfera do poder simbólico. O que vivemos, assim, seria uma espécie de colonização do saber através de mecanismos discursivos, similar ao que Said nota em *Cultura e Imperialismo*.

Apesar das teorias decoloniais trazerem uma nova faceta dos estudos latino-americanos, a dependência da intelectualidade no continente em relação aos projetos e instrumentos ocidentais parece ser paradigmática – ainda que muitos tenham, no passado e no presente, contestado essa centralização de poder. Casanova, ao contrastar o capital literário desses espaços, chama a atenção para uma ideia de Cândido:

O crítico brasileiro Antonio Candido descreve assim o que chama a “fraqueza cultural” da América Latina, relacionando-a quase termo a termo com a ausência de

todos os recursos específicos que acabamos de descrever: em primeiro lugar, a alta taxa de analfabetismo, que implica, escreve Candido, a “inexistência, a dispersão e a fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais”, em seguida a “falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais); a impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente realizadas como tarefas marginais ou mesmo amadorística” (CASANOVA, 2002, p. 31).

Em linhas gerais, apesar de algumas querelas pertinentes, a legitimação dessas áreas de estudo é dependente de ferramentas oriundas do Ocidente. Se passarmos os olhos pela obra de Angel Rama, *La ciudad letrada*, veremos que a intelectualidade latino-americana, basicamente, é formada por uma diversidade de náufragos à deriva: letrados, elite letrada, juristas, clérigos, letrados eclesiásticos, publicistas, eruditos, “gente de saber”, homens de letras, editores etc. Não há o perito em literatura por excelência. A pena é de aluguel. (RAMA, 1984, p. 21)

Do outro lado do mundo, podemos anotar inúmeras vezes as dificuldades dos *Subaltern Studies* para se validarem no seu país de origem; e intelectuais como Said e Tariq Ali dificilmente conseguem desenvolver no Oriente Médio qualquer teoria sem serem ameaçados de morte; bem como pensadores africanos como Kwane Anthony Appiah ou Achile Mbembe tornam-se visíveis aos olhos mundiais sob o manto da *intelligentsia* europeia e norte-americana.

Situando a hipótese a rigor, não existiria um pensamento completamente autônomo latino-americano, africano, asiático ou médio oriental porque há dependência de meios técnicos, políticos e culturais para tal intento dentro do grande quadro. Isto relega esses lugares a periferias do capital intelectual, subordinadas material e imaterialmente da Europa e EUA, que ergueram projetos sólidos de Estado com o colonialismo e o imperialismo. Mas tal fato não assusta; ele até é bem óbvio no decorrer da história, e entrelaça, inevitavelmente, o campo político com o literário:

Mais precisamente, é possível pensar que os dois fenômenos – o da formação do Estado e o da emergência de literaturas em novas línguas – nascem do mesmo princípio de “diferenciação”. Os Estados europeus emergem aos poucos, distinguindo-se uns dos outros, ou seja, afirmando suas diferenças por rivalidades e lutas sucessivas, fazendo aparecer ao mesmo tempo, a partir do século XVI, uma primeira forma de campo político internacional. Nesse universo político em formação que se pode descrever como um sistema de diferenças – no sentido em que os lingüistas falam da língua como um sistema fonético de diferenças –, a língua desempenha evidentemente um papel central de “marcador” de diferença. Ela toma-se também o ensejo de lutas que se situarão na interseção do espaço político nascente e do espaço literário em formação. Por isso o processo paradoxal do nascimento da literatura se enraíza na história política dos Estados. (CASANOVA, 2002, p. 54)



Pragmaticamente, na modernidade, a intersecção entre categorias definidoras (linguagem, nação e política) trazem para a discussão a ordem política dentro dos Estados-nações modernos. A imersão de Said no campo da política, por exemplo, foi consequência direta das guerras de 1967 entre Palestina e Israel, o que ela causou no imaginário ocidental e do próprio pensador. Foi inevitável que ele adentrasse no campo político para ressaltar alguns problemas imprescindíveis. (SAID, 2013, p. 148-149).

Apesar de todo o seu esforço, a maioria dos discursos vigentes ainda hoje dentro da opinião pública e até mesmo no mundo intelectual considera os médio-orientais a mesma coisa monolítica que Said procurou desconstruir durante mais de 30 anos. Nessa seara, estes autores se alinham dentro da intelectualidade como “suplementos perigosos”, segundo a proposição de Jacques Derrida (2002). São parte acessória de uma gramática oficial usada pelo Ocidente para entender mecanismos próprios de seus espaços. Não são agentes completamente autônomos, já que essa centralização é estimulada pela própria ordem reguladora, detentora dos mecanismos de difusão e legitimidade.

Do Centro, essa maquinaria lança escritores à margem para carreiras de ponta, uma vez que na periferia do capitalismo o mestre dificilmente possui ferramentas suficientes para legitimar-se no campo intelectual da sociedade de massas. Basta analisar os casos de Michael Ondaatje e Salman Rushdie, que, apesar de terem nascidos em ex-colônias britânicas, Sri Lanka e Índia/Paquistão respectivamente, construíram uma carreira sólida e premiada no Ocidente (Canadá, Inglaterra e EUA).

Este fato sintetiza a própria constituição de poder do campo e seus atributos econômicos, políticos, antropológicos etc, uma vez que não se pode pensar a autonomia das obras e dos autores sem entender as circunstâncias predispostas e grupos de atuação antagônicos cercados por interesses: “A dinâmica da mudança mantém os confrontos entre os dominantes, que têm interesse na conservação da relação de força, e os dominados, que lutam pela inversão.” (SAPIRO, 2019, p. 101).

Apesar da criticidade que intelectuais de espaços periféricos venham a ter (e comumente têm), a recepção dessas ideias, balizadas pelo mundo ocidental, correm o risco de cair numa espécie de imperialismo conceitual, fazendo vigorar uma percepção manipulável destas opiniões. Como vimos, os teóricos das áreas mencionadas podem ser lidos como um modelo igualmente distorcido (como faz o projeto moderno ocidental).

Cabe ao estudioso uma visão cética desse campo, situando as particularidades dos casos e evitando a generalização. Assim, é fundamental compreender alguns destes tópicos na vida intelectual de escritores para considerar a proeminência de uma centralização das

atividades intelectuais e a dinâmica inevitável dos meios técnicos e de poder que influenciam na vida dos escritores e, por conseguinte, está entrelaçada aos fundamentos dos símbolos (inter)nacionais e do capital.

### **6. 3 Um passeio por bazares da América Latina e Índia**

Um postulado que cerceia a história dos mercados, evidentemente, é o de que a ordem econômica deve ser analisada *in loco*. Não obstante, Karl Marx, para verificar contundentemente a estrutura do capitalismo moderno, teve de se focar na industrialização da Inglaterra no século XVIII, onde a Revolução se instaurou. No campo das artes, o desenvolvimento tecnológico e industrial influencia nas posições e disposições intelectuais, seja se analisarmos a proeminência da Literatura das grandes potências econômicas dos séculos XVIII e XIX (França e Inglaterra), seja pela americanização da cultura no século XX. Logo, é necessário focalizar tanto o lugar quanto a forma que se desenvolve as amarrações da literatura nos Estados-nações.

Casanova (2002) afirma que o centro de irradiação das letras modernas foi a Paris do século XIX; e deste lugar poderíamos encontrar novos horizontes. Durante este século, as obras de arte, em função do imperialismo francês e inglês, seguiam basicamente as propostas estéticas balizadas por esses espaços. Assim, fica fácil entender que a principal finalidade dos escritores, editores e consumidores tinha um vínculo com a arte paradigmática da época, alinhada a certos interesses nacionais.

Importante destacar que o nacionalismo moderno é um projeto que se espalhou por diferentes espaços, incluindo América Latina e Índia. É ingênuo imaginar que as nações tenham interesses meramente internos, conforme podemos notar pela exploração, expropriação, imposição entre outros fatores de política externa dos países de primeiro mundo. Do lado marginalizado, a busca pelo reconhecimento mundial é inevitável, haja vista os fatores de submissão intelectual e ausência de meios técnicos e políticos para o trabalho de escritor.

No século XX, a centralização que se expande a partir dos EUA entra no jogo das *commodities* literárias. Entretanto, variados espaços mundo afora buscaram se colocar diante dos mercados com novos produtos que, paradoxalmente, conseguiram, através do comércio europeu e estadunidense, erguerem-se. É o que acontece com a Nova Narrativa latino-americana. No subcontinente, esse fenômeno se diferencia dos anteriores, as ficções fundacionais (SOMMER, 2008), por estarem ligados a uma proposta que não é apenas vanguardista, mas também sistematizadora e mercadológica.

O texto de Rama ([1982] 2005) sobre o *boom* aponta essas nuances ao estabelecer a dependência da Nova Narrativa às multinacionais do livro, e como o fator econômico foi fundamental para a explosão de obras e autores da América Latina. No continente, havia um mercado inerte e fatores que dificultavam incessantemente a valorização e legitimidade do escritor em termos gerais, ocasionando a expansão de narrativas para outros cantos do mundo, a fim de criar visibilidade:

Conquistar a autonomia mediante o que parecia a livre vinculação profissional com o público consumidor foi, então, sua persistente ambição, que adquiriu acentos urgentes quando alargou-se o fosso entre as doutrinas políticas a que estavam filiados os escritores e as com que o Estado governava. Essa autonomia pareceu próxima (ainda que só parcialmente e apenas quem a encarou sabe com quantos sacrifícios pessoais) ao ser produzida maior demanda de livros, ao multiplicarem-se as revistas que pagavam colaborações, ao serem instituídas atividades conjuntas (conferências, cursos universitários, apresentações na televisão) decentemente retribuídas. (...) Os deslocamentos de escritores latino-americanos a outras regiões do mesmo continente, que mostravam maiores possibilidades de difusão por contar com editoras, revistas, grandes jornais, ou para a Europa e Estados Unidos (censurados injustamente por uma visão estreita), responderam a este afã da profissionalização, cumprindo cabalmente com sua vocação e, simultaneamente, com a exigência interna da cultura latino - americana: dispor de escritores que edificassem uma rica literatura própria. Frente a impossibilidade de fazê-lo em suas próprias pátrias, a qual admite diversas causas (arrocho econômico ou político, dispersão do esforço, falta de oportunidades, escassez de informações, acoso popular), transferiram-se para lugares melhores, internos ou externos ao continente. (RAMA, 2005, p. 194)<sup>133</sup>

Como acima apontado, as letras latino-americanas, apesar das suas inovações, precisaram se adequar a novos padrões, uma vez que autores, leitores, cadeia do livro e estrutura socioeconômica e política continentais não tinham condições de sustentar o negócio e os autores de modo completamente livre. O que se verifica, pelo menos desde meados do século XX, é esse impulso de tentar levar esses novos produtos para o Centro de consumo ou driblar as condições de publicação.

A nação, nesse sentido, é fundamental para o processo, porque através desse limite imaginário que são construídas as pontes e os interesses que os próprios autores do *boom*

---

<sup>133</sup> No original: “Conquistar la autonomía mediante lo que parecía una libre vinculación profesional con el público consumidor fue entonces su persistente ambición que tomó acentos urgentes cuando se ensanchó el foso entre las doctrinas políticas a que estaban afiliados los escritores y, las que regían desde la cúpula del estado. Esa autonomía pareció cercana (aunque sólo parcialmente y sólo quienes la han encarado saben con cuantos sacrificios personales) al producirse mayor demanda de libros, al multiplicarse las revistas que pagaban colaboraciones, al instituirse actividades conexas (conferencias, cursos universitarios, presentaciones en televisión) decentemente retribuidas. (...) Los traslados de escritores latinoamericanos a otras regiones del mismo continente que mostraban mayores posibilidades de difusión por contar con editoriales, revistas, grandes diarios, o a Europa y a Estados Unidos (censurados injustamente con estrechez de miras) respondieron a este afán de profesionalizarse, cumpliendo a cabalidad con su vocación y simultáneamente con una exigencia interna de la cultura latinoamericana: disponer de escritores que edificaran una rica literatura propia. Ante la imposibilidad de hacerlo en sus propias patrias, la cual admite plurales causas (ahogo económico o político, dispersión del esfuerzo, falta de oportunidades, escasez de información, acoso pueblerino) se trasladaron a mejores plazas, internas o externas al continente.”

resolveram cruzar com sua investida intelectual inegavelmente cosmopolita. No caso latino-americano de meados do século, em que a identidade continental é tornada fator preponderante da vida cultural, as novas formas de arte passam a trazer elementos cada vez mais característicos da vida abaixo da linha do Equador. No entanto, tinham que lidar com as contínuas represálias que autores sofreram durante o período do *boom* e as benesses de uma República Mundial das Letras. Assim, a cadeia do livro não vingou aqui devido a dois fatores: 1. A parafernália técnico-editorial e a ausência de público leitor; e 2. A retaliação que autores e até mesmo leitores sofriam de regimes de exceção. Uma das saídas foi aderir à exportação de obras.

Como pontuado exaustivamente por Rama (2008) e Candido (2000), sem meios técnicos para a produção do livro, bem como autores e leitores, não há literatura nacional – diz a premissa do Sistema Literário. Isso nos leva a concluir que as nações, embora sejam representadas através de diferentes tradições e escritores, precisam se consolidar economicamente e politicamente para chegar à autonomia.

Preliminarmente, essa impossibilidade de uma Literatura sólida em nações do terceiro mundo, cuja falta de autonomia impede escritores de evidenciarem o seu lugar de fala, está diretamente ligada às estruturas de poder, discurso e verdade (FOUCAULT, 2003); bem como se alinham à dependência e subalternidade, no âmbito das estruturas de domínio da globalização. Examinemos a questão em García Márquez e Rushdie a partir dos pontos destacados.

### **6.3.1 García Márquez e o boom**

Se, por um lado, o mercado editorial latino-americano, como descrito no texto de Rama sobre o *boom*, quando explode, explora muito bem interesses externos; por outro lado, internamente, a vontade de um campo de atuação intelectual foi impossibilitada devido a inúmeras questões políticas e a falta de autonomia do escritor continental. A logística da vida literária na América Latina, a nosso ver, deve ser explicitada nesta conjuntura e partindo desses elementos.

De início, é importante frisar os aspectos dominantes. Os circuitos políticos no continente sempre tiveram influência decisiva no processo de gestão da literatura nacional, levando escritores a seguirem uma visão de arte segundo os parâmetros forâneos, geralmente induzindo à paródia da literatura europeia desde o início da colonização até o início do século XX: as ideias fora do lugar (SCHWARTZ, 2012).

Estas obras, como notamos no primeiro capítulo da tese, eram também reflexos de uma estratégia de poder baseada na fundação de um projeto nacionalista, bastando lembrar, para entender tal caso, a participação política de autores como José de Alencar (ministro da justiça durante o segundo Reinado) na vida literária (SOMMER, 2003). A arte não brotava exclusivamente de um gênio criador, sempre estava sujeita às circunstâncias de um quadro sócio-político.

Nesse caso, o poder parece guiar a estrutura intelectual, fazendo das obras de Alencar e muitos outros intelectuais latino-americanos um artifício de arte, não obstante, ufanista. No que tange às instituições administradoras da vida literária, não é tão diferente o que ocorre com as Vanguardas latino-americanas, cujas preocupações eram subverter padrões já legitimados, entretanto, ainda assim, serem facilmente docilizadas pelas injunções das elites nacionais:

Os escritores de vanguarda se empenharam em apreender e internalizar as diretrizes nascentes da estética moderna – o ultraísmo espanhol, o futurismo italiano, o cubismo francês – em dosagem temperada pela voltagem de risco e ousadia que julgavam ajustada aos padrões de gosto ecléticos e convencionais da elite local. Os limites estéticos e políticos das vanguardas argentina e brasileira se explicam muito mais por conta dos óbices de toda ordem com que teve de se haver essa geração de escritores, cujas veleidades foram em boa medida dessoradas pelos guardiões da ordem política e cultural. (MICELI, 2012, p. 42)

A partir das Vanguardas e, posteriormente, com a Nova Narrativa latino-americana, a busca por novos padrões de arte foi urgente, mas a legitimação foi secundária ou ocasional. O princípio político da literatura latino-americana no século XX tinha dificuldades em fugir dos padrões vanguardistas e o reconhecimento foi dado em boa parte por um sistema além-mar, com suas premissas e permissões.

Muitos autores são constantemente excluídos dos cânones nacionais. Alguns livros caíram no ostracismo e estavam ausentes de debates sobre a americanidade, demasiadamente discutidas nas primeiras décadas do século XX. A obra de Lima Barreto, por exemplo, não se tornou vanguardista pela crítica brasileira devido a certo purismo de uma elite letrada, mais tarde contestada pela Semana de Arte Moderna. Na mesma toada, podemos identificar movimentos como o Negrismo antilhano ou as vertentes hispano-lusitanas que já exploravam assuntos populares e marginais desde o início do século. No entanto, as temáticas não agradavam as elites locais que vendiam modelos de arte importados da Europa no início do século XX.

Este problema se verifica também nos autores do *boom*, incluindo García Márquez. Muitos foram deslocados do grupo central do *boom* porque não tinham certos valores

artísticos que coadunavam com a proposta do movimento (analisamos um caso específico adiante), mas essa coesão era completamente arbitrária, o que nos faz refletir que a exclusão desses nomes atendia a outros princípios, sobretudo a lógica do mercado e do poder.

Podemos traçar o espaço da Nova Narrativa latino-americana com autores destacados, dentre os quais Jorge Luís Borges e, adiante, Juan Rulfo, Alejo Carpentier, Guimarães Rosa e García Márquez. O que eles têm em comum vai além da originalidade de suas obras; funda-se, com efeito, na estrutura política dos países em que viviam e na disseminação de valores literários que colocam os intelectuais numa situação peculiar:

Distinguir o *boom* como um fenômeno diferente da literatura latino-americana contemporânea *in totum* e ainda da narrativa atual é, portanto, uma petição metodológica de princípios, ainda que seja igualmente legítimo perguntar-se sobre os motivos das operações redutoras do *boom*, de por que se aplica a alguns produtos em desmerecimento de outros, já que não é aceitável a inocente concepção circulante de que ele somente se deve à excelência artística de certas obras, o que haveria proporcionado a quadratura do círculo e o mundo panglossiano onde todo o bom sempre é aceito e todo o mau rejeitado por ilustradíssimos públicos leitores, e não haveria já, portanto, nenhuma obra importante que ficasse esquecida, nem nenhum autor que stendhalianamente estivesse apostando em cem anos mais tarde. Não apenas é legítimo interrogar-se sobre as opções do *boom*, entendido como um processo que se superpõe à produção literária, mas também sobre sua ação (revelada ou subterrânea) na produção de novas obras e, igualmente, sobre seus efeitos no próprio comportamento do escritor como homem público que é. (RAMA, 2005, p. 164)<sup>134</sup>

Os autores precisam ser analisados dentro das políticas das letras nacionais para serem entendidos como divisores de águas. Doris Sommer (2003) demonstra que esses produtores não foram, necessariamente, os nomes mais originais da literatura latino-americana, mas continuadores de uma longa evolução que remonta o período colonial. Tal entendimento se coaduna com aquilo que, com sucesso a nosso ver, Pizarro (1993) entende como *processo*, i.e., um percurso intelectual dos autores latino-americanos sujeitos a circunstâncias de toda ordem, que culmina com novas formas de se fazer arte e revitalizar o sistema literário.

Ora, essa percepção pode facilmente ser alinhada a ideia de uma intelectualidade preocupada com a sua promoção e os conflitos externos. Fica evidente, analisado o campo de

---

<sup>134</sup> No original: “Distinguir al *boom* como un fenómeno distinto de la literatura latinoamericana contemporánea *in totum* y aun de la narrativa actual, es, por lo tanto, una petición de principios metodológica, aunque es igualmente legítimo interrogarse sobre los motivos de las operaciones reductoras del *boom*, por qué se aplica a unos productos en desmedro de otros, ya que no es aceptable la candorosa concepción circulante de que sólo se debe a la excelencia artística de ciertas obras, lo que habría proporcionado la cuadratura del círculo y el mundo panglossiano donde todo lo bueno es siempre aceptado y todo lo malo rechazado por ilustradíssimos públicos lectores, y no habría ya, por lo tanto, ninguna obra importante que quedara olvidada, ni ningún autor que stendhalianamente estuviera apostando a cien años más tarde. No sólo es legítimo interrogarse sobre las opciones del *boom*, entendido como un proceso que se superpone a la producción literaria, sino también sobre su acción desembozada o subterrânea en la producción de nuevas obras y así mismo sobre sus efectos en el mismo comportamiento del escritor como hombre público que es.”

atuação artística, segundo as premissas de Bourdieu (2007) e teóricos do campo literário, que a crítica a modelos anteriores de arte formalizam uma distinção da nova cepa intelectual, e o seu desenvolvimento tem como premissa formal a rasura da linguagem artística anterior (e mesmo simultânea) no seio da crítica social do julgamento.

A intelectualidade latino-americana se volta contra uma tradição, enumerando diversos elementos que explicitam o caráter “fora do lugar” dos primórdios românticos nacionais e o contexto, o que exige mudanças na mentalidade da coletividade, conforme as insurgências. Erguer a voz e afirmar uma nova produção que imagine a “verdadeira” literatura nacional representa uma metamorfose, não necessariamente positiva, do Sistema. A nação imaginada conjura símbolos através da literatura que nem sempre condizem com a superestrutura do espaço delimitado.

Este ponto é sumário para a discussão aqui alentada, uma vez que essa desterritorialização não brota do além e o interesse da criação de uma literatura nacional tem suas raízes codificadas pela soberania interna e refratada a partir de grandes centros de produção cultural: EUA (no sec. XX) e Europa (no sec. XIX). O binômio nacional-estrangeiro tem em autores de períodos distintos (inclusive na Nova Narrativa) uma implicação direta ou indireta fundamental. Tal traço nos leva a uma pergunta: por que, então, um novo movimento literário costuma empregar a ideia de algo original, quando, se pensamos diacronicamente, essa vanguarda é só mais uma etapa desse processo de decretar para a atualidade e para si mesmo o novo perante outras circunstâncias?

Como já delineado na seção anterior, essa visão de arte se vale de um conhecimento da própria organização do Sistema-mundo e da vida nacional. O Estado moderno se baseia num arranjo representativo e relacional de poder, cabendo aos círculos intelectuais também serem “eleitos” e, assim, representarem o Estado-nação, o continente ou o hemisfério. Trata-se da “cidadania ilustrada” (CANCLINI, 2007, p. 141).

O problema de tal afirmação é que essa representatividade, apesar de oferecer traços nacionais significativos, não expressa, com perícia, as inúmeras particularidades da nação e suas contradições. Logo, essa representação parece se alinhar melhor às tendências das formas socioeconômicas e do que se pretende ilustrar, porque o capital está imbricado em quase tudo e pode facilmente domesticar estas contradições. O *boom*, nesse âmbito, foi também uma arma propagandística e não exclusivamente artística. Isso não quer dizer que a Nova Narrativa não seja um reflexo relevante da história, cultura, povo e nação latino-americanos, porém, não se pode considerar ela como retrato absoluto do presente ou do passado e enxergarmos essa

feição isolada de interesses que direta e indiretamente influenciam intelectuais nas estruturas de canonização.

As obras são elucidativas, mas isso não quer dizer que elas são a palavra final sobre a comunidade imaginada América Latina; tampouco demonstra que as literaturas precedentes no continente sejam menos esclarecedoras. Há certa vaidade intelectual, tanto nos escritores quanto em críticos, de considerarem a novidade revolucionária. E isso nem sempre emplaca. De todo modo, fica claro que a Nova Narrativa não é a grande meta-narrativa sobre a América Latina e esse juízo acabou sendo criado devido à suntuosa explosão das obras do continente nos anos 1960 e 1970.

O próprio García Márquez (1989) admite esse novo emprego da intelectualidade e sua revisão no contexto da Revolução Cubana, que criou uma mitologia de interesse mundial. Tais alegorias se dão, sobretudo, pelo evento de repercussão internacional que foi a Insurreição de 1959 na ilha da América Central, trazendo para os olhos do mundo o evento revolucionário que acontecia no continente. Nada melhor para explicar isso do que através da representação literária de autores que, de muitos modos, estavam ligados, direta ou indiretamente, com o assunto – inclusive o entendendo negativamente, como fez Mario Vargas Llosa.

O mercado editorial europeu se interessava cada vez mais pela “luta” latino-americana, inserindo os autores do Sul continental numa estratégia publicitária não apenas para os mercados dali,<sup>135</sup> mas também (e principalmente) para os ocidentais, cada vez mais interessados nessa possibilidade de capital cultural resumida na alcunha *boom*. Como afirma García Márquez (1989, p. 339):

---

<sup>135</sup> Rama (2005, p. 173) enumera as seguintes editoras que se expandiram em meados do século XX na AL: “[...] em Buenos Aires, Losada, Emecé, Sudamericana, Compañía General Fabril Editora e além delas algumas mais pequenas do tipo de Jorge Álvarez, La Flor, Galerna, etc.; no México, Fondo de Cultura Económica, Era, Joaquín Mortiz; no Chile, Nascimento e Zig-Zag; no Uruguai, Alfa e Arca; em Caracas, Monte Ávila; em Barcelona, Seix Barral, Lumen, Anagrama, etc. De todas, coube o papel central à Fabril Editora, Sudamericana, Losada, Fondo de Cultura, Seix Barral e Joaquín Mortiz, cujos catálogos, nos anos sessenta, mostraram uma reconversão do habitual material estrangeiro que as ocupava em maioria a uma porcentagem elevada de produção nacional ou latino-americana, ao mesmo tempo que várias delas encaravam concursos internacionais com prêmios atraentes, os quais deram a conhecer obras de qualidade que o público recebia referendadas por jures qualificados, o que lhes assegurava uma ampla audiência.” No original: “[...] en Buenos Aires, Losada, Emecé, Sudamericana, Compañía General Fabril Editora y tras ellas algunas más pequeñas del tipo de Jorge Álvarez, La Flor, Galerna, etc.; en México, Fondo de Cultura Económica, Era, Joaquín Mortiz; en Chile, Nascimento y Zigzag; en Uruguay, Alfa y Arca; en Caracas, Monte Ávila; en Barcelona, Seix Barral, Lumen, Anagrama, etc. De todas, cupo papel central a Fabril Editora sudamericana, Losada, Fondo de Cultura, Seix Barral y Joaquín Mortiz, cuyos catálogos en los años sesenta mostraron una reconversión del habitual material extranjero que los ocupaba mayoritariamente a un porcentaje elevado de producción nacional o latinoamericana, al tiempo que varias de ellas encaraban concursos internacionales con premios atractivos, los cuales dieron a conocer obras de calidad que el público recibía refrendadas por jurados calificados, con lo cual se les aseguraba una larga audiencia.”



A grande importância cultural de Cuba na América Latina foi servir como uma espécie de ponte para transmitir um tipo de literatura que existia na América Latina há muitos anos. Em certo sentido, o boom da literatura latino-americana nos Estados Unidos foi causado pela Revolução Cubana. Todos os escritores latino-americanos dessa geração já vinham escrevendo há vinte anos, mas as editoras européias e norte-americanas tinham muito pouco interesse neles. Quando a Revolução Cubana começou, houve, subitamente, um grande interesse por Cuba e pela América Latina. A revolução virou um artigo de consumo. A América Latina entrou em moda. Descobriram que existiam romances latino-americanos suficientemente bons para serem traduzidos e equiparados ao resto da literatura mundial. Realmente é triste o fato de o colonialismo cultural na América Latina ser tão ruim que foi impossível convencer os próprios latino-americanos de que seus romances eram bons até que pessoas de fora lhes dissessem.

Some-se a isso o grande impulso dado aos mercados editoriais externos latino-americanos entre os anos 1940 e 1970 e a vigilância das editoras em autores novos e talentosos que buscam reconhecimento, principalmente externo. A pretensão de internacionalizar a cultura da região, segundo Canclini (2007, p. 141), dá-se:

Em parte por sua própria liderança econômica e cultural, em parte pela contribuição de exilados espanhóis, a Argentina e o México publicaram nesse período a produção dos principais autores de toda a América Latina e muitos da Espanha. Além disso, traduziram um grande número de livros europeus, norte-americanos e asiáticos. Foi nesse campo que o nosso continente obteve, em termos econômicos, literários e jornalísticos, uma participação mais intensa na circulação internacional de bens culturais. Esse desenvolvimento editorial teve muita importância na formação de uma cidadania ilustrada.

Essa cidadania representativa de um povo ou nação em termos globais parece difusa até mesmo nas palavras de Canclini. Mundo afora, principalmente na Europa e EUA durante o período do *boom*, a América Latina esteve em alta nos círculos intelectuais. Mas essa explosão durou pouco tempo e foi substituída, ainda nos anos 1970, por outros mercados e interesses, apesar de os escritores latino-americanos continuarem a produzir incansavelmente.

Canclini ressalta a internacionalização de editoras e livros latino-americanos, bem como nos mostra a reorganização tecnológica e industrial dos mercados mais fortes no continente (México, Colômbia, Brasil e Argentina), que se subordinaram a grandes conglomerados na Europa e EUA. O próprio autor chega a manifestar a ideia de que na América Latina o consumo de livros existiria, peculiarmente, no “grau xerox de leitura”, na fotocópia. (CANCLINI, 2007, p. 143-144)

Ora, a falta de um mercado consumidor abaixo do Equador leva a esse problema e nos faz acreditar que a globalização só existe (ou pelo menos é mais conveniente) para os grandes mercados. Embora a cultura local possa, finalmente, ser levada para um espaço longínquo e dar a ela visibilidade, essa cidadania mundial está condicionada às multinacionais, causando uma internacionalização distorcida da cultura, como propõe Rama:

Esta notável mudança editorial obedece à evolução do novo público e às contingências econômicas e políticas pelas quais está passando a América Latina. As multinacionais do livro avançaram-se sobre esse público maciço que cresceu na América Latina extravasando o estreito cerco das elites leitoras e o disputaram com as editoras oficiais e culturais, que foram as que primeiro detectaram sua presença e o atenderam. No final dos anos cinquenta e no primeiro quinquênio dos sessenta, antes mesmo do apregoadado *boom* narrativo, produziu-se outro que lhe serviu de plataforma e que esteve representado pela demanda maciça de livros de estudo, sobretudo de tipo universitário, por livros políticos, por livros que recuperavam o passado nacional. (RAMA, 2005, p. 175)<sup>136</sup>

O leitor, nesse contexto, percebia o florescimento de escritores cujas obras não eram necessariamente atuais ou novas – na lista do *boom* estavam livros com quarenta anos de publicação. A editoração em massa de uma década e meia de obras, que tinha como destino apenas a elite letrada, tornou a produção e o consumo das obras mais intenso e razoavelmente democrático:

Produzia-se para o leitor a abundância peculiar do mercado consumista, em que determinados temas e determinados tratamentos adquiriam o caráter de marcas credenciadas, impondo-se fortemente sobre a concorrência de outros produtos que, dadas as leis do sistema, procuravam mais parecer que diferenciar. Este lado do problema mereceria um tratamento detalhado na linha dos estudos de Escarpit, mas é o outro lado, o que corresponde ao efeito sobre o escritor destes novos mecanismos do consumo, que preferimos considerar. (RAMA, 2005, p. 193)<sup>137</sup>

García Márquez é marcante nesse cenário pelo sucesso de CAS. Seu livro torna-se um dos mais renomados do século XX, levando o mesmo ao patamar de segunda obra mais lida da língua espanhola e uma das mais influentes produções literárias da história. Mas a trajetória do romance no mercado das letras precisa ser entendida no declínio do *boom* e no contexto da repressão intelectual que fez artistas não apenas se exilarem, mas também lançarem suas obras para fora da América Latina.

Ao lembrar um pouco da biografia do escritor colombiano, vemos que ele estava envolvido num mercado pouco interessante para seu sucesso, devido à precária vida intelectual e letrada e os entraves políticos causados pela Guerra Fria e os sucessivos golpes

---

<sup>136</sup> No original: “Este notable cambio editorial obedece a la evolución del nuevo público y a las contingencias económicas y políticas que está viviendo América Latina. Las multinacionales del libro se han abalanzado sobre ese público masivo que creció en América Latina desbordando el estrecho cerco de las élites lectoras y se lo han disputado a las editoras oficiales y culturales que fueron las que primero detectaron su presencia y lo atendieron. A fines de los años cincuenta y en el primer quinquenio de los sesenta, con anterioridad al pregonado *boom* narrativo, se produjo otro que le sirvió de plataforma y que estuvo representado por la demanda masiva de libros de estudio, sobre todo de tipo universitario, por libros políticos, por libros que recuperaban el pasado nacional.”

<sup>137</sup> No original: “Se producía para el lector la prodigalidad peculiar del mercado consumista, donde determinados temas y determinados tratamientos adquirirían el carácter de marcas acreditadas, imponiéndose fuertemente sobre la competencia de otros productos que, dadas las leyes del sistema, procuraban más parecerse que distinguirse. Este lado del problema merecería un tratamiento detallado en la línea de estudios de Escarpit, pero es el otro lado, el que corresponde al efecto, sobre el escritor, de estos nuevos mecanismos del consumo, el que preferimos considerar.”

de estado na América Latina (RAMA, 1984). Segundo Martin (2010), as condições para se estabelecer como escritor de referência nacional no contexto continental eram inócuas, restando alternativas de exílio e internacionalização para vencer esse problema.

Por CAS ter sido o grande nome do final do *boom* e a atuação política do Gabo se alinhar a discussões tratadas no contexto mundial da época de Guerra Fria e Revolução Cubana, a obra e o autor, a nosso ver, é o símbolo de uma geração, laureada com o primeiro Nobel do grupo (1982). Na cidadania ilustrada, este prêmio representa toda uma geração de escritores que, pela qualidade admitida, tiveram um reconhecimento tardio e muito tímido na República Mundial das Letras.

O *boom*, a Revolução e CAS são símbolos da representatividade latino-americana. O termo usado por Rama para definir um momento de explosão dentro das letras latino-americanas durante os anos 1960 e início dos 1970 destacou o processo de canonização; a Revolução admitiu a proeminência de uma página fundamental na história do século XX; e CAS simbolizou em muitos aspectos a geração.<sup>138</sup>

García Márquez começou sua carreira literária em fins dos anos 1940 e ganhou um relativo destaque durante os anos 1950 e início dos anos 1960, mas isso ocorreu de forma muito inconsistente para o grande público, só conseguindo entrar no grande mercado mundial quando o *boom* já estava em recrudescimento, em 1967, com CAS:

Inclusive pode estimar-se que a escola do *boom* fechou em 1967, quando do aparecimento de *Cem anos de solidão*. Já nessa data, García Márquez tinha quatro obras publicadas em consenso crítico favorável dos especialistas, entre elas seu admirável *Ninguém escreve ao coronel*; mas elas não existiam para a organização do *boom* e quase tampouco para os colegas literários. A fabulosa acolhida, sem igual na América, para seu *Cem anos*, situou-o no restrito Parnaso e depois dele não se produziu nenhuma nova incorporação de pleno direito e com assento em propriedade. Foi esse livro que deu consistência ao ainda fluido e indeciso *boom*, outorgou-lhe forma e, de certo modo, o congelou para que pudesse começar a extinguir-se. (RAMA, 2005, p. 188)<sup>139</sup>

Quando lançado em 1967, rapidamente a obra de García Márquez se tornou clássico universal, o que se deve principalmente, diante do dilema latino-americano e a tendência de centralização das Letras internacionais, ao interesse que um mercado exterior deu ao livro.

<sup>138</sup> Como sugere Rama (2005) quase todos os escritores já vinham publicando seus romances na América Latina e Europa antes do *boom*, mas a difusão massiva só foi possível a partir dos anos 60, período em que as obras destes autores alcançaram tiragens significativas e, com bastante frequência, esgotaram.

<sup>139</sup> No original: “Incluso puede estimarse que la Escuela del *boom* se clausuró en 1967 cuando la aparición de *Cien años de soledad*. Para esta fecha García Márquez tenía cuatro obras publicadas con consenso crítico favorable de los especialistas, entre ellas su admirable *El coronel no tiene quien le escriba*, pero no existía para el aparato del *boom* y casi tampoco para los colegas literarios. La fabulosa acogida, sin igual en América, para sus *Cien años*, situó en el restricto parnaso y detrás suyo no se produjo ninguna nueva incorporación de pleno derecho y con asiento en propiedad. Fue ese libro el que dio contextura al aún fluyente e indeciso *boom*, le otorgó forma y en cierto modo lo congeló como para que pudiera comenzar a extinguirse.”

Todos esses fatores levam imediatamente a ideia de uma dependência técnica e socioeconômica da arte latino-americana ao plano mundial. Isso perdurou até o início dos anos 1970, com o desinteresse desta tradição e o surgimento de novas tendências.

O movimento seguinte, o *pós-boom*, direcionou críticas ao *boom*, feitas por autores como José Donoso e Alejo Carpentier, que afirmavam o não engajamento do movimento. Assim, na defesa de Donald L. Shaw (1995), o aspecto elitista, cosmopolita e confuso do fenômeno marca um conflito entre os autores da primeira geração com os da segunda. Essa crítica é sustentada por Sergio Gómez e Alberto Fuguet (1998) em seu *MaCondo*, obra que salienta a natureza mercadológica do movimento e imprime uma contestação ao legado de sua vigência.

Para Pablo Sánchez (2009), é um equívoco querer tomar o *boom* como um movimento que emancipou o escritor latino-americano e o tornou figura autônoma de sua arte. O teórico advoga a submissão ao mercado forâneo e a incapacidade de gestar adequadamente uma rede editorial coesa: “Nem é preciso dizer que entre 1940 e 1960 a articulação da literatura latino-americana funcionou mais por subsistemas nacionais do que por um grande sistema comum capaz de distribuir capital simbólico e/ou econômico e entrar em contato com outros sistemas.” (SÁNCHEZ, 2009, p. 51)<sup>140</sup>

Visto esse quadro, resta saber porque essa dependência para legitimação da arte nacional latino-americana é obtusa. Cremos que a resposta parece estar na conturbada história do continente, o colonialismo, o imperialismo econômico, a dependência, a submissão industrial, os sucessivos golpes de Estado e o autoritarismo que aqui sempre existiram. Analogamente, é pertinente assinalar que na lógica neoliberal, o centro de orbitação do campo literário, Europa e EUA, não tinham interesse em concorrentes de peso em outros lugares. Logo, o monitoramento e manipulação desse sistema impedia o florescimento autônomo da produção nacional e dificultava a equidade de mercados.

Não podemos deixar de considerar a encruzilhada de intelectuais nesse jogo. Pelo menos na América Latina, a liberdade para escrever e se expressar durante os anos 1960 e 1970 estava extremamente debilitada, momento em que, inevitavelmente, as letras e a política se entrelaçavam. O exílio destinado a autores perseguidos acaba por gerando um distanciamento que implica numa visão dúplice de realidade, criando aquilo que Said (2003) chama de contraponto do exilado – uma extensão forçada do escritor cosmopolita.

---

<sup>140</sup> No original: “No hace falta insistir en que entre 1940 y 1960 la articulación de la literatura latinoamericana funcionaba más por subsistemas nacionales que por un gran sistema común capacitado para repartir capitales simbólicos y/o económicos y entrar en contacto con otros sistemas.”

Ora, estes autores distanciam-se dos seus países e, como propõe Said, adequam-se às regulações das capitais das Letras, que fatalmente influenciam em suas obras. O Centro estabelece seu poderio não apenas porque ele é legitimado, mas também porque oferece os instrumentos liberais para a criação, perante o acurado mercado editorial da América Latina, fazendo transmigrar a rede de disseminação dos bens simbólicos para o Centro.

Por conseguinte, isso se desdobra numa conjuntura que favorece o consumo das obras dentro do novo país, que passa a enxergar a realidade do exilado de forma distanciada, culminando numa recepção pouco caridosa dos leitores e críticos. Diferente da leitura latino-americana, CAS é um livro lido pelo Ocidente como uma fantasia exótica das sociedades subcontinentais, sob a justificativa de tratar-se daquilo que chamamos de real maravilhoso.<sup>141</sup>

Alinhado a tais imprecisões, o mundo mágico latino-americano é entendido, por vezes, como caos. Se une a isso a própria repressão no seio das sociedades no subcontinente, o que intensifica a ideia mundo afora. Esta interpretação tem sido trabalhada constantemente entre leitores e críticos europeus e, coincidentemente, ela costuma retornar à América Latina e impulsionar os leitores para essa visão, quase controlando o imaginário.

Isso se dá em função de um imperialismo cultural ainda existente no grande mercado e que condiciona os símbolos para o caminho do que o poder produz e determina. Ainda assim, esse impulso criativo não é acrítico, pelo contrário. Ele serviu para iniciar um debate fundamental acerca do continente. Na perspectiva de Sánchez (2009, p. 100), a tardia tomada de consciência da *intelligentsia* latino-americana frente às contradições do neoliberalismo pós-industrial no continente constitui um movimento intelectual pioneiro e necessário: “[...] um apelo à teoria como forma de resistência e de estratégia política”.<sup>142</sup>

### 6. 3. 1. 1 A antilógica do boom: o caso de Manuel Zapata Olivella

Elizabeth Garrels, em seu resumo sobre as discussões de *Más allá del boom* (1984), admite, junto a Antonio Candido, José Donoso, o próprio Ángel Rama entre outros, uma crítica acerca da exclusão de autores no movimento, especificamente mulheres, brasileiros e caribenhos. As pontuações apontam para uma lógica centralizadora e mercadológica de inclusão no movimento ou que giram em torno dos estereótipos (muitas vezes críticos) nacionais.

<sup>141</sup> Mary Ann Bowers (2006) destaca a diferença entre o primeiro termo, desenvolvido por Alejo Carpentier nos anos 1940, e a interpretação europeia do termo que advém do pós-impressionismo alemão. Logo, é importante assinalar que o termo realismo mágico costuma homogeneizar, segundo a hipótese de Bowers, muitos livros de diferentes tradições, ressaltando, assim, uma designação generalizante.

<sup>142</sup> No original: “[...] una apelación a la teoría como forma de resistencia y de estrategia política.”

Diante desse cenário, outros nomes podem ser destacados na lista de ausentes. Dentre estes, destacamos o nome do escritor e antropólogo colombiano Manuel Zapata Olivella (1920 – 2004), que se sobressaiu na sua carreira literária por uma escrita afrodiáspórica, humanista e “vagabunda” (MINA ARAGÓN, 2020), com todos os matizes que exigia *boom* e pós-*boom*.

Cristina Rodríguez Cabral (2016) demonstra que a exclusão de Zapata Olivella dentro das letras latino-americanas e da República Mundial das Letras está ligada à estrutura racializada do Cânone não apenas ocidental, mas também latino-americano. Defende, com efeito, que as características das obras do autor dialogam diretamente com muitos autores da Nova Narrativa na América Latina, e até mesmo antecipa muitos dos elementos do fenômeno de explosão da literatura no continente.

A autora marca uma distinção entre os dois momentos do *boom*, conforme sinalização de Shaw, e explana que Zapata Olivella supera muitos traços dos dois grupos, já que o autor foi capaz de tratar tanto dos elementos míticos e experimentalismos da primeira etapa do fenômeno, quanto da crítica social buscada pelo pós-*boom*. Diante de tais fatos, isso evidencia uma exclusão que obedece à lógica do sistema racializado e colonialista que aqui impera:

Talvez seu pecado tenha sido dar voz aos afrodescendentes e outros marginalizados da terra. Tendo reescrito a história oficial incorporando seus esquecidos e suas omissões. Tendo incorporado uma perspectiva afrocêntrica em um continente mestiço, às vezes neoliberal e democrático, mas sempre eurocêntrico e discriminatório. Vale lembrar que às políticas de pigmentocracia implantadas nas Américas, a obra de Zapata opõe-se, à dupla consciência étnica e social dos oprimidos, o que significa uma subversão do discurso oficial e a criação de um contra-discurso. (RODRÍGUEZ CABRAL, 2016, p. 391)<sup>143</sup>

O fenômeno do *boom* tem facetas próprias aqui e em outros lugares do mundo, mas o que chama a atenção não é tanto o fato de Zapata Olivella estar ausente da República Mundial das Letras, mas não figurar dentro do Cânone e movimentos literários latino-americanos, aos quais ele teve uma forte ligação e engajamento. Percebe-se, contextualmente, que não descolonizamos as estruturas editoriais por aqui e isso ainda torna a inclusão de nomes fundamentais da nossa literatura um problema de longo prazo.

Tendo em vista essa interpretação, Rodriguez Cabral (2016) foca, oportunamente, na ausência de Zapata Olivella no *boom* por suas questões estéticas. Embora a sua argumentação

---

<sup>143</sup> No original: “Tal vez su pecado fue haberle dado voz a los afrodescendientes y demás marginados de la tierra. Haber re-escrito la historia oficial incorporando sus olvidos y omisiones. Haber incorporado una perspectiva afrocentrista en un continente mestizo, a veces neoliberal y democrático, pero siempre eurocentrista y discriminatorio. Recuérdese que a las políticas de pigmentocracia establecidas en las Américas, la obra de Zapata opone la doble concientización étnica y social de los oprimidos, lo que significa una subversión del discurso oficial y la creación del contra-discurso.”

seja certa, ao reconhecer uma estrutura orientada de intelectualidade que prega pelo nacionalismo com forte tendência racista e conservadora, haja vista a disseminação até os anos 1980 da democracia racial e a mestiçagem, é importante falar de traços conflitantes dessa questão dentro do panorama geral da Literatura mundial e seus pesos e contrapesos.

Quando imaginamos a exclusão de autores negros do Cânone (mesmo o latino-americano), como aconteceu com Zapata Olivella, é evidente a razão colonialista/racista que a produz. Mas parece um pouco incoerente acreditar que a lógica da legitimação esbarra apenas no *modus operandi* do racismo, se não entrevermos que essa ideia pode ser traçada também pelo próprio capitalismo pós-industrial, o imperialismo e as próprias convenções do projeto nacional.<sup>144</sup>

Além disso, como admitiu Garrels (1984), outros foram excluídos por motivos diversos. Analogamente, são intrigantes as exclusões e inclusões incongruentes, como Rodríguez Cabral (2016) situa em relação à obra de Zapata Olivella. Assim, é importante estabelecer que a autonomia intelectual necessita de condições de circulação para fazer com que o processo de crítica colonial e capitalista seja respaldado, além do simples texto a ser desvendado.

É fundamental compreender alguns destes tópicos na vida intelectual de escritores para considerar a proeminência de uma estruturação das atividades literárias e a dinâmica imprescindível dos meios técnicos e de poder que influenciam na vida e obras dos escritores. A percepção de Rodríguez Cabral (2016) anula o argumento da inautenticidade estética de Zapata Olivella, mas não analisa outros alicerces de legitimação; e que não são meramente literários. Ela passa pela política, a economia do livro e as estruturas intelectuais que a globalização nos relegou.

Basta olhar para os EUA dos anos 1960 e 1970 para entender que o mercado das letras se ampliava com multinacionais do livro que se impuseram na América Latina com forte recrutamento de intelectuais. Ao passo que no próprio continente essa legitimação tinha que enfrentar o autoritarismo e a dependência à intelectualidade forânea e monopólios.

Para George Palacios (2018), a atenção dada às obras de Zapata Olivella tem sido muito tênue no contexto latino-americano, uma vez que é sua atuação internacional, sobretudo nos EUA, que lhe torna imponente, inclusive na América Latina: “O estudo mais ou menos sistemático da obra de Zapata Olivella vem sendo realizado desde a década de 1970,

---

<sup>144</sup> Não examinamos a natureza apriorística do debate racismo/capitalismo.

principalmente em universidades dos Estados Unidos.” (PALACIOS, 2018, p. 118)<sup>145</sup>

Adiante, o próprio Palacios admite que a legitimação em solo norte-americano lhe dá o título acadêmico na América Latina, apesar do número reduzido de estudos e devido reconhecimento por aqui:

Apesar da longa carreira literária, ativista, cultural e política que Zapata Olivella carregou no final do século 20 no espaço nacional colombiano (sua produção data do final dos anos 1940), os prêmios e reconhecimentos recebidos também nas escolas internacionais como a atenção dada ao seu trabalho pela academia norte-americana, que aparentemente o valida como escritor e intelectual no contexto da academia colombiana, que não decidiu incluí-lo nos planos de estudos - no cânone, se quiser - conforme solicitado desde os anos 1970 e 1980 por pesquisadores como Richard L. Jackson em seus textos *The Black Image in Latin American Literature* (1976) e *Black Writers in Latin America* (1979), e Marvin A. Lewis em seu *Treading the Ebony Path: Ideology e violence in Contemporary Afro-colombian prose fiction* (1987). No contexto colombiano, dois textos totalmente dedicados à obra do autor e que merecem destaque são: *Manuel Zapata Olivella, caminhante de la literatura y la historia* (2002), de José Luis Garcés González, e *Manuel Zapata Olivella: pensador humanista* (2006), de William Mina Aragón. (PALACIOS, 2018, p. 119)<sup>146</sup>

É notável observar que a grande afeição dada pela Academia ao autor pode ser um reconhecimento de sua incontestável habilidade intelectual, política e literária; mas é importante mencionar que num contexto estadunidense de estruturas racializadas na política, mercado e ciência as coisas não sejam tão simples a ponto de tomar do autor apenas por sua capacidade estética.

Estar no Cânone implica, pelo menos indiretamente, admitir uma regulação e estruturas de poder. Sarah Brouillette (2007) advoga que autores e temas pós-coloniais não podem ser dispensados da lógica mercantilista, mas também não são devotos desse escrutínio, sobretudo os menos conhecidos. Eles admitem as regras do jogo e aceitam *autoconscientemente* fazer parte dele diante de uma lógica que oscila entre a crítica aos dispositivos que admoestam e a aceitação às premissas deles.

<sup>145</sup> No original: “El estudio más o menos sistemático de la obra de Zapata Olivella se ha venido realizando desde los años setenta, principalmente en universidades de Estados Unidos.”

<sup>146</sup> No original: “A pesar de la larga trayectoria literaria, activista, cultural y política que Zapata Olivella lleva a cuestras a finales del siglo XX en el espacio nacional colombiano (su producción data desde finales de los años cuarenta), son los premios y reconocimientos recibidos en los ámbitos internacionales, así como la atención dada a su obra por la academia norteamericana, lo que aparentemente le valida como escritor e intelectual dentro del contexto de la academia colombiana, la cual no se ha decidido a incluirlo en los planes de estudio – en el canon, si se quiere –, como lo solicitaban desde los años setenta y ochenta investigadores como Richard L. Jackson en sus textos *The Black Image in Latin American Literature* (1976) y *Black Writers in Latin America* (1979), y Marvin A. Lewis en su *Treading the Ebony Path: Ideology and Violence in Contemporary Afro-Colombian Prose Fiction* (1987). En el contexto colombiano, dos textos que se han dedicado completamente a la obra del autor y que deben ser destacados son: *Manuel Zapata Olivella, caminante de la literatura y la historia* (2002), de José Luis Garcés González, y *Manuel Zapata Olivella: pensador humanista* (2006), de William Mina Aragón.”



Outro ponto relevante situa a obra do escritor colombiano no contexto da globalização, já que ele, mormente, é analisado sob o escapulário do multiculturalismo. Em seu livro sobre o autor, Antonio D. Tillis (2012) argumenta que a obra de Zapata Olivella esboça muitos pontos existentes no pós-modernismo e pós-colonialismo que ganharam muito espaço na Academia norte-americana a partir dos anos 1960. Entretanto, o fenômeno do multiculturalismo pode pregar peças na compreensão da cultura de modo bastante dissonante do que aparentemente essa abertura pode denotar.

Como vimos com Canclini (2007), a globalização não pode ser observada como um sistema de equivalentes equidistantes, uma vez que as desigualdades em diferentes níveis são explícitas e abundantes – se intensificando absurdamente na medida em que as fronteiras são extintas. O multiculturalismo, assim, pode nos passar a impressão que as assimetrias estão sendo minadas diante do agenciamento das pautas ligadas à diversidade.

Ainda em seu estudo, Brouillette (2007) explica a complexidade das relações entre as grandes agências de livros, a academia e leitores, apontando para direções descentralizadas que comungam de experiências autênticas e/ou estereotipadas. Esse método cria uma postura ambivalente, como antes mencionado, entre o domínio sobre outros espaços e culturas, a partir do cosmopolitismo que abraça o “Outro” com a filosofia do “turista”, e a crítica a essa visão. Conforme Brouillette (2007, p. 24): “[...] a atenção acadêmica à história pós-colonial do livro está em sua infância, e poucos pesquisadores realizaram análises detalhadas das práticas de leitura que poderiam justificar a identificação de um modo característico de consumo cosmopolita que é desistoricizante e despolitizante.”<sup>147</sup>

Apesar da diversidade incontestável da Academia, a boa recepção destes autores “turistas” está ligada aos próprios interesses que a economia e o contexto global necessitam para o conhecimento (ou o controle) da intelectualidade. Em seu artigo antes mencionado, Palacios fala das contribuições de estudiosos acadêmicos, principalmente estadunidenses, acerca de várias obras de Zapata Olivella, mas ele igualmente pontua o pouco interesse que intelectuais têm com alguns de seus escritos que focam questões menos cosmopolitas.

Assim, ele apresenta o descrédito dado aos textos nacionalistas e os escritos políticos de teor socialista do autor, bem como o desinteresse em sua obra *China, 6 a.m.*; ao passo que acentua o poder dos temas transnacionais: “Ao estudar o desenvolvimento intelectual de Zapata Olivella hoje, observa-se que suas viagens a pé pela Colômbia, América Central,

---

<sup>147</sup> No original: “[...] scholarly attention to the postcolonial history of the book is in its infancy, and few researchers have performed the detailed analyses of reading practices that might justify the identification of a characteristic mode of cosmopolitan consumption that is dehistoricizing and depoliticizing.”

México e Estados Unidos na década de 1940 são as mais comentadas pela crítica literária.” (PALACIOS, 2018, p. 119-120)<sup>148</sup>

Palacios observa que há um forte contorno político marxista e leninista nas ideias de Zapata Olivella pouco estudados e que desembocam em ideias estéticas prolíficas, praticamente despercebidas pela Academia. Os escritos políticos esboçam as visões nacionalistas e socialistas do autor, o “Bogotazo” e a revolução colombiana frente ao assassinato de Jorge Eliécer Gaitán; o relato de viagem focaliza a China de Mao.

Nos EUA, o sucesso das literaturas emergentes está muito ligado ao momento de “enegrecimento” da sociedade nos anos 1960 e 1970, como afirma George Reid Andrews (2018), ao passo que o projeto neoliberal de nação que devastou a América Latina (capitaneado pelos EUA) reprimiu praticamente todas as ideias propostas por autores negros. Assim, a ordem econômica proposta pelo autoritarismo latino-americano não funcionaria adequadamente para, no decorrer do século XX, consolidar escritores nesta conjuntura.

É certo que a percepção excludente ocidental tem uma influência explícita na ausência de Zapata Olivella do Cânone, mas as estruturas de autonomia têm um papel decisivo na definição do que o autor vai se tornar, já que, pelo menos desde a criação da Literatura Moderna, não é só de intenção e estilo que vive o escritor. Ela é um circuito de circulação de capital e que leva em conta não apenas o talento, mas também a influência e a imagem que se vende do autor em diferentes espaços.

Assim, se voltarmos à hipótese de Rodríguez Cabral (2016), podemos admitir sem sombras de dúvidas que o colonialismo/racismo gera um sistema exclusão na Literatura; mas o capital (em sentido amplo – cultural, simbólico, intelectual, econômico) é também uma baliza. Os critérios de legitimação são parte de um jogo de interesses que, pelo menos desde meados do século XX, no apogeu do mercado pós-industrial, faz do Cânone um elemento de fundo ideológico e interesses explícitos (HUGGAN, 2001).

Muitos autores latino-americanos ligados ao realismo maravilhoso ou de/pós-coloniais foram despolitizados no Ocidente, relegando a sua obra a estilismo fantástico, autoconsciente e metaficcional. Destarte, se por um lado, a estrutura racista e autoritária da América Latina excluiu Zapata Olivella do *boom*; por outro, o enegrecimento da sociedade norte-americana, a expansão do mercado do livro e o fetiche cosmopolita facilitou o seu reconhecimento por lá.

---

<sup>148</sup> No original: “Al estudiar el desarrollo intelectual de Zapata Olivella hoy, se observa que sus viajes a pie por Colombia, Centroamérica, México y Estados Unidos en los años cuarenta son los más comentados a fondo por la crítica literaria.”

### 6. 3. 2 Rushdie no mercado das letras pós-coloniais

O alcance notável de MC no mercado editorial tornou Rushdie conhecido no mundo anglófono quando foi premiado em 1981 com o *Man Booker Prize*, o mais importante prêmio de Literatura em língua inglesa do mundo. O alcance deste romance, apesar das sanções que passou, acabou sendo ocultado pela projeção polêmica que *Satanic Verses* reteve em 1989. Essa comparação é bastante útil para nós, uma vez que elas encerram dois pontos de virada na disseminação pós-colonial: 1. A ruptura de autores e temas não britânicos nas letras inglesas e 2. As consequências dessa inserção literária no Cânone ocidental e desdobramentos no Sistema-mundo.

De início, podemos considerar o seu mergulho no debate público sobre os escritores da *Commonwealth Literature*. Rushdie se sobressaiu por fazer críticas frequentes às autoridades intelectuais britânicas, que reduziam a literatura dos países “periféricos” inseridos no acordo mencionado a certa marginalização.

Percebe-se que o escritor evidencia um problema da intelectualidade ocidental e sua visão concêntrica. Contudo, Rushdie passou a ser notado dentro destes círculos com relativa frequência, tornando-se, provavelmente, o escritor não britânico mais famoso na terra da rainha. E sua ascensão não pode ser identificada apenas como um reflexo do seu estilo de escrita – afinal, MC é um marco na história da literatura pós-colonial –, mas também em termos de promoção dentro do mundo intelectual e incidência no Cânone. Afinal, o tão criticado humanista liberal Harold Bloom (2010) colocou MC na sua lista de grandes obras da literatura ocidental em seu *O cânone ocidental* (1994).

Cabe lembrar, para esclarecer ainda mais esse tópico, que em sua autobiografia, o autor indiano revela que a sua ficção está intimamente ligada aos fatos que viveu na Caxemira, como a guerra entre Paquistão e Índia em 1965, a qual o levou a refugiar-se na Inglaterra para estudar, o que serviu de base para as tramas de seus livros, como a bomba que matou quase toda a família de Saleem em MC no contexto da guerra indo-paquistanesa de 1965 (RUSHDIE, 2012, p. 41). Esses elementos e outros são pertinentes porque eles demonstram uma preocupação com a realidade pela qual experienciou durante a sua infância e início de vida adulta.

Assim, ficção, fantasia, vida real e História se entrelaçam neste romance, operando, ademais, a ambivalência do terceiro espaço. Mas até que ponto cruzar estas linhas indicam, na República Mundial das Letras, pertencer ao pós-colonialismo ou adentrar no sistema de autores do circuito intelectual britânico ou mundial?

A metaficção historiográfica ou o realismo mágico, amplamente usados pelo escritor indo-britânico, são artifícios literários que foram essencialmente teorizados nos EUA e Europa. Se, por um lado, Rushdie foi um crítico ácido do imperialismo e da xenofobia britânica, por outro, os seus recursos literários geralmente estão alinhados ao *modus operandi* das formas narrativas mais comuns ao universo literário ocidental do capitalismo tardio.

Esse é o ponto. Alijado o paradoxo no campo dos contratos literários transnacionais e intercontinentais, a premissa do pós-colonialismo é que Oriente e Ocidente não podem ser pensados separadamente depois da colonização (SAID, 2011). Entretanto, esse mundo supostamente multipolar não diminuiu a centralização do poder e o controle sobre demais esferas culturais, às vezes domesticando e até intensificando a submissão de papéis avulsos na corrida pela canonização; o que nos leva a questionar se, dentro da República Mundial das Letras, o Pós-colonialismo não seria, em certa medida, cúmplice da centralização de ideias que vende os produtos cosmopolitas universais.

Rushdie entrecruza as peripécias políticas, históricas e culturais de Oriente e Ocidente com um ceticismo antoconsciente e um humor ácido, focalizando a história da Índia no século XX e seus paradoxos. Não obstante, esse princípio de trabalho do autor implica, simultaneamente, numa atenção da crítica ocidental a respeito do seu pensamento de vanguarda, o que lhe rendeu condecorações aparentemente inviáveis para um indiano (como descreve em seu texto sobre a *Commonwealth*), mas também o tornou *persona non grata* na Índia, Paquistão, Irã e outras ex-colônias.

Contraditoriamente, as críticas de Rushdie ao imperialismo tem também um efeito de mercado reverso ao postulado pós-colonial. O seu romance de 1981, cujas premiações tornaram o escritor conhecido na Europa e EUA e lhe rendeu a alcunha de precursor do romance pós-colonial, venceu o maior prêmio da Literatura em Língua Inglesa no mundo (o *Man Booker Prize*) por três vezes e fez do indo-britânico nome frequente nos debates literários do mundo ocidental – muito mais do que na Índia ou Paquistão. Com esta mesma obra, devido às críticas direcionadas à Indira Ghandi e outros nomes relevantes da política indiana e oriental, Rushdie passou a ser duramente repreendido, quadro que se repetiu posteriormente em 1984 e 1989, com a publicação de *Shame* e *Satanic Verses* respectivamente.

Mesmo antes do lançamento do livro pelo qual foi condenado a passar 10 anos exilado, a sua fama já lhe dava autoridade suficiente para se tornar uma estrela das letras mundiais. Ana Cristina Mendes (2016b) afirma que sua proeminência no mercado das letras está associada a uma supervalorização dentro de uma lógica do capitalismo global,

conjecturada por uma “Literatura Mundial” generalizante (similar ao universalismo burguês do Iluminismo) que ainda se produz, mas seguindo as regras do cosmopolitismo neoliberal:

A produção cultural contemporânea envolvida na produção e marca “literatura mundial”, portanto, reflete e responde à lógica da pós-modernidade capitalista. O sucesso, em seus vários significados de sucesso comercial ou crítico, ainda permanece uma noção altamente contestada para escritores pós-coloniais. Esse é particularmente o caso de escritores pós-coloniais do sul da Ásia (mais uma vez, principalmente diaspóricos/cosmopolitas) que não são estranhos às acusações de negociar estereótipos e favorecer estilos literários e gêneros específicos em troca de lucros fáceis nos mercados ocidentais. Embora o sucesso comercial desses escritores tenha sido um fator primordial para torná-los desejáveis para as editoras ocidentais, outro fator importante é seu sucesso crítico e certa concessão de canonicidade por parte do *establishment* literário ocidental. (MENDES, 2016b, p. 218)<sup>149</sup>

O mercado mundial das letras utiliza-se da conveniência dos parâmetros globais para trazer esses autores para o Centro do Cânone. Tal processo limita o alcance das obras, endereçando-as a um público específico, digamos, globalizado, e que entende as culturas locais de modo distanciado, sob a égide de um capitalismo que força os autores a produzirem obras com certo teor Orientalista: “[...] a economia não está envolvida apenas na publicação e distribuição desses textos, ela também é endereçada tematicamente por eles.” (MENDES, 2016b, p. 218)<sup>150</sup>

Similar à América Latina, os autores do Sul asiático tendem a ser considerados, através do prisma da economia dos bens simbólicos, a partir de critérios ocidentais, desde a forma romance (gênero predominante do pós-colonialismo), uma invenção da burguesia europeia, aos temas locais – geralmente domesticados. Isso não torna, evidentemente, as obras desses autores menos importantes em muitas questões, mas solidifica uma percepção distante das tradições civilizacionais para a interpretação desses espaços. No final, o mercado das letras pode usar essas obras para estabelecer critérios éticos e estéticos (como comumente fazem nos EUA e Europa) para reivindicar temas já concêntricos dentro do Cânone (democracia, liberdade, Estado-Nação, entre outros assuntos caros ao Ocidente e geralmente atacados quando se trata do cone Sul) e os discernimentos cosmopolitas de recepção de obras:

---

<sup>149</sup> No original: “Contemporary cultural production involved in the production and branding of ‘world literature’ hence reflects and responds to the logics of capitalist postmodernity. Success, in its varied meanings of commercial or critical success, still remains a highly contested notion for postcolonial writers. This is particularly the case for postcolonial South Asian writers (again, mostly diasporic/cosmopolitan ones) who are no strangers to accusations of trading stereotypes and favouring particular literary styles and genres in return for easy profits in Western markets. While the commercial success of these writers was a prime factor in making them desirable to Western publishing houses, another important factor is their critical success and a certain bestowal of canonicity on the part of the Western literary establishment.”

<sup>150</sup> No original: “[...] economy is not only involved in publishing and distributing these texts but is also thematically addressed by them.”

As economias emergentes estão provocando no Ocidente, particularmente em uma Europa que enfrenta uma profunda crise financeira e a necessidade de reconfigurações identitárias, sentimentos pós-imperiais contraditórios que também estão sendo traduzidos na literatura do sul da Ásia escrita em inglês. O imaginário euro-americano das economias asiáticas em ascensão consiste em vários imaginários - é uma mistura de sonhos, fantasias e desejos conflitantes, mas também sobrepostos. Somando-se a essa complexidade, essa teia emaranhada de imaginários consiste em linhas conectando posições opostas. Desejos conflitantes flutuam ao longo dessas linhas, conforme articulado nos textos de autores cosmopolitas de educação ocidental/europeia que escrevem de nações do antigo Império Britânico. (MENDES, 2016b, p. 226)<sup>151</sup>

Estas disposições ajudam a entender o mundo também, já que as crises na Europa e EUA nas últimas décadas precisam de novos produtores, bens e consumidores que, evidentemente, alimentam o mercado. Como já referido, a literatura moderna nunca deixou de ser um negócio, o que indica uma revisão dos produtos a serem oferecidos, a fim de alimentar as ofertas: as vanguardas, por acaso, foram agenciadas pelas classes dirigentes. A mercantilização de autores não centrais, assim, atraem leitores que se identificam com questões diaspóricas e globais prementes e quentes num mundo pós-industrial repleto de “turistas” e “vagabundos” por todos os cantos.

Esse pano de fundo dá uma bela apresentação do dilema que encontramos em Rushdie e MC, livro este que foi recebido por leitores basicamente ocidentais e uma elite letrada que enxerga muitas questões orientais ainda de um olhar exótico e pós-mercantilista:

No ambiente da cultura global do capitalismo tardio, o exotismo é transformado em uma atividade não de estrangeiro, mas, ao contrário, de familiaridade. Bens de outras culturas se expandem e circulam nacional e internacionalmente na economia global, alojados no Western Mall, onde Nescafe, azeite virgem, Kodak, pampers, samosas, Colgate, cuscuz, Canal [sic] No. 5, Água Evian, Coca Cola e o romance pós-colonial, digamos, *Os filhos da meia-noite*, são jogados no carrinho.... É precisamente a acessibilidade do romance lado a lado com esses outros bens que o torna exótico. (MENDES, 2016a, p. 3)<sup>152</sup>

Tal questionamento redireciona a perspectiva da literatura globalizada também como uma espécie de agente de exotização do sujeito pós-colonial, reorientando os autores desse grupo, como Rushdie, a uma paginação que Mendes chama de Re-orientalista. Isto é, um

<sup>151</sup> No original: “The emerging economies are provoking in the West, particularly in a Europe facing deep financial crisis and the need of identitarian reconfigurations, contradictory post-imperial sentiments that are also being translated into South Asian literature written in English. The Euro-American imaginary of the Asian rising economies consists of several imaginaries — it is a mix of conflicting but also overlapping dreams, fantasies and desires. Adding to this intricacy, this tangled web of imaginaries consists of lines connecting opposite positions. Conflicting desires fluctuate along these lines, as articulated in the texts of Western/European-educated, cosmopolitan authors who write from nations of the erstwhile British Empire.”

<sup>152</sup> No original: “In the global culture environment of late capitalism, exoticism is turned into an activity not of foreignness but, on the contrary, of familiarity. Goods from other cultures expand and circulate domestically and internationally within the global economy, housed in the Western Mall where Nescafe, virgin olive oil, Kodak, pampers, samosas, Colgate, couscous, Channel [sic] No. 5, Evian water, Coca-Cola and the post-colonial novel, say, *Midnight’s Children*, get tossed into the cart .... It is precisely the novel’s accessibility side by side with these other goods that makes it exotic.”

novo tipo de padrão exótico finisse secular produzido por uma cadeia global de consumo. Coincidentemente, Rushdie e outros autores do pós-colonialismo, usam com muita frequência a narrativa autoconsciente, que adverte para o leitor que o sujeito da narração não está isento destas questões como observador neutro, mas um ser (ou estereótipo) “real”.

É de suma importância lembrar, como destacado no Capítulo 5, que a obra de Rushdie causa uma espécie de ambivalência na razão colonial, relativizando, simultaneamente, o paradigma do colonizado e do colonizador. Contudo, a ponderação acerca da imersão (mesmo que accidental) do autor no mercado das letras se faz pertinente uma vez que os questionamentos perpetrados pelo indiano, ainda que sagazes, podem ser domados por qualquer estrutura de poder, se os monopólios do livro, academias e governos assim quiserem. Afirma Mendes (2016a, p. 6):

Rushdie autoconscientemente trafica em imagens mercantilizadas retiradas de um repertório pós-colonial identificável, vendo-as no limite. Ele usa a categoria de “casa” como termo de trabalho provisório, pois define suas próprias coordenadas analíticas. Usando o tropo de uma casa de leilões global, onde a promessa de devolver ao exilado o caminho de volta para casa está à venda, o escritor sujeita o desejo de “casa”, a principal força motriz desta história, a uma política dupla de resistência. Encenando o anseio por uma pátria, o autor não apenas redistribui estrategicamente o deslocamento pós-colonial ao justapor discursos nostálgicos de “casa”, centrados nos chinelos de rubi, com uma gama de alternativas diaspóricas contemporâneas, mas também expõe a mercantilização de narrativas de “casa” que surgem do marketing de textos literários pós-coloniais.<sup>153</sup>

Tal comodificação, segundo a autora, pode tornar o autor em um agente do Re-orientalismo, quando feitas leituras pequeno burguesas. O leitor cosmopolita a quem Rushdie parece se dirigir é crucial para o projeto do autor, já que ele é capaz de identificar as marcas textuais que exalam preconceitos e serve de base para ler o próprio enredo à luz da crítica ao consumo de produtos orientais, como admite Tobias Wachinger (*apud* MENDES, 2016a, p. 22-23): “[...] um meta-comentário sobre a produção e consumo de literatura ‘pós-colonial’ do subcontinente”.<sup>154</sup>

Assim, a posição de MC é limítrofe no campo das estruturas intelectuais mundiais. Narrador e personagens, de certo modo, são um retrato do próprio leitor cosmopolita que lê as

<sup>153</sup> No original: “Rushdie self-consciously traffics in commodified images drawn from an identifiable postcolonial repertoire, viewing them from the edge. He uses the category of ‘home’ as a provisional working term as he defines his own analytical coordinates. Using the trope of a global auction house where the promise to return the exile back home is up for sale, the writer subjects the yearning for ‘home,’ the main driving force in this story, to a dual politics of resistance. Staging the longing for a homeland, the author not only strategically redeploys postcolonial displacement by juxtaposing nostalgic discourses of ‘home,’ centred on the ruby slippers, with a range of contemporary diasporic alternatives, but also exposes the commodification of narratives of ‘home’ arising from the marketing of postcolonial literary texts.”

<sup>154</sup> No original: “[...] a meta-commentary on the production and consumption of ‘postcolonial’ literature from the subcontinent”.

páginas do livro do escritor indiano, ao passo que a ambivalência psíquica destes no decorrer da trama demonstra que o autor parece estar consciente de que a sua recepção se confunde com a própria forma de Saleem narrar a história para Padma. Desse modo, podemos considerar que a razão colonialista é interrogada no livro na mesma medida que o exotismo também é. Abramos um parêntese para essa reorientação:

*Os filhos da meia-noite* usa o metaexotismo, isto é, uma redistribuição estratégica do exótico: ele joga com as representações reorientalistas da Índia como o outro exótico e, portanto, repolitiza imagens orientalistas identificáveis. Nesse sentido, o romance introduz modos alternativos de resistência à apropriação ocidental da Índia - seu apelo exótico é minado pela autorreflexão do texto sobre o processo de consumo cultural que promove. Rushdie embarca então em uma crítica do exotismo ao se apropriar de códigos exóticos de representação cultural: o exótico aqui é reinventado como uma categoria de descolonização fortalecedora porque uma reconfiguração do poder discursivo foi gerada. No entanto, a ficção que envolve a representação reorientalista corre o risco de repetir para o leitor os estereótipos orientalistas ao reinscrevê-los. Na verdade, a intenção autoral é apenas um dos significados incluídos no campo dos significados já atribuídos aos produtos culturais diaspóricos na economia cultural global. (MENDES, 2016a, p. 28)<sup>155</sup>

É necessário refletir se esses estereótipos não poderiam ser reescritos ao invés de questionados, levando-nos a crer que a obra de Rushdie pode, eventualmente, reforçar ideias exóticas sobre o Oriente, já que os leitores educados na lógica cosmopolita, sob este viés, dão significados aos textos. Além disso, os recursos estilísticos e a inclusão de elementos típicos da vida indiana, claros no decorrer do romance, têm uma caracterização globalizada e cuja especificidade demarca um leitor ideal curioso pelas tradições indianas. Ademais, tais rudimentos também contribuem para o sucesso comercial de Rushdie, que é capaz de montar um público leitor interessado nas tramas da globalização, agora inevitáveis.

A constatação admite encararmos a própria noção de cosmopolitismo que temos e entender que essa é uma circunstância desigual, ao verificarmos que o leitor globalizado que lê a literatura pós-colonial está bem localizado: os grandes centros urbanos. Nesse sentido, parece que o consumidor cosmopolita entende as metáforas orientalistas e, mesmo que não as reforce, ele a identifica como problemática e não sabe lidar com os mitos e estereótipos perpetrados pelos ocidentais:

---

<sup>155</sup> No original: “*Midnight’s Children* uses meta-exoticism, that is, a strategic redeployment of the exotic: it plays on re-orientalist representations of India as the exotic other and hence repoliticizes identifiable orientalist imagery. In this sense, the novel introduces alternative modes of resistance to the western appropriation of India – its exotic appeal is undercut by the text’s self-reflection on the process of cultural consumption it fosters. Rushdie embarks then on a critique of exotica by appropriating exoticist codes of cultural representation: the exotic here is reinvented as an empowering decolonising category because a reconfiguration of discursive power has been generated. Nonetheless, fiction that involves re-orientalist representation risks replaying to the reader orientalist stereotypes by reinscribing them. In fact, authorial intent is only one of the meanings included in the field of meanings already attached to diasporic cultural products in the global cultural economy.”



[...] a figura do consumidor-leitor cosmopolita é central para o sucesso das estratégias envolvidas na confiança do romance em representações de uma Índia exótica comercializável e na subversão de codificações exotistas e orientalistas. Além da encenação de Rushdie das imbricações de seu romance com o marketing da diferença cultural, *Os filhos da meia noite* apresenta a questão reconhecidamente controversa de que a literatura pós-colonial postula um “leitor ideal”, um leitor cosmopolita e um consumidor ativo de produtos culturais re-orientalizados, no sentido de que se espera que ele negocie as instabilidades do reorientalismo. (MENDES, 2016a, p. 28-29)<sup>156</sup>

Desse traço é necessário, então, enquadrar o leitor globalizado e o leitor localizado em perspectiva. Fica evidente, como Mendes (2016a) admite mais tarde, que MC é feito para o leitor cosmopolita, e este busca o tradicional ou nacional dentro dos fluxos globais, e não em torno das questões locais em si. Em suma, seguindo esse raciocínio, parece que o interesse não é exatamente na Índia, mas nos signos que o bazar global enfatiza sobre ela. Em MC isso fica mais bem ensaiado porque temos a contestação dessa mesma fórmula. Os cosmopolitas estão com os indianos, mas os indianos não estão (ou não podem estar) com os cosmopolitas. A relação é, claramente, assimétrica.

Após o sucesso de Rushdie com MC, criou-se um universo para a produção de escritores pós-coloniais em longa escala, os chamados “filhos dos filhos da meia noite”. Isso deu espaço para autores e autoras se destacarem, mas encapsulou os mesmos no *lobby* dos produtos globais, tornando a cultura nacional uma reflexão de “cavalheiros” e “damas” indianos marginalizados. Afirma Mendes (2016a, p. 45):

Muito provavelmente, ele [Rushdie] é um dos melhores exemplos para demonstrar como artefatos culturais pós-coloniais são mercantilizados e feitos para circular em um contexto de “pós-colonialidade”, ou seja, “uma condição global de troca simbólica intercultural” (Huggan, *Postcolonial Exotic ix*), exibindo uma “contradição aberta entre ideologias anticoloniais e esquemas de mercado neo-coloniais”<sup>157</sup>

Não por acaso, Gisele Sapiro (2019) inclui a sua promoção no mercado das letras atuais como exemplo dessa contradição pós-neocolonial. Para ela, o nacionalismo e pós-colonialismo se regulam de acordo com interesses econômicos diversos no âmbito da recepção; e no caso dos autores emergentes da Ásia, muitos textos que circulam notoriamente

<sup>156</sup> No original: “[...] the figure of the cosmopolitan consumer-reader is central to the success of the strategies involved in the novel’s reliance on representations of a marketable exotic India and on the subversion of exoticist and orientalist codifications. In addition to Rushdie’s staging of his novel’s own imbrications with the marketing of cultural difference, *Midnight’s Children* posits the admittedly controversial question as to whether postcolonial literature posits an ‘ideal reader,’ a reader who is cosmopolitan and an active consumer of re-orientalised cultural products in the sense that she is expected to negotiate the instabilities of re-orientalism.”

<sup>157</sup> No original: “In all probability, he [Rushdie] is one of the best examples to demonstrate how postcolonial cultural artefacts are commodified and made to circulate in a context of ‘postcoloniality,’ i.e. ‘a global condition of cross-cultural symbolic exchange’ (Huggan, *Postcolonial Exotic ix*), displaying an overt ‘contradiction between anti-colonial ideologies and neo-colonial market schemes’”

pelo Ocidente acabam por afirmar uma espécie de “melancolia pós-colonial” (GILROY, 2005), invertendo, em alguns casos, a crítica do imperialismo para uma domesticação deste. Autores como Rushdie figuram nas trilhas de uma globalização dos bens simbólicos em que esse tolhimento do grande mercado ocorre independente do posicionamento do autor:

Se o estudo da Literatura colonial e pós-colonial permite deslocar o olhar da periferia em direção ao centro, a construção do rótulo “pós-colonial” como marca no mercado mundial do livro revela as tensões que atravessam esta literatura, entre resistência e conformação às normas do mercado: é o que revela um estudo sobre o *Booker Prize* [Huggan, 2001], instância de consagração associada a uma multinacional agroalimentar de passado colonial e composta de júris brancos do sexo masculino que designam, a partir do centro britânico, as obras representativas da periferia, que constituem, assim, um cânone pós-colonial do qual Salman Rushdie é a figura emblemática. O prêmio é apenas um elo de uma cadeia editorial que produz o que Graham Huggan chama de “exotismo pós-colonial”, e que vai desde a publicação em coleções especializadas, como “African writers series”, na Heinemann, em Oxford, até o packaging. Diante destas disputas, os autores envolvidos, por meio de hábeis estratégias, manipulam as regras do jogo ao dosar sabidamente exotismo e crítica ao sistema, assim como ilustra a análise dos *Enfants de minuit*, de Rushdie, cuja recepção diferenciada – despolitizada na Grã-Bretanha, fortemente engajada na Índia – atesta a ambiguidade. (SAPIRO, 2019, 140)<sup>158</sup>

Esse “exotismo” aproxima a temática pós-colonial e nacional a um comércio desprovido de qualquer senso crítico sobre as obras anticoloniais ou julgamentos de mercado. Do Centro, a maquinaria recruta escritores à margem para carreiras de ponta, uma vez que na periferia do capitalismo o mestre dificilmente possui ferramentas suficientes para legitimar-se no campo intelectual.

Aqueles que se contrapõem ao já estabelecido fazem isso, muitas vezes, segundo uma lógica dos dominadores, buscando estabelecer um espaço de atuação contra a hierarquia literária dentro dela, similarmente à propositura da desconstrução que Derrida (2004) – bastante usado por esses autores – estipulou sobre as ciências humanas: não há como contestar uma formulação hegemônica estando fora da linguagem da hegemonia.

A lógica das distinções é um exemplo desse universo neoliberal. Em tempo, podemos perceber que os principais prêmios literários do mundo comungam dessa *rasura*, ao admitir uma gestão de justiça para os empreendedores das letras. O autor citado por Sapiro, Graham Huggan (2001), afirma que o papel histórico das premiações literárias está alinhado ao próprio nascimento do capitalismo e serviu (ou serve) como veículo de distinção para sistemas colonialistas pregarem a superioridade de alguns em relação a outros, através de recompensas literárias de bases fundamentalmente ideológicas e dominadoras.

---

<sup>158</sup> Salman Rushdie venceu o *Booker Prize* por três vezes (melhor livro do ano em 1981 e os prêmios de 25 e 40 anos da premiação) e é provavelmente o nome do pós-colonialismo mais premiado no Ocidente.

Estes mecanismos condicionam as regras do jogo. No caso da oposição pós-colonial, segundo Mendes (2016a), é necessário alocar os artistas em um plano de visibilidade através da criação de um mapa da imaginação nacional (o equivalente ao Sistema Literário de Candido). Como sugere o próprio Rushdie (*apud* MENDES, 2016a, p. 53), os artistas lutam por um mapeamento cultural que desenhe novas condições estéticas e históricas, cuja peculiaridade é pensar as novas dinâmicas dentro da nação. Deste modelo, então, eles se localizariam: “[...] depois de fornecer ao leitor esses mapas imaginativos, os escritores podem então ‘colocar-se no mapa’”<sup>159</sup>

Ora, esta premissa é similar a que Sánchez (2009) defende em seu estudo sobre o *boom*. Esse mapa revela um recurso de resistência da Índia alinhado ao panorama redutível do Sistema. Aliás, ele se fundamenta na própria concepção de poder que os pós-estruturalistas defendem; e o que Foucault (2008) entende como microcosmos de poder, fragmentados e inevitáveis.

Assim, amplificado o debate, o pós-colonialismo seria um discurso de poder específico contra a hegemonia, amparado por uma resignação do panorama geral e uma luta singular. Cumpre lembrar a incrível aceitação que as teorias pós-coloniais já têm nos círculos intelectuais de poder (Academia, mercado, clube de livros etc), e ser escrita na língua hegemônica: o inglês; o que impulsiona o poder simbólico diretamente vinculado com a proeminência do vernáculo no mundo transnacional.

A respeito deste último ponto, apesar de Rushdie e outras figuras proeminentes considerarem o inglês como uma forma de explicar a Índia pós-independência, a hipótese da língua panorâmica é muito contestada. O próprio escritor já argumentou em seu ensaio sobre a Literatura do *Commonwealth* o caráter neocolonialista do Inglês enquanto língua mundial e sua relação assimétrica com línguas nativas.

Mendes (2016a, p. 94) analisa este assunto através da opinião de uma *intelligentsia* indiana secular. Segundo os autores por ela citados, dentre os quais se destaca Nirad C. Chaudhuri (1897 – 1999), as contradições abundantes do vernáculo “mundial” e a falta de atenção dada às línguas e histórias nativas revelam dissimetrias incontestáveis, principalmente dentro da própria Índia. Para expor isso, ela invoca o próprio Rushdie, que reconheceu assertivamente a qualidade do *bhasa* e do mérito de muitos escritores que produziram (e produzem) em línguas tradicionais.

---

<sup>159</sup> No original: “[...] after providing the reader with these imaginative maps, writers can then ‘put [themselves] on the map’”.

A nosso ver, essa elucubração aponta para o subterfúgio fácil do Inglês como língua cosmopolita e código pretenseiramente universal dessa nova gramática iluminista. A Índia projetada em MC nos chega numa língua de fácil absorção e suas nuances técnicas ajudam na disseminação de textos que comportam valores amplificados da Indianidade. Por acaso, isso também poderia ser visto como um método seletivo que explora estereótipos. Afinal, a visão singular é, segundo os mesmos pós-estruturalistas, uma impossibilidade da identidade, já que as noções de universal não podem ser negociadas.

Análogo a tal argumento, como advoga Ten Kortenaar (2005), o texto de Rushdie nos orienta para uma visão instrumentalizada do Cânone, ao impregnar a narrativa com elementos orientais (explícitos e comentados) e sugerindo para o leitor essas “influências” estranhas da Índia que precisam ser esclarecidas. Tal emprego das narrativas milenares se volta para um público que o desconhece e precisa entender a natureza das referências, ao passo que a informação do mundo ocidental opera nas entrelinhas da intertextualidade e da paródia. Por isso, Mendes (2016a, p. 99) afirma que

[...] muita da atratividade dos autores indianos em inglês para as editoras ocidentais na década de 1990, que os atraiu para a visibilidade de pertencer ao que Tharoor chama de ‘cânone global’, foi reforçado pelo sucesso comercial e crítico de Rushdie, este último sendo inextricavelmente conectado a uma doação de canonicidade por parte do *establishment* literário ocidental. The Vintage Book, coeditado por alguém que é por muitos relatos, o escritor pós-colonial mais aclamado pela crítica e canônico, foi certamente um dos instrumentos que ajudou aquela ‘crescente obra coletiva’, nas palavras de Rushdie, a entrar nos parâmetros da circulação global, promovida ainda mais por sua acomodação nos currículos universitários sob a égide dos estudos pós-coloniais.<sup>160</sup>

Devido à legitimidade no Sistema, que já considera estes autores pertencentes a uma tradição, ainda que recente, se abastece um aparelho de poder curiosamente contraditório e, de modo algum, interna ou externamente, livre de cooptações. A teoria pós-colonial, a partir dos anos 1990, passa a impulsionar sistematicamente a carreira de figuras emblemáticas, escritores “superstars” do subcontinente indiano para o centro do Cânone ocidental, permitindo que outros filhos d’*Os filhos da meia noite* entrem na lógica de circulação de obras:

<sup>160</sup> No original: “[...] much of the desirability of IWE authors to western publishing houses in the 1990s, which drew them into the visibility of belonging to what Tharoor dubs the ‘global canon,’ was enhanced by Rushdie’s commercial and critical success, the latter being inextricably connected to a bestowal of canonicity on the part of the western literary establishment. The Vintage Book, co-edited by someone who is, by many accounts, the most critically acclaimed and canonical postcolonial writer, was certainly one of the instruments that aided that ‘growing collective oeuvre,’ in Rushdie’s phrasing, to enter the parameters of global circulation, further promoted by its accommodation in university curricula under the aegis of postcolonial studies.”

Nesse sentido, a *New Yorker* também foi responsável por regulamentar o estabelecimento de um sistema de estrelas literárias indianas pós-independência no final dos anos 1990. Com Rushdie estrategicamente posicionado no centro (porque o sistema estelar literário, como qualquer sistema estelar, envolve uma hierarquia), a foto (cuja legenda diz “Uma reunião dos principais romancistas da Índia”) apresenta, na linha inferior, Vikram Chandra, Rohinton Mistry, Arundhati Roy e Anita Desai e, na fileira superior, Kiran Desai, Ardashir Vakil, Vikram Seth, Amitav Ghosh, o autor do Sri Lanka Romesh Gunesequera e Amit Chaudhuri. Pelo fato de eles seguirem o rastro do escritor, esses “principais romancistas” foram apelidados pelo *New York Times* de “Filhos de Rushdie” em 1991. (MENDES, 2016a, p. 100)<sup>161</sup>

Essa tradição escritural aposta no mercado dos bens simbólicos e nas condições de legitimação em muitos aspectos do campo de autonomia intelectual, o que já levou o próprio Rushdie a admitir a posição estelar que passou a ter no mercado voltado para o Ocidente. (*apud* MENDES, 2016a, p. 100) No entanto, é preciso reconhecer esses autores dentro de um bazar global da Literatura, e não no contexto de práticas e manifestações culturais plurisseculares. A Índia tem os seus grandes cânones milenares (*Mahabharata* e *Ramayana*); e estes novos são apenas o resultado de uma reconfiguração impulsionada pela situação histórica: a pós-industrialização e o multiculturalismo.

Assim, o processo de canonização provoca um tipo de cooptação autoconsciente no universo desigual da Literatura mundial, provida em todos os seus setores e em todas as partes do planeta de multinacionais do livro e centros acadêmicos que visam exclusivamente a acumulação de capital econômico e literário. Do outro lado, no contexto indiano, a subalternidade da civilização milenar é descartada no meio de rótulos pouco caridosos e, muitas vezes, fundamentalistas, segundo as premissas liberais que baseiam muitos núcleos de estudos pós-colônias no Centro.

Fica extremamente difícil especificar a natureza não hegemônica das literaturas nacionais no mundo cosmopolita, devido à dividida concepção de literatura tradicional/regional dentro da Índia, (onde os cosmopolitas são frequentemente criticados) e no Ocidente (onde eles brilham), o que implicaria numa perspectiva fraturada de nacionalismo:

Concluindo, tanto o *Vintage Book* quanto *The Picador Book* visam re-apresentar aos seus leitores (ocidentais) autores e textos indianos anteriormente esquecidos. O exame dos vínculos que essas antologias mantêm com o processo de formação do cânone nos dá um vislumbre privilegiado das guerras que assolam a literatura

<sup>161</sup> No original: “The *New Yorker* was in this sense also responsible for regulating the establishment of a post-independence Indian literary star system in the late 1990s. With Rushdie strategically placed at the centre (because the literary star system, as any star system, involves a hierarchy), the photo (whose caption reads ‘A gathering of India’s leading novelists’) features, on the bottom row, Vikram Chandra, Rohinton Mistry, Arundhati Roy, and Anita Desai, and, on the top row, Kiran Desai, Ardashir Vakil, Vikram Seth, Amitav Ghosh, the Sri Lankan author Romesh Gunesequera, and Amit Chaudhuri. Because they followed in the writer’s wake, these ‘leading novelists’ had been dubbed by The New York Times as ‘Rushdie’s Children’ in 1991”

indiana. Comparar e contrastar diferentes entendimentos da “literatura indiana” é inevitável. Existe uma saída para esse impasse? Um dos contendores nessas guerras canônicas oferece algo que parece ser um caminho bastante sensato: a literatura indiana “deve ser um trabalho contínuo e um produto da imaginação; devemos acreditar nela quando a encontramos, da maneira especial que acreditamos em todas as ficções”. (MENDES, 2016a, p. 101)<sup>162</sup>

Seguindo este senso comum, deveríamos incontestavelmente admitir que todas as obras literárias são apenas a manifestação da criatividade humana e não meros postulados éticos e estéticos universais. A descentralização que advoga Mendes é quase que intuitiva para quem sabe o mínimo de teoria literária ou história da arte, mas, quando se esbarra nos muros da crítica política, sua orientação parece entender que existem tradições e livros melhores, ou que as obras do passado precisam ser *rasuradas* para entendermos melhor o mundo das representações literárias e da Nação. Ora, não seria exatamente esse tipo de percepção, liberal em todos os seus aspectos, que considera sistemas literários melhores que outros e sinalizam uma centralidade do Cânone?

Independente da questão, esta reminiscência de agitações inevitáveis cria a imaginação nacional perante a vigência do neoliberalismo globalizado de hoje, porque nesta dialética nação-mundo, visível e abundantemente, o conflito e a vitória dos “melhores” são imprescindíveis. Mas nessa lógica nem todos começam do mesmo grau zero ou têm os mesmos recursos para fundar uma tradição.

Creemos que não é nem necessário esclarecer a falácia monumental que a meritocracia literária nos espaços emergentes e Centrais significa. As nações, assim, precisam ser pensadas dentro de uma perspectiva que objetiva incluir as conjecturas e disposições dos Sistemas para conjurar lucro e resistência. Logo, tais tópicos podem servir para imaginar a literatura além de limites já estabelecidos, mas também podem cair no solilóquio do pensamento fora do lugar. Afinal, os cosmopolitas pós-coloniais estariam transitando como apátridas dentro de um panorama, economicamente, desigual; em constante estado “fora de lugar”, o poder estético é apenas questionador. Haja vista que o mercado pode facilmente cooptar estes produtos e autores, não seria nada incoerente dizer que essas figuras em trânsito, na ordem do capitalismo mundial, fazem parte do grande jogo.

---

<sup>162</sup> No original: “In conclusion, both The Vintage Book and The Picador Book aim to re-present to their (western) readers previously overlooked Indian authors and texts. Examining the links these anthologies maintain to the process of canon-formation gives us a privileged glimpse into the wars raging on the Indian literature front. To compare and contrast different understandings of ‘Indian literature’ is inevitable. Is there a way out of this impasse? One of the contenders in these canon wars offers what seems to be quite a sensible route: Indian literature ‘must be a continual work, and product, of the imagination; we must believe it when we encounter it, in the special way we believe in all fictions’”.

Entendemos perfeitamente que a liberdade, o público e os temas desses autores em seus lugares nativos dificultam a inserção destes no próprio Sistema Literário nacional, e uma das alternativas é buscar uma escrita que atravesse as questões nativas em direção a um público mais globalizado.

Contudo, a lógica global opera por distensões que ajudam a entender variantes e dialéticas de canonização. A possibilidade de enxergar referências a serem revistas e ampliadas dentro do Sistema ou Campo seriam, no caso de Literaturas emergentes, exteriorizadas a um paradigma que, de muitos modos, atua para impedir a autonomia do Sistema nacional.

A sistematização ajuda a estabelecer diferentes diretrizes para novos movimentos e críticas, fundamentais para estabelecer cânones locais. No entanto, ela também precisa entender, conforme a própria lógica pós-estruturalista, que as formações de poder influenciam nestes processos em ampla escala, num mundo cada vez mais cooptado pelo neoliberalismo e suas redes.

Esse apelo repete um quadro já esboçado na América Latina, onde, igualmente, tais elementos devem ser enfatizados para entender a vigência do nacionalismo na globalização. Há de se frisar que as circunstâncias para o reconhecimento levam em conta a orientação destes autores dentro da República Mundial das Letras e o consumo do público e seus hábitos dentro da Nação e do Mundo.

A subserviência associada ao projeto neoliberal e suas nuances de modernidade-colonialidade, alinham-se a elementos de uma dependência ou subalternidade que só entenderemos se também soubermos que essas raízes estão fincadas na própria estrutura destes projetos alargados de poder, inquestionavelmente imperialistas, ainda influentes na parte Sul do globo, sejam os autores contra-hegemônicos ou não dentro deste espectro de domínio.

#### **6. 4 Cosmopolitismo x nacionalismo na modernidade-colonialidade**

O problema do cosmopolitismo nesses dois autores se confunde com o do nacionalismo tanto em termos internos quanto externos, quando analisadas as estruturas de poder. García Márquez e Rushdie se destacam, pelo menos nas obras analisadas, como defensores de um nacionalismo que trilha, inevitavelmente, para o encontro com a modernização. Resta a dúvida se esse “glocalismo” pode ser avaliado em termos produtivos dentro da lógica neoliberal atual.

Lembra Walter Mignolo (2009) que a estrutura moderna-colonial apregoada desde as navegações tende a um universalismo centralizador que ganhou impulso com o Iluminismo e estabeleceu as diretrizes de um paradigma epistêmico excludente. O autor se contrapõe ao nacionalismo e bairrismo que constituíram alguns projetos nacionais autoritários, por revelarem as contradições que os próprios autores aqui analisados retratam em seus romances; mas também impele autores a uma percepção crítica do cosmopolitismo parasitário cuja epistemologia costuma empregar valores universais intangíveis, mesmo quando entendidos relativamente (no Pós-modernismo, por exemplo).

Em termos de avaliação genérica desta tese, podemos dizer que García Márquez e Rushdie reinventam as divisões e contendas do nacionalismo e do universalismo em suas obras, como prega a proposição do teórico argentino. Elementos mágicos, metaficção, oralidade, linguagem anedótica e experimentalismos narrativos, além das costumeiras temáticas de conflitos nacionais e regionais, demonstram certa preocupação com a realidade de modo geral e, especificamente, com a ideia de Estado-nação e comunidades.

Alinhadas essas perspectivas, uma literatura mundial, aqui, confunde-se com o reconhecimento de regionalização da mesma. É notável que não podemos simplesmente aferir que a preocupação dos dois autores, pelo menos nos romances estudados, retrata um paradigma puro e simples; é perceptível, igualmente, a presença de elementos que se coadunam a uma análise mais específica da nação ou comunidade. Desse modo, o problema reside em outra configuração: como isso se organiza na República Mundial das Letras e nos cânones nacionais ou continentais.

Não é nenhuma novidade que o Canône ocidental costuma ser centralizador e mesmo quando utiliza obras periféricas o faz com o intuito de domesticá-las. É uma tendência quase natural e, no sentido local, até aceitável – se não fosse o fato de que se trata do capital literário (e econômico) do planeta. Fica inviável, assim, acreditar que o Ocidente queira inserir ao modo das margens a literatura produzida ali, restando, no espaço nacional periférico, alternativas próprias para essa revitalização condicionada.

Aqueles que auspiciam o nacionalismo e bairrismo o fazem de modo a também estarem inseridos numa ordenação mundial inevitável – e geralmente submissa. A globalização é assimétrica no mundo e distribui bens simbólicos de forma desigual em muitos espaços. Além disso, apropriação e adaptação de textos são fenômenos recorrentes na história dos diálogos e domínios culturais, conforme a tese já bastante difundida de Bakhtin (1987). Não há, nesse sentido, ausência de disputas culturais do passado para o presente, salvo os casos que fogem da lógica de dominação paradigmática.



Assim, cremos que a questão não seja exatamente entender os sujeitos locais como uma visão essencialista, o que, evidentemente, é um erro. Porém, é possível tentar perceber o que temos em nosso local que conversa com outros espaços no sentido dialógico do termo, inclusive na posição de ordem ou subserviência. A metodologia dos estudos literários estabelece contatos diversificados, conexões e tangenciamentos com outras realidades e conceitos não centrais, mas também indica assimetrias incontestáveis no rito de consumo dessas *commodities*.

Já podemos admitir a inevitabilidade do cosmopolitismo. Contudo, isso deve ser visto com cuidado para não entendermos globalização com homogeneidade, ou diversidade com exotismo. Estereótipos e falácias dentro de narrativas podem ser encaradas como totalmente negativas, mas também constituem um retrato da época e das mentalidades. O que buscamos considerar é o palimpsesto, ou a história por detrás do texto instrumentalizado. São esses pedaços de realidade que nos ajudam a entender as nuances nem sempre positivas que a literatura tem há séculos.

Diante de um paradigma tão problemático e em constante crise, é comum pensar, mesmo magicamente e autoconscientemente, com olhos acolá e não aqui – ou vice-versa. Nesse sentido, o cosmopolitismo universalista é um risco na mesma medida em que o nacionalismo essencialista também o é. Ademais, no modo já proposto neste capítulo e seguindo a proposta de Canclini sobre as diferenças dispostas em nível nacional e transnacional, inclui-se o problema do neoliberalismo parasitário e das relações de poder entre polos aparentemente distintos:

Apesar desses resultados duvidosos, a uniformização do mundo num mercado planetário é consagrada como o único modo de pensar, e quem ousa insinuar que as coisas poderiam funcionar de outro modo é desqualificado como nostálgico do nacionalismo. E se alguém ainda mais ousado não apenas questionar os benefícios da globalização mas também a idéia de que a única forma de realizá-la é por meio da liberalização mercantil, esse será acusado de saudosista de tempos anteriores à queda de um insuportável muro. Como nenhuma pessoa sensata acredita que se possa voltar àqueles tempos, conclui-se que o capitalismo é o único modelo possível para a interação entre os homens e a globalização sua etapa superior e inevitável. (CANCLINI, 2007, p. 8)

A ideia de uma globalização como uma espécie de subterfúgio de solidariedade que assola o mundo não pode ser tida como real fora das premissas do capitalismo e do Estado moderno, que aderem ao acúmulo. As diferenças e desigualdades entre povos e nações mostram-se claras, impelindo Estados subdesenvolvidos a um servilismo e organização política cada vez mais dependente face ao livre mercado.

Essa ideia se revela, evidentemente, em muitos nichos; e se tratada polifonicamente, veremos que não há regra geral para a organização de qualquer sociedade, à exceção do paradigma do Capital, que muitas vezes impõe regras transnacionais. Apesar da inclinação ocidental para as regras liberais irrefutáveis (democracia, liberdade, ética, estética, empatia etc), a globalização é imaginada porque é desigual; e se desigual, do mesmo modo, as regras liberais “irrefutáveis” tendem a ser desiguais.

Na revisão do *modus operandi* de mercantilização da cultura, Bhabha (2013) assinala que é preciso estar atento aos problemas nascidos em torno da ordem da diferença no capitalismo.<sup>163</sup> Assim, não seria crível a ideia, se bem acabada, de investidas nacionais que não estivessem exclusivamente submissas ao livre-mercado cosmopolita, voltando-se, assim, para as condições de produção de seus próprios bazares globais?

A produção de arte estruturada pelo pensamento global pode facilmente ser manipulada pelas forças de dominação a partir das premissas imperialistas e do artifício do poder (EAGLETON, 2005). Canclini advoga que a alternativa ao subdesenvolvimento se esconde entre as amarras do capitalismo e do Estado, impondo regras muitas vezes tênues que dificultam esse processo e se utiliza do vetor antropológico. Afirmo o autor:

A rigor, somente uma parcela dos políticos, financistas e acadêmicos pensam, em todo o mundo, numa globalização circular, e eles nem sequer constituem uma maioria em seus campos profissionais. O resto imagina globalizações tangenciais. A amplitude ou estreiteza dos imaginários sobre o global evidencia a desigualdade de acesso àquilo que se conhece como economia e cultura globais. Nessa concorrência desigual entre imaginários, vê-se que a globalização é e não é aquilo que promete. Muitos globalizadores vão pelo mundo simulando a globalização. (CANCLINI, 2007, p. 10)

É difícil mensurar o capital em termos atuais recentes, mas cremos que ele segue uma linha de importante análise em alguns sentidos, tentando estabelecer um contato entre a transnacionalidade, a integração regional e as diversidades. Ao revisar o simulacro da globalização, Canclini (2007, p. 11) expande esses contornos complexos em três processos: 1. A relação entre global e local; 2. A impotência política das ações locais, geralmente inacessíveis perante as imposições Centrais; 3. As consequências teóricas das questões

<sup>163</sup> A hipótese de culturas particulares concebidas nos esteios da marginalidade devem repensar o seu projeto de emancipação investindo nas suas próprias qualidades e em cima de diretrizes anti-mercadológicas, matizada pela *produção do espaço* enquanto condição para a *partilha do sensível*, como sugere Sílvia Almeida (2017, p. 67). Escreve ele: “[...] talvez seja a hora de ler esses acontecimentos locais e regionais como parte de algo maior, mais amplo, global, que nos alerta para a dificuldade de as tradicionais instituições públicas e privadas manterem sob controle a diversidade da vida e, por via de consequência, as diversas *culturas* que brotam das franjas do mundo diante da radicalidade devastadora da lógica mercantil. Mais do que nunca, os dilemas da atual conjuntura histórica se revelam nos *conflitos da cultura* e na *cultura dos conflitos*.”

transdisciplinares e sua afinidade com a economia e a política da cultura no domínio da própria globalização.

O teórico mexicano explora outras questões como a cultura “não identificada” e os processos do capitalismo emergente, afirmando que não existe definição clara para alguns contornos particulares do Sistema-mundo. Ignorar os desdobramentos da produção escrita em alguns espaços esquece as regras (geralmente ligadas ao capitalismo e a ordem do Estado-nação) de dependência e desenvolvimento transnacionais.

Chama atenção a adaptabilidade do capital e sua configuração atual, levando a entender que o caráter manifesto da agenda neoliberal dificilmente será revertida por uma mudança de costumes financeiros. A luta parece se adaptar às necessidades impostas. As literaturas nacionais emergentes, nessa toada, podem ser exemplos de mercantilização, mas também podem conjurar produtos anticapitalistas e de nacionalismo cético e emancipatório.

Creemos que, tanto em nível latino-americano como no caso indiano, o capital encontra dois eixos de atuação: o imperialismo e a dependência/subalternidade. Enquanto o primeiro gira em torno da ação política e cultural que o hemisfério Norte faz sobre o Sul, o segundo enfatiza a dificuldade de um projeto nacional autônomo devido ao controle e influência de fatores imbricados no perfil das ex-colônias. Isso impede, no campo da Literatura, que haja um mercado autônomo capaz de gerar influência dentro de seu próprio espaço e produzir unidade e realidade independentes.

No século XXI esses problemas continuam prementes, frente à onda ultraliberal (e nas ruínas do mesmo projeto) que tomou conta de espaços ao Sul e ao Norte, o que confirma que as estruturas de domínio, incontestavelmente, podem ser globais. O neoliberalismo, ainda que despedaçado, mantém-se de pé ainda porque, em face das distopias que enfrentamos, ele é um agente de demarcação econômica e cultural. Para o mundo das Literaturas, essa perspectiva parece estar perfeitamente assimilada, uma vez que obras e temas de nações emergentes estão cada vez mais mercantilizados, em paralelo à lógica parasitária e centralizadora da República Mundial das Letras.

Assim, a descentralização que o nacionalismo propunha outrora ganha uma nova forma de concentração imposta pela globalização: o cosmopolitismo e seu alto financiamento. Será possível, então, as literaturas não centrais fugirem da lógica do mercado e do projeto moderno (baseado num nacionalismo dividido e, recentemente, numa globalização imaginada) que usa da soberania e das relações assimétricas entre países para erguer algo distante do próprio bem estar nacional ou alinhado ao mercado financeiro?

Há como fugir dos signos do Capital e fundar literaturas nacionais capazes de fugir da sanha imperante do *marketing* internacional e caminhar para Sistemas independentes, mas não essencialistas e arbitrários. Não é de todo impossível conciliarmos o nacional ao estrangeiro sem que sejamos dependentes ou narcisistas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as considerações assinaladas neste texto envolvem a ideia de nação representada pela Literatura conforme uma orientação sócio-histórica e alguns elementos acessórios, articulando a proposta dantes verificada, certamente passível de revisão. Contudo, buscamos tratar como conexões, diferenças e desigualdades podem ser verificadas nas obras contemporâneas que abordam o nacionalismo na era da globalização e correlacionam-se com os primórdios do capitalismo pós-industrial.

Nesse sentido, essa tese buscou, de início, ressaltar a construção do discurso nacionalista e algumas origens dos trânsitos internacionais como veículo de construção do projeto de modernidade-colonialidade que mais tarde resultou no nacionalismo dividido e imaginado na conjuntura transnacional. Essa percepção considera o binômio nação-mundo como substrato basilar das discussões acerca dos contrastes da modernidade pelo menos desde as grandes navegações, que operaram de modo mais intenso na medida em que a própria concepção de nação ganha força e, mais tarde, a ideia de globalização a desmonta (ou a reduz).

Na Literatura Comparada, essa tese pode ser explicada através do cerne da ideia da disciplina em seus primórdios, cuja faceta era entender mecanismos dos projetos nacionais no âmbito dos estudos literários, o que corroborou para a formação das literaturas regionais, como destacam os Sistemas literários e comarcas, defendidos por Candido, Rama e outros. Essa percepção ganha contraste com a ideia de uma multidisciplinaridade e diversidade de obras, fontes e temas que, inevitavelmente, une ciências de vários matizes e culturas naquilo que Spivak chama de Planetarianismo, e que é a marca estrutural dos estudos comparados desde o final do século XX.

Nesse preâmbulo, inserem-se os casos de Índia e América Latina, que ergueram seus projetos nacionais seguindo padrões contraditórios, expostos nesta tese através da análise das obras de García Márquez e Rushdie. Dentro de um panorama de/pós-colonial, estas obras não são extratos essencialistas ou universalistas dessa contenda, tanto de um ponto de vista dos fatores formais do texto quanto dos elementos externos; porém, se examinados de uma perspectiva abrangente, esta leitura oferece traços de análise menos instrumentalizados do que costumeiramente a *close reading* postula.

No caso latino-americano, o discurso do nacionalismo estava diretamente envolvido com a projeção política dos países pós-independência criarem um discurso de coesão nacional a partir de uma síntese dos componentes que ali figuravam. No entanto, essa perspectiva era

contraditória porque seletiva, interessando aos projetistas (literatos ou não) da classe dirigente e elites determinarem quais os elementos que reterritorializariam as ideias de nação dentro da Literatura nacional e, mais tarde, continental. Assim, a Literatura nacional foi palco para ficções fundacionais de caráter ufanista ou idealizado.

A partir da vigência das vanguardas no Sistema latino-americano, essa perspectiva mudou sua orientação para uma simbiose de discursos locais e forâneos, cuja premissa era deglutir o Outro segundo as próprias necessidades históricas da intelectualidade europeia e estadunidense do início do século XX. Uma relativa promoção dos temas nacionais nesse sincretismo também foi fundamental no discurso modernista.

O período inicial da obra de García Márquez retrata esse contraste através do questionamento diacrônico da ideia de nação, desde a elite intelectual colombiana, a qual interessava a manutenção de uma literatura ufanista, às percepções revolucionárias que assolaram o continente a partir de sucessivas crises de Estado durante o século XIX até meados do século XX, como as guerras civis, *el Bogotazo*, a técnica moderna e a industrialização.

No caso da Índia, essa perspectiva se desenvolve pós-colonização num contexto de busca por um eu perdido pelo colonialismo, cuja base seria inicialmente um nacionalismo essencialista, fincado num passado nacional distante da condição *inbetween* que colonizado e colonizador criaram, para lembrar a ideia de Bhabha. O discurso do pós-colonialismo, assim, mais uma vez colocava em questão o nacional/estrangeiro e se manifestava na literatura indiana, sobretudo a partir da década de 1970, como um modo de questionar as próprias ideias do que era ser indiano após a colonização britânica, a independência conturbada e o Estado autoritário.

Em suma, os dois autores estudados nos capítulos 4 e 5, enfatizam elementos simbólicos que representam a nação na Índia e na América Latina, cuja característica é a relação trabalhada pelo viés dos conflitos entre o nacional e o estrangeiro, a fragmentação e a diversidade. A globalização, adiante, é tratada em paralelo ao nacionalismo, demonstrando que as alegorias nacionais nos dois romances analisados buscam relacionar o interno e o externo às comunidades imaginadas, rumo a sua transição internacional e derrocada, desde os mitos pré-nacionais e chegada do colonizador à independência.

Cumprido delinear que isso foi analisado por meio de representações da configuração nacional no caso de García Márquez e das fontes canônicas em Rushdie. Porém, ambas apontam para a fragmentação do Estado-nação, as relações assimétricas entre Sul e Norte

(imperialismo), a contestação de formas e conteúdos nos textos literários (metaficção e real maravilhoso) e a superposição de influências na era do capitalismo pós-industrial.

Em CAS, esse problema foi averiguado a partir da construção, consolidação e aniquilação de Macondo e sua temática de conflitos no interior e exterior da nação. Vemos que o retrato fantástico apenas ilumina o teor contestatório do pensamento grupal tão caro às comunidades imaginadas, sejam elas analisadas no povoado ou na nação a qual Macondo faz parte. Assim, podemos dizer que o romance de García Márquez contraria a ideia de uma nação coesa e escancara os problemas de ordem interna e externa, mitológica ou técnica, envoltos na trama da obra, a fim de desvelar as contradições do discurso nacional e essencialista, mas também questionar a visão imperialista que rege muitos dos paradigmas do projeto moderno.

Pertinente assinalar que essa compreensão, se analisada pelo prisma do real maravilhoso, atua para se contrapor ao imaginário ocidental, mas igualmente revela a influência, direta ou indireta, de muitos agentes que instrumentalizam uma razão colonial em solo latino-americano. As leituras exóticas, geralmente desistoricizadas e descontextualizadas propostas pela *intelligentsia* norte-americana e europeia implodem o aspecto característico entre os latino-americanos. Tais estudos estão condensados à própria lógica das estruturas políticas e econômicas da literatura, já que as cadeias de disseminação dos produtos culturais trabalham para uma espécie de monopólio, não apenas de vendas, mas do próprio imaginário.

Em MC, Rushdie desenha a nação pós-colonial através da transição entre idealismos imperiais e nacionais, revelando-nos uma percepção metaficcional-histórica e demolindo visões monolíticas dos sujeitos indianos, na medida em que destaca a ineficiência do colonialismo britânico e do nacionalismo autoritário indiano pós-independência. Estes fatos são traduzidos de modo autoconsciente na mente de Saleem Sinai, que cria uma tensão entre tradições e o projeto moderno no mundo pós-industrial, a qual o autor e uma parte moderna da Índia são devedores. Mas estes elementos, situados entre Oriente e Ocidente, estão travestidos de contradições.

Isso pode ser notado por meio das inúmeras referências de diferentes tradições inseridas em seu romance, que identificam uma clara obsessão do autor (e outros pós-coloniais) pelo multiculturalismo e questionamento das bases modernas-coloniais. No entanto, como destaca Ana Cristina Mendes, essa ideia acaba por gerar, na estrutura do Sistema Mundo ou da República Mundial das Letras, apenas uma descentralização das ideias do neoliberalismo humanista ocidental, uma vez que o Pós-colonialismo pode ser

reimaginado nos lugares de maior difusão destas obras a partir de instrumentos centralizadores: Academia, multinacionais do livro, programas televisivos entre outros.

De um modo ou outro, ambos os autores examinados trabalham a história nacional não como coesão, mas como divisão e contrassenso, fazendo com que o Eu e o Outro se liguem intrinsecamente, para repelirem-se ou aproximarem-se. Essas instâncias são pensadas ceticamente, fazendo com que discursos essencialistas e forâneos se entrecruzem e sejam modificados, numa perspectiva histórica, polifônica e transnacional. Deste ponto, o fato de que essas obras pensem o nacionalismo através da globalização e apontem para caminhos turvos, como trabalhamos no último capítulo desta tese, admite uma regulação comum ao paradigma do neoliberalismo.

O último capítulo desta tese trabalha com as querelas da abordagem nacionalista e como esse universo de trânsitos nacionais diagnosticados em García Márquez e Rushdie também são problemáticos, uma vez que estamos falando de obras alicerçadas ao próprio domínio do capitalismo e suas regras. Em suma, tanto o *boom* quanto a explosão da literatura pós-colonial estão vinculados à lógica de um mercado que pode usar-se da cultura não ocidental de modo instrumentalizado, tornando as obras desses movimentos *commodities* e apostando no exotismo, conforme a regra que queiram utilizar (crítica ou acriticamente).

Se o *boom* é o trunfo intelectual de resistência alicerçado pela instrumentalização do mercado e retrato provisório de um nacionalismo complexo, pode também ser um aparelho ideológico frente aos auspícios do mundo global e sua rede de conexões e dependências, as quais fazem do discurso nacional uma representação mais ou menos maleável do panorama cosmopolita tão necessário ao mundo pós-industrial. Já o pós-colonialismo é o contra-ataque ao exotismo das literaturas indianas, mas também a sua assimilação ao modelo de neocolonialismo dentro da lógica neoliberal – simultaneamente desterritorialização e reterritorialização constante.

Ao contrário do que imaginava Jameson, as alegorias nacionais do terceiro mundo não funcionam como representação de um mundo desconectado da ordem mundial devido ao seu caráter dependente. Estas obras são revolucionárias e resignadas com sua posição, uma vez que a sua disseminação e consolidação não encontra terreno fértil e soberano nos países emergentes. Em muitos casos, a literatura do Outro é percebida pela lógica neoliberal em solo europeu e estadunidense, onde se estabelecem certos padrões estéticos destas obras que viabilizam o ideário basilar nos círculos intelectuais e mercadológicos – e obviamente no território educacional e civil de forma geral.



Assim sendo, podemos concluir que o discurso do nacionalismo dividido e fragmentado não necessariamente convém para os projetos emergentes de nação no quadro geral do Sistema-mundo, uma vez que a dependência e a subserviência ainda promovem contradições abundantes. Igualmente, a globalização na literatura, consequência direta dos interesses comerciais do mundo pós-industrial, é um veículo de novas ideias da própria estrutura do capitalismo moderno (como foi no passado) e prega, muitas vezes, mais a necessidade da mercantilização de ideias do que a emancipação.

É claro que esse postulado deve ser muito bem averiguado e especificado. Não se pode dizer que os autores da Nova Narrativa latino-americana ou do pós-colonialismo (mesmo García Márquez ou Rushdie) são escravos do capital mundial (eles mesmos questionam isso em seus livros), mas é necessário entender que as estruturas de intelectualidade e distinção, como afirma Bourdieu, estão além dos pontos de vista de autores em particular. Logo, é necessário prestarmos atenção neste fato para não efetuarmos legitimações sem antevermos as estruturas objetivas, bem como os modelos econômicos e políticos engendrados em todos os espaços hegemônicos e contra-hegemônicos, incluindo o universo das premiações literárias e da Academia, incontestavelmente espaços de poder simbólico.

Os estudos literários, por seu passado relativamente humanista, pode nos oferecer conclusões importantes sobre as mudanças no projeto de nação através dos tempos e suas incongruências e reverberações, sintomas que René Wellek já nos ensinava em textos fundadores da Literatura Comparada. Contudo, isso pode nos aprisionar no *status quo* de um imperialismo sempre presente e fixarmos olhos não emancipatórios para pautas fundamentalmente emancipatórias.

Assim, a necessidade de aprofundar o assunto discutido nesta tese, estendendo a questão a diferentes linhas de análise, como aquelas ligadas aos componentes mercantilização e multiculturalismo, está associada ao próprio modelo de mudança do paradigma histórico, ético e estético que temos hoje. A ideia de nacionalismo fragmentado e histórias conectadas, quando aplicadas às obras de García Márquez e Rushdie, transbordam a visão de nação e sistema-mundo para os ensejos do neoliberalismo e os componente de uma guerra ilimitada entre polos de poder que coordenam interna e externamente os produtos culturais e, evidentemente, a Literatura e sua disseminação.

Cabe, ademais, ressaltar a necessidade de entender o paradigma de Anderson ou Subhramayan dentro da seara dessa ordem do cosmopolitismo financeiro e da hegemonia mundial. Na Literatura Comparada, essa percepção, já demonstrada por nomes como Guillén, Spivak e Zepetnek encaram essa faceta inegável da globalização para a Literatura Comparada

e demanda, igualmente, observar as diferenças e desigualdades que autores como Bauman, Bhabha e Canclini apontam. Falar de conexões implica ponderar sobre as assimetrias, e a razão para isso está na estrutura do capital envolta em praticamente todos os setores da vida nacional e global ainda hoje.

Portanto, questões relativas à influência da globalização e da Literatura Comparada na era dos trânsitos nacionais são fundamentais para entender que a soberania nacional enfrenta uma crise permanente agora gerada pelo neoliberalismo e o cosmopolitismo dos escritores turistas. Isso sugere que os processos de legitimação de autores, obras, culturas locais e literaturas nacionais ainda são dependentes da ordem do capital mundial e da centralização desses mercados, bem como o poder neoimperialista invade os espaços periféricos e impulsiona sistemas e campos característicos desses espaços ao monolítico, dentro da estrutura de hegemonia global (Norte – Sul), a fim de tornarem a Literatura submissa às regras de mercado e referências intelectuais que o Centro apregoa.

Dentro do bazar global, talvez seja possível fugir das considerações que marquem paradigmas universais, mas a oscilação dessas propostas faz parte de um jogo de interesses que o capital não vai deixar de recrutar. Se uma nação ou região pretende revisar a forma como se pensa o Cânone e a literatura nacional, essa terá de ser feita com vistas a entender o Sistema-mundo dentro do Sistema nacional, dependente ou subalterno nos casos das literaturas emergentes. Porém, o panorama de Índia e América Latina nos impele a construir um campo de interpretação nacional que consiga fazer com que a produção local e traduções globais se orientem para os aspectos mais corriqueiros das nações, apesar de suas contradições, legado do colonialismo, e da vassalagem, em função do capitalismo e do poder expansionista ainda paradigmático.

## REFERÊNCIAS

- ADLURI, Vishwa & BAGCHEE, Joydeep. Weighting orality and writing in the sanskrit epics. In: HILTEBEITEL, Alf. **Reading the fifth Veda**: studies on the Mahabharata, essays. Leiden & Boston: Brill, 2011.
- ADORNO, Rolena. De Guancane a Macondo: los albores de la literatura hispanoamericana. **AHlg.** n. 15, 2006.
- ADORNO, Rolena. Nueva Introducción a la Nueva Corónica y Buen Gobierno y su teoría sobre el fin de la historia. In: BERNAND, Carmen (org). **Letras Incaicas**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2016.
- ALENCAR, José de. **O guarani**. São Paulo: Ática, 1996.
- ALMEIDA, Sílvio. Estado e cultura: políticas de identidade e relações econômicas. **Revista Observatório Itaú Cultural**: OIC. - n. 21. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.
- AMADEO, Javier & ROJAS, Gonzalo. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema-mundo. **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 25/26, 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça (org). **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.
- ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.
- ARDAO, Arturo. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina**. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ASHCROFT, Bill. Re-writing India. In: SEN, Krishna & ROY, Rituparna (orgs). **Writing India Anew**: Indian-English Fiction, 2000-2010. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2013.
- ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa**. v.3. São Paulo: Nova Aguilar, 2015.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: the representation of reality in Western Literature. New Jersey: Princeton University Press, 1974.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular da Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. EdUnb, São Paulo: Hucitec, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **The dialogic imagination**: Four Essays. Texas: University of Texas Press, 1981.

BARTHES, Roland. L'effet de réel. **Communications**, n. 11, 1968.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BHABHA, Homi K. Introduction: narrating the nation. In: BHABHA, Homi K (org). **Nation and narration**. London: Routledge, 1990.

BHABHA, Homi K. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BHABHA, Homi K. **Nuevas minorías, nuevos derechos**: notas sobre cosmopolitismos vernáculos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

BELSEY, Catherine. **A prática crítica**. Porto: Edições 70, 1982.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1992.

BLANCO, Juan Moreno. Transculturación amerindia en la narrativa de Gabriel García Márquez. **Estudios de Literatura colombiana**. n. 10, enero-junio, 2002.

BLOOM, Harold. **A angústia da influência**: um teoria da poesia. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOOTH, Wayne C. **Rhetoric of fiction**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

BORGES, Maria de Fátima Pereira. **Família e Indivíduo em Buddenbrooks (1901), de Thomas Mann e Die Aufzeichnungen des Malte Laurids Brigge (1910), de Rainer Maria Rilke**. 2010. 98f. Dissertação (Mestrado em Estudos Germanísticos) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.

BORGES, Telma. **A escrita bastarda de Salman Rushdie**. 2006. 247f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras da Universidade de Minas Gerais. Minas Gerais, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre & WARCQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**. Textos & Formas, 2002.

BOWERS, Maggie Ann. **Magic(al) realism**. London: Routledge, 2004.

BROUILLETTE, Sarah. **The postcolonial writers in the global literary marketplace**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

BRUIT, Hector H. A invenção da América Latina. In: **Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC**. Curitiba, 2000.

BRUIT, Hector H. **O imperialismo**. Rio de Janeiro: Atual, 2009.

BUCHELI, Marcelo. Tras la visita del señor Herbert: United Fruit Company, élites locales y movimiento obrero en Colombia. **Empresas y empresarios en la historia de Colombia Siglos XIX-XX: una colección de estudios recientes**. CEPAL, Ediciones Uniandes-Norma, Bogotá, 2003.

CANCLINI, Néstor Carcía. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura brasileira: momentos decisivos**. v. 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHIAMPI, Irlemar. **O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance hispanoamericano**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CHITRA, V. R. **Generic configurations from a comparative perspective: a study of the political novels of Gabriel García Márquez and Salman Rushdie**. 2011. 255f. Tese (Doutorado em Literatura Inglesa) – Instituto de Língua Inglesa da Universidade de Kerala. Kerala, 2011.

CHOWDHURY, Purna. **Between two worlds: the narration of postcolonial nation in Rushdie and post-Rushdie indo-english fiction**. 2002. 430f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Departamento de Literatura Comparada da Universidade Carleton. Ontario, 2002.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CORNEJO POLAR, Antonio. *Aves sin nido* como alegoría nacional. In: TURNER, Clorinda Matto de. **Aves sin nido**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1994.

CORNEJO POLAR, Antonio Cornejo. **Escribir en el aire**. Lima: Latinoamericana Editores, 2003.

COUTINHO, Eduardo. **Literatura Comparada na América Latina: ensaios**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

COUTINHO, Fernanda. Narrar para não morrer: a história de Sherazade. In: FIÚZA, Regina Pamplona. (Org.). **A mulher na Literatura: criadora e criatura**. v. 1. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010

CUNHA, Roseli Barros. **Transculturação narrativa**: seu percurso na obra crítica de Ángel Rama. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

DAMROSCH, David. **What is world literature?**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2003.

DARÍO, Ruben. El triunfo de Calibán (edición y notas). **Revista Iberoamericana**. Pittsburg: 1998.

DELEUZE, Gilles & GUATARI, Félix. **Mil platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Ed 34, 2011.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DEY, Pradip Kumar. **Salman Rushdie's *Midnight's Children***. Delhi: Atlantic, 2008.

DIAMOND, Marie-Josephine. **Encyclopedia of World Writers**: 9th and 20th Centuries. New York: Facts On File, Inc, 2005.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: EdUNESP, 2005.

EVEN-ZOHAR, Itamar. The role of Literature in the making of the nations of Europe: a socio-semiotic study. **Applied semiotics/Sémiotique appliquée**, 1996.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FARIS, Wendy B. The question of the other: cultural critiques of magical realism. **Janus Head**. vol. 5, n. 2, 2002.

FARRET, Rafael Leporace & PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011.

FAULKNER, Willian. **O som e a fúria**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FERES JR, João. *Spanish America* como o outro da América. **Lua Nova** [online]. 2004.

FESTINO, Cielo G. **Uma praja ainda imaginada**: a representação da Nação em três romances indianos de língua inglesa. São Paulo: Nankin/EdUSP, 2007.

FLETCHER, M. D. **Perspectives on the fiction of Salman Rushdie**. Amsterdam-Atlanta: Rodopi, 1994.

FLOOD, Gavin (org.). **The Blackwell Companion to Hinduism**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

FOKKEMA, Aleid. **Indianness and englishness**: aspects of a literary and critical discourse. Utrecht, 1985. (Dissertação de mestrado)

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FRANK, André Gunder. **ReOrientar**: la economía global em la era del predomínio asiático. Valência: Publicacions de la Universitat de València, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

FUGUET, Alberto & GOMÉZ, Sergio. **McOndo**. Barcelona: Grijalbo-Mondadori, 1996.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. A solidão da América Latina. **RevIU**. v. 2, n. 1, p. 12-14, 2014a.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **As célebres entrevistas da Paris Review**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cien años de soledad**. Madrid: Cátedra, 2015

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Los funerales de la mamá grande**. Buenos Aires: Debolsillo, 2016.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Vivir para contarla**. Buenos Aires: Debolsillo, 2014b.

GARRELS, Elizabeth. Resumen de la discusión. In: RAMA, Ángel (org). **Más allá del Boom**: literatura y mercado. Buenos Aires: Folios Ediciones, 1984.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestes, la littérature au second degree**. Paris: Seuil, 1984.

GILROY, Paul. **Postcolonial melancholia**. New York: Columbia University Press, 2005.



GLISSANT, Edouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GRASS, Günter. **O tambor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. Estambul e México. **Varia História**. Belo Horizonte, n. 38, 2007.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. **Topoi**. Rio de Janeiro, n. 2, 2001.

GUILLÉN, Cláudio. **Entre lo uno y lo diverso**: introducción a la literatura comparada. Barcelona: Editorial Crítica, 1985.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. **Estudos Avançados**. v. 22, n. 62, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Ano IX - No 17, 2007.

HEGEL, Georg W. F. **A Razão na História**. Lisboa: Edições 70, 1995.

HINCAPIÉ, Maria Helena Uribe de. Las guerras por la nación en Colombia durante el siglo XIX. **Estudios Políticos**. n. 18, Medellín, Enero-Junio, 2001.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUGGAN, Graham. **The postcolonial exotic**: marketing the margins. London: Routledge, 2001.

HUTCHEON, Linda. **Poetics of Postmodernism**: History. Theory. Fiction. London: Routledge, 2005.

IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, 1988.

LAROSA, Michael J & MEJÍA, Germán R. **Historia Concisa de Colombia 1810 – 2013**. Bogotá: Universidad del Rosario, 2013.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**. v. 22, n. 62, 2008.

LUCHE, Laura. Apocalipsis y literatura en *Cien años de soledad* de Gabriel García Márquez, *La guerra del fin del mundo* de Mario Vargas Llosa y *Estrella distante* de Roberto Bolaño. **Altre modernità**. [S.I.], Milão, 2013.

JACKSON, Rosemary. **Fantasy: the literature of subversion**. London: Routledge, 1981.

JAMESON, Fredric. **Postmodernism, or, the cultural Logic of Late Capitalism**. London: Routledge, 1992.

JAMESON, Fredric. Third-world literature in the era of multinational capitalism. **Social Text**. n. 15, 1986.

JAROUCHE, Mamede Mustafa. Uma poética em ruínas. In: ANÔNIMO. **Livro das mil e uma noites: ramo sírio**. v. 1. São Paulo: Globo, 2015.

KEYMER, Thomas (org.) **The Cambridge Companion to Laurence Sterne**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

KLUVICK, Ursula. **Exploring the magic realism in Salman Rushdie's fiction**. London: Routledge, 2011.

LUKAVSKÁ, Eva. Gabriel García Márquez: El ciclo de Macondo II. **Etudes romanes de Brno**. Brno: Masarykova Univerzita, v. 20, n. 20, 1990.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MAINZ, Ramón. **Nación y literatura en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

MANN, Thomas. **Os Buddenbrook: decadência de uma família**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARTIN, Gerald. **Gabriel García Márquez: uma biografia**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

MATTSON, Ingrid. **The story of the Qur'an: its history and place in Muslim life**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

MATTSON, Ingrid. How to read the Quran. In: HOSSEIN, Seyyed (org.). **The study of Quran: a new translation and commentary**. New York: Harper Collins, 2015.

MARZOLPH, Ulrich. Preface. In: MARZOLPH, Ulrich (org). **The Arabian Nights in transnational perspective**. Detroit: Wayne State University Press, 2007.

MEJÍA TORO, Eduardo Andrés. Ángel Rama y Antonio Cândido: la integración del Brasil en el sistema literário latinoamericano. **Literatura: teoria, historia, crítica**. vol. 16, n. 1, ene.-jun. 2014.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, Ana Cristina. Cumplicidades reorientalistas, reconfigurações identitárias: Salman Rushdie no mercado cultural global. In: ALVES, Fernanda Mota, HAMMER, Gerd e LOURENÇO, Patrícia (orgs). **Identities em trânsito**. Ribeirão: Húmus, 2008.

MENDES, Ana Cristina. **Salman Rushdie in the cultural marketplace**. London: Routledge, 2016a.

MENDES, Ana Cristina. Salman Rushdie superstar: the making of postcolonial literary stardom. In: RAINER, Emig e OLIVER, Lindner (orgs.). **Commodifying (Post)colonialism: othering, reification, commodification and the new literatures and cultures in English**. Amsterdam & New York: Brill/Rodopi, 2010.

MENDES, Ana Cristina. The marketing of Postcolonial Literature. In: KRÄMER, Lucia Krämer & MERTEN, Kai (orgs). **Postcolonial studies meets media studies: a critical encounter**. Bielefeld: Transcript Verlag. 2016b.

MICELI, Sérgio. **Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MIGNOLO, Walter. **The idea of Latin America**. Oxford: Blackwell, 2005.

MINA ARAGÓN, Willian. **Manuel Zapata Olivella: pensador humanista**. Cali: Poemia, 2020.

MONTALDO, Graciela & TEJEDA, Nelson Osorio. El Modernismo en Hispanoamérica. **Diccionario enciclopédico de las letras de América Latina (DELAL)**. v. 2. Biblioteca Ayacucho/Monte Avila: Editores Latinoamericana, 1995.

MOREIRA, Maria Eunice. Os versos (quase) desconhecidos de Maria Clemência da Silveira Sampaio. **Letras de hoje**. Porto Alegre. v. 41, n. 4, dezembro, 2006.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu 1800-1900**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MUJEEBUDDIN, Syed. *Midnight's Children* and its Indian contexts. **Journal of Commonwealth Literature**. vol. 29, n. 2, 1994.

MUÑIZ-HUBERMAN, Angelina. El apocalipse no es el fin de los tiempos. **Los Universitarios – Nueva Epoca**. n. 27. Cidade do México, 2002.

NANDY, Ashis. **The intimate enemy**: loss and recovery of self under colonialismo. Delhi, Oxford University Press, 1983.

NASR, Hemi. **Tradução do sentido do Nobre Alcorão** (1426 A.H.), edição bilíngüe (árabe/português). Medina (Arábia Saudita): Complexo de Impressão do Rei Fahd, 2005.

NATIONAL Epic. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/National\\_epic](https://en.wikipedia.org/wiki/National_epic)>. Acessado em 15 de abril de 2018.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: EdUNESP, 1992.

PALACIOS, George. De rebeldías y revoluciones: perspectivas críticas desde abajo y desde Oriente en el pensamiento de Manuel Zapata Olivella. **Estudios de Literatura Colombiana**. v. 42, 2018.

PANESSO, David Jiménez. **La historia de la crítica literaria en Colombia** (siglos XIX y XX). Bogotá: Presencia, 1992.

PATTANAYAK, Chandrabhanu & RUSHDIE, Salman. Interview with Salman Rushdie. REDER, Michael R (org). **Conversations with Salman Rushdie**. Mississippi: University Press of Mississippi, 2000.

PIZARRO, Ana. **Palabra, literatura y cultura en las formaciones discursivas coloniales**. São Paulo: Memorial da América Latina; Campinas: Unicamp, 1993.

PIZARRO, Ana. Introducción. In: PIZARRO, Ana (org). **La literatura latinoamericana como proceso**. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985.

PRIETO, René. La literatura indigenista. In: GONZALEZ-ECHEVARÍA, Roberto & PUPO-WALKER, Enrique (orgs). **Historia de la literatura hispanoamericana II** (siglo XX). Madrid: Gredos, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del saber, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Ediciones Faces/UCV, 2000.

RAMA, Ángel. El *boom* en perspectiva. **Signos Literarios 1**, 2006.

RAMA, Ángel. García Márquez: edificación de un arte nacional y popular. **Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias**. Montevideo: Arca, 1987.

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1998.

RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

RIBEIRO, Darcy. La nación latino-americana. **Nueva Sociedad 180-181**. n. 62, 1982.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 10, dezembro, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: o tempo narrado**. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RODÓ, José Enrique. **Ariel y Proteo selecto**. Caracas: Ayacucho, 1993.

ROJAS MIX, Miguel. **Los cien nombres de América**. Barcelona: Editorial Lumen, 1991.

RODRÍGUEZ CABRAL, Cristina. Manuel Zapata Olivella excluido del Boom y del Canon Latinoamericano: Reflexiones sobre su exclusión. In: MINA ARAGÓN, Willian (org.). **Manuel Zapata Olivella: um legado intercultural: perspectiva intelectual, literária y política de um afrocolombiano cosmopolita**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2016.

RÜSEN, Jöhn. El desarrollo de la competência narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa**. Buenos Aires, ano 4, n.7, oct, 1992.

RUSHDIE, Salman. 'His world was mine'. **The Telegraph** (online). 2014. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/culture/books/10787739/Salman-Rushdie-on-Gabriel-Garcia-Marquez-His-world-was-mine.html>>. Acessado em 10 de janeiro de 2018.

RUSHDIE, Salman. **Imaginary homelands: essays and criticism 1981 – 1991**. London: Vintage Books, 2010.

RUSHDIE, Salman. **Joseph Anton**: Memórias. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RUSHDIE, Salman. **Midnight's Children**. London: Penguin Books, 2001.

RUSHDIE, Salman. **Os filhos da meia-noite**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RUSHDIE, Salman. The empire writes back with a vengeance. **The Times** (UK). 3 July, 1982.

RUSHDIE, Salman. **The satanic verses**. New York: Viking Penguin, 1988.

SAID, Edward W. **A pena e a espada**: diálogos com Edward W. Said. São Paulo: EdUNESP, 2013.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward. **The world, the text, and the critic**. Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

SALDÍVAR, Dasso. **García Márquez**: el viaje a la semilla. Madrid: Folio, 2006.

SAMPAIO, Maria Clemência da Silveira. Saudosa expressão da pátria. In: MOREIRA, Maria Eunice (org). **Uma voz ao sul**: os versos de Maria Clemência da Silveira Sampaio. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

SAMPAIO, Maria Clemência da Silveira. Versos heroicos. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org). **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. v. 1. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SANCHEZ, Pablo. **La emancipación engañosa**: una crónica transatlántica del *boom* (1963-1972). Alicante: Universidad de Alicante, 2009.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAPIRO, Gisele. **Sociologia da Literatura**. Belo Horizonte: Moinhos, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. A Espanha e a América no final do século XV: o descobrimento e a conquista. In: WASSERMAN, Claudia (org). **História da América Latina**: cinco séculos (temas e problemas). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SCHÜRER, Norbert. *Midnight's Children*: a reader's guide. New York: Continuum, 2004.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas latino-americanas**: polêmicas, manifestos e textos. São Paulo: Edusp, 1995.

SCHWARTZ, Jorge. La vanguardia en América Latina: una estética comparada. **Asociación Internacional de Literatura Comparada**. Nova York, 1982.

SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2012.

SHARMA, Garima. A Critical survey of the *Mahabharata*. **International Journal of Humanities and Social Science Invention**. 2017.

SHAW, Donald L. The post-boom in spanish american fiction. **Studies in the twentieth century literature**. n.19, 1995.

SHIPLEY, Joseph T. **Dictionary of world literary terms**. London: George Allen and Unwin, 1970.

SMITH, Kevin. The Scheherezade complex. **Panels der postmoderne praktiken konferenz vom 23-25**. 2001. Disponível em: <http://www.gradnet.de/papers/> Acessado em 15 de janeiro de 2020.

SOMMER, Doris. **Ficciones fundacionales**: las novelas nacionales latino-americanas. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Planetarity. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **The death of a discipline**. New York, Columbia University Press, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STERNE, Laurence. **The life and opinions of Tristram Shandy, gentleman & a sentimental journey through France and Italy**. Munich: Günter Jürgensmeier, 2005.

STUTZMAN, Renato. Religião nômade ou germe do estado?: Pierre e Hélène Clastres e a vertigem tupi. **Novos estudos – CEBRAP**. n. 83. São Paulo, Mar, 2009.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. Connected Histories: notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**. Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. vol. 31, n. 3, 1997.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. Em busca das origens da História Global. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 30, n. 60, janeiro-abril, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese empire in Asia 1500-1700**. London: Pearson Education, 2001.

SYDOU, Christiane. The African Epic: a means for defining the genre. **Folklore**. 16:1, Winter, 1983.

TABERNER, Stuart (org.). **The Cambridge Companion to Günter Grass**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TAGORE, Rabindranath. **Nationalism**. London: Penguin, 2017.

TEN KORTENAAR, Neil. **Self, nation, text in Salman Rushdie's *Midnight's Children***. Ontario: McGill-Queen's University Press, 2006.

THAPAR, Romila. Perceptions of the Past. In: THAPAR, Romila. **The Penguin History of Early India: from the Origins to AD 1300**. London: Penguin Books, 2002.

TIEGHEM, Paul Van. Crítica literária, história literária e literatura comparada. In: CARVALHAL, Tânia Franco e COUTINHO, Eduardo F (orgs). **Literatura comparada: textos fundadores**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

TILLIS, Antonio D. **Manuel Zapata Olivella e o “escurecimento” da literatura latino-americana**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

UNESCO Courier. **Great epics: heroic tales of man and superman**. 1989.

VASCONCELOS, Sandra G. T. Sobre o trânsito das formas literárias: o caso do romance. In: WEINHARDT, Marilene & CARDOSO, Mauricio Mendonça (orgs). **Centro, centros: literatura e literatura comparada em discussão**. Curitiba: EdUFPR, 2011.



WALLERSTEIN, Immanuel. **World-system analysis: an introduction**. Durhan & London: Duke University Press, 2006.

WASSERMAN, Claudia. A formação do Estado nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WAUGH, Patricia. **Metafiction: the theory and practice of self-conscious fiction**. London: Routledge, 1984.

WHITE, Hayden. **Metahistória: a imaginação histórica no século XIX**. São Paulo: Edusp, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **A política e as letras: entrevistas da New Left Review**: São Paulo: EdUNESP, 2013.

ZAMORA, Lois Parkinson. **Narrar el apocalipsis: La visión histórica en la literatura estadounidense y latinoamericana contemporánea**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ZEPETNEK, Steven Tötösy de. **Comparative literature: theory, method, application**. Amsterdam: Rodopi, 1998.